

Outubro de 2017

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone + (244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1 Estagnação do crescimento económico agrava indicadores do mercado de trabalho	1
1.2 ONG diz que pobreza em Angola continua a ser factor de exclusão social	1
1.3 Organizações alertam para 'assustador' desemprego provocado pela crise em Luanda	2
1.4 Taxa de desemprego atinge 30 por cento	3
1.5 Remessa de emigrados cai 21,1 por cento	4
1.6 Meninos de rua clamam pelo socorro	4
1.7 Fundo de Apoio Social já beneficiou 10 milhões pessoas de 1994 a 2017	5
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>8</b>
2.1 Usaid e KixiCrédito assinam memorando de entendimento para aumentar o uso de redes mosquiteiras	8
2.2 Vendedoras do Uíge devolvem créditos	8
2.3 USAID e Kixicrédito juntos na luta contra a malária	9
2.4 Crédito malparado mantém-se em alta, activos crescem 16%	9
2.5 Remessa de emigrados cai 21,1 por cento	10
2.6 Créditos do Banco Nossa vendidos por metade do valor	10
2.7 Banco lucra mais 60% e aumenta aplicações em dívida pública	11
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>13</b>
3.1 Lucros baixam no mercado 11 de Novembro	13
3.2 Roupas usadas vestidas por luandenses	13
3.3 Venda ambulante	14
3.4 Venda na rua	14
3.5 Paralelo detém 80 por cento	15
3.6 Agentes da ordem pedem maior atenção aos moto-taxistas da província de Luanda	17
3.7 Habitantes da Barraca clamam por água do comboio	18
3.8 Fiscais maltratam zungueiros por "ordem superiores"	19
3.9 Vendedores dos Correios temem desaparecimento do mercado	20
3.10 No enalço do "garimpo" de água	21
3.11 Candongueiros	22
3.12 No mundo dos candongueiros	22
3.13 Associação sensibiliza vendedores de Luanda	23
3.14 Criando oportunidades para o sector informal em Angola	24
3.15 Destroços da guerra e outras sucatas garantem sustento a centenas de famílias	25
3.16 Mercado informal pode ser tributado	26
3.17 Autoridades ordenam fim de venda ilegal nas ruas	27
3.18 Cooperativas auxiliam a imigração de ilegais	28
3.19 Pescadores reclamam "inoperância" e "abusos" das entidades marítimas de Benguela	29
3.20 Apoia reformados viúvas e desempregados	30
3.21 Café quentinho, pelas mãos de ambulantes	31
3.22 Pé na estrada, pela sobrevivência	31
3.23 Pequenas histórias da zungueira	32
3.24 Pontos de passagem	32
3.25 Refeição condicionada	33
3.26 Um negócio comparado as drogas	33
3.27 Vende-se animais na via pública	34

<b>4.</b>	<b>OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>36</b>
4.1	Regras do orçamento	36
4.2	Governo prevê economia a crescer mais do que a população já em 2018	37
4.3	Mercado informal pode ser tributado	37
<b>5.</b>	<b>GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>39</b>
5.1	Governador de Luanda quer Participação do cidadão na governação	39
5.2	Mais acções para os municípios	39
5.3	Governação em Lunda deverá passar pela intervenção dos municípios	40
5.4	Municípios devem resolver preocupação dos cidadãos	41
5.5	Governador de Luanda quer governação participativa	42
5.6	Afinal, porque é que a vida 'não' se faz nos municípios	43
5.7	CASA-CE quer urgência nas eleições autárquicas	44
5.8	ADRA quer discussão das autarquias alargada á sociedade	46
5.9	Chivukuvuku defende autonomia regional para Cabinda	47
5.10	Poder Central e Poder local	48
5.11	Intervenção no município para combater assimetrias	49
<b>6.</b>	<b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>51</b>
6.1	Desenvolvimento urbano em discussão em Luanda	51
6.2	Novas Moradias atraem quadros aos municípios	51
6.3	Agenda aponta soluções	52
6.4	Inscrições para casas vão até o fim do ano	53
6.5	Preços em Caculama com subida constante	53
6.6	Alunos aprendem sobre urbanização	54
6.7	Construção de casas é retomada este ano	54
6.8	Angola é o terceiro país que mais recebe dinheiro da China	55
6.9	Imogestim lança alerta contra burlas	55
6.10	Mais habitações para o Bié	55
6.11	Exportações para a China crescem quase 50%	56
6.12	Grupo Chinês ajuda o sector de construção civil angolano	57
6.13	Casa e terra próprias garantem estabilidade	57
6.14	Chineses interessados na construção de cidades ecológicas em Angola	58
6.15	Falta de cimento inviabiliza projectos	59
6.16	Indústria cimenteira com capacidade para produzir 8 milhões de toneladas/ano	60
6.17	Indústria de material de construção regista avanços	61
6.18	Os arquitectos serão valorizados no futuro próximo	61
6.19	Sector da construção civil no contexto actual	62
6.20	Venda de moradia no Zango 8 mil arranca próximo ano	64
6.21	Nova Agenda Urbana: Reflexões sobre as cidades de Angola	64
6.22	Feira "Ajuda a Ajudar" na cidade do Kilamba	65
<b>7.</b>	<b>TERRA</b>	<b>67</b>
7.1	Reservas fundiárias com intra-estruturas	67
7.2	Huambo prepara 300 hectares para o aproveitamento familiar	68
7.3	Oficiais da Polícia e da Região Militar invadem terrenos em Luanda	68
7.4	PR promete terras aos campos mas oposição desconfia	70
7.5	Casas em construção demolidas em Viana	71
7.6	Demolidas as moradias construídas ilegalmente	71
7.7	Huíla dinamiza processo de delimitação	71
7.8	Um processo antigo	73

7.9	Casa e terra próprias garantem estabilidade	73
7.10	Lotear e urbanizar	74

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 76

8.1	Cazenga melhora saneamento básico	76
8.2	Falta de pagamento causa prejuízos à ENDE	76
8.3	Moradores de Cabo Lido sem água potável	77
8.4	Impacto de municipalização dos serviços de saúde em Angola	78
8.5	Produção vai duplicar	79
8.6	A água só saiu durante dois dias antes das eleições	79
8.7	Problemas técnicos estão na base da falta de água	81
8.8	Localidade de Culocayona conta com sistema de água potável	81
8.9	Habitantes da Barraca clamam por água do comboio	82
8.10	«Vala da morte» deixa cidadãos aterrorizados	83
8.11	Governo da Huíla acusado de usurpar fonte de água da missão de santo dos Gambos	84
8.12	No enalço do "garimpo" de água	84
8.13	Gestão dos resíduos sólidos	85
8.14	Mulenvos de cima sem água há um mês	86
8.15	Projecto água para todos oferece 'lagoas nas ruas'	87
8.16	Corrigir o que está mal com água	87
8.17	Candembe beneficia de mais água potável	88
8.18	EPAL suspende fornecimento de água potável em algumas áreas de Luanda	88
8.19	EPAL distribui água a conta gotas no Cazenga	89
8.20	Projecto de Exploração do Aquífero de Tchichepepe opõe comunidade ao Governo Provincial da Huíla	90

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 91

9.1	Falta de policiamento facilita assaltos em Cacuaco	91
9.2	“Quem manda no Kalawenda são os marginais”	91

## 10. AMBIENTE 93

10.1	Chuvas desalojam famílias	93
10.2	Centenas de famílias desalojadas pelas chuvas	94
10.3	Baixo caudal condiciona distribuição em Capanda	94
10.4	Mais de 400 famílias desabrigadas no Uíge devido a chuva	95
10.5	«Vala da morte» deixa cidadãos aterrorizados	96
10.6	Governo província do Uíge presta apoio a sinistrados	97
10.7	Falta de chuva afecta produção de energia	98
10.8	Ravinas engolem localidades	99
10.9	Economia Circular em Angola Estamos preparados?	100
10.10	INAMET lança alerta meteorológico no país	101
10.11	INAMET prevê chuvas acompanhadas de trovoadas na região centro norte do país	101
10.12	Falta de chuva afecta produção de energia	102

## 11. MIGRAÇÃO 104

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 105



# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Estagnação do crescimento económico agrava indicadores do mercado de trabalho

*Jornal Expansão*  
13 De Outubro de 2017

A forte contracção da economia angolana continua a pesar no fomento do mercado de trabalho nacional, agravando cada vez mais as taxas de desemprego.

O empresário Galvão Branco, reagindo ao relatório do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), diz que todos estão cientes de que a "geração de postos de trabalhos só pode ser conseguida por via do crescimento económico, particularmente em sectores que façam apelo intenso à mão-de-obra, como são os casos da indústria transformadora, construção, comércio, turismo e instituições bancárias".

Quanto à sectorização dos sectores de actividade económica, o inquérito indica que a agricultura (34%), comércio a grosso e retalho (20%), empregadoras de pessoal doméstico (12%) e administração pública, defesa e segurança social obrigatória (9%), são os que mais empregam.

O consultor reconhece que nas condições actuais de forte contracção económica, com um crescimento anémico no limiar de períodos de recessão económica, há bastantes reservas sobre a concretização da meta da criação de 500 mil novos empregos, bem como a "reconversão progressiva do sector informal de trabalho e o seu enquadramento na economia formal".

Para inverter o quadro de aumento do desemprego, defende que se actue no "sentido de dar maior transparência ao mercado de trabalho, quer ao nível do funcionalismo público, adoptando procedimentos que atendam à experiência profissional, competências técnicas e a condição social, assim como intensificando acções de formação profissional no seio da camada juvenil, incentivando-os à prática de actividades profissionais direccionadas para a prestação de serviços diversos".

Galvão Branco mostrou-se surpreendido com os dados do INE, que apontam uma taxa de desemprego na ordem dos 20%, com mais de 2 milhões de

angolanos em idade activa fora do mercado do trabalho.

"Fico surpreendido que o INE avalie a taxa de desemprego em 20%, quando, ainda recentemente, o MPLA, no seu programa de governo, estabelece como meta reduzir em um quinto, no mínimo, a taxa actual de desemprego de 24%".

Mindieji Nzinga explica que é fundamental aperfeiçoar o sistema de informação sobre a evolução do mercado de trabalho, de modo a que se possa ter a real percepção da estrutura do desemprego e da evolução do mercado de trabalho, sobretudo em aspectos mais sensíveis, como o desemprego juvenil, e os postos de trabalho decorrentes do encerramento ou redução de actividades de várias empresas. "Entendo que, no presente, é mais útil e ajustado, evitar a destruição de empregos ao nível da actividade empresarial, decorrente dos programas de redução de custos de estrutura para atender aos ditames da actual situação económico-financeira, incentivando o consumo público e privado e adoptando posturas mais condizentes com a contracção da despesa pública, assim como procedendo aos pagamentos ao sector empresarial em tempo útil, evitando-se a saga dos designados atrasados".

M.C.

## I.2 ONG diz que pobreza em Angola continua a ser factor de exclusão social

*Jornal O País*  
18 De Outubro de 2017  
Texto: Milton Manaça

Falando em conferência de imprensa realizada ontem, em Luanda, em alusão ao Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, o porta-voz da organização não governamental Rede Urbana de Luta Contra a Pobreza, Willy Piassa, disse que a pobreza em Angola continua a ser um factor de impedimento para inclusão e estabilidade do país, pelo facto de as vítimas viverem à margem das dinâmicas sociais.

Segundo esta ONG, que congrega mais de 70 organizações da sociedade civil, os números actuais ainda são assustadores e preocupantes, tendo em conta condições de vida e o crescimento da população que não encontra respaldo no crescimento da economia, principalmente nos últimos três anos. A Rede de Luta Contra Pobreza, que tem vindo a realizar estudos nas áreas periurbanas,

usando indicadores de avaliação como o acesso à água e à terra, habitação' densidade populacional e

saneamento básicos, estima que a situação da pobreza conheceu mais regressos do que progressos.

Ao nível do acesso à água, por exemplo, Willy Piassa diz que os estudos apoiados nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) estimam que mais de 50 por cento das moradias em Luanda usa água proveniente de fonte inapropriada para o consumo humano.

Sobre a construção de moradias na capital, a Rede de Luta Contra Pobreza diz que cerca de 40 por cento das habitações foram feitas com materiais não apropriados, alertando para a existência de um distanciamento acentuado entre a disponibilidade de bens e serviços e o crescimento.

Investimento que gera conhecimento

Willy Piassa diz que o combate à pobreza ficará distante de atingir os objectivos preconizados se os investimentos públicos não atingirem as metas preconizadas a longo prazo.

Dentre os pontos sugeridos para que se tenha uma governação participativa que contribua para erradicação da pobreza, os representantes da ONG dizem que os projectos de desenvolvimento devem ser acompanhados com acções de conhecimento, porque as pessoas a quem são destinados os investimentos aprendem muito pouco.

"Porque continuamos nesse círculo de implementar projectos nas mesmas localidades já investidas. As comunidades precisam de deixar de ser vistas como simples beneficiárias e passarem como co-autoras", disse Piassa.

Aliás, esta foi uma das questões levantadas por alguns participantes no encontro, que apontaram como exemplo a falência dos projectos levados a cabo pelo Ministério do Comércio no consulado da ministra Rosa Pacavira, cujas infra-estruturas e todo o aparato administrativo montado "encontram-se às moscas".

A ONG diz não acreditar nos dados definitivos do Censo que apontam para um percentual de apenas 20% de desemprego, a julgar pelos despedimentos em massa a que têm sido alvos milhares de jovens em várias empresas do país desde que se instalou a crise económica.

"Nos últimos anos temos assistido ao desaparecimento da classe média emergente, que nos últimos tempos dizia-se que estava a surgir, o que é

evidente por causa da perda do poder de compra e do nível de desemprego que temos vindo

a assistir", realçou Piassa.

Importa frisar que a erradicação da pobreza e da fome é um dos oito objectivos de desenvolvimento do milénio definidos em 2000 por 193 países membros das Nações Unidas e por várias organizações internacionais.

A data foi comemorada oficialmente pela primeira vez em 1992, com o objectivo de alertar a população para a necessidade, de defender um direito básico do ser humano.

### 1.3 Organizações alertam para 'assustador' desemprego provocado pela crise em Luanda

*Jornal Visão*

*20 De Outubro de 2017*

A situação foi o tema de um encontro organizado pela Rede Urbana de Luta Contra a Pobreza, realizado em Luanda no âmbito do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, data instituída em 1992 pelas Nações Unidas.

O estado da pobreza em Luanda foi apresentado na palestra por Willy Piassa, membro desta plataforma, existente há 12 anos e que integra 77 organizações de luta contra a pobreza em Angola.

Em declarações à imprensa, o responsável sublinhou, sem avançar números, a existência de "muitas

empresas a fecharem e a diminuírem pessoal", devido à crise económica e financeira que o país enfrenta em resultado da baixa do preço do barril do petróleo no mercado internacional.

"Isso está a afectar as famílias, está a afectar a possibilidade de adquirirem a cesta básica e está a afectar na dieta de muitas famílias": referiu, defendendo para a inversão deste quadro a aplicação de "políticas mais actuaentes e mais agressivas para a revitalização da agricultura".

Numa análise ao estado da pobreza em Luanda, Willy Piassa considerou que houve nos últimos anos alguns avanços e recuos, com o crescimento populacional dos últimos anos na capital do país a liderar em termos de retrocessos.

"Olhando para o crescimento populacional, tendo como base os últimos dados do censo, em 2014, podemos concluir que o crescimento populacional não

tem sido proporcional ao crescimento da economia e isso faz com que tenhamos sempre um défice no provimento de serviços básicos, causando pressão aos meios disponibilizados à população", apontou.

A rede produz habitualmente relatórios anuais sobre a situação da pobreza em Luanda, com foco em cinco indicadores - densidade populacional, habitação, saneamento básico, acesso à terra e à água potável -, mas este ano não será realizado por o país, ao fim de 38 anos, ter um novo Presidente, saído das eleições gerais de Agosto.

"Neste ano decidimos não apresentar um estudo, porque temos um novo Governo e um novo Presidente e queremos aproveitar esta abertura que manifestaram para promover uma governação participativa e inclusiva, para apresentarmos aquilo que nós considera-mos pilares fundamentais para que possamos combater a pobreza de forma eficaz", referiu, aludindo à posição assumida pelo chefe de Estado, João Lourenço, na sua tomada de posse.

Para o responsável, é importante que "essa linguagem de governação inclusiva e participativa não seja apenas um discurso ou uma retórica!":

O acesso à terra é outra preocupação, e uma das mais importantes, segundo esta organização, que o considera como "um dos grandes desafios que o Governo deveria tratar nos próximos cinco anos!":

"Se tivermos que olhar que os cinco indicadores que a rede trabalha, diríamos que quase nada tem sido feito, por exemplo no que toca ao acesso à terra. Muita gente que vive numa casa em Luanda não tem um título, não tem qualquer documento oficial que pode exibir para justificar que é sua propriedade e isso é mau, demonstra desorganização estrutural!", frisou.

## 1.4 Taxa de desemprego atinge 30 por cento

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Outubro de 2017*

*Texto: Pedro Peterson*

Os resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde realizado entre Outubro de 2015 e Março de 2016 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que a taxa de desemprego em Angola na população entre 15-64 anos é de cerca de 20 por cento, atingindo o valor mais elevado entre os jovens com 15-24 anos com 38 por cento.

A população angolana com 15-64 anos representa 47 por cento do total do país, sendo 45 por cento do sexo masculino e 49 do sexo feminino.

O estudo indica ainda que, a taxa de actividade nesta faixa etária é estimada em 87 por cento e a taxa de emprego é estimada em 70 por cento, verificando-se uma supremacia entre os homens com 72 por cento, contra 68 entre as mulheres.

A agricultura predomina entre os ramos de actividades económicas com 34 por cento. Segue-se o comércio a grosso e a retalho com 20 por cento, seguida pelas actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico com 12. A administração pública, defesa e segurança social obrigatória com 9 por cento vem a seguir.

Apesar de se verificar um crescimento considerável do sector da indústria, o estudo assegura que, este representa somente 3 por cento.

A maioria dos desempregados, embora disponível, não procura emprego (67 por cento).

### População activa

A população economicamente activa constitui a força de trabalho e representa 87 por cento no total da população de 15-64 anos, e é constituída, na sua maioria (60 por cento), por pessoas com 15-34 anos de idade.

Os dados mostram ainda que 19 por cento da população economicamente activa não tem nenhum, nível de escolaridade e cerca de um terço (33 por cento) frequenta o ensino primário e quase a metade (47) frequenta o ensino secundário ou mais.

### Taxa de escolaridade

A taxa de actividade da população é cerca de 87 por cento, sendo 88 para os homens e 87 para as mulheres. Este indicador, é ligeiramente superior na área rural (90 por cento) comparativamente com a área urbana (86).

O estudo mostra que a taxa de actividade entre as mulheres, sem nenhum nível de escolaridade, é ligeiramente superior à dos homens sem nenhum nível de escolaridade. A taxa de actividade das mulheres, com ensino primário e secundário ou mais, é inferior à dos homens com o mesmo nível de escolaridade.

A província do Cuanza Sul, apresenta a taxa de actividade mais elevada, com cerca de 95 por cento, seguida das províncias de Benguela e Cuanza Norte com 91 por cento, cada uma. As províncias do Cuando



Cubango e Uíge apresentam as menores taxas de actividade com 77 e 76 por cento, respectivamente.

#### População empregada

A taxa de emprego da população com 15-64 anos é de 70 por cento, mais elevada entre os homens (72 por cento) do que nas mulheres (68). A área rural apresenta uma taxa de emprego mais elevada que a área urbana (81 contra 65 por cento).

O estudo mostra que a taxa de emprego é mais baixa entre as mulheres mais escolarizadas comparativamente aos homens. As mulheres com ensino secundário, ou mais, têm menos probabilidade de estar empregadas que os homens com o mesmo nível de escolaridade (57 contra 69 por cento).

As províncias do Cuanza Sul e Bié apresentam as taxas de emprego mais elevadas do país, enquanto as mais baixas registam-se nas províncias da Lunda Sul e Cabinda.

#### Taxa de emprego

A taxa de actividade é mais elevada que a taxa de emprego e as maiores diferenças entre as duas registam-se, essencialmente, entre os 15-19 anos de idade.

Os sectores de actividade económica que mais geraram empregos no período de referência, foram a agricultura (34 por cento), o comércio a grosso e retalho (20), as actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico (12) e administração pública, defesa e segurança social obrigatória (9). O sector da Educação é o que menos emprego gerou com cerca de 2 por cento.

Pela importância que a o sector da indústria deveria ter, na diversificação económica e na criação de empregos, os dados do gráfico 12, mostram que este sector emprega, somente, 3 em cada 100 pessoas.

As mulheres trabalham predominantemente na agricultura (39 por cento), comércio (28 de mulheres) e nas actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico (17 mulheres). Por outro lado, os homens trabalham predominantemente, na administração pública, defesa e segurança social obrigatória (14 homens), na construção (10 contra 0,4 mulheres), transportes, armazenagem e comunicação (6 por cento homens), indústria (5 homens) e nas actividades administrativas e dos serviços de apoio (5 homens).

O sector de serviços detém a maior concentração de pessoas empregadas (57 por cento), seguido do sector agrícola (34) e o sector industrial (incluindo a

construção e energia e águas) com apenas (8) das pessoas empregadas conforme os dados.

O sector agrícola emprega pessoas com baixo nível de escolaridade (41 por cento sem nenhum nível de escolaridade e 47 a frequentar o ensino primário).

## I.5 Remessa de emigrados cai 21,1 por cento

*Jornal de Angola*

*24 De Outubro de 2017*

As remessas dos emigrantes portugueses a trabalhar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) desceram 21,1 por cento em Agosto, para 16,2 milhões de euros, enquanto os imigrantes lusófonos enviaram 3,4 milhões de euros, descendo 12,6 por cento, face a Agosto de 2016.

Dados do Banco de Portugal indicam que os emigrantes portugueses a trabalhar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa enviaram 16,2 milhões de euros, o que representa uma descida de 21,1 por cento, face aos 20,5 milhões enviados em Agosto de 2017.

#### Envios de Angola

A República de Angola, como é tradicional ao longo dos anos, representa a esmagadora maioria deste valor, com 15,5 milhões de euros enviados pelos portugueses, valor que representa uma descida de 21,1 por cento, face ao 19,1 milhões de euros enviados pelos portugueses em Agosto do ano passado.

Em sentido inverso, os estrangeiros lusófono a trabalhar em Portugal enviaram para os seus países de origem 3,4 milhões de euros, o que representa uma descida de 10,7 por cento, face aos 3,9 milhões de euros enviados em Agosto do ano passado.

A nível global, as remessas dos emigrantes portugueses subiram 17,1 por cento, para 297,8 milhões de euros em Agosto, face ao mesmo mês de 2016, enquanto os emigrantes enviaram para os seus países menos de 12,6 por cento que no período homólogo.

## I.6 Meninos de rua clamam pelo socorro

*Jornal Visão*

*17 De Outubro de 2017*

*Texto: António Baquilha*

Rufino Manuel José Ernesto, de 18 anos disse que está na rua e com o tipo de vida característico de pessoas

de má influência e má companhia é a carência de boas condições que nunca teve no seio familiar.

Ainda assim, nutre o desejo de sair da rua porque não é sitio para se viver. "Estou a sentir muito mal, dormindo ao relento, com chuva, frio e todas as vicissitudes!": começou por explicar, realçando que precisa apenas de uma oportunidade para recomeçar a vida num lugar condigno.

"Queremos voltar a estudar e, se por ventura nos darem apoio, acredito que irá reduzir o número de crianças a rua!": sublinhou. Hermenegildo, de 17 anos, disse por sua vez que não se lembra como foi parar na rua.

Ainda assim, advertiu a quem tenha cometido algo contra os seus familiares esse é o momento de pedirem desculpas a sua família, acreditando que "não serão ignorados pelos seus próprios pais!": para começar uma nova história e se tornarem em pessoas diferentes.

Segundo disse, esse conselho é extensivo a outros meninos espalhados um pouco pelas ruas de Angola.

"Porque a vida de rua é lastimável. Aqui estamos expostos a tudo, como: violações, agressões físicas e verbais, sofremos discriminações e muitos outros males!": apontou, apelando à sociedade a nunca ignorarem os que estão em baixo, sobretudo os meninos de rua, pelo simples facto de que muitos dos que hoje estão em cima vieram de baixo.

"E se alguém estiver disposto a nos ajudar nós estamos dispostos a deixar a rua, até porque a rua não é sitio para crianças. O melhor lugar para as crianças é no seio familiar!":

Não há guerra, mas há pobreza

Oswaldo Quilo, jornalista, chamado a analisar o fenómeno que, em 15 anos de paz, ainda prevalece nas ruas de Luanda e um pouco pelo país disse que antigamente falava-se muito que o principal motivo da existência de crianças na rua era a guerra.

"Muitos fugiam para Luanda, a procura de segurança e melhores condições de vida. Em função de não se terem enquadrado, por falta de abrigo e alimentação viram a necessidade de mandar as crianças mendigar, pedindo esmola!": explicou, sublinhando que hoje por hoje, a realidade é totalmente diferente: "Não há guerra, mas há pobreza!": afirmou. Segundo disse, infelizmente as políticas que se tem levado a cabo não surtem os efeitos desejados. "Muitos associaram a esmola com drogas!":

"Outra situação é a recolha destas crianças para os orfanatos onde, todos os dias, os proprietários

reclamam a falta de condições e, como consequências os miúdos fogem!": argumentou.

Para este profissional de comunicação social, a medida acertada seria a construção de novos e modernos centros de acolhimento, onde as crianças saídas da rua possam se sentir confortáveis.

"Polícia anda distraída"

Oswaldo Quilo, disse mesmo que a Polícia anda um pouco distraída. E diz isso porque: "existem redes de jovens que exploram crianças e obrigam-nas a pedir dinheiro!": denunciou, para depois acrescentar que em troca prometem protecção as crianças. Por este facto, "é preciso ter atenção a este mal que vai multiplicando o número de crianças na rua!":

"Condeno os pais que mandam os filhos pedir esmola na rua. Ali, as crianças encontram pessoas viciadas em drogas e, acabam também por inclinar nesse vício", previu, para depois dizer que conforme o próprio termo diz, rua, é lugar onde normalmente as pessoa passam, conversam, brincam, em fim. "Não é um local para dormir ou viver!":

## 1.7 Fundo de Apoio Social já beneficiou 10 milhões pessoas de 1994 a 2017

*Jornal O Pais*

*28 De Outubro de 2017*

*Texto: Maria Teixeira*

Numa entrevista concedida recentemente a OPAÍS, o responsável do Fundo, Santinho Filipe Figueira, referiu que o Fundo de Apoio Social (FAS) foi o primeiro projecto criado pelo Governo angolano virado para combater a pobreza no país.

Um projecto inicialmente financiado pelo Banco Mundial, num período de quatro anos, isto é, de 1994 há 1998, com o propósito de combater a pobreza, sobretudo nos financiamentos de pequenas infra-estruturas sociais básicas.

"Na altura, o país vivia um período de instabilidade política, e, por causa da guerra, havia a necessidade de acudir a população, sobretudo a mais vulnerável, por isso estávamos em apenas nove províncias", revelou.

Segundo o responsável, nesta altura, o FAS conseguiu construir algumas escolas, postos médicos, residências, tudo numa fase de desenvolvimento. "As infra-estruturas básicas eram feitas com material local, com a participação da própria comunidade. O Governo e o Banco Mundial entravam com valores monetários,

mas a maior fatia era financiada pelo Banco Mundial", narrou.

O Fundo de Apoio Social (FAS), criado a 28 de Outubro de 1994, ao abrigo do Decreto 44/94 do Conselho de Ministros, atravessou vários períodos, o primeiro do qual teve a duração de quatro anos, o denominado FAS I, de 1994 /98. Depois deste, vigorou o período 1998/2002, em que se implementou a segunda fase do projecto, o denominado FAZ II.

No FAZ II, a situação do país já conhecia melhorias, daí que o Fundo deixou de financiar projectos para a construção com material local e ampliou o leque dos seus diagramas. "Aqui houve a necessidade de, para além de financiar as infra-estruturas básicas, também começar a fortalecer as capacidades institucionais para que as pessoas envolvidas nos projectos pudessem receber formações com vista um melhor asseguramento dos projectos", salientou.

Por este motivo, o FAS criou o núcleo de comunitários, um órgão sediado na comunidade geralmente constituído por cinco membros, que servia como elo entre o Fundo e a comunidade.

Nesse período, salientou, fez-se uma avaliação positiva e através do Governo implementou-se o FAS III, que funcionou com uma percepção mais objectiva que as duas fases anteriores. Este foi implementado no período 1998/2011 em que se ampliou o leque de actividades e alterou-se a metodologia.

"Tivemos que englobar um outro elemento que se prende com as instituições públicas. Começamos a trabalhar com o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) e com várias instituições de formação para que as administrações municipais pudessem gerir melhor o dinheiro que lhes era dado", elucidou.

Todavia, reconheceu que o FAS IV é uma fase já moderna relativamente às outras e aglutina dois elementos novos, nomeadamente o Desenvolvimento da Economia Local e os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS).

"Conseguirmos atingir o maior nível de projectos"

De 1994 a 2008, o FAS actuou mais em zonas do litoral, em que a livre circulação da população e bens era possível. Nesse período cerca de 1.300 projectos abrangeram escolas, postos de saúde, residências para professores e alguns projectos na esfera do microcrédito. Estes resultaram em cerca de 14 mil empregos e 20 mil beneficiários.

"Dada a situação que o país vivia na altura, o FAS conseguiu atingir o maior nível de projectos, ou seja,

tínhamos mais valores monetários que o próprio Governo, porque a maior parte dos valores do Governo eram alocados para a defesa e segurança", referiu.

Salientou ainda que o FAS entrava numa aldeia e constituía o respectivo núcleo comunitário que por sua vez identificava os, seus projectos e aconselhava o Fundo no sentido dos financiamentos se ajustarem ao contexto da própria povoação.

Actualmente o cenário é diferente, e a título piloto conseguiram, num conjunto de nove municípios, atribuir um milhão USD a cada um, destinados ao financiamento de projectos, após beneficiarem de uma formação pertinente.

"Existem formações, e cada administração de município tem de ter um perfil que caracteriza o próprio município para se ver quais os sectores a operar", enunciou.

Assim sendo, criaram o conselho de representantes que hoje está legalizado ao abrigo da Lei 10 que é o CAC, que determina que a comunidade deve dar o seu ponto de vista. As comunidades participam directamente na tomada de decisões a nível das administrações dos municípios.

Fiscalização garantida

A fiscalização das ações do FAS está a cargo de empresas que participam nos concursos públicos realizados pelo Fundo. "Por exemplo, na componente de infra-estruturas básicas, o FAS realiza concursos para os quais convida várias empresas a participarem, de onde se cria uma comissão de avaliação de propostas, tendo como ferramentas básicas as regras do Banco Mundial onde se faz a selecção", assinalou.

Neste sentido, as empresas vencedoras é que executam os projectos. Por outro lado, faz-se um outro concurso de fiscalização por parte de agentes externos, em que qualquer indivíduo pode participar.

Sendo um dos objectivos do FAS, a melhoria dos serviços sociais básicos ao nível da qualidade e sustentabilidade da sua prestação, está a trabalhar com o IFAL, sob orientação do MAT, no sentido de fornecer formações às administrações municipais.

Desde a sua implementação até hoje, o FAS já construiu um milhão de infra-estruturas e atingiu quase 10 milhões de beneficiários directos e indirectos em todas as províncias, com mais incidência do litoral. Por exemplo, nos FAS II e III, 86% das estruturas existentes no Cuanza-Sul foram financiadas pelo Fundo.

A implementação do FAS conta com o suporte financeiro de diferentes fontes, entre os quais, dotações do Governo de Angola, créditos do Banco Mundial, doações da União Europeia, PNUD e USAID. Recebe igualmente apoio de várias embaixadas, tais como da Noruega, Suíça, Irlanda, Espanha, entre outras, sendo o Banco Mundial o grande financiador.

Um dado novo constatado pelo O PAÍS ao longo da entrevista é que o Fundo de Apoio Social, desde a sua criação até aos dias de hoje, já recebeu USD 700 milhões. Um dinheiro que só aparece depois dos gastos serem justificados.

"Neste momento esperamos por USD 70 milhões do Banco Mundial, e todo o dinheiro que recebemos deve ser bem justificado, porque vem de forma faseada e com um prazo determinado para ser gasto. A vantagem de trabalhar com o Banco Mundial e a União Europeia é que tu tens auditorias financeiras de todos os projectos", referiu.

#### Perspectivas

Neste momento, o FAS desenvolve o "Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS)" em parceria com o Ministério da Saúde e sob orientação do Ministério da Administração do Território.

Para além de trabalharem com Ministério da Saúde, trabalham com todas as ONG ligadas à esta área no sentido de promoverem a saúde comunitária.

Santinho Figueira disse tratar-se apenas de um projecto piloto, cuja avaliação deve terminar em 2018, e só depois é que vai estender-se ao resto do país, sendo que agora o projecto ADECOS abrange seis províncias, entre elas Luanda, Lunda-Norte, Malanje, Uíge, Bengo e Moxico.

"Estamos também a elaborar algumas aldeias rurais auto-sustentadas, e numa primeira fase escolhemos três províncias para beneficiar do trabalho piloto, que são o Huambo, Namibe e Cabinda", enumerou.

Trabalha-se já na elaboração dos perfis municipais com as administrações, sendo que 99 municípios já estão cadastrados e que até ao final do próximo ano todos serão abrangidos.

#### Papel do FAS

O FAS tem o foco na redução das disparidades geográficas, através da provisão de uma rede de serviços e infra-estruturas sociais, respostas rápidas e sustentadas às prioridades das comunidades, intervenções complementares às dos governos Central

e Provincial, cujos sectores de intervenção são: educação, saúde, água e saneamento, sectores produtivos e económico.

Hoje o FAS conta com 144 funcionários em todas as províncias, três dos quais expatriados, e a sua intervenção regista-se nas 18 províncias do país, através de escritórios e antenas.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Usaid e KixiCrédito assinam memorando de entendimento para aumentar o uso de redes mosquiteiras

*Jornal O País*  
07 De Outubro de 2017

O memorando de entendimento é uma parceria público privada que visa apoiar os esforços do Governo de Angola na campanha universal de distribuição de mosquiteiros tratados com insecticida.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a KixiCrédito Angola assinaram no passado mês, a 22 de Setembro, um Memorando de Entendimento com o objectivo de estabelecer um quadro de coordenação entre as duas instituições para aumentar o uso de redes mosquiteiras na província da Lunda - Norte.

Segundo uma nota chegada a OPAÍS, da parte da USAID Angola o documento foi assinado pelo seu director, Derrick Brown, e pelo KixiCrédito Angola pelo director Executivo, Joaquim Catinda.

Diz a nota que com esta parceria o KixiCrédito começa por disponibilizar 22 mil 750 dólares norte-americanos para o parceiro de implementação, Population Service International (PSI). A contribuição custeará as despesas com a comunicação e subsídios dos activistas envolvidos na distribuição de redes mosquiteiras naquela província do Norte de Angola.

A presente campanha, liderada pelo Governo de Angola, tem como meta a redução da morbilidade e da mortalidade causadas pela malária em um terço, aumentando o número de pessoas utentes de mosquiteiros de 33 para 80%; e o número de pessoas que efectivamente utilizam os mosquiteiros de 10 para 50%.

Recordar que a USAID já contribuiu com cerca de 19 milhões de dólares para a aquisição e distribuição de 2,8 milhões de mosquiteiros em 5 províncias do país, numa primeira fase.

KixiCrédito é uma instituição financeira não bancária, sociedade de microcrédito em Angola, que nasceu de um projecto financiado pela USAID e pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional Britânico (DFID), através do Development Workshop (DW) - uma organização não-governamental angolana

voltada para a inclusão financeira e desenvolvimento urbano, criada no final dos anos 1990.

### 2.2 Vendedoras do Uíge devolvem créditos

*Jornal de Angola*  
08 De Outubro de 2017

Cento e quinze mulheres que se dedicam ao processamento e venda de pescado no Uíge beneficiaram, em 2016, de 34,5 milhões de kwanzas em micro-crédito, à razão de 300 mil kwanzas cada, revelou na quinta-feira à Angop o chefe do Departamento da Pesca daquela província.

Nsuka Ndongala indicou que os empréstimos foram concedidos pelo Banco de Comércio e Industria (BCI), em resultado de um acordo estabelecido com o Ministério das Pescas e o Instituto de Pesca Artesanal, e destinam-se a impulsionar os negócios das vendedoras.

Estas, afirmou o responsável, estão a cumprir o prazo de reembolso e 33 beneficiárias já reembolsaram o empréstimo antes do prazo, declarou o chefe de departamento, adiantando que, desde o início da liquidação, foram devolvidos ao BCI 105,6 milhões de kwanzas.

O empréstimo tem um prazo de reembolso de um ano, Inclui um período de graça de dois meses e termina em Dezembro deste ano.

Nsuka Ndongala revelou que o sector colocou outras 200 vendedoras e 65 aqüicultoras numa lista de beneficiárias de crédito bancário.

Quarenta e quatro associações de pesca artesanal e 32 projectos de produção capturaram, de Junho a Setembro, 352 toneladas de pescado, contra as 320 toneladas em igual período do ano passado, antes de atribuição de crédito às vendedoras de peixe.

O sector da pesca tem 1.495 pescadores e 44 associações e instalar dois postos frigoríficos com alta capacidade de armazenamento.



## 2.3 USAID e Kixicrédito juntos na luta contra a malária

*Jornal Manchete*

*13 De Outubro de 2017*

*Texto: Jorge Neto*

De acordo com um comunicado de imprensa chegado a nossa redacção o documento assinado pelo Sr. Derrick Brown, Director da USAID Angola, e o Sr. Joaquim Catinda, Director Executivo da Kixicrédito Angola, assinala uma parceria público-privada, que visa apoiar os esforços do governo de Angola na campanha universal de distribuição de mosquiteiros tratados com insecticida.

Com essa parceria a KixiCrédito começa por disponibilizar 22,750 dólares norte americanos para o parceiro de implementação, Population Service International (PSI). A contribuição custeará as despesas com a comunicação e subsídios dos activistas envolvidos na distribuição de redes mosquiteiras naquela província do Norte de Angola, refere a nota de imprensa.

A campanha, liderada pelo governo de Angola, tem como meta a redução da morbidade e a mortalidade causada pela malária em um terço, aumentando o número de pessoas utentes de mosquiteiros de 33 para 80%; e o número de pessoas que efectivamente utilizam os mosquiteiros de 10 para 50%.

A USAID já contribuiu com cerca de 19 milhões de dólares para a aquisição e distribuição de 2,8 milhões de mosquiteiros em 5 províncias do país numa primeira fase.

Com esta parceria a KixiCrédito pretende juntar-se ao Fórum do Parceiro da Malária, que futuramente poderá identificar outras áreas onde possa contribuir para o controlo bem sucedido da malária em Angola.

A USAID/ Angola, através da sua iniciativa presidencial de malária, é o maior contribuinte financeiro e técnico na luta contra a doença em Angola. Nos últimos 10 anos, a assistência da USAID apoiou a aquisição e distribuição de cerca de oito milhões de redes mosquiteiras para mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos de idade em unidades sanitárias.

## 2.4 Crédito malparado mantém-se em alta, activos crescem 16%

*Novo Jornal*

*20 De Outubro de 2017*

*Texto: Faustino Diogo*

Os activos da banca no ano passado cresceram 16%, comparativamente a - 2015, de acordo com a 12.a edição do estudo "Banca em Análise" apresentada esta semana, em Luanda, pela consultora Deloitte.

O estudo avança que este crescimento representa 8.702 mil milhões de kwanzas, com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) a liderar nos activos, seguido do Banco Angolano de Investimento (BAI), Banco Fomento Angola (BFA), Banco internacional de Comércio (BIC) e Banco Atlântico. Os cinco maiores bancos representaram 73% do total do activo na banca no país.

O crédito concedido aos clientes também cresceu ficando acima dos 3.062 mil milhões de kwanzas, 12% a mais que a dois anos, com o BPC a manter-se como o banco que mais empresta, atingindo uma carteira de crédito de 1 052 180 milhões de kwanzas.

No entanto, o crédito malparado, apesar de não haver uma variação percentual e situar-se nos 13% de 2015, disparou para mais de 600 milhões de kwanzas, tendo em atenção montante do crédito dado no ano passado.

De acordo com a 12." edição do estudo Banca em Análise, o peso dos depósitos em moeda nacional manteve, em 2016, a sua tendência de crescimento em detrimento da moeda estrangeira, passando a representar 67% dos depósitos totais. O valor total dos depósitos de clientes no sector bancário nacional foi de 7.043 mil milhões de kwanzas nesse ano, representando um crescimento de 16% comparativamente a 2015, valor que incorpora o efeito da valorização dos depósitos em moeda estrangeira ao câmbio oficial.

A nível dos resultados líquidos dos bancos comerciais, registaram-se algumas alterações nas posições dos cinco maiores bancos relativamente a 2015. O BFA manteve-se na liderança com o melhor resultado com 61 713 milhões de kwanzas. O BAI passou para a segunda posição, relegando o BIC para o terceiro posto.

"O sector bancário angolano demonstrou em 2016 um elevado grau de resiliência. Apesar da conjuntura económica adversa materializada nos níveis historicamente baixos da cotação do petróleo nos mercados internacionais, conseguiu alcançar um desempenho positivo, sendo de destacar o reforço dos

fundos próprios dos bancos, que registaram um aumento de cerca de 26% face a 2015", salienta Duarte Galhardas, presidente da Deloitte em Angola.

## 2.5 Remessa de emigrados cai 21,1 por cento

*Jornal de Angola*  
24 De Outubro de 2017

As remessas dos emigrantes portugueses a trabalhar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) desceram 21,1 por cento em Agosto, para 16,2 milhões de euros, enquanto os imigrantes lusófonos enviaram 3,4 milhões de euros, descendo 12,6 por cento, face a Agosto de 2016.

Dados do Banco de Portugal indicam que os emigrantes portugueses a trabalhar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa enviaram 16,2 milhões de euros, o que representa uma descida de 21,1 por cento, face aos 20,5 milhões enviados em Agosto de 2017.

Envios de Angola

A República de Angola, como é tradicional ao longo dos anos, representa a esmagadora maioria deste valor, com 15,5 milhões de euros enviados pelos portugueses, valor que representa uma descida de 21,1 por cento, face aos 19,1 milhões de euros enviados pelos portugueses em Agosto do ano passado.

Em sentido inverso, os estrangeiros lusófono a trabalhar em Portugal enviaram para os seus países de origem 3,4 milhões de euros, o que representa uma descida de 10,7 por cento, face aos 3,9 milhões de euros enviados em Agosto do ano passado.

A nível global, as remessas dos emigrantes portugueses subiram 17,1 por cento, para 297,8 milhões de euros em Agosto, face ao mesmo mês de 2016, enquanto os emigrantes enviaram para os seus países menos de 12,6 por cento que no período homólogo.

## 2.6 Créditos do Banco Nossa vendidos por metade do valor

*Jornal Expansão*  
27 De Outubro de 2017  
Texto: Isabel Costa Bordalo

Três meses depois de colocar à venda a carteira de créditos do Nosso Banco, extinto a 11 de Novembro de 2016, por decisão do Banco de Moçambique, a comissão liquidatária daquela instituição bancária começou a pagar aos depositantes e credores com os

21 milhões USD reunidos até agora, que representam menos de metade do seu valor.

Os pagamentos abrangem alguns dos clientes e credores que foram parcialmente reembolsados após o encerramento e que, segundo o Banco de Moçambique, devem agora receber o remanescente, como refere uma fonte ao jornal moçambicano O País.

A comissão liquidatária do extinto Nosso Banco, que tinha como accionistas maioritários o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a empresa pública de Electricidade de Moçambique, colocou à venda a carteira de crédito detida pela instituição em Julho último. No anúncio, a comissão liquidatária, confiada à Deloitte and Touch, esclareceu que pretendia alienar, através de venda directa, a carteira de crédito a outras instituições de crédito e a sociedades financeiras.

Os créditos constituíam o "grosso do activo do extinto banco, muito acima dos valores de depósito e dos bens móveis e imóveis pertencentes ou que eram pertença da instituição", como noticiou em Julho o jornal digital MediaFaz, ascendendo, à data, ao equivalente em meticais a 49,4 milhões USD.

Apesar de boa parte do crédito estar numa situação de "malparado", o MediaFaz revelou que muitos mutuários procuraram a comissão liquidatária para negociar os pendentes que tinham com o banco, que operava no país desde 1999. A menos de um mês de esgotar o prazo de um ano dado pelo regulador para a gestão de todo o processo relacionado com a liquidação do banco, a comissão liquidatária começou a pagar aos clientes e credores, enquanto continua a desenvolver esforços para cobrar dívidas aos mutuários que negociaram empréstimos com o Nosso Banco.

Aquando da extinção do banco, o Fundo de Garantia constituído pelo regulador só reembolsou os credores e depositantes até um limite máximo de 326 USD, como esclareceu, em comunicado, o Banco de Moçambique. No documento, o regulador acrescentou que o Fundo de Garantia iria abranger apenas os depósitos expressos em meticais e titulados por pessoas singulares residentes na República de Moçambique.

Milhares de clientes perderam parte das suas poupanças, com a liquidação decidida pelo Banco de Moçambique, que alegou na altura insuficiência de liquidez e insustentabilidade do Nosso Banco. Muitas empresas que tinham depósitos na instituição também perderam os valores, o que agravou o clima de receio entre os empresários.

Numa primeira fase, apenas foram abrangidos pelos reembolsos os depositantes, fornecedores de bens e serviços, Estado e ex-trabalhadores, Os accionistas ficaram para uma fase posterior.

Na mesma altura que ordenou a recapitalização do Moza Banco, detido pelo Novo Banco e a Moçambique Capitais, o Banco de Moçambique decidiu liquidar o Nosso Banco devido à degradação contínua dos principais indicadores prudenciais e de rentabilidade. Pesaram também na decisão os fundos próprios negativos, o capital social muito abaixo do mínimo regulamentar e a fraca liquidez.

Na altura, a Confederação de Associações Económicas (CTA) ponderou aconselhar os seus associados a não efectuarem depósitos em bancos nacionais, com receio de risco sistémico.

## 2.7 Banco lucra mais 60% e aumenta aplicações em dívida pública

*Jornal O País*

*30 De Outubro de 2017*

*Texto: Luís Faria*

Os investimentos financeiros da banca nacional cresceram mais de 33% no último ano, passando também a representar mais de 33% do total do activo dos bancos, ao passo que o crédito concedido à economia ter registado um crescimento muito mais modesto, de 11%, representando 35,1% do total do activo. As condições da economia angolana explicam esta evolução, de acordo com o relatório da ABANC, Associação Angolana de Bancos, respeitante a 2016. De acordo com o documento, 'a desaceleração do crescimento da economia e o aumento das necessidades de financiamento público explicam que se tenha registado um crescimento significativo dos investimentos financeiros (33,2%) compostos essencialmente por títulos de dívida pública, enquanto o crédito concedido à economia mostrou um crescimento bastante mais moderado (13,0%)'. A concessão de crédito continua a ser a principal actividade dos bancos e aquela que tem mais peso na estrutura do activo, sendo logo seguida pelos investimentos financeiros.

O aumento das necessidades de financiamento público também explica que a parte das reservas obrigatórias a que os bancos estão obrigados e que pode ser cumprida com obrigações do Tesouro tenha aumentado de 5% para 10%, reduzindo-se assim o valor das reservas obrigatórias cumpridas em depósitos junto do Banco Nacional de Angola (BNA).

O total do activo do sector bancário nacional cresceu, em 2016, 15,9% face a 2015, o que se fica muito a dever à desvalorização do kwanza face ao dólar, o que apreciou os activos da banca em moeda estrangeira.

No final do último ano os bancos nacionais apresentavam um activo de Kz 8.721.262 milhões.

### Crédito

No último ano, 29,5% do crédito ainda foi concedido em moeda estrangeira, embora no final de 2016 o valor do crédito denominado na moeda nacional fosse superior ao apurado no final de 2015 em 29,5%. O documento da ABANC revela que 'descontando o efeito da desvalorização do kwanza contra o USD, de 23% durante o ano, o aumento verificado foi de 6,5%, isto é, um pouco mais de metade do aumento do stock do crédito denominado em kwanzas em 2016 é explicado pela desvalorização da moeda nacional'.

Foram as empresas quem recebeu a maior parcela do crédito atribuído (77%, mais 5,5 pontos percentuais na estrutura do crédito do que no ano passado), seguindo-se os particulares (14,6%, 4,1 pontos abaixo de 2015) e o Estado (8,5%, menos 1,2 pontos que no ano anterior). Grande parte do crédito (73,5 %) foi concedido a maturidades mais longas (médio e longo prazo), tendo sido o comércio por grosso e a retalho o principal beneficiado (30,4% contra 23,5% em 2015). Também as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas alargaram consideravelmente a respectiva quota sobre o crédito total, passando de 15,6% em 2015 para 27,4% no último ano. Só os particulares e 'outras actividades colectivas, sociais e pessoais receberam menos em, préstimos por parte dos bancos.

O crédito vencido aumentou mais de 30%, correspondendo a 11,9% do total do crédito. São as empresas que detêm 85,4% do crédito vencido (uma participação que não se alterou significativamente em relação ao exercício anterior), seguindo-se os particulares (11,6%, a que corresponde um aumento muito ligeiro) e o sector público 3% (mais 0,9% que em 2015).

Tanto o crédito vencido sobre o crédito bruto, como as imparidades sobre o crédito bruto subiram em 2016, assinalando o documento da ABANC e que 'no contexto da África Subsaariana, Angola apresenta níveis de crédito vencido acima da média da região'.

### Resultados

Os 25 bancos angolanos considerados obtiveram, no seu conjunto, lucros de Kz 175 mil milhões, o que traduz um aumento de 60,5% em relação a 2015.

Para isso contribuiu o facto de a margem financeira, a componente com maior peso na demonstração de resultados, ter registado um crescimento de 49,2% face a 2015. De ressaltar que os juros dos investimentos financeiros aumentaram 79% em 2016 face a 2015, de Kz 140 mil milhões para Kz 252 mil milhões, tendo os juros recebidos do crédito a clientes crescido de KZ 295 mil milhões em 2015 para Kz 385 mil milhões em 2016, um aumento de 31%, resultado em grande parte da subida das taxas Luibor que servem de indexantes para o crédito.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Lucros baixam no mercado 11 de Novembro

*Jornal de Angola*  
02 De Outubro de 2017  
Texto: Manuela Mateus

No mercado 11 de Novembro, situado no bairro da Sapu 11, no município de Talatona, é comercializado uma vasta gama de produtos, a grosso e a retalho. Muitos destes bens são despachados a vendedoras de outras praças municipais.

O administrador do mercado, Manuel Fernando Fala, revelou que a praça é privada. "O mercado 11 de Novembro, "Braços e Filhos", como também é conhecido, nasceu há cerca de cinco anos e alberga, maioritariamente, mulheres que vendiam produtos diversos na rua onde estamos e nos arredores", esclareceu o responsável.

A funcionar com carácter provisório, o mercado 11 de Novembro tem capacidade para mil e quinhentas quitadeiras e conserva ainda muitos lugares vagos, à espera das senhoras que teimosamente vendem na rua.

Apesar deste constrangimento, o administrador do espaço anunciou que está em curso a construção de um mercado de raiz, nas imediações do bairro da Sapu 11, que vai acolher cinco mil vendedoras. "Haverá lugar suficiente para acolher todas as quitadeiras que ficam nas ruas. Pena é que a maioria não recebe bem a ideia de vir para aqui", lamentou Manuel Fernando Fala.

#### ALTOS E BAIXOS NOS NEGÓCIOS

No mercado 11 de Novembro, a comercialização de produtos é feita por áreas. Podemos encontrar de tudo um pouco: hortaliças, frutas, perecíveis, roupas usadas, materiais de construção, alimentação e armazéns.

Luzulau António, comerciante e coordenador da área de venda de carvão e barrotes para construção civil, contou ao Luanda, Jornal Metropolitano, que, antes da crise económica, as vendas eram mais lucrativas.

Não tendo outro modo de garantir o sustento da família, ele e colegas do mercado permanecem fiéis ao negócio, na confiança de que maiores lucros viram com o tempo. Alguns barrotes de madeira são provenientes das províncias do Bengo e Cuanza-Norte, adquiridos a preços de 400 kwanzas cada e

revendidos a 700 ou 600 kwanzas. Para justificar esta quebra nas vendas, o comerciante buscou vários motivos. Muitas pessoas pararam as obras de construção civil, outros não têm dinheiro para adquirir materiais.

Luzulau António recordou que, em anos anteriores, num dia, lucravam entre 50 a 100 mil Kz. Mas, agora, as vendas diminuíram consideravelmente. "Há dias em que não vendo absolutamente nada", confessou.

### 3.2 Roupas usada veste luandenses

*Jornal de Angola*  
2 De Outubro de 2017  
Texto: Solange da Silva

Se, nos anos 60 e 70, os armazéns da Gajageira vestiam grande parte dos luandenses, preços ao alcance de todos os bolsos, hoje, realidade é outra. Há muito boa gente a vestir-se dos chamados fardos ou "fardex". Na verdade, em Luanda, a venda de roupa usada sempre foi um bom negócio nunca teve falta de clientes.

Nos últimos tempos, notamos que a roupa usada vende muito, não só pela preferência de uns, mas, sobretudo, pela necessidade da maioria. A crise económica obrigou o luandenses a ocorrerem-se das "boutiques" que vendem este tipo de roupas, por oferecerem melhores preços.

Este negócio do fardo, por sua vez, lançou dezenas de mulheres ao mercado. As vendedoras que fazem das ruas suas lojas conseguem dar respostas às necessidades dos clientes. A "roupa de fardo" povoam o mercado "Arreiou- Arreiou", como se diz popularmente. Há muita gente desejosa em comprar e ninguém se queixa dos preços, o que indica que eles estão sempre arriados.

É comum ver-se, em vários pontos da cidade de Luanda, roupas usadas penduradas em paredes, onde são expostas como nas montras de boutiques. Também podemos encontrar essas roupas nas bancas de mercados, em paragens de táxis, em contentores e nos armazéns. A tática de usar a paredes, tanto nos mercados formais e informais, funciona como chamariz ao último grito da moeda.

Boutiques em paredes e a céu aberto

Ano Maria, 45 anos, vende roupas usadas há mais de dez anos, no mercado dos Congolenses. Ela disse a reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, que coloca as roupas na parede para "chamar os clientes. Muitas pessoas não têm paciência de escolher as peças que colocamos no chão, aos montes. Mas, quando



olham para as penduradas nas paredes, interessam-se e o nosso trabalho fica facilitado”.

Ana Maria compra a mercadoria a baixo preço, em alguns armazéns da Via-Expresso e do Cazenga. “Estas roupas usadas têm mais qualidades do que certas peças novas, de origem duvidosa, e que são vendidas a preços altos”, gaba-se a vendedora, que, com uma das mãos, segura uma toalha para sacudir a poeira e, com a outra, imobilizar o guarda-sol que lhe cobre o corpo robusto.

Teresa Ngunga, do mercado do São Paulo, também vende fardos há mais de vinte anos. “Sempre foi um negócio de altos e baixos. Mas, ultimamente, está a dar muitos lucros”. A experiência ensinou-lhe que, neste negócio, não se colhem apenas bons frutos.

“Vender roupas usadas é um negócio arriscado. Podemos ter o azar de abrir um balão de fardo que tenha roupas sem qualidades... Acabamos por perder dinheiro”, advertiu.

Ela já vendeu roupas usadas nos mercados Roques Santeiro, Katinton e Asa Branca. Agora no “Arreiou-Arreiou”, ainda teme os agentes da fiscalização, que, a qualquer hora, podem aprender as suas mercadorias penduradas nas paredes.

A vendedora reconhece que expor as roupas na rua e nas paredes é ilegal. “Por isso, os agentes da fiscalização apreendem as nossas mercadorias. Mas temos mesmo de usar esta técnica para atrair clientes”, argumentou. Para ela, as paredes, transformadas em montras, ajudam a vender ainda mais.

Vender roupa, seja onde for, é encarada pelas vendedoras como uma saída para fugir do desemprego. O facto de, já há alguns anos, o número de pessoas nesta actividade ter aumentado, significativamente, pode ser indicativo da escassez de emprego. São muitas as jovens mulheres que ganham o sustento das famílias com a venda da roupa usada.

### 3.3 Venda ambulante

*Jornal de Angola*  
*02 De Outubro de 2017*

Outro problema preocupa as autoridades locais: a venda ambulante. Segundo o administrador, o distrito urbano do Rangel dispõe de dois centros comerciais, nomeadamente, Congolese e Gajajeira. Por outro lado, citou os mercados dos Congolese, da Chapada e do Tunga Ngó, também à disposição, mas que se encontram vazios, “porque as pessoas pensam que vender na rua é melhor”. O responsável recordou que

a venda na via pública constituiu crime de transgressão administrativa.

Dois quintais foram disponibilizados, na área das Pedrinhas, para acomodar as vendedoras que comercializavam os produtos na rua, segundo o administrador. Mas ninguém os ocupou. o que lamentou, pois “há a insistência de se fazer o negócio na rua”.

O Rangel está a ser assolado por roturas de água, “por causa do aumento na distribuição”. Os bairros mais afectados são a Vila Alice e a Terra Nova. Por exemplo, as ruas do Goa e Macau, junto à fábrica FTU, encontram-se totalmente inundadas. Francisco Naval garantiu que os técnicos afectos à EPAL estão no terreno para contornar a situação.

As obras de requalificação que decorriam na Terra Nava fizeram que algumas sarjetas não funcionassem. “Estas roturas têm a ver com as canalizações, que são bastante antigas e que precisam de substituição”, explicou.

### SEGURANÇA PÚBLICA

A situação de segurança no Rangel é normal. O administrador do distrito descreveu o quadro como “calmo”, o que se deve “à estratégia utilizada pela Polícia e que está a baixar, consideravelmente, os índices de criminalidade no distrito”.

Os crimes mais relevantes na circunscrição têm a ver com rixas entre os gangs no interior do bairro. “São grupos juvenis que se confrontam com garrafas. Mas a Polícia está atenta à situação”, esclareceu.

Francisco Naval, explicou que, recentemente, um grupo de 40 indivíduos foi detido e conduzido à cadeia, por prática de actos criminosos. Acrescentou que alguns desses delinquentes são menores de idade e, a pedido da Procuradora do distrito, os encarregados foram responsabilizados e intimados a comparecer, periodicamente, para informar às autoridades sobre o comportamento dos filhos.

O distrito urbano do Rangel é composto pelos bairros do Marçal, Zangado, CTT, Precol, Tunga Ngó, Terra Nova, Nelito Soares e Rangel (sede).

### 3.4 Venda na rua

*Jornal de Angola*  
*02 De Outubro de 2017*

Nos últimos tempos, a venda de medicamentos também é feita de forma desregrada, na via pública. Embora os vendedores, na sua maioria, se recusem a

abordar o assunto, João Luzadiako não teve problemas. Vendedor ambulante do produto, ele justifica-se com uma pergunta recorrente: "se não tenho emprego, vou viver de que?" Acrescenta que já esteve preso, por vender medicamentos na rua. "Mas não deixo, por não ter outra forma de ganhar o pão para sustentar a família".

Para a farmacêutica Josefa Gabriel Fernando, "as consequências resultantes da compra em farmácias improvisadas ou na rua podem ir até à morte, por intoxicação, ou reacções a medicamentos, que perdem elementos químicos, por causa do sol".

A especialista alerta que muitos medicamentos que circulam em algumas farmácias e ruas já foram proibidos pela Organização Mundial da Saúde. "Na praça é mais barato, mas é sempre bom pagar um pouco mais e ter a saúde em dia, do que poupar e pôr a vida em risco", aconselhou.

## EPICENTROS

Cazenga, Viana e Kilamba Kiaxi podem ser considerados os municípios com o maior número de farmácias geridas por cidadãos estrangeiros. No Cazenga, muitas farmácias são tidas como ilegais e como estando a comercializarem medicamentos expirados. Os proprietários, entretanto, alegam que têm os documentos em dia que cumprem com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

"Tratamos todos os documentos que a Lei angolana exige. Mesmo assim, somos constantemente apoquentados pela fiscalização e por outros órgãos", disse um farmacêutico, que não se quis identificar.

Na Mabor, um dos bairros com o maior número de farmácias geridos por cidadão estrangeiros, alguns estabelecimentos encontravam-se encerrados, por estarem ilegais. Na Vila do Gamek, na farmácia de um cidadão maliano, ocorre uma situação não tão caricata assim: uma mulher desejava comprar creme depilador. O farmacêutico desconhecia de que se tratava.

No distrito urbano do Rangel, várias farmácias estão fechadas. Os proprietários, cidadãos malianos foram intimados pela Polícia Económica, por venda de fármacos fora do prazo.

## ALERTAS

O Governo da Província de Luanda, ao abrigo do regulamento sanitário do país, proibiu, em Maio de 2009, a comercialização de medicamentos e equipamentos hospitalar em locais impróprios e inadequados.

Os fármacos vendidos em locais como mercados, ruas, cantinas e farmácias, sem condições, ao invés de curar as doenças podem matar, tendo em conta a má conservação e a exposição à luz solar. O alerta é do Instituto Nacional da Defesa do Consumidor (INADEC).

O INADEC lembra que o consumidor pensa que está comprar mais barato nestes locais do que na farmácia. A instituição aconselhou a população a ter muita atenção com os prazos de validade e o estado de conservação na compra de medicamentos, de forma a se evitarem males maiores.

## 3.5 Paralelo detém 80 por cento

*Jornal de Angola*

*05 De Outubro de 2017*

*Texto: Armando Estrela*

Os comerciantes na informalidade detêm uma quota de mercado em torno de 80 por cento, incluindo no seio de pequenos e diversificados retalhistas, um dado que toma precário e vulnerável o crescimento e o desenvolvimento da economia angolana.

Técnicos ligados ao programa dão conta que, em Angola, a actividade formal (oficial) tem uma ligação muito estreita com o sector informal (não oficial), com o sector oficial a queixar-se da concorrência desleal do comerciante na informalidade que detém uma quota de mercado em torno de 80 por cento, incluindo pequenos e diversificados retalhistas que tornam precário e vulnerável o crescimento e o desenvolvimento da economia.

O programa de transferência de toda a actividade comercial informal para o circuito oficial, iniciado a 11 de Setembro passado nos principais mercados da capital angolana, registou nos primeiros oito dias, apenas no "Mercado do Km 30", em Viana, 4.600 agentes económicos fora do sistema fiscal, que exercem a venda de mercadorias diversas em bancadas.

Dados fornecidos pela administração do "Mercado do Km 10" mostram a existência de outros 455 contribuintes a exercer actividades em armazéns, mediante alvarás alugados de venda a retalho, a efectuarem a venda a grosso, tal como foi identificado pelos técnicos dos ministérios Finanças, Comércio, Interior, Pescas, Agricultura e Saúde, entre outros determinantes sectores da cadeia do comércio internacional que actuam no programa.

Entre 11 e 22 de Setembro, no "Km30" de Viana e arredores, incluindo a zona da Estalagem, foi possível

recuperar' em apenas 56 notificações emitidas, dívida em impostos correspondentes aos anos entre 2013 e 2016, estimada em 32,8 milhões de kwanzas, relativas aos impostos industrial (II), selo (IS) e Predial Urbano (OPU). Desse valor, mais de três milhões de kwanzas foram liquidados durante a campanha.

No período em análise, 741 contribuintes tomaram contacto com os técnicos tributários pela primeira vez, 1.084 Contribuintes do "Tipo 1" foram cadastrados e 1.010 cartões de contribuintes foram emitidos.

Coordenados pela Terceira Região Tributária, os técnicos sensibilizaram os contribuintes sobre as vantagens da formalização e pagamento dos impostos, identificam e registam os contribuintes não cadastrados, além de actualizações do NIF (Número de Identificação Fiscal), notificam os contribuintes por não pagamento de impostos, por falta de cadastramento e apresentação de declarações fiscais, aumentam o nível de educação fiscal dos cidadãos, visando que todos contribuam para a justiça fiscal e uma concorrência justa.

#### Impulso do Executivo

Com essa realidade, a formalização da economia é encarada como um dos principais objectivos do Executivo angolano, dentro da sua iniciativa que busca promover a sua diversificação, visando o alargamento da base tributária e a redução das importações.

Durante esse processo de transferência, a Administração Geral Tributária (AGT), instituição que impulsiona tecnicamente a campanha em nome do Ministério das Finanças, e os demais parceiros devem contar, infalivelmente' com a pertinente colaboração de outras entidades adstritas aos governos provinciais e às administrações municipais e comunais, enquanto principais gestores dos mercados públicos espalhados pelo país.

Esta iniciativa de alargamento da base tributária, bem enquadrada no programa de "Combate à Informalidade", que se promove no sentido de se trazer mais contribuintes para a formalidade e, assim, cumprir-se com as obrigações fiscais inerentes, deve culminar com um sector formal organizado e deve levar os contribuintes a observarem a importância e as vantagens da aderência ao sistema formal.

#### Lançamento

Na experiência piloto dos serviços regionais tributários Luanda e Bengo, estão projectados os mercados luandenses "Kifika" e "Cantinton". Porém, o processo de cadastramento e actualização dos comerciantes na informalidade, que tende oficializar o comércio de

cada cidadão, inicialmente perspectivado como "tímido", já resulta numa grande afluência.

A previsão dos parceiros era passar de mercado em mercado para a formalização de cada actividade comercial, de acordo com um calendário previamente elaborado' mas foram os vendedores na informalidade que surpreenderam, passando a procurar os técnicos onde quer que estivessem, para se registarem, ainda que tal implique percorrer vários quilómetros entre o local que praticam a actividade diária e o provável lugar em que o registo é efectuado.

Com base no calendário de cada Repartição Fiscal dos serviços regionais tributários' nessa primeira fase os técnicos intervêm apenas nos principais sectores informais da cidade de Luanda, como mercados, feiras e lojas de bebidas alcoólicas (1 Repartição Fiscal), mercado dos Correios (2.ª Repartição Fiscal), mercado dos Kwanzas (3 Repartição Fiscal), mercado do Cantinton (4 Repartição Fiscal), mercado do Km 30 (Repartição Fiscal de Viana) e o mercado do Kikolo (Repartição Fiscal de Cacucaco).

A Terceira Região Tributária é um dos sete serviços regionais da Administração Geral Tributária (AGT), o organismo do Estado que tem por missão fundamental propor e executar a política tributária do Estado, assegurando o seu integral cumprimento' administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos.

#### Agenda para o Bengo

Na província do Bengo, os serviços regionais tributários estão a intervir, nesta fase inicial, no Mercado de Exploração de Inertes (Repartição Fiscal de Caxito) e nos Hotéis, Pensões, mercados e Cantinas (Repartição Fiscal do Ambriz).

Para essa campanha de formalização das actividades desenvolvidas por cada cidadão, a prioridade de actuação nos mercados recai para armazéns a grosso e a retalho, bancadas no interior e exterior de mercados, cantinas, farmácias, geladarias, padarias, restaurantes e roulettes. Além desses locais associados a mercados, a iniciativa considera também como sectores alvo os salões de beleza e de festas, as unidades hoteleiras, os diversos armazéns, as oficinas, as unidades de restauração, as discotecas, os condomínios, as casas de jogos, as boutiques, os empreiteiros de construção civil e os realizadores de eventos.

Em breve, a iniciativa deve expandir-se para outros serviços tributários que conformam a AGT. Mas, a Repartição Fiscal de Ondjiva, na província do Cunene, um dos serviços da Sexta Região Tributária, que junta também o Cuando Cubango, já se encaixou,

entrando para o desafio a 23 de Setembro, na cidade de Ondjiva, com a regularização da situação fiscal de 50 contribuintes, de acordo com a actividade comercial que cada um pratica.

### 3.6 Agentes da ordem pedem maior atenção aos moto-taxistas da província de Luanda

*Jornal de Angola*

*10 De Outubro de 201*

*Texto: Yara Simão*

Andar de mota é um perigo vivido em duas rodas. Os riscos incluem tanto o motorista como o "pendura". Hoje as motorizadas não servem para uso pessoal. Elas são um dos meios de transporte muito solicitados entre os moradores da capital para sair, rapidamente, de um ponto para outro desta movimentada cidade. O excesso de velocidade é a principal causa de mortes actualmente.

Hoje, muitos são os jovens, em particular os que vêm das províncias, que tentam a sorte na "grande cidade", com o serviço de moto-taxistas.

Logo nas primeiras horas do dia eles começam o seu serviço. Em algumas zonas da capital, como o centro, as pessoas andam "seguras" (com capacetes), mas noutras os riscos são imensos, para os condutores e passageiros.

A criação de medidas adequadas para prevenir eventuais situações de risco neste serviço tem sido uma das principais "batalhas" da Polícia Nacional.

Até ao segundo trimestre deste ano, a Unidade de Trânsito de Luanda registou 493 acidentes de viação, envolvendo viaturas, moto-taxistas e ciclomotores, que resultaram em 187 mortos e 440 feridos. A situação, para os agentes, ou mesmo quem usa deste serviço, é alarmante.

Para a inversão do quadro, o trabalho de sensibilização, sobre os cuidados a ter e em que condições estes devem trabalhar, tem sido constante. O trabalho, às vezes mal visto pelos próprios moto-taxistas, inclui, além da apreensão das motas sem documentos, chamadas de atenção para os riscos de andar pela cidade sem capacete ou colete reflector.

O dia-a-dia

Ganhar ou perder. Este é o lema da maioria dos moto-taxistas. Alguns, devido a isso, vivem o jogo do "polícia e bandido". Apesar de ser uma fonte de

rendimento para muitos deles, o risco de andar sobre duas rodas prevalece.

Sem se importarem com o clima, faça sol ou chuva, eles vão até onde podem a preços, que dependem muito da distância. A reportagem do Jornal de Angola começou em Benfica, numa das ruas do município de Belas, onde os moto-taxistas usam os seus serviços para transportar tanto pessoas como mercadorias. A maioria dos clientes são trabalhadoras domésticas, que saem do interior dos bairros de Benfica para chegarem à rua principal, para apanhar o autocarro ou um outro meio de transporte que as leve ao local de trabalho.

Quando vêm que a pessoa desconhece o local, alguns conduzem devagar para que esta possa indicar com precisão o destino. "Moto. Moto. Moto", chamam pelas pessoas que querem os seus serviços. A dinâmica da rua é associada à das pessoas. Como um mercado livre, este serviço de transporte tem sido a salvação de muitos.

Com percursos e horários determinados pelos clientes, os moto-taxistas variam os seus itinerários, preços e até formas de pagamento de acordo com o passageiro. Trabalham das 5h00 até às 20h00. Alguns chegam mesmo a conduzir de noite sem luzes e colete reflector. Outros, muito mais ousados, vão até às 23h00, com o risco de serem assaltados. "Tudo para que as pessoas cheguem aos seus destinos."

Com vantagens como a rapidez, fora da Baixa de Luanda, eles atendem sobretudo as necessidades das pessoas de rendimentos baixos e garantem acesso a lugares onde não podem chegar de autocarro, o transporte colectivo cujo preço é o mais barato de todos. Hoje o negócio de moto-táxi já não é novidade. Nos últimos dias ganhou maior projecção porque as pessoas preferem evitar o stress do engarrafamento e outros constrangimentos como o estacionamento.

O rendimento, contam alguns destes, varia muito, devido ao estado da mota, às operações da polícia e à própria dinâmica da zona onde trabalham. Porém, em média, diariamente pode atingir os 15.000 ou os 20.000 kwanzas. O preço inicial da corrida é 150 kwanzas e varia em função da distância.

Irregularidades

Os motociclistas que prestam serviços à população, nos vários pontos de Luanda, principalmente na periferia, têm idades compreendidas entre os 21 e os 35 anos e quase todos sem muitas habilitações académicas. A maioria aprendeu a conduzir por curiosidade. Quando chegam à capital compram uma mota e começam o negócio.



Muitas são as falhas diárias dos moto-taxistas da capital. Algumas, e também de acordo com os dados estatísticos da 'Unidade de Trânsito de Luanda, estão relacionadas com o excesso de velocidade e a falta de prudência na condução.

O não uso de protecções, como capacete ou colete reflector, são causas principais de acidentes e mortes de moto-taxistas e passageiros. Muitas destas questões, ignoradas pela maioria dos moto-taxistas e dos passageiros, têm tido consequências mortais em casos de acidente. Geralmente, excepto na cidade, onde o uso de capacete é obrigatório, são muitos os moto-taxistas que conduzem sem protecção para si ou para os passageiros.

A falta de documentação regularizada é outro problema e geralmente a causa de acidentes, pois por não estarem legalizados muitos fazem manobras perigosas ou exageram na velocidade quando são interpelados pela Polícia de trânsito ou da ordem pública. Na luta pela sobrevivência, o moto-taxista prepara a sua fuga, geralmente, sem ter em conta o passageiro, Outros erros frequentes, e muito vistos a "olho nu", são provocados pela aventura e arrogância destes, que, às vezes, preferem conduzir com as mãos fora do guiador, ou mesmo só com uma delas, porque está a atender o telefone, subir o passeio ou conduzir em sentido proibido para chegar mais rápido.

Além disso também são visíveis erros como os de conduzir com os pés fora dos pedais ou ser rebocado por outro motociclo, não respeitar os sinais de trânsito, transportar excesso de pessoas ou mesmo crianças.

#### Reconhecimento

Apesar das críticas e dos riscos que correm, a maior parte dos moto-taxistas está consciente dos perigos da sua condução. Um exemplo disso é Martins Mandje. Depois de três acidentes, o jovem, de 22 anos, promete ter mais cuidado. "Não tenho carta de condução. Aprendi a conduzir na via. Já causei acidentes, mas não foi de propósito, foi apenas distração. Mas sai ferido, inclusive fui operado e fiquei muito tempo em casa. Agora voltei. O meu primeiro passo é tratar os documentos para trabalhar legalizado", promete.

Embora tenha a sua mota legalizada, Glória Fonseca diz que a sua luta esta na obtenção de uma licença de moto-táxi. "Já tive muitos problemas com a Polícia por isso", admite, para acrescentar que este passo é fundamental por ser um serviço que ajuda muitos jovens.

Outros que não fazem uso da mota para serviço de táxi, como Avelino, usam este meio para o transporte

pessoal de manhã e à tarde para conseguir algum dinheiro. Pessoas como David Sebastião, que trabalha por conta própria, depois de meses de poupanças para comprar a sua própria motorizada, defende um serviço de qualidade. "Um bom comportamento garante mais clientes no futuro", diz.

Abel Domingos tem nação da importância da documentação e apesar de ainda não ter tudo promete esforçar-se para conseguir, pois já não consegue viver sem a motorizada, que garante o sustento da sua família.

O responsável dos moto-taxistas do distrito de Cabulombo, município de Belas, Henda Cavuanda, disse que muitas das vezes o seu trabalho não é respeitado pela Polícia e, às vezes, por alguns passageiros. "Há quem respeita o que fazemos, mas outros nem por isso. As vezes depende do humor de cada cliente. O pior é quando a Polícia interpela o moto-taxista e leva a sua mota. Se não formos inteligentes para tirar o número do NIP acabamos por perder as horas."

### 3.7 Habitantes da Barraca clamam por água do comboio

*Jornal O País*

*12 De Outubro de 2017*

*Texto: Alberto Bambi e Virgílio Pinto*

Os moradores da povoação da Barraca, município de Icolo Bengo, em Luanda, manifestaram a O PAÍS o interesse de verem o comboio a transportar água para a população dessa zona situada entre Luanda e Cuanza Norte, para minimizar o sacrifício que vivem para adquirir o líquido precioso.

"Antigamente, o comboio é que nos facilitava essa tarefa, porque trazia nas cisternas, distribuía-se à população toda e estávamos bem. Hoje, temos de percorrer longas distâncias para ter água e isso tem outros custos", desabafou Júlia Agostinho, 50 anos de idade, detalhando que não são poucas as vezes que os residentes apanham Um táxi para garantir o transporte até Catete onde enchem recipientes de 20 e 25 litros.

Júlia Agostinho revelou que essa carência extrema dos habitantes da localidade, que há três anos ainda pertencia à província do Bengo, despertou os apetites oportunistas de alguns camionistas que habitualmente percorrem o troço Luanda - Malanje, muitos dos quais chegaram ao ponto de negociar o bidão de 20 ou 25 litros entre 150 e 200 Kwanzas.

"Quando há água para beber, os camionistas acabam sendo a alternativa e gastamos o pouco dinheiro que



ganhamos das pequenas vendas de produtos diversos", revelou a Tia Jú, como é carinhosamente tratada entre a vizinhança e familiares, com o dedo em riste apontando para as horticulturas que comercializa, como tomate e cebola.

Quem também se mostrou indignado com o facto de os escassos recursos dos camponeses estarem a ser todos gastos na aquisição de água, é Bernardo António Dumba, 42 anos de idade, metade dos quais vividos nessa região limítrofe.

Segundo ele, o negócio mais rentável na localidade é o carvão, cujo saco de 50 kg é comercializado entre dois mil e 2.500 Kz.

"Mas o pouco dinheiro que seria para comprar sabão, óleo, roupa e material escolar para os filhos, agora temos de gastar na aquisição da água", desabafou esse residente da Barraca; revelando que a Administração do Município de Icolo e Bengo tentou conceber um programa de abastecimento de água através de camiões-cisterna, que redundou em fracasso, pois o projecto mostrou-se bastante dispendioso.

Bernardo Dumba admitiu que os referidos camiões não são de frequência regular, porque aparecem na localidade, mais ou muito menos de uma vez por semana, comercializando a água a 400 Kz pelo tambor de 200 litros junto dos próprios habitantes que, na medida, viam a alternativa acertada, cujo mérito era atribuído ao então administrador de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho (actual governador de Luanda), O PAÍS apurou no entanto haver um clima de descrédito em relação à coordenação local que se revela impotente face à irregularidade e oportunismo dos homens do volante.

Locomotivas ainda transportam água Ramos Manuel Sebastião é um dos funcionários dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL) destacado na Estação da Barraca, região em que reside há algum tempo.

O mesmo confirmou as informações dos seus vizinhos, segundo as quais o comboio trazia água para a comunidade, tendo entretanto revelado que este meio de transporte não deixou de o fazer.

"O comboio continua ainda a trazer água para a região, só que agora faz em poucas quantidades, por isso a companhia optou por fazer uma distribuição limitada aos funcionários da empresa, para não criar outros problemas", adiantou Tio Simão, residente local. O entrevistado assegurou que, por vezes, os funcionários do caminho-de-ferro solidarizam-se com a população e fornecem água aos residentes mais próximos da estação ferroviária.

Por aquilo que sabe, quando os seus vizinhos não encontram alternativas para encontrar água para o

consumo diário, recorrem ao líquido das escavações por si feitas em alguns locais arenosos, onde se pode captar água aparentemente salgada. "Embora não sirva para beber, mas há momentos que o povo não tem escolha", lamentou Tio Simão, acrescentando que, quando se apercebe intercede pelos mais necessitados.

Finalistas da 3ª Classe emigram para Cassoneca

O ensino na comunidade clama por mais salas de aulas e professores. A única estrutura escolar que serve a localidade possui apenas uma sala em que se lecciona da 1ª à 3ª classes, classes orientadas por dois professores, incluindo o director do estabelecimento.

Nos últimos dias, o responsável deixou de aparecer na comunidade, alegadamente por doença de natureza mental, enquanto o outro professor faz presenças irregulares (os dois residem em Catete).

Este quadro obriga os familiares a matricular os seus educandos em Cassoneca, onde o ensino primário e secundário do 1º Ciclo apresenta condições mais atractivas.

A frequência das crianças da Barraca é feita em duas modalidades. "Uns vão e voltam quando e como podem, servindo-se da boleia dos camionistas de boa-fé, outros com possibilidades arrendam casas para os seus filhos lá mesmo na povoação de Cassoneca.

É o caso do funcionário dos CFL, Ramos Manuel Sebastião, que entre Segunda e Sexta-feira, os quatro filhos seguem este regime para evitar a distância de mais de 10 quilómetros. "Os meus filhos estão a cuidar-se sozinhos, porque amais velha tem apenas 14 anos", revelou.

### 3.8 Fiscais maltratam zungueiras por "ordem superiores"

*Jornal Liberdade*

*13 De Outubro de 2017*

*Texto: António João*

Um funcionário da fiscalização, que não quis identificar-se, revelou que, por ordens superiores, toda a polícia está na rua e o mesmo acontece com a fiscalização. "Estamos a manter a ordem e a tranquilidade. Recebemos os negócios porque elas são teimosas, vendem em locais impróprios, são ordens superiores, só estamos a cumprir": afirmou.

Maria Ferreira, ambulante do mercado dos Congolenses, disse que os fiscais, para além de

roubarem, obrigam as zungueiras a envolverem-se sexualmente com eles. "Todos aqui sabem e isto não é segredo, os fiscais maltratam as zungueiras, roubam e até obrigam a fazer sexo, tudo para te devolver o negócio ou te deixarem vender": denunciou.

Questionada sobre a actuação da polícia, a mesma foi peremptório em responder: "Polícia? São farinha do mesmo saco, eles também batem, roubam e assediam, são os que mais abusavam as mulheres aqui no mercado": avançou.

Joaquim, vendedor ambulante, afirma que os momentos que estão a viver, são mais rígidos que outrora. O jovem diz já ter vivido dias de terror com os fiscais que depois de lhe terem roubado os produtos que comercializava, ainda lhe extorquiram os valores que arrecadara na venda de refrigerantes. "O tempo está bem diferente. Os "fiscas" vêm em massa, até parece desforra, já que durante o período das eleições eles não podiam fazer o que fazem e não "lucravam": vendíamos sem preocupações": afirmou.

"A semana passada, vivi um dos piores momentos neste ano: receberam-me as minhas gasosas e andei atrás deles para me devolverem, no final do dia receberam-me o dinheiro todo e um deles deu-me uma bofetada e disse: sempre que olhares pra mim, vou te receber algo", acusou.

O cidadão confirma a versão da Maria Ferreira, afirmando que para além de receberem os negócios, os fiscais usam a violência e, na maioria dos casos, as ambulantes que quiserem vender em paz ou terem a devolução dos seus negócios, têm que envolver-se sexualmente com os mesmos.

"Isto é verdade, eles não só roubam, como usam a violência física e também assediam sexualmente as zungueiras para as deixarem vender ou devolver-lhes os negócios, quase todos sabem que muitas ambulantes envolvem-se com fiscais e polícias por causa disso", reiterou.

Na senda de ouvir o contraditório por parte da fiscalização, o Jornal Liberdade dirigiu-se, ao distrito Urbano do Range, para confirmar as denúncias feitas pelos ambulantes e como tem sido o funcionamento dos fiscais. Fomos atendidos pelo agente da polícia, Alfredo Domingos, subcoordenador da venda ambulante que apesar de não aceitar gravação da conversa, avançou o seguinte:

"Não estamos autorizados a prestar esclarecimentos aos jornalistas, se quer pronunciamento da polícia devem dirigir-se ao Governo Provincial e depois ao Comando Provincial, lá temos um departamento que

trata disso, dizer apenas que são 'ordens superiores'", declarou.

### 3.9 Vendedores dos Correios temem desaparecimento do mercado

*Jornal O País*

*15 De Outubro de 2017*

*Texto: Romão Brandão*

Na última Segunda-feira (09), mais de 10 coordenadores de áreas do Mercado dos Correios Avô Kumbi, tiveram uma reunião com a administração do referido recinto em que foram informados da intenção de se privatizar o espaço.

A informação não caiu bem aos vendedores, pois, rumores têm surgido dando conta de que o novo dono, ainda desconhecido, pretende colocar uma bomba de combustíveis e um shopping naquela área.

Um dos coordenadores que participou na reunião falou, na condição de anónimo, com o jornal OPAÍS, tendo adiantado que a informação que lhes foi dada não é só sobre a privatização, mas também sobre uma reestruturação e, se possível, destruição.

Todos os coordenadores ficaram com a responsabilidade de transmitir aos vendedores das suas áreas aquela informação' mas, pelo que conseguimos constatar, não é assim tão fácil para estes dar aquela "notícia desagradável". "Todos ficámos desanimados com esta situação' e não são só os coordenadores, também os fiscais, porque estes poderão perder o emprego. Quando a coisa já é privada é complicado, não teremos o futuro assegurado", disse o coordenador.

Sérgio é vendedor do Mercado dos Correios há 17 anos e também não recebeu nenhuma informação oficial da reestruturação, o que sabe é pelas "vozes" que foi ouvindo. Preocupa-o a situação, pois considera aquele mercado como um sítio do qual muita gente depende.

Muitas são as pessoas que esperam ser alimentadas, directa ou indirectamente, pelos Correios.

Nós não temos empregos, eu, por exemplo, tenho oito filhos, vivo na casa de renda e dependo das vendas. Se nos tiram daqui, o que será de mim? Os filhos aonde vão comer?" Questiona Sérgio.

O cidadão que falou para a nossa equipa de reportagem é daqueles que não teria problema em deixar de vender no mercado se o Estado lhe garantisse emprego. No mesmo diapasão aliou-se Abel Baptista, outro vendedor, que deu o exemplo do

antigo Mercado do Roque Santeiro, alegando que não foi feita a melhor coisa. Assim, aqueles vendedores estão preocupados com o seu futuro, pois acham que poderão acabar como muitos outros vendedores do antigo "Roque" e que seus filhos, não tendo o que comer, estarão perdidos no mundo da delinquência.

Construir a casa com o dinheiro da praça Há 22 anos que Pedro da Graça depende única e exclusivamente dos Correios, tendo antes acompanhado a destruição do antigo mercado da Calemba.

Para ele, o mercado dos Correios é a "sua mãe", tendo conseguido formar as suas filhas e construir a sua casa. Pedro foi combatente, está desmobilizado, e disse que antes de ser vendedor tentou arranjar outro emprego, mas viu-se obrigado a pagar muito dinheiro para a pessoa que lhe desse emprego.

Não acha bom que simplesmente "coloquem os vendedores dos Correios na rua ou no desemprego, pois muita gente irá morrer de tanto pensar", sublinha.

Os vendedores do mercado diariamente pagam uma taxa de 150Kz à fiscalização, para além de cada um ter contribuído com 10.000 Kz para a construção do alpendre. Apesar de terem a consciência de que o espaço não lhes pertence, vêm -se no direito de serem informados, caso haja previsão de serem retirados do mercado e do local onde serão postos.

Da mesma forma que foram informados sobre a taxa de pagamento, reclamam que devem ser

Informados sobre a saída ou possível reestruturação do mercado, como fez saber Dona Helena, que vende desde 1990 naquele mercado. Helena falou com a nossa equipa quando eram 13 horas e desde manhã não tinha vendido nada, facto que a preocupava porque no final do dia é obrigada apagar a ficha (150Kz). "Estamos a sofrer demais. Já votamos para diminuir o sofrimento, mas parece que está a piorar", disse.

Ainda no mercado, o jornal OPAÍS tentou contactar o administrador do Correios, identificado apenas por Ricardo, este apenas confirmou a privatização do mesmo espaço, tendo dado o exemplo do que está a acontecer com o mercado Asa Branca, Kikolo e Kwanzas. E nada mais avançou, tendo condicionado o nosso pedido de esclarecimento com a autorização da administradora do município do Kilamba Kiaxi.

### 3.10 No enalço do "garimpo" de água

*Jornal de Angola*

*16 De Outubro de 2017*

*Texto: Nilza Massango*

O problema do garimpo de água, nas condutas da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), continua a ser uma realidade e um drama vivenciado em muitos bairros da cidade capital. Feliciano Domingos, uma moradora da zona do Morro da Luz, Maianga, admitiu, em público, que, em sua casa, passa uma mangueira de água, que abastece o garimpo naquela zona.

"Eu tenho água do garimpo em casa e a condição para tê-la, sem pagar, foi aceitar a passagem do tubo pelo meu quintal. Mas os outros moradores pagam", referiu a senhora.

A administração do Distrito Urbano da Maianga realizou, na quinta-feira, uma operação nos bairros Prenda e Rocha Pinto, por meio da qual fez apenas constatações para, posteriormente, destruir as ligações ilegais ou anárquicas nas condutas da EPAL. Nesta operação, não houve qualquer detenção.

Na zona do Morro da Luz, são visíveis os tubos de água que vão directamente aos quintais. A área nunca beneficiou de água canalizada. O desafio para as autoridades do distrito, nesse caso, a Fiscalização, é descobrir o centro das possíveis ligações ilegais, que distribui para os quintais. A conduta, de onde vem a água, já está identificada.

"Detectamos que, além da possível existência de garimpo de água, há ligações anárquicas nas condutas da EPAL. Vamos proceder a algumas medidas e verificar se há indivíduos envolvidos e, se os houver, levá-los a tribunal", disse o administrador distrital da Maianga para área Técnica, Pedro Calunga. O responsável apelou os cidadãos ao respeito pelo bem público.

No Morro da Luz, os moradores, apesar de sobreviverem da água do garimpo, denunciaram a prática. Manifestaram-se agastados com a situação, por pagarem muito caro pelo líquido. Eles acreditam que, se não denunciarem o "roubo", nunca terão água canalizada.

Num desabafo colectivo, os residentes no Morro da Luz disseram que sempre viveram a acarretar água e pagar 100 Kwanzas por uma banheira. Ao longo de uma vala, no interior do bairro e nos becos, estão muitos tubos que transportam a água até aos tanques de 10,20 e 30 mil litros, construídos nos quintais do "garimpo".

Razões para a falta de água

O administrador para Área Técnica, Pedro Calunga, esclareceu que algumas zonas onde falta água, no distrito da Maianga, constam do programa das "700 mil ligações", previstas para a província de Luanda. O responsável referiu ainda que o distrito que administra está contemplado com 94 mil ligações domiciliárias, das quais 56 estão concluídas.

"Como a zona do sector B do Morro da Luz tem um projecto de requalificação, serão instalados fontenários em 19 pontos já identificados", disse o administrador.

### 3.11 Candongueiros

*Jornal O País*

*20 De Outubro 2017*

Sector informal da economia consiste na parte não passível de tributação ou monitoramento por qualquer forma de governo, não estando incluído no Produto Interno Bruto. O uso original do termo "sector informal" é atribuído ao modelo de desenvolvimento económico apresentado por W. Arthur Lewis, usado para descrever a criação de emprego ou meios de subsistência.

Como é do conhecimento geral, 60 por cento da população economicamente activa subsiste tendo por base o sector informal, são 8,2 milhões de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos que exercem as mais diversas actividades como ganha-pão.

Pululam as vias rodoviárias, com manobras perigosas e sons estridentes, estão sempre com pressa e nas suas traseiras deixam-nos mensagens religiosas, fazem publicidade ou dizem -nos.

Que são os mais velozes.

Azuis e brancos, dos mais diversos modelos são a imagem de uma cidade movimentada, deverão existir poucas pessoas que nunca viajaram num candongueiro. A actividade dos candongueiros envolve diferentes agentes económicos, proprietários, motoristas, cobradores, angariadores (lotadores), lavagem e utentes fazem parte deste ciclo.

A sua estratégia empresarial consiste no transporte de passageiros e mercadorias no interior e exterior das localidades.

Estima-se que existam 22 mil azulinhos a circular no país, numa profissão que surge nos anos 80 para colmatar a carência de transportes públicos existentes.

Os contratos na maioria apalavrados são efectuados entre o proprietário da viatura e o motorista, que por sua vez contratará um cobrador e também um segundo motorista, o pagamento para o motorista principal será o salário base mais um complemento adicional em função da receita obtida, já o segundo condutor fará o seu salário, tendo como base a receita arrecadada. Cabe ao dono do automóvel a responsabilidade com o consumo de combustível e manutenção da viatura.

É uma profissão extremamente lucrativa, desde que se identifiquem bem as rotas e os horários, pornormainciamàs4.30H/5.30H e terminam às 21/22H. O lucro de cinco dias de trabalho é para o proprietário, ao sexto há uma divisão da receita entre o motorista e o cobrador existindo um dia para manutenção da viatura.

Porém há alguns constntmgümentos:

Investimento do capital elevado  
Concorrência desleal  
Congestionamento rodoviário  
Condições de transitabilidade rodoviária deficientes  
Pressão Policial  
Ausência de locais de paragem identificados  
Serviços de reparação quase inexistentes  
Falta de protecção contra riscos  
Escassez de motoristas com experiência  
Os motoristas de candongueiros, na sua maioria jovens, preocupam-se essencialmente com o transporte do maior número possível de passageiros, descurando-se as questões de segurança, "Tia emagrece, ou mãe põe o menino no colo para o passageiro sentar são frases recorrentes.

O excesso de velocidade é outro problema grave. Temos presenciado inúmeros acidentes em que estão envolvidos estes veículos e onde a falta de manutenção é também uma das causas apontadas para os sinistros. Esta actividade origina também o surgimento de outras, como a venda de peças, de produtos ou a reparação aliada à recauchutagem de pneus. Sabemos da existência de diversas associações de taxistas e do peso que esta profissão tem no sistema de transporte nacional, mas o que poderá ser feito para legalizarmos esta profissão e arrecadar receitas que pelos dias que correm a todos fazem falta.

### 3.12 No mundo dos candongueiros

*Jornal de Angola*

*24 De Outubro de 2017*

*Texto: Carlos Calongo*

No uso perfeito das suas faculdades mentais, qualquer cidadão angolano, pelo menos maior de idade, reconhece o papel desempenhado pelos taxistas que para efeito deste texto é o mesmo que candongueiros, como vulgarmente são chamados.



A repercussão da actividade deles é transversal a muita das acções que concorrem para a construção da nossa sociedade.

Chega-se a esta conclusão se forem equacionados os vários indicadores que fundamentam análises coerentes, neste caso tendo em atenção que a estruturação de uma sociedade se alicerça na estratificação dos actos promovidos pelos diversos agentes.

Por exemplo, a inexistência de uma rede de transportes públicos alicerçada em valores da comodidade dos utentes, regularidade na circulação marcada pelo cumprimento rigoroso do tempo enquanto recurso valioso e não renovável, contribui para o valor acrescido que é atribuído aos taxistas, independentemente de estarem ou não filiados a uma associação que vele pelos seus direitos e deveres.

Em poucas palavras, o trabalho desenvolvido pelos candongueiros na sociedade angolana é relevante, entendendo a positividade do que de elementar eles oferecem aos usuários.

Aliás, é mister questionar o que seria da economia nacional sem a participação dos taxistas que constituem, até prova em contrário, o sistema de transporte mais usado pelos funcionários das diversas instituições independentemente do seu carácter, público ou privado.

Na matriz da importância dos taxistas no sistema social angolano salienta-se, com alguma atenção, o que eles representam para os integrantes do sistema de ensino, professores e alunos - considerados como agentes indispensáveis para a construção de qualquer sociedade.

Apenas por estas acções positivas seríamos capazes de afirmar que o mundo dos taxistas angolanos, com algum exagero, pode ser comparado ao mundo das maravilhas onde a Bela é a princesa favorita, amada como nunca e ninguém.

Entretanto, a realidade do mundo dos taxistas angolanos é diametralmente oposta ao quadro atrás apresentado, se parecendo mais com o mundo em que a presença de um Vicente é indispensável para nos salvar dos apuros em que nos colocam os candongueiros.

No mundo dos taxistas angolanos, o engodo pela fantasia e más acções parecem a concretização sublime dos sonhos de que tudo vale na base, é claro, do que eles entendem ser a cultura comportamental dos integrantes da classe que, de passagem, diga-se na maior parte das vezes são referidos pela negativa.

Ou seja, a lista de coisas boas realizadas pelos candongueiros sucumbe ante o manancial de maldades produzidas e demonstradas, o que leva a perceber que esperar deles boas acções é um exercício que raramente passa das intenções.

Fundamenta a referência feita no parágrafo imediatamente precedente, as paragens na faixa de rodagem, ultrapassagens à direita, passagem mesmo com o sinal luminoso no vermelho, andamento em contra mão e uma interminável série de irregularidades por eles cometidas, em certos casos com a graciosa convivência de agentes cuja missão é velar pela manutenção da ordem e tranquilidade públicas, e para o caso também são visados os reguladores de trânsito, que optam por assobiar de lado face às "maravilhas no mundo dos candongueiros".

Aceitar que este é um mal enraizado de forma cancerígena na sociedade angolana, mais do que uma verdade, obriga-nos a uma avaliação profunda pela necessária reformatação do estatuto comporta mental dos candongueiros, perspectivando-se impedir que o hábito ganhe força de lei.

O interesse geral visa pôr cobro às mortes prematuras e avultados gastos financeiros derivados dos acidentes como os que nas últimas semanas mancharam de sangue as estradas da Huila e Uíge, sem descorar outros tantos que ocorrem nas estradas da cidade capital do país, tida como das mais sinistras zonas do trânsito rodoviário.

Fica claro que nenhuma intenção existe em apenas responsabilizar os candongueiros, mas a vontade deste texto é vertida para este segmento dos usuários das vias de comunicação, no caso as estradas, sobretudo pelo que de errado muitos deles fazem, com repercussões lamuriasas.

Ou seja, há que se reformular a vida no mundo dos candongueiros.

### 3.13 Associação sensibiliza vendedores de Luanda

*Jornal Visão*

*27 De Outubro de 2017*

*Texto: Emiliano Caxala*

Ouvido em exclusivo pela *Jornal Visão*, Agostinho Canando, jurista desta associação de defesa do consumidor disse que essa actividade que teve o seu início no mercado do 30, em Viana, é extensiva aos vendedores ambulantes de vários mercados da cidade capital, cujo objectivo é a divulgação de informações importantes no que toca a defesa dos consumidores.



"No âmbito jurídico e técnico iremos aconselhar as vendedoras ambulantes no sentido de saberem que existe a Lei da Defesa do consumidor que devem ser cumpridos e respeitados, não apenas pelo Estado, mas acima de tudo, pelos próprios comerciantes": explicou.

Relativamente aos comerciantes, o jurista disse que os membros da associação, levarão consigo material informativo diverso para informa-los como devem tratar os produtos e quais os cuidados a ter com os frescos.

"Devem ter em conta a verificação da data de validade, quais os efeitos nocivos que os produtos deteriorados têm para a saúde humana e também para o meio ambiente, bem como, outras informações para a defesa dos consumidores", sublinhou.

O jurista Agostinho Canando, disse por outro lado que a actividade que começou esta semana, no mercado do 30, vai até ao mês de Dezembro e irá abranger diversos mercados de Luanda, como Catinton, só para citar esse.

"Elegemos também Dezembro, porque é o mês das festas em que várias denúncias chegam a nossa porta, sobre as inúmeras violações dos direitos do consumidor, principalmente no que tocam aos produtos caducados", denunciou, para depois acrescentar que a actividade começou no mercado do 30, em Viana, pelo facto de ser ali onde a associação detectou maior número de violação dos direitos do consumidor.

"Sim vamos estender a outros mercados informais de Luanda para que a mensagem chegue até ao comerciante mais humilde.

O objectivo é para os vende dores terem consciência que ao vender um produto não está simplesmente a vender", acrescentou, garantindo que está a fornecer um serviço à alguém. Um serviço, sustentou, que pode fazer bem ou mal para a saúde de uma pessoa.

Por este facto, garante, apela aos consumidores no sentido de reclamarem sempre os seus direitos, "porque a partir da altura que a pessoa paga por um preço esse produto torna-se seu não importa o preço adquirido":

### 3.14 Criando oportunidades para o sector informal em Angola

*Jornal Expansão*  
27 De Outubro de 2017

As economias informais dos países em desenvolvimento são, muitas vezes, os heróis

desconhecidos da criação de emprego e da riqueza local. Em alguns países africanos, como o caso de Angola, o sector informal cria mais postos de trabalho do que o sector formal, representando cerca de 60% dos empregos actuais.

Um dos grandes desafios de Africa continua a ser o sector financeiro que carece de reformas estruturais, o que tem tornado quase impossível o acesso ao crédito bancário por parte dos empreendedores informais.

Entretanto, os poucos que conseguem aderir ao crédito deparam-se frequentemente com taxas de juro elevadas em decorrência do alto risco que envolve a operação.

Na realidade, o sector informal em algumas economias contribui indirectamente com "biliões" para os respectivos Produto Interno Bruto (PIE) através da renda gerada e bens comercializados. Só em África, o sector informal representa cerca de 41 % do PIE continental. Tal estatística revela o potencial que as actividades informais poderiam oferecer ao PIE caso fossem formalizadas.

#### Migração

Parte da solução da migração do sector informal para o formal recai na facilitação de políticas de

legalização dos negócios e acesso aos benefícios do sector formal. No domínio público, algumas políticas já foram implementadas e podem auxiliar na inclusão do comércio informal no sector formal em Angola. Entre estes incentivos destacam-se os programas de apoio aos micro, pequenos e médios negócios, que visam promover o desenvolvimento e a consolidação de diversas iniciativas empresariais.

Políticas públicas podem ajudar na migração do sector informal ao formal, mas as estratégias fiscais são igualmente um instrumento importante a ser adoptado. No entanto, há necessidade de se ultrapassar os constrangimentos na facilitação de crédito para micro, pequenos e médios negócios, promover a desburocratização do processo de registo de propriedade e a facilitação na obtenção das respectivas licenças em conformidade com as exigências do mercado formal.

Igualmente, é necessário que se criem mecanismos que encorajem os empreendedores informais a aderirem ao sistema de segurança social, que é também um incentivo que contribuirá para a migração dos agentes informais para a economia formal, o que culminará com uma maior arrecadação fiscal do Estado.

Entretanto, quando inseridas no sector formal, as empresas angolanas que procuram expandir os seus

negócios têm a oportunidade de fazê-lo através de um fundo de capital de risco estatal, o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA).

O grande objectivo do FACRA é investir em Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) com alto potencial de crescimento e inovação que precisem de capital para alavancagem dos seus negócios. O FACRA concebe também orientação sobre questões regulatórias e sobre a cultura empresarial nacional para empresas estrangeiras interessadas no mercado local. O papel do FACRA vai além de um fundo de capital tradicional, pois actua como um canal entre potenciais investidores estrangeiros e empresários angolanos. O mesmo representa um factor determinante para o País porque introduz investidores estrangeiros no mercado nacional e auxilia as empresas a adquirirem know-how e práticas de governança corporativa internacionalmente aceites.

#### Benefícios

Um dos benefícios ao estimular a transição do mercado informal ao formal é que as oportunidades de investimento a nível local aumentam, tornando o mercado formal mais atractivo para os investidores. Igualmente, os milhares de pessoas que ganharão emprego no sector irão beneficiar de maior protecção legal e terão bons rendimentos. O que lhes permitirá ter acesso aos serviços financeiros outrora inacessíveis, reduzindo assim o número de cidadãos que não possuem conta bancária.

Os governos também devem estar conscientes do facto de que indivíduos que administram negócios no sector informal são muitas das vezes estigmatizados, devendo o Estado adoptar um caminho cuidadoso para incentivar os empresários informais a optarem pelo formal.

A abertura de oportunidades para os negócios informais e inovadores poderá tornar o mercado nacional mais atraente ao investimento. Trazer empreendedores informais ao sector formal através de incentivos fiscais, taxas atractivas e facilitação de licenças ajuda os agentes informais a salvaguardarem o seu futuro sucesso comercial. É importante realçar que o sector informal possui um enorme potencial: milhões de pessoas que fornecem produtos e serviços que cobrem as necessidades locais. Com tantas pessoas a inovarem e a serem empregadas no sector informal, é imperativo aos formuladores de políticas e à comunidade de investidores partilharem mecanismos que os auxiliem a prosperar.

### 3.15 Destroços da guerra e outras sucatas garantem sustento a centenas de famílias

*Revista Expansão Especial*  
27 De Outubro de 2017

A CONCENTRAÇÃO à porta da Fabrimetal, fábrica de varões de aço para a construção civil e obras públicas, localizada no Pólo industrial de Viana, na província de Luanda, começa cedo. Dezenas de motas carregadas de peças inutilizadas de ferro, aço, cobre, alumínio, zinco, magnésio e outros metais enfileiram-se, aos primeiros rasgos de sol, e tomam lugar na fila.

Todos os minutos contam. Quanto mais cedo chegam, mais depressa descarregam e ainda conseguem voltar, no mesmo dia, para efectuar outro descarregamento. Hoje, num bom dia, os 'kupapatas', como são conhecidas as motas que fazem transporte de pessoas e bens, conseguem fazer dois descarregamentos e levar para casa 8.000 Kwanzas. Longe vai o tempo em que chegavam às três viagens. Com o aumento de pessoas a dedicar-se à recolha e venda de sucata, a fila à porta da Fabrimetal aumentou drasticamente e o rendimento de cada um encolheu.

Em contrapartida, há mais famílias a ganhar com "a transformação do lixo num produto de qualidade certificada", como refere Luís Diogo, director comercial da empresa, que consegue responder actualmente a 40% das necessidades do mercado interno, estimadas entre 16 a 18 mil toneladas por mês, desde que a crise provocada pela queda do preço do petróleo afectou o sector da construção.

Até 2014 eram de 25 mil toneladas/mês. Com a expansão da fábrica e a instalação de um quarto forno de fundição, a unidade fabril, situada na Estrada de Calumbo, a 20 minutos do centro de Luanda, deverá duplicar a capacidade de produção, hoje cifrada em 7,5 mil toneladas/mês. Mais cinco mil toneladas do que em 2010, quando a fábrica produziu o primeiro varão. Foi no dia 9 de Novembro.

A Fabrimetal empregava, na altura, 120 trabalhadores, num único turno, e tinha um forno, de onde saíam 2,5 mil toneladas de varão de aço para a construção civil e obras públicas. Hoje são 563 trabalhadores, a que se irão juntar mais 150 quando o projecto de expansão ficar concluído, num investimento que rondará os cinco milhões USD.

Siderurgia ajuda a limpar o país "Tivemos de percorrer um longo caminho. Há cinco anos, ninguém ligava à sucata, só quem fazia o negócio de exportação", recorda Luís Diogo.

A empresa teve de percorrer o país a perguntar às pessoas se tinham sucata para vender. Ao andar quase de porta em porta, as três siderurgias existentes em Angola - duas no município de Viana e uma na Barra do Dande, na província do Bengo -lançaram as sementes de um micro-negócio que proliferou como cogumelos, quando as pessoas se aperceberam que "o lixo podia ser reciclado e gerar um produto final".

Em 2016, o Ministério da Indústria proibiu a exportação de sucata.

O Despacho n.º 159/16, de 22 de Abril, fixou uma "quota zero" para a exportação para não pôr em risco o "desenvolvimento e funcionamento da indústria siderúrgica angolana", que tem um consumo de sucata avaliado em 600 mil toneladas/ano.

Para além das mais-valias geradas com a criação de emprego e com a diminuição das importações de varões de aço, que baixaram quase dois terços, passando de 73.771 toneladas em 2015 para 31.627 toneladas em 2016, a indústria está a ajudar a limpar o país.

Não só de sucata, mas também de destroços de guerra, que há pouco menos de cinco anos manchavam a paisagem. Até tanques de guerra jaziam à beira da estrada, trazendo à memória o conflito armado de mais de três décadas.

"Antes, éramos meia dúzia a recolher ferro, hoje são às dezenas", recorda Alcino António, o homem, de 32 anos, foi dos primeiros micro-empresários que viram no negócio de recolha de ferro um modo de subsistência. Começou por alugar um carro para transportar o material recolhido, mas os ganhos não chegavam para cobrir a despesa. Juntou-se então a um amigo. "Ele comprou a moto e eu sirvo de motorista", conta.

Os lucros são repartidos. "Não é muito", mas chega para alimentar a família e ter os dois filhos a estudar.

"Lixo" transformado em dinheiro Alcino não sabe quanto junta ao fim do mês com a recolha de ferro. Juntar é um verbo que não consegue conjugar.

Assim que recebe o dinheiro, pago após a descarga, faz a divisão com o sócio. O que leva para casa é usado de imediato.

O dinheiro não pára numa família que depende de trabalhos precários, como é o seu caso, num país que ainda vive muito da informalidade. Para mais numa altura de crise, como aquela que Angola vive desde 2014. » "Lutamos para que as crianças estudem e para que não falte comida em casa", atira André Carlos Fátima, de 32 anos. Este pai de sete filhos também

encontrou na recolha de sucata uma resposta para a falta de emprego. Como está no negócio há uma semana, ainda não teve tempo de avaliar se fez a aposta certa. Para já, responde que sim: "Pelo menos, não estou em casa sem fazer nada, nem ando por aí a roubar".

No dia de reportagem recebeu quatro mil Kwanzas (24 USD) por parte da carcaça de um carro que desmantelou.

Todo o desmanche é feito com o recurso a machados, ou a serrotes. Usa a força e o engenho. Conta com a sorte, que nem sempre está do seu lado.

Os acidentes são frequentes, atesta Auxílio Barnabé, de 27 anos, que há um ano e um mês percorre vários municípios a recolher sucata. "Vou onde for preciso", afirma o jovem, enquanto espera para subir na balança. Em cada ida à fábrica, as motos são sujeitas a duas pesagens.

A primeira, quando chegam com a carga; a segunda à saída, com o veículo vazio. O rendimento que levam é calculado com base na diferença.

Antes de sair, Auxílio passa no escritório para receber o valor pago pelo "lixo" que trouxe. Lixo que transforma em dinheiro, no regresso a casa. Amanhã, volta para tomar lugar na fila que se forma no portão da Fabrimetal. Às primeiras horas da manhã. 11 <http://fabrimetal.net>

### 3.16 Mercado informal pode ser tributado

*Jornal de Angola*

*27 De Outubro de 2017*

O vasto sector da actividade económica informal existente no país deve ser tributado, com vista à arrecadação de receitas para o Estado por via do imposto, para poder redistribuir mais rendimentos e riqueza aos cidadãos, defendeu o docente universitário de Direito Económico, Francisco Queiroz.

O docente dissertava ontem, sobre "Especialidades de modelos de coexistência entre economia moderna e informal", durante as XXI jornadas técnico-científicas da Fundação Eduardo dos Santos, que decorrem na capital do país.

Na sua dissertação, o especialista apontou a necessidade de se encontrarem soluções que conduzam à redução progressiva da informalidade, de modo a promover-se a eficácia de serviços administrativos do Estado.

Em Angola, a economia informal é muito forte e o sistema tributário é considerado o instrumento quantitativamente mais relevante dentro da política de redistribuição de rendimentos.

"Se o sector formal da economia for mais vasto do que o informal, o Estado arrecadará mais receitas, daí a necessidade dos serviços administrativos irem ao encontro dos agentes da economia informal para que estes possam, sem grandes burocracias, ter pelo menos pequenas empresas que desenvolvam legalmente a sua actividade", sublinhou.

O economista Fernando Heitor defendeu a integração progressiva da economia informal no sector formal, começando pela identificação dos espaços e o registo dos operadores informais.

O docente defendeu a necessidade de se validar a integração do capital morto (informalidade), com vista a criar riqueza nacional, ganhos de produtividade e de competitividade, bem como a limitação de espaço para actividades informais.

Fernando Heitor defendeu, também a redução de assimetrias regionais, criando pólos de atracção económica.

### 3.17 Autoridades ordenam fim de venda ilegal nas ruas

*Jornal de Angola*  
28 De Outubro de 2017  
Texto: Ana Paulo

O governador da província de Luanda ordenou ontem o fim urgente da venda ambulante nas ruas, avenidas e pedonais da capital angolana, classificando como inadmissível a situação que se vem registando nos últimos dias, "sob olhar impávido dos administradores" .

Adriano Mendes de Carvalho falou numa reunião realizada para analisar o Plano Provincial de Contingência de Calamidades e Desastres, em que participaram vice-governadores, administradores municipais e distritais da província de Luanda e directores provinciais.

"Senhores administradores, é importante começarmos a corrigir estas práticas e quem não estiver a cumprir o seu papel é melhor pôr o seu cargo à disposição" , avisou o governador provincial.

Outra situação que desagrada Adriano Mendes de Carvalho são os desvios de medicamentos nos hospitais e do combustível para as ambulâncias, bem

como a falta de qualidade no atendimento aos pacientes.

A ocupação anárquica de terrenos, o roubo de cabos eléctricos, vandalização dos postos de transformação, falta de iluminação pública, delinquência e imigração ilegal foram igualmente apontadas pelo governador, como situações a serem corrigidas e melhoradas com brevidade.

Segundo Adriano Mendes de Carvalho, a vandalização de equipamentos eléctricos para a iluminação pública já causou prejuízos ao Estado angolano de mais de seis mil milhões de kwanzas.

Adriano Mendes de Carvalho condenou o crescente número de crimes na cidade, como o roubo de cabos eléctricos, a vandalização dos postos de transformação por causa da falta de iluminação, roubo de viaturas, aumento da delinquência e, em particular, os sequestros frequentes que tem levado à morte de cidadãos.

Para o governador, é preciso pôr fim a este tipo de vandalismos e crimes comuns, e incentivou os cidadãos a denunciarem seja qualquer acto criminoso que presenciarem na via pública.

Durante uma reunião de concertação sobre "O plano provincial de representação, contingência, resposta e recuperação de calamidades e desastres" , Adriano Mendes de Carvalho disse acreditar que só denunciando os órgãos competentes saberão como agir e resolver o problema. .

Adriano Mendes de Carvalho afirmou que Luanda precisa de mais de seis mil milhões de Kwanzas, para resolver o problema da iluminação pública. O governador esclareceu que grande parte do equipamento de iluminação pública foi vandalizado.

A reunião abordou ainda a situação das valas de drenagem e os mecanismos adoptados para o combate à malária. O governo provincial está preocupado com o aproximar da época da chuva, por isso Adriano Mendes de Carvalho considera que devem ser tomadas medidas urgentes para que a província esteja preparada para qualquer catástrofe. O governador garantiu estratégias para resolver os problemas das valas de drenagem.

Adriano Mendes de Carvalho fez uma chamada de atenção aos administradores municipais, distritais e comunais sobre a actual situação de desordem pública nas várias artérias da cidade, como a venda ambulante, que faz das pedonais o seu local de comércio.

Para o governador, é necessário que se corrija essa situação, porque as vendas por cima da ponte e em



locais impróprios é ilegal e põe em perigo a vida dos próprios cidadãos.

Outro factor preocupante para o governador, é o fenómeno das construções anárquicas, ocupação ilegal de terrenos e a invasão de emigrantes ilegais na cidade.

Para reverter esta situação, o governador incentivou a denúncia de cidadãos.

Em relação aos estrangeiros ilegais, o governador esclareceu que as autoridades não discriminam estrangeiros, mas defendem o controlo, a organização e disciplina destes cidadãos.

### 3.18 Cooperativas auxiliam a imigração de ilegais

*Jornal de Angola*

*29 De Outubro de 2017*

*Texto: Armando Sapalo*

O governador da Lunda - Norte, Ernesto Muangala, denunciou sexta - feira na vila mineira do N'zagia existência de cooperativas ilegais de exploração artesanal e semi-industrial de diamantes, cuja actividade tem estado na base do elevado índice de focos de imigração clandestina.

Em declarações à imprensa no acto de apresentação do novo administrador municipal do Cambulo. Silvestre Cheleca, o governador disse que a exploração e o tráfico ilícito de diamantes na Lunda - Norte estão a atingir níveis preocupantes que já ameaçam a soberania e a economia do país.

"A imigração ilegal e a extracção ilícita de diamantes são uma séria ameaça à soberania e à economia nacional" , lembrou Ernesto Muangala, que defendeu o reforço em meios e recursos humanos para que as forças de defesa e segurança possam travar tais crimes.

Ernesto Muangala explicou que o mercado artesanal e semi-industrial de diamantes é um processo que está a ser implementado de forma gradual, prevendo-se a sua expansão em todo o território, com base no Código Mineiro.

#### Exploração ilegal

O governador exigiu o termo, em definitivo, da exploração ilícita de diamantes no município do Cambulo, revelando que além das cooperativas ilegais, as casas de compra e venda de diamantes também alimentam o fenómeno da imigração ilegal na Lunda - Norte. As investigações, segundo o governador, apontam para a existência de inúmeros casos de extracção ilícita de diamantes nas reservas do Estado,

promovidos pelos proprietários das casas de compra e venda do precioso metal, que também garantem protecção aos garimpeiros.

Ernesto Muangala justificou a nomeação do novo administrador do Cambulo com o facto de ser um quadro com formação superior em geologia e minas, que esteve directamente ligado à equipa que elaborou o Código Mineiro Angolano.

Ao novo administrador municipal é incumbida a tarefa de, em coordenação com as Forças de Defesa e Segurança, imprimir maior dinamismo no combate ao garimpo ilegal de diamantes, promovido pelas cooperativas clandestinas e outras organizações não reconhecidas pelo Estado. O garimpo e a imigração ilegal na Lunda-Norte, reafirmou o governador, são actos estimulados por cidadãos nacionais e estrangeiros que colaboram com as casas comerciais de compra e venda de diamantes.

O governador esclareceu que a implementação do projecto de exploração artesanal e semi-industrial de diamantes abre novas perspectivas e desafios para mitigar os focos de imigração ilegal nas fronteiras com a República Democrática do Congo (RDC). Transformar em pequenos empresários os populares residentes nas zonas tradicionais de exploração de diamantes, acrescentou o governador, é outra intenção do governo local.

Para o exercício da actividade de exploração artesanal e semi-industrial de diamantes estão certificadas mais de 28 empresas que empregam cerca de 3 mil trabalhadores, com benefícios sociais significativos.

O exercício da actividade de exploração artesanal de diamantes é permitido mediante um título designado por "Senha Mineira", que é emitida pelo Ministério da Geologia e Minas.

Com base na capacidade financeira de cada cooperativa, em termos de rendimentos conseguidos na exploração de diamantes, pode a empresa evoluir na implementação de outras actividades económicas nos ramos do comércio, indústria transformadora, hotelaria, turismo e prestação de serviços, explicou Hermenegildo Lopes, director do gabinete provincial do Comércio, Indústria e Recursos Minerais.

#### Casas de venda

Na Lunda-Norte existem mais de 26 estabelecimentos licenciados pelo Estado para exercerem a actividade de compra e venda de diariamente.

O funcionamento destes estabelecimentos é assegurado por 245 trabalhadores autorizados pelo Estado, através do Corpo Especial de Segurança de



Diamantes. Do número de trabalhadores vinculados às casas de compra e venda de diamantes, 1Ú4 são cidadãos angolanos e 141 estrangeiros de diversas nacionalidades.

### 3.19 Pescadores reclamam "inoperância" e "abusos" das entidades marítimas de Benguela

*Jornal O País*

*29 De Outubro de 2017*

*Texto: Zuleide de Carvalho*

As acusações, feitas pelos pescadores no Lobito Velho, aparentemente, não são novidade. Uma vez que, segundo eles, perante as mesmas emergências e irregularidades, a resposta das entidades marítimas é invariável, "inoperância" e "abusos" nas inspecções.

Assim, a grande preocupação dos pescadores artesanais em Benguela, tendo O PAÍS constatado queixas nos municípios do Lobito e Baía Farta, é a alegada falta de interesse das entidades marítimas em efectuar buscas.

Isto porque, de 16 a 23 de Outubro, as autoridades marinhas provinciais, terão recebido denúncias de um sobrevivente e armadores, dando-lhes a conhecer três incidentes marítimos. Todavia, as suas respostas, "muito têm deixado a desejar".

De modo que estes últimos dias têm sido de incansáveis lides para os marinheiros, que decidiram fazer contribuições para, eles próprios, pagarem os custos das buscas que realizam nos seus barcos, pois dizem não poder contar com esforços por parte nem da Capitania do Porto do Lobito, nem da direcção provincial das pescas, acusando ambas de "inoperância".

As queixas de quem conta o pão de cada dia

Manuel Gonçalves, pescador de 23 anos de idade, diz estar cadastrado nos registos da Capitania do Porto do Lobito, pagando uma quota. Contudo, o cidadão reclama, afirmando não ver em quê este pagamento é aplicado.

Segundo expôs, nas emergências que requerem buscas em alto-mar, as autoridades defendem "nunca ter combustível para as embarcações" e, quando finalmente decidem navegar, percorrem ínfimas milhas e regressam à terra, alegando o término do combustível.

Agir face à "inoperância"

Assim, Manuel Gonçalves não viu outra opção senão juntar os seus tostões e solicitar apoio aos demais pescadores para, juntos, efectuarem as buscas relativas ao naufrágio de 13 de Outubro, na comuna do Egípto Praia.

"Quando aconteceu esse acidente", realçou, dirigiu-se à Capitania do Porto do Lobito para pedir que dessem início às buscas. o jovem recorda-se de ter recebido como resposta a existência de "problemas no filtro" dos barcos.

Conforme relatou o município, as suas buscas têm sido diárias e os pescadores assumem todos os custos inerentes, na procura pelos dois corpos em falta, que são de membros da família de Manuel.

"Todos os dias estamos a comprar gasolina", reclamou, exasperado. E, quanto às autoridades, apenas "depois de dois dias começaram a andar. Só chegaram às bóias vermelhas, estão a voltar", comunicando que os naufragos "não aparecem".

"As pescas são a mesma coisa", afirmou Manuel Gonçalves, referindo-se à suposta "ausência de vontade", por parte da direcção provincial pesqueira, em ceder meios e colocá-los no mar, perante desaparecimento de pescadores.

A exemplo disso, Carlos Cardoso, armador desse barco naufragado na Sexta-feira 13, gastou mais de 300.000,00 Kwanzas nas buscas ao longo das duas últimas semanas, percorrendo os barcos até 120 milhas diárias. Sendo que, a única recompensa que recebeu, foi os seus homens terem socorrido os três naufragos da Baía Farta, trazendo um deles, Joaquim Caete, de volta a casa, na manhã de Sexta-feira, dia 27.

Comparativamente, no primeiro dia de buscas da polícia fronteiriça, capitania e direcção piscatória, à procura dos pescadores da Baía Farta, percorreram apenas a orla da Baía Farta ao Lobito, a 12 e 6 milhas.

Denúncia de supostos "abusos" Em contrapartida, noutros campos, a acção institucional é rápida, informou Tomás Quintas, pescador de 32 anos, pois, "eles pedem 100 mil Kwanzas de multa", quando fiscalizam uma embarcação de pesca artesanal que não tenha licença.

Piorando, nas inspecções, em casos de ausências documentais, supostamente, os fiscais param os pescadores em trânsito, "no mar, tiram o motor e levam", deixando-os "a boiar, até aparecer um colega para nos puxar", queixou-se Tomás.

Outro marinheiro das águas lobitangas, Victor Baptista, de 35 anos, contou que, ao regressar à noite, pescadores sofrem inspecções que terminam na apreensão do seu pescado, ao invés da embarcação, como manda a Lei.

Microfones voltados para as autoridades coincidentemente, algumas horas antes dos desabafos dos pescadores, O PAÍS entrevistou o chefe de segurança marítima da Capitania do Porto do Lobito, Mário Campos, pouco passava das 9h, na manhã de Sexta-feira, 27 de Outubro.

Na ocasião, Campos enunciou que "qualquer marinheiro paga todos os anos 4750 kwanzas, que é um suporte a náufragos, porque é nossa obrigação, se estiver alguém a morrer, irmos buscá-los, não temos problemas em fazer isso", asseverou.

À tarde, chegou o primeiro náufrago ao Lobito Velho, onde se aglomeraram pescadores, reclamando, Anjo Costa, responsável provincial da fiscalização pesqueira, admitiu que a tutela dos marinheiros tem dificuldades, as mesmas que grassam no resto do país.

Anjo referia-se à falta de combustível, porém, defendeu que a entidade pode levar o seu tempo, mas consegue comprar gasolina para abastecer os barcos, que carecem de cerca de 100L, para meio dia de buscas.

### 3.20 Apoia reformados viúvas e desempregados

*Jornal de Angola*  
10 De Outubro de 2017

A venda ambulante de café 'é uma Iniciativa da empresa Nestlé Angola, o projecto denomina-se "Nescafé" ou "My one Buslness" (o meu único negócio) e visa apoiar jovens desempregados, viúvas e reformados.

A quem pretende ser operador OU agente de vendas da Nestlé Angola são exigidos documentos, como cópia do bilhete de identidade, registo criminal, cartão de sanidade, uma cozinha em boas condições de higiene e, no máximo, 15 trabalhadores. Explicou Cláudio kawewe, responsável do projecto.

A Iniciativa tem, actualmente, 115 operadores (donos de cozinhas) e 1050 vendedores, cujos contratos são celebrados para um período de tempo indeterminado. Como supervisares, estão cinco pessoas. Que têm a tarefa de fiscalizar a dinâmica de todos os envolvidos.

De acordo com o áudio kawawe, a fiscalização começa no atendimento aos clientes, visita à casa dos

operadores e com a apresentação dos uniformes. "Este controlo serve para verificar o cumprimento das tarefas previamente exigidas", esclareceu.

Uma vez que da comercialização do café resultam lucros, semanalmente. Os vendedores recebem entre 8 e dez mil kwanzas. A variação depende das quantidades despachadas. Além das vendas diárias os vendedores e operadores têm metas a atingir.

"Eles devem vender 50 a 75 copos de café por dia, durante três meses", disse Cláudio Kawawe. Quem alcança a meta recebe, como recompensa, um telefone, chapéu e camisola.

Para os operadores, a meta é a venda de 15 caixas de café, por semana, ou 100, mensalmente. Como prémio, ganham um computador portátil.

Cláudio Kawawe deixou claro que, Para ser operador ou vendedor, antes do exercício das actividades, é precisos passar por um ciclo de formação.

A revenda dos produtos do projecto é feita em armazéns e a preço acessível. São os operadores quem os adquirem a partir desses locais e os distribuem pelos vendedores de café.

"Os preços são estipulados a partir da nossa instituição e são vigiados com regularidade", garantiu o responsável. Entretanto, lamentou a atitude de alguns fiscais: "eles têm cobrado taxa aos vendedores e não entregam nenhum comprovativo" denunciou.

Bons produtos e preços

Belarmino André gosta de tomar café quente, logo pela manhã, e considera que o produto e preço são bons". Quanto à iniciativa, disse que não visa apenas apoiar os jovens desempregados, mas também as famílias carenciadas.

Funcionário de Uma bomba de combustível, Belarmino André revelou que já tem acordo com uma vende clara, para fornecer-lhe café, sempre que estiver em serviço. "Gostaria que os mentores deste projecto não ficassem só por Luanda e que criassem mais oportunidades de emprego", pediu. Mário Guerra, taxista aplaudiu por seu lado, a criação do projecto Nescafé e incentivou os jovens desempregados a abraçar a iniciativa como primeiro emprego.

"Não aconselho ninguém a rejeitar uma oportunidade desta, seja por vergonha ou pelo facto de o salário não ser o almejado. Aos jovens que conseguiram o primeiro emprego, peço que apostem nele com integridade", realçou.

### 3.21 Café quentinho, pelas mãos de ambulantes

*Jornal de Angola*

30 De Outubro de 2017

Texto: Arcângela Rodrigues

e manhãzinha, jovens uniformizados de coletes vermelhos transportam garrafas térmicas, caixas com pacotinhos de café instantâneo, leite em pó, açúcar e copos descartáveis. São os vendedores de café. Circulam por várias artérias da capital, à procura de clientes sedentos de urna bebida quente para espantar do sono.

A venda ambulante de café transformou-se num novo negócio na capital, contribuindo, assim, para retirar rapazes e raparigas do desemprego e, de igual modo, sustentar muitas famílias. Bem cedo, os vendedores colocam-se em pontos estratégicos, como paragens de táxis, bombas de combustíveis e esquinas ou ruas onde transeuntes circulam com frequências.

Maria Bernardo, 18 anos, entrou para este negócio pela mão de uma amiga. "Na altura, tinha muitas dificuldades para comprar os materiais que eram solicitados na escola. Por isso, tive de abandonar os estudos. A minha amiga incentivou-me e comecei a fazer a venda de café". Maria garante que, depois desta iniciativa, voltou a estudar, o que faz entender que o negócio é lucrativo.

O copo de café custa 100 Kwanzas, de acordo com Maria, e é servido sempre quente. "De manhã, alguns clientes preferem tomá-lo na rua ou à porta do local de trabalho", explicou: Diariamente, chega a vender mais de 30 copos de café, embora as vendas variem. "Tudo depende do número de clientes", justificou.

Também vendedora, Feliciano Humberto, 25 anos, afirma, por seu lado, que tem havido dias bastante lucrativos. Ela consegue vender duas caixas de café, com 20 pacotes cada, pelo que arrecada 4.000 Kwanzas.

"Há quase dois anos que consigo cobrir algumas necessidades com esse negócio", disse a jovem. Às vezes, ganha 200 Kwanzas, vendendo café com leite aos que assim desejam. De segunda a sexta-feira, Miguel Domingos, de 19 anos, percorre a zona do São Paulo, até à baixa da cidade, à procura de compradores para o seu café.

"Por Semana, ganho nove mil Kwanzas", disse. O vendedor acredita que muitos jovens optaram pela venda ambulante de café para apoiar as suas famílias. Fala, particularmente, daqueles que têm dificuldade em arranjar emprego.

O percurso diário de Benedito Magalhães, 22 anos, leva-o, a pé, às zonas do Miramar, Mutamba e Marginal. Vende café há um ano e, com o que recebe, consegue ajudar os pais em algumas despesas. Ganha, por semana, nove mil Kwanzas.

A época em que mais lucra é a do Cacimbo. Mas este ano não teve tanta sorte. "Na época de Cacimbo, não fiz boas vendas, por isso, ando, em outras áreas, para poder ganhar mais", explicou. Antes da concorrência, Benedito vendia três caixas de café por dia. Mas, por causa do aumento de vendedores, agora vende apenas duas.

### 3.22 Pé na estrada, pela sobrevivência

*Jornal de Angola*

30 De Outubro de 2017

Texto: Neusa Meneses

A semelhança do que acontece com outras zungueiras, Clementina Tchoquenhala acorda, diariamente, com o canto madrugador do galo. Mulher esforçada e dedicada, há mais de oito anos que tem, entre mãos, a responsabilidade do sustento da família, ou seja, a comida de casa depende da actividade que abraçou. Diante dos riscos e constrangimentos inerentes à "zunga", ela ganhou noção de que o sucesso das vendas determina o bem-estar dos seus.

Aos 30 anos de idade, Clementina Tchoquenhala é mais uma entre as milhares de mulheres que fazem da "zunga" o modo de vida, em Luanda. Residente no bairro do Kapalanga, município de Viana, impôs à própria agenda uma rotina quase sagrada. Cinco dias por semana, vê-se obrigada a deixar a casa, o marido e os filhos, para "zungar" (fazer venda ambulante). Como boa dona de casa que diz ser, antes de despedir a família, para ir à venda, organiza o lar e deixa a filha de sete anos pronta para ir à escola. O trabalho, afirma, é árduo e o regresso, normalmente, acontece por volta das 17 horas.

Zungueira desde o ano de 2008, no dia em que a reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, seguiu os seus passos, Clementina Tchoquenhala trajava saia branca, blusa rosa e calçava um par de chinelos. O lenço amarrado na cabeça conferia-lhe um toque mais feminino. É o traje mais usual no seu dia-a-dia, admite a zungueira, que, entre as suas opções de negócio, pontificam as roupas, cintas e cintos e outras peças de roupa que muitos fazem o gosto tanto das mulheres, quanto dos homens.

Clementina José Tchoquenhala abraçou a vida de vendedora, depois, de a empresa onde o marido trabalhava ter entrado em falência. Escusado é dizer

que a situação mudou o rumo, da, vida da família. Era preciso inverter o quadro. Desesperada para sustentar os sete filhos, resolveu fazer negócio com os poucos recursos financeiros que havia sobrado das economias do esposo.

"Meti as mãos na cabeça, quando recebi, do meu marido, a notícia de que a empresa onde trabalhava havia fechado e sequer tinham sido remunerados. Na altura, o único dinheiro que tinha, ele entregou-me para comprar comida para casa, durante uma semana. Os outros dias foram entregues às mãos de Deus", disse, para de seguida acrescentar: "como sei que o dinheiro parado não cresce e tínhamos que ter uma fonte de rendimento, resolvi fazer negócio".

Embora reconheça que vender na rua não é tarefa fácil, a jovem zungueira o conta que, no início, foi ainda muito mais difícil. O horário madrugador e o facto de deixar os filhos praticamente entregues à sua sorte, durante longos períodos, são experiências que prefere nem lembrar. Contudo, ela explica que o tempo ajudou-a a encarar as coisas com mais tranquilidade.

Hoje, quando Clementina Tchoquenhala despede a família, sai de casa convicta de que está a fazer o melhor que pode. Normalmente, coloca o negócio numa sacola de cor preta, que carrega consigo até à paragem do "Piaget". É lá onde apanha o autocarro das seis horas, que a deixa na paragem do Jumbo, nas imediações do Largo Primeiro de Maio. Pouco depois, abre a sacola e dá início à caminhada, em busca da clientela.

Clementina José Tchoquenhala caminha durante, aproximadamente, 30 minuto, de casa até à paragem de autocarro próxima à referida universidade. Mas, geralmente, tem de ficar numa fila, para subir no transporte público utilizado para chegar ao centro da cidade. No autocarro, conta ela, sobem pessoas de todo o tipo, porque o preço é baixo: são 50 kwanzas. Alguns passageiros são respeitosos e outros abusados e sem maneiras. Uma grande mistura de hábitos e costumes. Cada um conta a sua piada e o que acontece no bairro onde vive.

"É aí onde ficamos a saber o que acontece nesta cidade de Luanda. O que mais incomoda é o empura-empura, quando o autocarro esta lotado", queixa-se. Acrescenta que o barrulho e o tom de voz de alguns passageiros também perturba um pouco e, por mais que não se queira -prestar atenção, as pessoas são obrigadas a ouvir as conversas por causa da voz alta.

Depois de uma hora e trinta minutos de andamento, no meio de um trânsito difícil, Clementina José Tchoquenhala e a jornalista chegavam ao destino. Ainda era muito cedo para o mercado dos

Congolenses, onde a mulher adquire os bens para revenda; abrir as portas e a zungueira começar mais um dia de trabalho.

### 3.23 Pequenas histórias da zungueira

*Jornal de Angola*  
30 De Outubro de 2017

Dona de casa cuida da família antes de sair

Cinco dias por semana, vê-se obrigada a deixar a casa, o marido e filhos, para ir à zunga. Como boa dona de casa que diz ser, antes de se despedir da família, para ir à venda, organiza o lar e deixa a filha de sete anos pronta para ir à escola. O trabalho, afirma, é árduo e o regresso, normalmente, acontece por volta das 17 horas.

Casa - paragem andar 30 minutos até ao autocarro

Clementina Tchoquenhala caminha durante, aproximadamente, 30 minuto, de casa à paragem de autocarro próximo a uma universidade. Geralmente, tem de ficar numa fila, para subir no transporte público que a leva até ao centro, da cidade.

Congolese, início da jornada

Depois de uma hora e trinta minutos de viagem de autocarro, no meio de um trânsito difícil, Clementina José Tchoquenhala a jornalista chegavam ao destino. Ainda era muito cedo para o mercado dos Congolense, onde a mulher adquire os bens para revenda, abrir as portas e a zungueira começar mais um dia, de trabalho.

Encargos, marido desempregado e sete filhos a espera Clementina José Tchoquenhala abraçou a vida de vendedora depois de a empresa onde marido trabalhava ter entrado em falência. Escusado é dizer a situação mudou o rumo da vida da família, Era preciso inverter o quadro e ajudar a sustentar os sete filhos

### 3.24 Pontos de passagem

*Jornal de Angola*  
30 De Outubro de 2017

Com o negócio em mãos e sem pressa. Clementina Tchoquenhala percorre diariamente, quase cinco quilómetros. Ela conta que o importante é exibir o negócio para as pessoas que caminham ou estão paradas em cada esquina. O trajecto pouco ou nada altera.

As ruas vizinhas ao Largo Primeiro de Maio. Vila Alice. a parte frontal da escola Nzanga M'Bandi e o



bairro do Maculusso são alguns dos seus principais pontos de passagem obrigatória.

"O meu destino é chegar até à Mutamba. Mas antes procuro passar pelas ruas com maior movimentação de pessoa a pois sempre que caminho até pelo Largo da Independência, há estudantes que me mandam parar e compram sempre alguma coisa. Dificilmente deixo aquele local sem despachar algo", frisou. Durante a caminhada com Clementina Tchoquenhala, ela foi abordada inúmeras vezes por mulheres. Na sua maioria, compravam "cintas", uma das peças mais requisitadas pela clientela ..

"Minha bonita vem ver as calças da moda e as cintas que apertam a barriga e te deixam com o corpo de modelo" apregoa insistentemente. na busca por clientes. Ela sublinha que está acostumada com a situação: "Nestes nove anos que zungo nunca tratei mal alguém que vê as roupas, mas não compra Sei que se não adquirir hoje amanhã vai comprar. Muitas zunquelras costumam tratar algumas pessoas de "coceira", por mexer no seu negócio e não comprar" lamentou.

Quando "zunga' nem o cansaço, a sede a poeira, provocada pelos carros, nem o sol abrasador que se faz sentir nesta época do ano, não a demovem do seu propósito. Ela caminha sempre com a maior naturalidade e um sorriso estampado no rosto. Por causa das contingências do serviço evita sobretudo comer para não se sentir pesada.

Com o rosto suado boca ressequida e os pés completamente empoeirados. Clementina Tchoquenhala marcha imparável. Ela explicou que se acostumou à distância. Admite que por carregar trouxas de roupas nas costas no início sentia muitas câimbras. As dores na coluna eram constantes. Mas, com o tempo, o seu corpo adaptou-se e as dores desapareceram. NH

### 3.25 Refeição condicionada

*Jornal de Angola*  
30 De Outubro de 2017

A 'zunga' de Clementina José Tchoquenhala pelo Bairro do Kinaxixi, antes de chegar à Mutamba, foi interrompida por duas mulheres, que gostaram de uma das calças que levava nos braços. Mas o que despertou a atenção das clientes foram as três cintas para apertar a barriga. Uma delas comprou. Nos arredores do Governo da Província de Luanda, depois de uma paragem de cinco minutos, a vendedora optou por exhibir as roupas aos automobilistas, justificando tratar-se de um truque que, às vezes, lhe rende alguns lucros.

"Independente da qualidade, procuro negociar os meus artigos a um preço acessível. Mais vale vender barato, ao invés de vender caro e permanecer muito tempo com o negócio", disse. Além dos Congolese, ela compra a mercadoria nos mercados dos Kwanzas. Posteriormente, organiza-a, define os preços e só depois sai para zungar. Os preços por ela praticados variam entre os 1.000 e os 500 kwanzas. Os lucros, confessa, são suficientes, apenas, para levar comida para casa.

"Depois da venda e antes de ir para casa, vou novamente até ao mercado dos Congolese, para comprar o jantar. Só assim apanho o táxi, para voltar a casa. Se eu não vender algo nesse dia, ficamos sem jantar", disse, com lágrimas nos olhos. Mas, ao amanhecer, às primeiras horas do dia seguinte, ela lá estaria, de novo, para cumprir mais um dia da sua rotina. Assim, de que adianta chorar? A sobrevivência obriga-a a redobrar o ânimo, levantar a cara e pôr pé na estrada. NH

### 3.26 Um negócio comparado as drogas

*Jornal de Angola*  
30 De Outubro de 2017

O animal de estimação mais vendido na via pública é o cão. Segundo jovens vendedores, o negócio é bastante rentável. Entre os clientes, estão estrangeiros, como portugueses, cubanos e congolese. Rottweiler, Pastor Alemão, Chow Chow ou o Caniche sãs as raças com maior saída. O preço de um Rottweiler chega a 150 mil Kwanzas. Mas há raças mais caras.

Os jovens que vendem cães na rua do Benfica, depois da Ponte Molhada, disseram à reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, que o negócio da venda dos bichinhos parece o negócio das drogas, porque todos os dias aparecem pessoas para comprar. "Até aquelas pessoas que já têm, dois, três cães, querem sempre mais", disse o vendedor, Cássio dos Santos.

O jovem sabe que é proibido fazer a venda de animais. Ainda assim, insiste no negócio. Tinha 13 anos, quando o começou. Hoje, aos 21, o jovem pensa em criar um espaço, "tipo canil e legalizá-lo para criação, venda e tratamento dos cães". Mais conhecido por Cássio Chow Chow, devido à paixão pela raça com o mesmo nome, o jovem confessou que, com a venda de cães, consegue pagar as contas de casa, a universidade e outras despesas.

Cássio dos Santos que, ao contrário de outros, é, ao mesmo tempo, criador e vendedor, disse que o preço dos cães varia entre 80 a 150 mil Kwanzas, de acordo



com o tipo, raça ou qualidade. "Se a fiscalização levar um, dois ou três cães, o prejuízo é grande", calculou.

Sobre os cuidados com os bichos, os vendedores dizem que zelam por eles e que nem sempre os expõem todo o dia. Dão-lhes alimentação e têm hora de descanso. " Nós cuidamos dos cães até que seja comprado Até os levamos à vacina".

Vlade Domingos, também vende cães na rua do Benfica. t: parceiro do Cássio dos Santos. Os dois contaram que vão à Namíbia comprar cães reprodutores. Vlade Domingos considera o negócio ambicioso, por isso, tem a intenção de legalizá-lo.

Sobre os perigos de criar os animais, ambos concordam que adestrar um cão não é difícil, mas requer basta paciência e conhecimento. " Leva tempo e também depende do tipo de cão. Há cães mais difíceis de adestrar", explicaram. Cássio e Vlade fazem pesquisas sobre tipo, comportamento e ambiente adequado para cada raça. " Assistimos a aulas de vídeo que ensinam a cuidar de um cachorro, pois todo o cuidado é pouco. Também é importante instruir aos clientes ou compradores. As aulas ensinam-nos como lidar com os cães e outros animais. Todo o conhecimento que temos foi à base de muita investigação", referiu Vlade Domingos.

A nossa reportagem foi até à casa de Cássio, onde encontrou um Rottweiler de três anos, uma cadela da raça pastor Alemão de um ano.

De facto, foi impressionante ver como eles lidavam com os cães. "O Rottweiler é bastante obediente", explicou Cássio, que, ao mesmo tempo, pedia a um animal desta espécie para sentar, pular, mexer a cauda etc. O cão obedecia a tudo.

Já a cadela mostrava-se mais agitada e estava sempre atrás das galinhas. Vlade Domingos acalmava-nos, dizendo que não havia perigo algum. A cadela só atacava se o dono mandasse. Mas houve um momento em que o animal saiu atrás de uma criança e quase a atacou. Vlade gritou 'Lavla, quieta'. No momento, a cadela parou. Simplesmente, obedeceu. NM

### 3.27 Vende-se animais na via pública

*Jornal de Angola*  
30 De Outubro de 2017  
Texto: Nilza Massango

A ser guia a quantidade de animais que é vendida na via pública, fica difícil acreditar que o negócio é proibido. De facto, vender animais de estimação, como cães, gatos, pássaros, coelhos, perus e outros, na via pública, é proibido. É uma transgressão

administrativa com punição nos termos da lei 12/11. Mas lá estão os pobres animais, expostos numa ma, travessa ou esquina, como se de uma comercialização normal se tratasse.

O director dos Serviços Comunitários do Município do Talatona, Joaquim Luís, garante que a venda de animais na via pública é punida, assim como as instituição que exercem a actividade à margem da lei. No caso de o transgressor ser pessoa singular é obrigado a pagar uma multa que pode chegar até 50 salários mínimos, ou seja, 800 mil Kwanzas. Se, se tratar de uma empresa, loja ou clínica veterinária, a coima vai até 300 salários mínimos. O destino do animal apreendido passa a ser um canil ou gatil.

Ao que indica, nem a Lei, nem a multa inibem a comercialização de animais de estimação e de consumo humano na via pública. É frequente encontrar vendedores destas espécies em muitas ruas da província de Luanda. Jovens e adultos, sem fazerem caso da presença de fiscais, vendem os bichos, expondo-os ao sol, amarrados ou não, dentro ou fora de gaiolas.

Na rua do Benfica, depois da Ponte Molhada, a venda de cães, principalmente, é feita todos os dias. Outros cenários de venda são montados nas avenidas Ho chi Minh Pedra de Castro Van-Dúnem "Loy", junto a um conhecido Shopping. Nesses locais, cães, pássaros e coelhos ficam expostos a tudo e todos. Pode-se, inclusive, assistir a claros abusos contra os animais. Na Ho chi Minh, por exemplo, jovens "zungam" com os cães presos em cordas ou correntes.

#### Animais para consumo humano

A rua do Cine Atlântico, à Vila Alice, é, com certeza, o maior aviário a céu aberto na zona urbana da cidade de Luanda. São dezenas de galinhas amarradas e expostas ao solo dia todo. Aos sábados, o local mais parece uma feira de exposição destas aves. Aparecem muitos compradores e faltam os fiscais.

#### Quem para as feiras?

Das vezes que vimos estes vendedores a correr, atrás deles estavam os fiscais. Logo, é da responsabilidade das administrações municipais, através dos Serviços Comunitários, em parceria com a fiscalização, acabar com a venda de animais na via pública.

O Luanda, Jornal Metropolitano, questionou o director dos Serviços Comunitários do município do Talatona, Joaquim Luís, sobre as medidas a tomar para estancar o negócio de animais na via pública. Disse o responsável que o trabalho para desencorajar este tipo de venda" passa, também, por mostrar aos jovens a necessidade de melhor cuidarem dos animais".

Joaquim Luís lamentou ainda o facto de muitos jovens persistirem na venda, "preocupando-se mais com os rendimentos, descurando os riscos que correm, ficando com os animais que, muitos das vezes, não são vacinados e podem transmitir-lhes doenças", alertou.

O responsável também foi incisivo ao esclarecer que, caso o transgressor não pague a multa no prazo de 30 dias, "o processo é encaminhado ao Gabinete Jurídico para a cobrança coerciva. O dinheiro da multa vai para a Conta Única do Tesouro", adiantou.

## 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Regras do orçamento

*Jornal Economia e Finanças*  
20 De Outubro de 2017

Os orçamentos dos serviços autónomos, ordinário e extraordinário, assim como o orçamento corrente e o de capital são as regras clássicas da organização do orçamento.

Porém, a regra da não consignação e a regar da unidade têm sido frequentemente e sobretudo nos últimos tempos objecto de violações de muitos países. Aparecem-nos, por um lado, receitas consignadas e por outro vários orçamentos.

Relativamente às receitas consignadas, verificamos em primeiro lugar quando é que há verdadeiramente consignação de receitas para efeitos de contabilidade pública.

O Estado cria um serviço que o vai traduzir-se em aumento de despesas. Se estas crescem, têm de aumentar proporcionalmente as receitas, mas suponhamos que o Estado, além de criar o imposto, estabelece que as suas receitas ficam afectadas à cobertura das despesas do nosso serviço. Se assim acontecer, então estaremos perante uma consignação, visto que, por um lado, as receitas do imposto não poderão destinar-se a quaisquer despesas antes de assegurada a cobertura dos créditos que foram afectadas. Por outro lado, esses créditos só poderão utilizar-se na medida do produto, maior ou menor, do imposto que o Estado lhes destinou.

Numa situação de favor se o produto das receitas consignadas iguala ou excede o montante previsto das despesas, pois neste caso, as despesas têm assegurada a sua cobertura, seja qual for a situação financeira do Estado. Na verdade, se a situação financeira se torna desfavorável isto é se chega durante o ano à conclusão de que as receitas serão insuficientes para cobrir as despesas, o Estado pode ter de reduzir estas últimas: mas, se o fizer, só reduzirá as dos serviços sem receitas consignadas que as dos outros gozam do privilégio de serem cobertas por tais receitas.

Numa situação desfavorável, se o produto das receitas consignadas vem a ser menor que o montante previsto das despesas, pois neste caso, o serviço não pode

realizar todas as despesas previstas, mas apenas as que são permitidas pelo produto das receitas.

O equilíbrio entre despesas efectivas e despesas efectivas; equilíbrio entre despesas ordinárias e receitas ordinárias; Equilíbrio entre despesas correntes e despesas correntes, são os diferentes conceitos de equilíbrio orçamental.

O Orçamento de Estado deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas. Sendo assim, não-de prever-se bastantes receitas pelo menos para satisfazer as despesas previstas, isto é, o orçamento há-de estar, pelo menos equilibrado.

Na verdade, não se compreenderia, não faria sentido, que se previssem despesas sem se preverem receitas correspondentes.

O Orçamento apresenta sempre ou com receitas iguais ou com receitas superiores às despesas, isto é, ou equilibrado ou supera vitário. Não se concebe um orçamento com despesas superiores às receitas, isto é, deficitário. Concluindo, o equilíbrio orçamental não se define pelo equilíbrio entre determinadas receitas e determinadas despesas.

A preparação do Orçamento do Estado passa pela responsabilidade do Ministério das Finanças e é elaborado de simetria com as grandes opções do plano anual e tendo em conta as obrigações decorrentes de lei ou de contrato. As opções do plano são votadas na Assembleia da Nacional e consubstanciam as directrizes em relação às quais o próprio plano é organizado. Portanto, cabe a Assembleia Nacional votar além das opções do plano, o próprio plano financeiro que denominado orçamento.

De acordo com o processo de preparação do orçamento, a instituição governamental é chamada a si a responsabilidade de elaborar e executar o orçamento nesta árdua responsabilidade. Metodicamente, o Estado traça um plano estratégico global plurianual de desenvolvimento económico e social, consagra de linhas mestras, ou seja, define as necessidades nacionais indispensáveis à vida dos cidadãos, devidamente hierarquizadas e ambas compatibilizadas.

Este processo de preparação do orçamento das despesas e do das receitas baseia-se nada mais do que a previsão de ambas.

## 4.2 Governo prevê economia a crescer mais do que a população já em 2018

*Jornal Expansão*

27 De Outubro de 2017

Os pressupostos técnicos macroeconómicos de partida para a elaboração do Orçamento Geral do Estado 2018 (OGE 2018) antecipam um crescimento económico de 3,4% para o próximo ano, mais optimista que as previsões de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que apontam a um crescimento do PIE de 1,5%.

De acordo com o Plano Intercalar - Medidas de Política e Acções para Melhorar a Situação Económica de Angola, os pressupostos técnicos macroeconómicos de referência para 2018 prevêem um crescimento para 1,3% do sector petrolífero e de 4,4% para o sector não petrolífero (ver página 4). Este último deverá beneficiar, de acordo com o documento, do crescimento da agricultura na ordem dos 5,9%, prevendo-se "uma aposta forte na produção" nacional, bem como do aumento de 1,8% da indústria transformadora e de 4,3% no sector dos serviços mercantis, de 5,1% na construção e de 60,6% na energia. "Pressupõe-se que vários factos venham a contribuir para um melhor desempenho do sector. Entre eles podemos referir o dinamismo esperado no sector da agricultura e a retoma da disponibilidade de divisas para a importação de matérias-primas, acessórios e sobressalentes, novos equipamentos, no limite das necessidades do sector", refere. O Executivo prevê igualmente uma taxa de crescimento de 4,4% no sector extractivo (diamantes e minerais).

As previsões apontam para uma redução de 86.828 barris diários na produção de petróleo do País, para 1,649 milhões de barris/dia, a um preço médio de 45 USD por barril.

O Plano Intercalar refere que, para o cálculo do valor do barril de petróleo que deverá constar no OGE 2018, teve em conta perspectivas de várias instituições. A Sonangol apontou para um preço médio entre os 42 e os 45 USD, o Ministério das Finanças recomendou 48 USD e o BNA 57,3, enquanto instituições internacionais, tais como a EIA, a Moody's e a Goldman Sachs prevêem preços de 57, 50 e 63 USD, respectivamente. Ora, "tendo em conta a incerteza actual do mercado petrolífero e a volatilidade do preço, para este exercício, foi adoptada a previsão da Sonangol, de 45 USD".

O documento refere que o Executivo se propõe a "aprofundar a eficácia dos instrumentos de política monetária, por formas a, não só alcançar a meta de inflação de 17,4% para 2018, como assegurar uma tendência de crescimento nos anos seguintes".

O PIB deverá crescer para 21,168 biliões Kz, dos quais quatro biliões deverão corresponder ao sector petrolífero e gás natural, revela o documento. De acordo com relatório de fundamentação da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017, o PIE angolano - toda a riqueza produzida no País - era de 19,746 biliões Kz.

## 4.3 Mercado informal pode ser tributado

*Jornal de Angola*

27 De Outubro de 2017

O vasto sector da actividade económica informal existente no país deve ser tributado, com vista à arrecadação de receitas para o Estado por via do imposto, para poder redistribuir mais rendimentos e riqueza aos cidadãos, defendeu o docente universitário de Direito Económico, Francisco Queiroz.

O docente dissertava ontem, sobre "Especialidades de modelos de coexistência entre economia moderna e informal", durante as XXI jornadas técnico-científicas da Fundação Eduardo dos Santos, que decorrem na capital do país.

Na sua dissertação, o especialista apontou a necessidade de se encontrarem soluções que conduzam à redução progressiva da informalidade, de modo a promover-se a eficácia de serviços administrativos do Estado.

Em Angola, a economia informal é muito forte e o sistema tributário é considerado o instrumento quantitativamente mais relevante dentro da política de redistribuição de rendimentos.

"Se o sector formal da economia for mais vasto do que o informal, o Estado arrecadará mais receitas, daí a necessidade dos serviços administrativos irem ao encontro dos agentes da economia informal para que estes possam, sem grandes burocracias, ter pelo menos pequenas empresas que desenvolvam legalmente a sua actividade", sublinhou.

O economista Fernando Heitor defendeu a integração progressiva da economia informal no sector formal, começando pela identificação dos espaços e o registo dos operadores informais.

O docente defendeu a necessidade de se validar a integração do capital morto (informalidade), com vista a criar riqueza nacional, ganhos de produtividade e de competitividade, bem como a limitação de espaço para actividades informais.

Fernando Heitor defendeu, também a redução de assimetrias regionais, criando pólos de atracção económica.



## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Governador de Luanda quer Participação do cidadão na governação

*Jornal O País*

*01 De Outubro de 2017*

O governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, disse, ontem, esperar que

Os munícipes participem na administração, para ajudar a resolver os problemas da cidade capital. Adriano Mendes de Carvalho falava à imprensa na cerimónia em que o Presidente da República, João Lourenço, empossou os 18 governadores provinciais do país recentemente nomeados.

Aponta como prioridades a resolução de questões sociais como a água, energia e saneamento básico. Já o governador de Cabinda, Eugénio Laborinho, aponta como prioridade os sectores da educação e da saúde, bem como a recuperação das vias primárias e secundários. O governador pensa ser necessário prestar também atenção ao combate à imigração ilegal na província que faz fronteira com as repúblicas do Congo e Democrática do Congo.

O ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, afirmou ontem, em Luanda, que o seu consulado dará primazia à diplomacia económica, de forma a atrair investimentos privados e encorajar as parcerias estrangeiras nos projectos de desenvolvimento de Angola.

Ao falar à imprensa, depois do seu empossamento no cargo pelo Presidente da República, João Lourenço, o titular da pasta das Relações Exteriores referiu que Angola tem condições criadas para atrair investimentos. Apontou a paz, a estabilidade e os recursos naturais de que o país dispõe como factores essenciais para atrair investimentos externos, precisando apenas de organização em termos funcionais para tornar o desiderato realizável de forma planificada e ordeira.

### 5.2 Mais acções para os municípios

*Jornal de Angola*

*02 De Outubro de 2017*

*Texto: Armando Sapalo*

O governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, espera contar com o contributo de todas as forças vivas da sociedade local, para colocar em prática as orientações do Presidente da República de assegurar o desenvolvimento social e económico dos dez municípios que compõem a província.

Reconduzido no cargo pelo Presidente da República, Ernesto Muangala falou ontem à população e sublinhou as acções prioritárias, como a promoção de investimentos públicos estruturantes destinados aos municípios.

Na cerimónia de tomada de posse, realizada no dia 30 de Setembro, o Chefe de Estado pediu aos governadores das 18 provinciais a "prescindirem do seu poder para os municípios", fazendo jus à máxima de que a vida faz-se nos municípios, que o governador da Lunda-Norte, promete colocar em prática com o apoio dos seus colaboradores directos e da sociedade civil.

Para se alcançar as metas preconizadas, Ernesto Muangala definiu um novo paradigma para o desenvolvimento da província, com quadros competentes e créditos firmados enquanto servidores públicos. Ernesto Muangala agradeceu o apoio da população local, sublinhando que a Lunda-Norte tem uma equipa sólida e unida que se transformou num misto formado por jogadores de dois maiores clubes do mundo no caso, o "Barcelona e Real Madrid". "Pela forma como decorreram as eleições gerais de 23 de Agosto, à semelhança de outras províncias, a Lunda-Norte mostrou que temos uma equipa unida", afirmou o governador, prometendo retribuir com mais trabalho pautado pelo rigor, disciplina e transparência na gestão do erário público, para a satisfação e melhoria das condições de vida da população. "Melhorar o que está bem e corrigir o que está mal é o lema do partido vencedor das eleições gerais e vai ser consolidado com mais trabalho e pouca conversa", declarou o governador.

#### Contributo da população

A população espera do Executivo saído das últimas eleições gerais de Agosto alternativas e perspectivas novos programas para sustentar a base económica para o desenvolvimento social. Em declarações ao Jornal de Angola, o jovem Danja Cainda, formado em Ciências de Educação na Escola Superior Pedagógica afecta à Universidade Lueji A'Nkonde, sugeriu que para o caso

particular da Lunda - Norte tida como uma província potencialmente diamantífera, as autoridades devem apostar em outras actividades económicas fora deste sector.

Presente no Campo de Ténis localizado na baixa da cidade do Dundo onde testemunhou a apresentação do governador provincial Ernesto Muangala, Danja Caima defendeu investimento em áreas como, agricultura, pecuária, recursos florestais, pescas, hotelaria, turismo, cultura e comércio.

Para o Danja, bem aproveitados em termos de captação de investidores, os referidos sectores podem ter reflexos positivos na vida social da província, por via da criação de mais empregos para a juventude. O governador e sua equipa de trabalho deve, segundo Danja Caima, encontrar investidores privados para aplicarem o seu capital na província e, deste modo, absorver um número considerável de mão-de-obra jovem, com formação, qualificação académica e profissional.

Ernesto Muangala é, desde o ano 2008, governador da Lunda-Norte e voltou a merecer a confiança do Presidente da República e do seu partido. O governador provincial tem pela frente inúmeros desafios que vão desde o reforço e melhoria dos serviços sociais, como saúde educação, emprego, construção de infra-estruturas, transportes públicos, além de mudanças na matriz económica da província, até agora dependente da exploração de diamantes.

Recentemente, foram inauguradas na cidade do Dundo, Lunda-Norte, algumas estruturas sociais em vários domínios, com destaque para o sector das águas. Uma das estruturas inauguradas foi a Estação de Tratamento de Águas Residuais, a primeira do género na província, que possui, entre outras, áreas de reacção bio-química, sedimentação, coagulação, filtração e canal de desinfecção. O processo feito por um tanque subterrâneo, com duas máquinas escoadoras que permitem a remoção do lixo mais grosso a partir das águas que saem da Centralidade do Mussungue.

As águas são encaminhadas para um outro depósito que possui quatro bombas submersas que levam - na para a máquina coadora fina, e leva, por gravidade, para o tanque de reacção bioquímica, onde ocorre o processo biológico e a separação das águas sujas, lamas, limpas, desidratação e drenagem para o rio, através do canal ultravioleta. Foi ainda inaugurada a Estação de Tratamento de Águas (ETA) , com uma capacidade para 20 mil metros cúbicos, dos quais três mil metros cúbicos de água tratada à centralidade.

### 5.3 Governação em Lunda deverá passar pela intervenção dos municípios

*Jornal O País*

*04 De Outubro de 2017*

*Texto: Maria Custódia*

Maria Custódia governante fez este pronunciamento no acto de apresentação do novo governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, aos funcionários do Governo Provincial (GPL).

"Em uma palavra, chegou a hora e a vez dos municípios desempenharem o seu verdadeiro papel e essa é, seguramente, uma das linhas estratégicas da reforma do Estado que teremos de desenvolver. Reforçar a intervenção dos municípios capacitando-os cada vez mais em diferentes domínios, para que eles sejam capazes de dar a resposta às diferentes situações que se colocam", frisou.

Para si, esta acção justifica-se pelo facto de a província de Luanda ter algumas particularidades que oferecem complexidades acrescidas para a sua governação, nomeadamente a densa urbanização, a alta e crescente demografia, algum crescimento desordenado, sobretudo na periferia, ocupação ilegal de terrenos, alguma falta de sensação ou sentimento e de respeito pela autoridade.

"São muitos os desafios que a província de Luanda tem pela frente, mas acredito que o novo governador vai enfrentá-los com competência e grande capacidade de resultado", sublinhou.

Adão de Almeida referiu ser essa, seguramente, uma das linhas estratégicas da reforma do Estado a desenvolver: reforçar a intervenção dos municípios, capacitando-os, cada vez mais, e em diferentes domínios, para que sejam capazes de dar resposta às diferentes questões que se colocam.

Reafirmou que o Presidente da República disse ser uma das principais tarefas capacitar, fortalecer e abrir espaço para que os municípios trabalhem directamente com os cidadãos na resolução dos seus problemas. "Este é o sentido principal da reforma, a municipalização dos serviços em geral", frisou.

O ministro declarou que se precisa de municípios cada vez mais fortes, cada vez mais capazes de impor a disciplina e a autoridade, que trabalhem directamente com os cidadãos, ouvindo-os permanentemente, com vista a obter a sua participação e colaboração o máximo possível.

"O novo paradigma que pretendemos é de não existir administração local que governa para o cidadão mas sim administração que governa com o cidadão", frisou, acrescentando que a participação do cidadão é peça fundamental, por meio do diálogo, abertura e a colaboração com todos.

Rematou que para a obtenção da colaboração dos cidadãos vai depender de cada um deles (administrações) pelo exemplo e capacidade de transmitir credibilidade nas instituições, tendo realçado a necessidade de as palavras estarem de acordo com as obras. "Só assim é que os cidadãos acreditarão nas instituições", sublinhou ainda.

O actual governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho assegurou ser possível resolver os problemas da cidade "agindo como um corpo", e apelou à cooperação das famílias, igrejas, associações, as zungueiras, funcionários públicos e privados para esta responsabilidade de dever cívico e moral para o bem da província.

O responsável declarou que as suas acções e atitudes serão baseadas na capacidade de recusar e combater as práticas negativas em todas as suas manifestações.

"O governador de Luanda é cada um de nós, filhos, filhas, residentes, e cada um deve sentir-se parte deste Governo. Um governador da área onde reside e ter responsabilidade sobre as práticas comuns, como cuidar dos bens públicos, das ruas, dos bairros e participar na resolução dos problemas", frisou.

Referiu que tem consciência dos numerosos problemas que esta metrópole e os seus arredores acumularam ao longo de vários anos, bem como dos seus próprios limites, prometendo apenas' cumprir o dever de bem-servir o seu povo.

Descreveu alguns dos problemas como a imigração com origem no interior que exerce a pressão demográfica, a produção de resíduos sólidos de forma desproporcional, a burocracia nas instituições públicas, pobreza e exclusão social e o desencaminhamento de meios de diagnóstico.

As desconcentrações administrativas estão subjacentes na nova filosofia da reforma do Estado e têm de encontrar neles os seus protagonistas.

No plano da organização funcional, lança um apelo aos administradores municipais para a ingente tarefa de alinhar as suas práticas e de toda a administração à nova cultura de servir o seu povo.

Devem responsabilizar socialmente todos aqueles não-alinhados, sem negligenciar a possibilidade de uma penalização para os transgressores.

Já o governador de Luanda cessante, Higinio Lopes Carneiro, referiu que, com a reforma do Estado, vai-se entrar para uma nova era e precisa-se estudar documentos de maneira a que se possam colocar à altura dos novos desafios que irão passar pelas eleições autárquicas.

Para si, deste modo, permitir-se-á que a tão desejada desconcentração administrativa e financeira possa realmente ocorrer e permitir que estes órgãos de administração local do Estado possam realmente ter condições para governar e exercer melhor o seu papel junto dos cidadãos.

Higinio Carneiro disse que deixa o cargo com o sentimento de dever cumprido e agradeceu a toda a equipa com que trabalhou durante o mandato.

No acto, felicitou o seu sucessor e apelou aos recém-nomeados que saibam, no exercício das suas funções, cumprir com zelo e dedicação tal como afirmaram no acto de juramento da sua tomada de posse.

Manifestou ao novo governador e a outros dirigentes a sua disposição para auxiliar, esclarecer e aconselhar, em tudo quanto precisarem dele.

## 5.4 Municípios devem resolver preocupação dos cidadãos

*Jornal de Angola*

*04 De Outubro de 2017*

*Texto: Manuela Gomes*

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, definiu como principais tarefas do seu pelouro capacitar, fortalecer e abrir espaços para que os municípios trabalhem directamente com o cidadão na resolução das suas preocupações.

Ao presidir à cerimónia de apresentação do novo governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, a quem desejou êxitos nas suas novas funções, Adão de Almeida considerou a tarefa de governar Luanda gigantesca e difícil, que oferece responsabilidades acrescidas.

O recém-nomeado ministro da Administração do Território e Reforma do Estado apontou a densa urbanização, a alta demografia, o crescimento desordenado principalmente na periferia, a ocupação ilegal de espaços e a falta de respeito pelas autoridades por parte dos luandenses como os desafios que a província tem e que Adriano Mendes de Carvalho vai enfrentar com competência e muita responsabilidade.

Os problemas de Luanda, salientou, têm solução. A primeira delas, acrescentou, passa pela diminuição da intervenção central e o reforço da intervenção dos municípios. "Chegou a era de os municípios desempenharem o seu verdadeiro papel e essa é, seguramente, uma das linhas estratégicas que temos que desenvolver."

Reforçar a interacção dos municípios, capacitando-os cada vez mais nos diferentes domínios, para que sejam capazes de dar respostas às diferentes questões que se colocam, bem como a municipalização dos serviços foram também apontados como alguns dos objectivos daquele ministério.

"Precisamos de municípios cada vez mais próximos, capazes de impor mais disciplina e que trabalhem mais directamente com os cidadãos. Queremos contar com os cidadãos, ouvi-los e obter a participação e a colaboração da população o máximo possível", disse o ministro, acrescentando que esse é o novo paradigma aspirado na administração local. Adão de Almeida reconheceu que o caminho a prosseguir é longo e difícil, mas que o envolvimento e a participação dos cidadãos são peças fundamentais para um melhor diálogo e abertura de modo a resolver tudo que aflige a municípios.

Travar a corrupção

O novo governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, defendeu maior responsabilidade dos dirigentes para servirem de exemplo aos seus colaboradores.

O governador realçou que pretende implementar uma atitude baseada na capacidade de recusar e combater as práticas negativas, em todas as suas manifestações. "Cada um de nós deve fazer bem o seu trabalho, dedicar-se com zelo às tarefas de preservação da cidade de Luanda. Por isso, peço ao cidadão, às entidades religiosas, associações, empresas e famílias para ajudarem nesta responsabilidade de dever cívico e moral."

Adriano Mendes de Carvalho disse que é preciso humanizar os serviços, desde as administrações municipais às escolas e hospitais. "Deve-se eliminar a ideia do lucro fácil e a falta de interesse no bem comum. A Lei da Probidade Administrativa deve começar pelos dirigentes para que depois sejam cobrados aos seus colaboradores", salientou.

O governador apelou para a necessidade de se reorganizar a arrecadação de receitas, alargar as fontes, nos termos da reforma fiscal em curso e assegurar que estes recursos tenham um único destino: a Conta Única do Tesouro.

Na cerimónia de tomada de posse, realizada no dia 30 de Setembro, o Chefe de Estado pediu aos governadores das 18 províncias a " prescindirem do seu poder para os municípios", fazendo jus à máxima de que a vida faz-se nos municípios.

## 5.5 Governador de Luanda quer governação participativa

*Jornal Visão*

*13 De Outubro de 2017*

*Texto: António Baquila*

Depois da cerimónia de empossamento, o governador da província de Luanda Adriano Mendes de Carvalho afirmou que consta das suas prioridades a resolução de questões sociais como água, energia e saneamento básico. O fornecimento de medicamentos e meios de diagnósticos aos deficientes, atendimento médico hospitalar, e a pessoas que dormem ao relento nas imediações dos

hospitais serão também algumas das medidas a serem adoptadas por Mendes de Carvalho 'filho:

Para atingir os seus objectivos, o governador lembrou que vai precisar da participação de todos os cidadãos de Luanda, e, que não basta apenas criticar. "É preciso apontar as possíveis soluções de melhorias"; pediu, acrescentando ainda que cada um deve sentir-se responsável na área onde estiver.

"O que quer dizer que onde estiver uma lata, lixo ou problemas cada um deve dar o devido tratamento"; apelou.

Adriano Mendes de Carvalho, afirmou que se vai introduzir um novo meio ou instrumento de trabalho para dirigir Luanda, sendo que o primeiro desafio que coloca à todos é a elaboração de um pacto de conduta social, "que acolhe os bons costumes e hábitos dos nossos povos, que realce o bem comum e que seja orientador da nossa sã convivência"; sublinhou.

"Deve-se mudar a maneira de governação de Luanda" Gildo Matias, analista político, disse ser uma retórica nova o facto do Governador de Luanda pretender focar o seu trabalho no referido pacto de conduta social, que presume ser um compromisso e um serviço de cidadania que todos os luandenses devem fazer, "ou pelo menos disponíveis a fazer em prol da causa da Governação de Luanda" Para este analista, as coisas não são bem assim: "Isso é olhar para o lado errado, porque o problema de Luanda não é tão-somente a mudança de Governador, nem sequer é o pacto de conduta social a que é uma componente cívica, mas é essencialmente a mudança de



Governança e o modelo Governança que muitas vezes é adoptado pelos governantes que por aqui já passaram.

"Têm de haver descentralização no modelo de Governança quer seja político ou administrativo, mas sobretudo, financeiro à primeira instância do poder público, para que os administradores municipais tenham recursos para resolver os problemas dos cidadãos"; declarou.

Outro problema que deriva desses antecedentes, na óptica de Gildo Matias, é a pressão demográfica que é de fundo e impossível, para qualquer governo que seja, conceber políticas públicas com algumas felicidades diante de tamanha pressão demográfica.

Por sua vez, João Paulo N'ganga, sociólogo, disse que o actual governador de Luanda foi feliz ao propor um pacto de conduta social.

Discordando categoricamente com a análise de Gildo Matias, o sociólogo acrescentou que Adriano Mendes de Carvalho têm do seu lado a experiência por já ter ocupado vários cargos a nível da governação de Luanda, "conhece a casa e sabe como as coisas funcionam":

"Por este facto, devemos dar o benefício da dúvida e esperança nas pessoas"; referiu, concluindo que a conduta social do cidadão dependerá do exemplo daqueles que o propuseram.

## 5.6 Afinal, porque é que a vida 'não' se faz nos municípios

*Jornal Expansão*  
20 De Outubro de 2017

Quando há alguns anos o Eng. o José Eduardo dos Santos, então Presidente da República, disse "A Vida faz-se nos Municípios", introduziu uma auréola à problemática da municipalização do desenvolvimento do País. Foi uma intervenção que poderia ser entendida como um sinal da necessidade de mudança de caminho, que implicaria inverter a lógica concentradora e centralizadora, característica do modelo de desenvolvimento adoptado. Nos dias de hoje, quando o Presidente João Lourenço recupera esta feliz e simpática máxima, especificando a necessidade de municipalizar uma série de serviços e deixando claro, inclusive, a pertinência de iniciar o processo de "autarcização" do País, é necessário responder a uma pergunta inevitável: Afinal, porquê é que, volvidos tantos anos, a vida "não" se faz nos municípios? Com este artigo procura-se elencar alguns factores que têm contribuído para inviabilizar a

municipalização do processo de desenvolvimento, designadamente:

1 Porque o modelo de desenvolvimento que tem privilegiado o enriquecimento de uns poucos entra em contradição com a municipalização, considerando que esta implica distribuir melhor e alargar o leque de protagonista socioeconómicos. Neste sentido, na sua essência, o caminho do enriquecimento sem multiplicação é contrário à municipalização, à participação alargada e a ampliação de sujeitos de direito ao nível local;

2 Porque os ministérios em Luanda, quase todos, para além de fazerem a coordenação estratégica, são executores directos de projectos, sejam eles grandes ou pequenos. Com esta lógica, assiste-se, regularmente, nos municípios, à chegada e à partida de empresas ligadas ao centro do poder ou vinculadas aos governos provinciais, que ofuscam empresários locais capazes de iniciarem as pequenas parcerias público-privadas. Parcerias que poderiam ser úteis para manutenção de estradas

secundárias e terciárias, gestão de sistemas de irrigação, preparação de terrenos aráveis, realização do comércio de insumos agrícolas, abastecimento em insumos agrícola, etc. Todavia, não há dúvidas que a desconcentração e descentralização encontra aqui os maiores entraves, uma vez que é nos processos de construção e aquisições que se concretiza a contratação a pública e, por essa via, a viabilização das "comissões". Em rigor, a questão é essa: com quem fica o poder da negociação dos contratos com o Estado? Será que as autoridades nos municípios vão continuar ausentes do processo de contratação pública?

3 Porque o Orçamento Geral do Estado, na alocação por local, privilegia a estrutura central. Veja-se que entre os anos 2009 e 2015, foi previsto para a estrutura da administração central do Estado, em média, cerca de 84% de toda a despesa pública' enquanto às estruturas locais foram previstos cerca de 15,4%.

Estes dados demonstram uma clara concentração, no governo central, do poder em relação à decisão sobre os principais projectos e, com isso, a capacidade de influência de tecnocratas e consultores de certos gabinetes da "cidade de Luanda". Trata-se de um poder que, quando não é acompanhado de conhecimento da diversidade do país, leva bastantes vezes a tomada de decisões desenquadradas da realidade local. Mas, também, esta concentração de poder promove a emergência de algumas atitudes poucos humildes destes tecnocratas na relação com os administradores municipais; 4 Porque os técnicos nos municípios estão em grande desvantagem em relação



aos outros. Um jovem técnico que está nas principais cidades pode continuar a estudar, a acompanhar o crescimento dos filhos e envolver-se em biscatos que aumentam os seus rendimentos, o que não acontece aos que estão em municípios recônditos, onde não têm quase nenhuma vantagem comparativa. Não é de estranhar, por isso, que muitos preferem abandonar os municípios ou mantêm-se formalmente, para assegurar os salários na função pública, mas fazem a vida nas cidades;

5 " Porque a agricultura, sobre tudo a agricultura familiar e os pequenos e médios empreendedores agrícolas não têm sido prioridade no desenvolvimento económico do país. A opção principal do Executivo foi sendo a implantação de programas públicos agro-industriais, operando numa lógica "tipo ilhas" e sem capacidade de geração massiva de postos de trabalho. Trata-se, em rigor, de uma opção que não dá importância à delimitação dos terrenos rurais comunitários, nem assegura sincronia com o planeamento do desenvolvimento municipal.

6 Porque não se fortaleceram os espaços de diálogo e concertação locais. Os Conselhos de Auscultação e Concertação Social foram criados e constituíram uma boa iniciativa, com resultado positivos em vários municípios. Entretanto, em muitos outros não foram respeitados, retirando-lhes o conteúdo do trabalho. Neste mesmo sentido, o poder central não tem valorizado suficientemente as várias iniciativas locais e informais de diálogo e concertação entre as comunidades e as administrações municipais, com impacto concreto na vida das população e na aproximação entre governantes e governados, preferindo publicitar actos de massa com laivos político-partidários;

Porque o critério da fidelidade partidária bastantes vezes ofuscou a competência na escolha de administradores municipais. Nos municípios, sobretudo aqueles mais dinâmicos, a acumulação da função de administrador e de primeiro secretário do partido (MPLA) tem várias implicações, entre as quais a redução do tempo de dedicação do gestor municipal às demandas do desenvolvimento local; a utilização dos meios da administração municipal para as actividades partidárias; e o estabelecimento de uma relação ambígua com as autoridades tradicionais.

8 Porque as autoridades tradicionais vêm sendo descredibilizadas e utilizadas para legitimar actos político-partidários, o que origina, entre outros aspectos, a fragilização do "Odjango" (ou equivalentes), enquanto instituição do poder tradicional, essencial para moderação do exercício do poder e da resolução de conflitos a nível das comunidades rurais;

9 Porque as rádios comunitárias foram inviabilizadas com a não regulamentação oportuna da lei de imprensa. Pelo contrário, surgiram emissoras locais do grupo Radio Nacional de Angola que, apesar de levarem informação a quase todo território nacional, regra geral, nos municípios não promovem debate com contraditório, o que prejudica a circulação de ideias inovadoras e a emergência de talentos locais;

O que fazer

Por último, dizer que Angola tem hoje melhores condições políticas, institucionais e de mobilização social para encetar uma municipalização consistente do desenvolvimento do país, que proporcione inclusão social e faça desabrochar elites locais. Para tal, o Executivo, o Parlamento e a sociedade civil têm de lidar, também, com resistências resultantes da defesa de interesses instalados, bem como superar fragilidades e limitações a nível das entidades locais. De igual modo, não deve haver a ilusão de que a descentralização e desconcentração sejam, por si sós, a fórmula mágica. Há riscos não negligenciáveis quanto reprodução dos vícios existentes. Portanto, o fortalecimento das instituições locais, estatais e não estatais, a capacitação dos cidadãos e a promoção de mecanismos de diálogo e contrapeso, e outras medidas já estabelecidas em documentos oficiais, são fundamentais para mitigar riscos e assim concretizar o ideal "A vida faz-se nos municípios".

## 5.7 CASA-CE quer urgência nas eleições autárquicas

*Jornal de Angola*

*25 De Outubro de 2017*

*Texto: Adelina Inácio*

Entre as prioridades nesta legislatura está a aprovação do pacote legislativo das autarquias locais, do Código Penal, do Código da Família, do Código de Processo Penal e da Lei Orgânica da Assembleia.

Nacional. Na sua opinião, que outros diplomas devem ser priorizado no Parlamento? Bom, há um pacote que já anda pendurado há mais de uma década na Assembleia Nacional, que está relacionado com a defesa nacional. Lembro-me que na altura ainda estava no Ministério da Defesa, por isso sei que é um pacote que foi produzido há bastante tempo. Na segunda legislatura, este pacote esteve na Assembleia, mas quando começou a terceira legislatura foi retirado e ao longo de cinco anos não voltou. Há toda uma carência: de legislação no que toca à Defesa Nacional que é preciso superar. Precisamos dar uma solução a este problema para que a Defesa Nacional possa funcionar de forma adequada. Outra prioridade devia ser dada à

revisão da Lei Geral do Trabalho. Durante a terceira legislatura, aprovou-se a Lei Geral do Trabalho, mas é uma lei que tem muitas injustiças e está para defender os patrões em detrimento dos trabalhadores.

O que defende que seja revisto na Lei Geral do Trabalho?

Rever a Lei Geral do Trabalho é algo fundamental que não pode deixar de ser feito, porque essa questão dos trabalhadores toca com a vida de toda a sociedade. A Lei Geral do Trabalho tem que ser uma lei mais justa, que, sobretudo, defenda os trabalhadores mais fracos, e não é aquilo que estamos a assistir. Há também o problema do Código Penal e do Código do Processo Penal. Uma comissão trabalhou nesta situação, mas acho que o debate à volta destas matérias não foi aquilo que se pretende, porque há algumas concessões que, no nosso entender, carecem de uma atenção mais cuidada.

O que acha que deve ser melhorado nesta lei?

Na questão do indivíduo que cumpriu pena e, depois em liberdade, não poder entrar mais na Função Pública. Alguém que cometeu um crime tem, naturalmente, de ser punido, mas quando sai da prisão tem de ter oportunidades de refazer a sua vida. Não se lhe pode fechar as portas. Não está certo. Pode-se é manter de facto o registo criminal dele, porque é bom sempre saber que esse indivíduo já cometeu um crime. Essa referência é justa, mas tem de ter oportunidades. Se mesmo para entrar no reino dos céus um indivíduo entra, desde que se arrependa, como é que a um indivíduo que já cumpriu a sua pena vão dizer que não pode entrar na Função Pública? Há outras questões na Lei Geral do Trabalho que não me parecem bem. Por isso, o debate sobre essa lei devia continuar a ser aprofundado.

Acha que na Assembleia Nacional, independentemente das formações políticas, existe um espírito de abertura para o diálogo e concertação para aprovação de diplomas?

Discutimos, e discutir não quer dizer necessariamente concertar. Quer dizer que há discussão, mas o MPLA é quem detém a maioria e, regra geral, impõe a sua vontade. Não está aberto a ideias mais progressistas, realizadoras e mais adequadas para o avanço da sociedade. Tanto é assim, por exemplo, que há o problema da transmissão em directo dos debates parlamentares. Passaram cinco anos, mas eles teimam e não conseguem compreender que há toda a necessidade de haver transmissão em directo dos debates, para que o próprio povo acompanhe os debates. Isso é intolerância, porque todas as condições estão lá criadas para que a Assembleia Nacional tenha

uma televisão e uma rádio próprias. Tudo está criado formalmente. Na legislatura passada, quanto menos tempo eles dessem à oposição para eles melhor, era uma satisfação, por isso é que digo concertação de ideias, no verdadeiro sentido da palavra, não houve. Trocámos ideias, mas aquilo que se decide, por regra geral, é sempre a posição do MPLA. Por isso mesmo, o novo Presidente da República, pelo menos no seu discurso, está a dizer que tem de haver uma parceria mais adequada.

Na sua opinião, o Parlamento devia ter um canal aberto para a transmissão dos debates em directo ou devem ser transmitidos pela televisão pública?

Para mim, tanto faz, pode ser através da televisão pública. Mas se for através da televisão pública, haverá sempre alguma limitação. Mas também não queremos que a televisão pública transmita desde manhã até à noite só o Parlamento. Mas, as reuniões plenárias são uma vez por mês, às vezes duas ou três vezes por mês, portanto, então que se agarrem seis horas num dia para a transmissão dos debates na televisão pública. Mas, se podermos evoluir para uma televisão da Assembleia Nacional, melhor. Compraram-se equipamentos, formaram-se quadros, então porquê não dar utilidade a esta questão?

Nesta legislatura, temos um Parlamento marcado por um maior equilíbrio das forças políticas. Acha que essa composição vai proporcionar reforçar o debate de temas mais candentes da vida do país?

Naturalmente, por ter maior número de deputados implica também crescer o tempo de intervenção dos diversos grupos parlamentares. Os deputados têm mais tempo, havendo mais tempo, têm mais discursos, por um lado. Por outro lado, tendo crescido não só em número os deputados em cada uma das bancadas, mas também em qualidade, naturalmente, isso vai trazer outras valias no debate que se vai travar a nível da Assembleia Nacional. Portanto, acreditamos que tudo isso vai contribuir para que o debate saia mais enriquecido nesta legislatura.

Quais são as prioridades da CASA-CE nesta legislatura?

As prioridades da CASA-CE nesta legislatura são várias, mas não fogem àquilo que é a vocação do Parlamento, ou seja, produzir leis. O Parlamento existe também para controlar e fiscalizar politicamente as acções do Executivo, no sentido de garantir que o património e os meios financeiros do país e do povo sejam usados de maneira criteriosa, por forma a satisfazer o bem comum. Podemos também dizer que temos como missão representar o povo perante as demais instituições, mormente aqueles órgãos de

soberania, fazendo vincar aquilo que são as ideias da grande massa e salvaguardar os interesses deste povo. Vamos produzir leis que vão ao encontro dos problemas da população.

Que contribuição pensa a CASA-CE fazer para ajudar o Executivo a resolver os problemas das populações? Controlando as acções do Executivo e acompanhar as acções do poder judicial. Vamos fazer com que o povo possa ver satisfeitos os seus' interesses e anseios. No que toca ao problema da produção de leis, é uma prioridade da CASA-CE o pacote legislativo eleitoral. Já havíamos, no mandato passado, trabalhado em algumas leis que são fundamentais, como a Lei Orgânica Sobre as Eleições Gerais, a Lei sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral, a Lei sobre o Financiamento das Campanhas Eleitorais. Vamos rever este pacote todo e estamos já a trabalhar neste em parceria com os outros partidos da oposição com assento parlamentar. Tão breve quanto possível daremos entrada desta matéria na Assembleia Nacional.

O que mais preocupa a coligação?

Estamos também preocupados com a questão das autarquias. Queremos que hajam eleições autárquicas o mais cedo possível. Há praticamente quase que um vazio em termos de legislação e será também uma prioridade para o nosso lado legislar sobre essas matérias.

O que gostava de ver alterado na Lei sobre o Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral?

Muitas coisas, mas fundamentalmente a composição da Comissão Nacional Eleitoral. O MPLA, por tem um maior número de deputados na Assembleia Nacional, indica também um maior número de comissários, mas a CNE não pode ficar refém de eleições passadas, tem que ser um órgão isento, equilibrado, que possa exercer o seu papel de maneira adequada, dando tratamento igual a todas as forças políticas que quiserem concorrer nas eleições futuras.

Na sua opinião, o que deve ser feito?

Temos de encontrar uma outra forma de organização, ou seja, todos os partidos com assento parlamentar deviam ter uma representação igual. Se o MPLA tem três comissários, todos os demais devem ter igual número. Não pode ser de maneira proporcional como eles querem, um com nove membros e os outros com representação inferior.

Assim, as próximas eleições não são realizadas de maneira igual, porque os que têm mais comissários acabam por ditar as regras. São os comissários que vão preparar às eleições e partem em vantagem em relação

aos demais partidos. Ou então, que não fôssemos pela via da representação, que encontrássemos figuras mais ou menos isentas para dirigir a Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Isso tem de ser discutido e repensado, para vermos como podemos formatar a composição da CNE no futuro. Mas na revisão que já tínhamos feito, a conclusão a que Unhamos chegado era de que os partidos políticos com assento parlamentar deviam indicar por igual os comissários que iriam integrar esta comissão.

Considera, então, pertinente que se altere a lei?

Isso aí não está muito claro, porque a forma como esta lei está cria alguma confusão. São situações que vamos ter que resolver. Por isso, estou a dizer que temos de atacar essa legislação. É uma grande preocupação resolver as matérias relacionadas com as autarquias.

## 5.8 ADRA quer discussão das autarquias alargada á sociedade

*Jornal Expansão*

*27 De Outubro de 2017*

*Texto: Félix Abias*

A implementação das autarquias deverá trazer maior desconcentração, participação e controlo da aplicação das políticas públicas e de forma independente, defendeu o antigo coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), Fernando Pacheco, durante uma mesa redonda realizada pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), no Lubango, província da Huíla, subordinada ao tema "Autarquias e desenvolvimento do sul de Angola".

A "enorme" distância que separa o poder central das comunidades justifica bem a implementação das autarquias, defende Fernando Pacheco, sublinhando que as autarquias não irão resolver todos os problemas, mas permitirão uma maior aproximação entre governantes e governados.

"Não se pense que as autarquias vão resolver todos os problemas, mas seguramente vão trazer maior desconcentração, participação e controlo da aplicação das políticas públicas", afirmou o presidente da Mesa da Assembleia da ADRA, tendo salientado que não se pode olhar para as autarquias "como factor de conflito, ao contrário do que se tem verificado ao longo dos anos, quando em outros países são vistas como saudáveis por ajudarem a resolver melhor os problemas das comunidades".

O coordenador da ADRA, Belarmino Jelembi, justificou a mesa redonda sobre as autarquias com a

necessidade de partilhar informação e levantar questões concretas com vista a preparar os cidadãos para a implementação desta reforma em Angola. "Ainda há dúvidas sobre a questão das autarquias e não podemos deixar esta abordagem apenas nas mãos dos juristas dos ministérios. Como ninguém trará uma fórmula para a sua implementação, vamos precisar de partilhar conhecimento", justificou.

Quanto à implementação das autarquias, Jelembi entende não haver dúvidas sobre a necessidade de descentralização, sendo que uma das vias de operacionaliza, de forma efectiva, essa descentralização é por via da criação das autarquias, que, de resto, reforma que já está consagrada na Constituição da República.

"A implementação das autarquias não se resolve apenas com a realização de eleições, é preciso capacitar os cidadãos para criar contrapesos", alertou Belarmino Jelembi, acrescentando que isso "irá ajudar à distribuição da riqueza à população".

Tal como Fernando Pacheco e Belarmino Jelembi, Guilherme Santos entende que a implementação das autarquias não será uma panaceia para a resolução de todos problemas. As experiências de outras partes do mundo mostram, contudo, que, com as autarquias, partilha-se melhor o poder, desenvolve-se melhor as comunidades e partilha-se melhor a informação.

Para Guilherme Santos, é pois importante implementar as autarquias, primeiro, porque é um desiderato constitucional, segundo porque é um instrumento fundamental para a aplicabilidade da democracia participativa, que legitima o poder e gera a representatividade dos órgãos eleitos. O também presidente do Conselho Directivo da ADRA defende ainda pesquisas para a implementação desta reforma, que não sejam "excessivamente académicas", de forma a que possam ir ao encontro da realidade vivida pelas populações.

Em relação ao discurso sobre

Estado da Nação, na Assembleia Nacional, durante o qual João Lourenço defendeu que as autarquias devem, durante esta legislatura, passar do texto constitucional para a prática, Fernando Pacheco lembrou que há muito que os angolanos aguardam por uma promessa que "faz todo o sentido", que é a realização das autarquias. Por isso, o presidente da mesa da Assembleia da ADRA espera que o PR cumpra a sua promessa.

"Os argumentos apresentados pelas autoridades não eram convincentes, pelo menos para os mais atentos, como se países como Cabo Verde tivessem mais

condições do que Angola", exemplificou Pacheco, salientando que "estava mais do que claro que a realização das autarquias era uma questão de vontade política".

A implementação das autarquias tem sofrido sucessivos adiamentos. A sua concretização foi anunciada para 2014 e depois para 2015. No ano passado, o ex-vice presidente da República, Manuel Vicente, anunciou a realização das eleições autárquicas apenas para 2021, prazo que se enquadra na legislatura presidida por João Lourenço.

## 5.9 Chivukuvuku defende autonomia regional para Cabinda

*Jornal Visão*

*27 De Outubro de 2017*

Chivukuvuku afirmou em conferência de Imprensa que o objectivo da visita é de agradecer aos militantes, simpatizantes e amigos da coligação pelos feitos alcançados nas eleições gerais de Agosto último, onde elegeu dois deputados do círculo provincial.

"Estou em Cabinda por imperativo do realismo e do sentimento dos vários segmentos dessa população. Cabinda tem uma economia que faz parte do grande sustento do país e a CASA-CE teve um grande equilíbrio na sua escolha durante as eleições de Agosto", disse.

Avançou ainda que esse sentimento também foi vivido em Luanda onde igualmente disse ter tido equilíbrio importante de escolha para a coligação, o que demonstrou, a seu ver, virar de uma nova página.

"Por isso, nesta minha primeira deslocação a essa província, como primeira depois das eleições, vai permitir um diálogo mais aberto hoje e no futuro com as várias sensibilidades do povo de Cabinda, para encontrar formas de combater a fome e a pobreza e encarar os problemas desta província de frente no pensamento de uma autonomia regional", observou.

Realçou como factor fundamental o diálogo com as várias sensibilidades locais, o respeito pelos direitos humanos e a presença permanente na província (uma vez por ano), mantendo esse contacto como forma para obtenção de informações da vida social e económica das populações.

Sobre o discurso do Presidente da República à Nação, o líder da CASA-CE, Abel Epalanga, sublinhou que contém elementos inovadores, mas apontou que é preciso ir-se aos actos.



Segundo Chivukuvuku, o Chefe de Estado não abordou, no seu discurso, o futuro de Cabinda. "Esperamos que venha a fazê-lo proximamente", reforçou.

Apelou aos deputados eleitos, no sentido de estarem mais próximos das comunidades locais e levar a discussão à Assembleia Nacional, com o objectivo de resolver os problemas que mais preocupam.

A CASA-CE obteve dois deputados do círculo provincial de Cabinda nas eleições gerais de Agosto e foi a segunda força política mais votada nesta região mais ao norte de Angola à frente da UNITA.

O político continuará em Cabinda, por alguns dias, onde manteve já encontro com o bispado local, além de contactos com o eleitorado nas zonas de Yabi, São Pedro, Cabassango e nos bairros Mbuco e Chinga. Prevê-se igualmente encontro com o governador, Eugénio Laborinho.

## 5.10 Poder Central e Poder local

*Novo Jornal*

*27 De Outubro de 2017*

O presidente João Lourenço referiu-se nos seus discursos tanto ao processo de implantação de autarquias como ao de municipalização dos serviços públicos. São dois processos que, sem dúvidas, estão relacionados, mas não têm de ser realizados em simultâneo nem estar na dependência um do outro.

Arriscamos a hipótese de as eleições autárquicas virem a ser realizadas em 2020, pela simples lógica de que, havendo eleições gerais em 2022, o partido maioritário não deve pretender um efeito de contágio que pode ocorrer se as duas eleições não estiverem separadas por mais de 18 meses. Também se poderia colocar a hipótese de 2019, mas não nos parece que o actual Governo, com novo líder, tenha tempo para preparar em apenas um ano todas as condições legais e Logísticas para as autarquias. Do ponto de vista político, O novo Governo também precisa de tempo. Tempo para que as suas medidas, a sua forma de governar comece a dar resultados, e tenha condições de lutar pelos resultados autárquicos e igualmente tempo para proceder a uma mudança do perfil dos candidatos. Para que se realizem eleições autárquicas, O MPLA necessitaria de acabar com a ideia dos seus primeiros secretários-administradores, promovendo gente capaz que conseguisse concorrer e ganhar as eleições. Precisa igualmente de tempo para fazer aprovar toda a legislação sobre modelos de gestão, debater opções, proceder ao recenseamento dos municípios e outras tarefas afins. Assim sendo,

tomemos que as eleições autárquicas não terão lugar antes de 2020.

Dada a gravidade da situação e o sentido de premência apresentada pelo chefe de Estado, dois anos e meio é tempo de sobra para esperar pelas autarquias. Há condições, no caso transferência de competências, que podem ir sendo feitas gradualmente e que mais tarde vão ajustar-se ao processo de descentralização administrativa ou, no caso dos municípios que forem escolhidos numa primeira fase, poderem garantir um atendimento aos cidadãos muito mais eficiente.

A municipalização dos serviços é assim a bóia de salvação. Depois das coisas ditas pelo PR, o Governo tem de encarar a hipótese de uma profunda reforma, tendo a municipalização como o epicentro, a base, o suporte do exercício. Falamos de serviços públicos a prestar, principalmente no sector social e da prestação de serviços, como; por exemplo, saúde, educação, energia e água, transportes e administração pública.

A estrutura do Governo (como a criação do MATRE-Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado indicia) orienta-se na direcção de uma reforma a partir da Administração Local, o que a ser assim é uma medida de aplaudir e que requer forte suporte político para o efeito. Uma reforma desta dimensão implicaria uma completa reorientação transversal de áreas que vão da administração pública ao sector empresarial público.

Nos últimos dias, foi registado um incidente no hospital do Kapalanga, em Viana, que resultou na morte de um cidadão. O ministério da Saúde interveio, tal como o Governo Provincial de Luanda. A administração municipal foi completamente esquecida pela imprensa e não constou sequer das autoridades públicas que se deveriam pronunciar. Esse pequeno episódio revela exactamente o que se passa com a municipalização dos serviços no nosso país: a autoridade continua avir de fora do município.

A municipalização não tem sido acompanhada da respectiva transferência de competências, de autoridade e de responsabilidades. Não há, a nível nenhum, nem mesmo no município, a ideia de que as autoridades municipais são quem deve responder por problemas que ocorram nos equipamentos ou serviços públicos da sua área de jurisdição.

Ora, a municipalização é antes de mais um processo de desconcentração da autoridade e da responsabilidade.

Serve para aumentar o Governo responsabilidade das administrações municipais e, futuramente, dos governos municipais em assuntos como a gestão dos



equipamentos públicos (hospitais, escolas, bibliotecas centros de assistência social ou até distribuição de energia e águas e transportes).

E este talvez seja o grande desafio da reforma do Estado: conseguir que os municípios tenham uma autoridade real sobre os serviços públicos na sua área de circunscrição. Temos de ter, mesmo que muita gente não goste disso, uma visão territorializada dos serviços públicos. As escolas e os hospitais do município, a qualidade da, administração pública ou dos serviços como a segurança social, emissão de documentos, etc, etc., são, antes de tudo, uma responsabilidade do administrador municipal) que deve ser o primeiro a quem se cobram responsabilidades, o primeiro a falar na imprensa, ainda que receba instruções do governo provincial ou do ministério. A territorialização dos serviços públicos permite uma adequação à realidade histórica, cultural e social de cada região e, naturalmente, um atendimento mais ajustado, mais personalizado ao cidadão de cada região.

É a partir dos limites de um dado território, da sua diversidade cultural, ambiental, social é geográfica que se devem projectar o tipo de serviços públicos a prestar, acrescentando-se particularidades e especificidades próprias de cada região.

Será, pois, importante repensar, em termos ainda de desconcentração, numa reforma que coloque os hospitais, as escolas e outros equipamentos sob dependência directa do administrador municipal. Naturalmente, deverá existir a orientação metodológica das áreas de especialidade, a quem competirá indicar inclusive os quadros gerentes dessas unidades mas a autoridade (a autoridade mesmo, leia-se, quem manda). Tem de ser o administrador municipal, que, como todos os poderes, terá também os seus limites, não poderá com um "posso e mando". Depois das coisas ditas pelo PR, o Governo tem de encarar a hipótese 'de uma profunda reforma.

Deve igualmente discutir-se a actuação de serviços públicos essenciais que são prestados por empresas públicas. A gestão dos transportes públicos, como sejam definição de paragens, carreiras no interior do município, devem ser da esfera municipal competindo depois ao governo provincial assegurar-se da complementaridade entre municípios e da gestão do espaço coordenado entre os municípios. Isso vai requerer a criação de dependências municipais das empresas públicas de água, energia e transportes públicos e essas dependências terão de ter um estatuto e autonomia de empresas municipais, responsáveis por gerir a relação com os clientes, tratar das questões do quotidiano de acordo, remetendo as suas casas-mãe para o papel de entidades de coordenação, orientação

metodológica e supervisão. A municipalização implica a primazia em termos de equipamentos, serviços e atendimento ao cliente. Teríamos assim empresas municipais de distribuição de electricidade, empresas municipais de abastecimento de água, empresas municipais de transportes públicos e outras do género.

Se a visão da municipalização e territorialização dos serviços for levada adiante, a dificuldade maior que se irá colocar será a de encontrar administradores e quadros que tenham qualidade técnica para assumir as grandes responsabilidades que serão transferidas para os municípios. Se as funções sociais do Estado se transferirem para o município, o Estado terá de ter capacidade para atrair os melhores quadros e munir-se a nível da administração local de quadros que sejam capazes de discutir, orientar, supervisionar médicos, professores, Governo e outros especialistas.

## 5.1.1 Intervenção no município para combater assimetrias

*Jornal de Angola*

*31 De Outubro de 2017*

*Texto: Adelina Inácio*

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, reconheceu ontem, em Luanda, que o município tem de ser o centro do desenvolvimento nacional, da igualdade e justiça social para diminuir as assimetrias regionais e combater à fome e à pobreza extrema.

Adão de Almeida, que falou na cerimónia de celebração dos 23 anos do Fundo de Apoio Social (FAS), afirmou que muitos dos problemas sociais exigem a intervenção dos municípios, que devem ser cada vez mais fortes, ter cada vez mais espaço e mais recursos humanos e financeiros para que se efective desenvolvimento local.

O ministro da Administração do território e Reforma do Estado reconheceu as acções desenvolvidas pelo FAZ que, na sua opinião, têm potenciado as administrações municipais no combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento local.

Adão de Almeida entende que estas acções devem contar com o apoio do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) para perseguir, a nível municipal, o trabalho de desenvolvimento, bem como, de uma cultura e prática de participação dos cidadãos nos processos de planificação municipal e gestão dos recursos públicos.

Para que o FAS continue a desenvolver acções de combate à fome e à pobreza, o ministro Adão de

Almeida apontou como tarefas a atenção especial às comunidades com intervenções sócio sanitárias básicas, efectivas e humanizadas, com vista a aproximarem os serviços sociais municipais às famílias. O ministro falou também da inclusão produtiva da economia local e defendeu que a mesma deve ser reforçada com espaços dos pequenos produtores locais, que são a força da economia local e comunitária, por ser aquela que produz um impacto directo na melhoria da vida da população economicamente activa e promovendo a sua dignificação.

Apoio do Banco Mundial No encontro, a representante do Banco Mundial em Angola, Clara de Sousa, disse que aquela instituição apoia a estratégia do FAS na diversificação da economia, com intervenções em quatro províncias e oito municípios.

Clara de Sousa garantiu que o Banco Mundial prevê ajudar o FAS a expandir estas iniciativas para outras áreas. A representante do Banco Mundial adiantou que, até Março deste ano, 67 municípios concluíram os seus planos municipais de investimento.

A representante do Banco Mundial afirmou que a sua instituição está comprometida com as aspirações de desenvolvimento de Angola, por isso, orienta as suas intervenções para o alcance da eliminação da pobreza e encorajar a partilha da prosperidade. Clara de Sousa disse também que o Banco Mundial apoia o Plano Nacional de Desenvolvimento implementado pelo Executivo e tem, entre as prioridades, o aumento da eficiência dos programas sociais e o fortalecimento da protecção social.

O financiamento do Banco Mundial de 70 milhões de dólares, adiantou, vai contribuir para que o FAS busque uma intervenção mais concentrada e direccionada à pobreza, através de acções para melhoria do acesso aos serviços básicos e promover a inclusão produtiva de vida das populações pobres.

Entre os projectos de desenvolvimento local em que o Banco Mundial está associado destaca-se o da construção de infra-estruturas sociais para 70 municípios de 18 províncias do país. O FAS já construiu, com o apoio do Banco Mundial, 787 projectos relacionados com a educação, 100 centros de saúde e 12 pontos de água nas comunidades.

#### União Europeia

A chefe adjunta para a cooperação da União Europeia, Marta Brites, falou do apoio dado pela União Europeia ao Fundo de Apoio Social e salientou que estes apoios se concretizam através de projectos de desenvolvimento local, no valor de 30 milhões de

euros financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento. Este projecto, de acordo com a responsável, está a ser implementado em 14 províncias e 4S municípios do país.

Marta Brites sublinhou que o apoio da União Europeia enquadra-se num programa de cooperação abrangente entre Angola e a União Europeia cujo foco principal são áreas de governação, desenvolvimento humano, social e diversificação da economia.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Desenvolvimento urbano em discussão em Luanda

*Jornal de Angola*  
02 De Outubro de 2017

A representação em Angola da ONU- Habitat realiza hoje, Dia Mundial do Habitat, um encontro que denominou "Pequeno-almoço Urbano", que se caracteriza por uma série de palestras curtas, mas de conteúdo estratégico, sobre a ova Agenda Urbana e o desenvolvimento urbano sustentável.

O encontro vai decorrer no Centro Cultural Angola-Brasil, localizado junto ao Museu Nacional de Antropologia, na Baixa de Luanda, e inicia -se a partir das 9 horas.

No âmbito da comemoração do Dia Mundial do Habitat, que é assinalado na primeira segunda-feira de Outubro, a ONU convida os governos, instituições e a sociedade civil em todo o Mundo a promoverem o, debate sobre o desenvolvimento urbano sustentável e outras questões relacionadas com o habitat.

O tema deste ano para reflexão é "Políticas habitacionais: moradias acessíveis", de acordo com um documento enviado ontem ao Jornal de Angola pela representação da ONU-Habitat em Angola.

No "Pequeno-almoço Urbano" vão participar o coordenador residente das Nações Unidas em Angola, Paolo Ballardelli, e o membro do Secretariado do Fórum Urbano Mundial e ex-membro do Secretariado do Habitat III, Roi Chiti.

O primeiro vai proferir o discurso de abertura e o segundo uma introdução ao ciclo de palestras e ao fórum urbano mundial.

O programa inclui a discussão de seis temas, um dos quais, denominado "O desenvolvimento urbano sustentável em Angola", dissertado pelo arquitecto António Garneiro.

A arquitecta Ema Samali vai dissertar obre o tema "O desenvolvimento urbano sustentável na esfera local: a experiência de formação em Singapura" , enquanto o representante em Angola da O Habitat, o brasileiro Thomaz Ramalho, vai abordar o terna "A plataforma P OTU- Programa Pais da ONU-Habitat para o desenvolvimento urbano sustentável com vista à implementação da nova agenda urbana em Angola".

A arquitecta Ângela Mingas foi convidada para abordar o tema" ova agenda urbana - planeando e gerindo o desenvolvimento urbano".

Quem vai dissertar sobre o tema "Nova agenda urbana-inclusão social, erradicação da pobreza e participação da sociedade social" é o arquitecto Allan Cain, ao passo que a arquitecta Morcella Guarneri vai abordar o tema "Definindo os princípios, instrumentos e metodologias da Nova Agenda Urbana, prioritário para o desenvolvimento urbano sustentável de Angola" .

Nova Agenda Urbana

A Nova Agenda Urbana das Nações Unidas para os próximos dez anos reserva uma atenção particular aos moradores dos musseques, favelas, caniços, bairros de lata e assentamentos informais, zonas habitadas maioritariamente por pessoas de baixo rendimento.

Adoptado na 3ª Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano, realizada em Outubro de 2016, na cidade de Quito, Equador, o documento refere que o de envolvimento sustentável pressupõe o combate às múltiplas formas de discriminação, sobretudo aquelas que atingem mulheres e raparigas, crianças e jovens, pessoas com deficiências, portadoras do VIH/Sida, idosos, povos autóctones e comunidades suburbana.

O documento defende, ainda, a inclusão dos sem-abrigo, trabalhadores, pequenos produtores rurais e pescadores, refugiados, retomado, deslocados e migrantes, como condição indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Em suma, a Nova Agenda Urbana da ações Unidas está voltada para a eliminação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, para a defesa dos direitos e oportunidades iguais, para a integração universal nos espaços urbanos.

### 6.2 Novas Moradias atraem quadros aos municípios

*Jornal de Angola*  
02 De Outubro de 2017  
Texto: José Chaves

Habitantes da província do Bié estão satisfeitos com a construção de várias centenas de residências no interior da província, no âmbito do programa do Executivo de construção de 200 fogos habitacionais por município, projecto que está a permitir reduzir o défice habitacional, sobretudo para os funcionários públicos e jovens.

O Jornal de Angola fez uma ronda em sete dos nove municípios que a província tem, onde foram construídas 100 residências sociais em cada uma das sedes. O projecto, que teve início em 2012, é considerado um dos principais programas para solucionar o défice habitacional no país e marca o ponto de partida do processo de urbanização da província, segundo o director provincial das Obras Públicas.

Segundo Salomão Pascoal, foram já construídas 700 residências, em sete sedes municipais. "O projecto visa dar solução à falta de casas nas sedes dos municípios do Bié, no sentido de atrair quadros de várias especialidades concentrados nos centros urbanos, "realçou.

O projecto urbanístico, acrescentou, melhorou significativamente a vida de milhares de pessoas que residem e trabalham essencialmente nas zonas rurais, dando-lhes maior dignidade e conforto.

A construção de um número considerável de moradia nos municípios da província do Bié, ainda de acordo com o director provincial das Obras Públicas, está a motivar a fixação definitiva de quadros das instituições públicas. "Os projectos do Executivo de construção de 200 fogos habitacionais por cada município e de autoconstrução dirigida obteve resultados positivos", sublinhou Salomão Pascoal.

Fernando Casaco, funcionário público, residente no município da Nharêa, disse estar "muito feliz", pois o governo da província está a cumprir com a promessa de construir casas sociais em todos os municípios.

Pedro Siloca, residente em Camacupa (centro Geodésico de Angola), disse à nossa reportagem que o seu sonho está concretizado, porque já poderá viver em casa própria e ter uma vida mais condigna e estável.

Edson Barros, funcionário público, trabalha no município do Chitembo. Tem 28 anos e vive, desde Dezembro do ano passado, numa das residências T3. Disse estar satisfeito com o novo estilo de vida, no novo projecto habitacional da região, pois, acrescenta, no bairro onde vivia as condições não eram das melhores.

"Aqui o saneamento básico é eficaz, o sistema de segurança e outros serviços essenciais são comparáveis à qualidade de vida que existe em outros pontos do país. Não tenho motivo de queixas. É de louvar essa iniciativa do Executivo, porque veio dar maior dignidade e conforto à famílias do Bié, principalmente que residem no interior", realçou.

As autoridades provinciais programaram, no decurso da primeira fase, a construção de 200 casas sociais em cada um dos sete municípios.

Na primeira fase do projecto foram construídas 100 residências nos municípios de Camacupa, Chitembo, Chinguar, Catabola, CUnhinga, Cuemba e Nharea.

Além da construção das casas, também serão construídas ruas, passeios, redes eléctricas de baixa e alta tensão, sistemas de abastecimento de água potável e equipamentos sociais.

As casas foram construídas num terreno de 25 hectares nas reservas fundiárias do Estado e vão ser vendidas no sistema de renda resolúvel.

Além da construção das casas, também vão ser montadas redes técnicas de abastecimento de energia eléctrica, sistema de abastecimento de água potável e outros equipamentos sociais básicos.

#### Comissões de moradores

Mais de cinquenta comissões de moradores estão criadas no município do Cuito, província do Bié, com o propósito de trabalhar com a autoridades locais na identificação e resolução do problema que aflige a população da região.

O administrador municipal adjunto do Cuito para área económica e social, Nelson Quintas, realçou que as comissões de morador têm sensibilizado a população visando a melhoria do saneamento básico e preservação das escolas e hospitais sobretudo na periferia.

## 6.3 Agenda aponta soluções

*Jornal de Angola*

*03 De Outubro de 2017*

*Texto: Ana Paulo*

A Nova Agenda Urbana que está a ser implementada pelas Nações Unidas vai ajudar na solução do problema de desenvolvimento urbano no país, tendo em conta a crescente ocupação massiva e exponencial da população angolana nas áreas urbanas e rurais, admitiu ontem, em Luanda, o arquitecto António Gameiro.

Ao apresentar o tema o "Desenvolvimento Urbano em Angola", durante uma palestra realizada por ocasião do Dia Mundial do Habitat, assinalado ontem, o arquitecto António Gameiro disse que estas ocupações derivam da falta de planos directores que orientam o uso e a ocupação do sol. "Da! que a nova Agenda Global Urbana aponta caminhos positivos de

acordo com a ocupação do espaço tendo em conta determinados factores de forma sustentável.

Segundo António Gameiro, o povo imigra em busca de melhores condições de vida, seja nas zonas rurais seja urbanas.

"As pessoas têm direito à habitação. Isto pressupõe que se deve elaborar um conjunto de planos, programas e projectos que permitam resolver o problema antes ou no início da ocupação", sublinhou. António Gameiro lembrou que existem ainda muitos solos desocupados onde vão ser implementados novos projectos urbanísticos que podem ter uma infra-estrutura de base ou eventualmente pode ser feita de forma progressiva.

O coordenador residente das Nações Unidas, Pier Paolo Balladelli, disse que a Nova Agenda Urbana é

resultado de um trabalho feito por membros de mais de 40 países do mundo, que se reuniram em 2016 em Quito, Equador. Angola foi um dos países que participou activamente e deu um contributo positivo para a sua implementação.

Pier Paolo Balladelli explicou que a Nova Agenda Urbana foi implementada para corrigir erros de construção anárquica dos últimos anos. "As administrações locais não tiveram capacidade de orientar. Agora, cada país têm a obrigação de requalificar, reorganizar e reordenar estes espaços de forma a colocar infra-estruturas, equipamentos e serviços com qualidade", sublinhou. O funcionário das Nações Unidas frisou que a habitação, cidade e a urbanidade estão relacionadas com a erradicação da pobreza, diminuição das desigualdades e criação de mais capacidade ou oportunidades para a coesão social.

"A habitação não é apenas o espaço físico onde a família vive, mas também é uma série de dimensões importantes para a vida das famílias como a produtividade, trabalho, ocupação, educação, escola, transporte, saúde e outros aspecto de carácter social" enfatizou.

## 6.4 Inscrições para casas vão até o fim do ano

*Jornal de Angola*  
12 De Outubro de 2017

o processo de formalização de candidaturas para a compra de habitações do Estado na modalidade de venda ao público, na centralidade do Andulo, no Bié, vai ser feito até final deste ano, disse ao Jornal de Angola o coordenador comercial da Kora-Angola,

Crispim Costa. O responsável da empresa de construção civil e promoção imobiliária reiterou que estão em construção mil residências, das quais 172 apartamentos já estão concluídos, entre moradias térreas e de dois pisos.

Crispim Costa frisou que os candidatos à aquisição de moradias na centralidade do município do Andulo devem estar tranquilos em relação à política de comercialização.

Alguns munícipes contactados pela reportagem do Jornal de Angola mostraram-se satisfeitos com a edificação da centralidade, que, na sua opinião, vai melhorar a qualidade de vida dos seus moradores.

A cidadã Aurora Silepo disse ter já remetido a sua candidatura e espera com ansiedade receber as chaves de um apartamento, facto que para ela marcará o início de uma nova era. Paixão dos Santos, de 30 anos, também candidato a uma das moradias, explicou que o projecto veio em boa hora, a julgar pelo sonho da juventude em ter casa própria e constituir família. O regedor municipal, Bernardo Nicolau, afirmou que a construção da nova centralidade veio em boa hora, porque vai diminuir o défice habitacional para os funcionários públicos.

José Chaves

## 6.5 Preços em Caculama com subida constante

*Jornal de Angola*  
12 De Outubro de 2017

Sónia Maria

Os preços dos principais materiais de construção civil registam uma subida vertiginosa, no município de Caculama, a 54 quilómetros, a Leste da sede capital da província de Malanje, apurou o Jornal de Angola, aos agentes económicos na região.

Os comerciantes afirmaram que, devido à subida de preços dos principais materiais de construção civil, grande parte de pessoas foram aconselhadas a paralisar com a construção das casas de carácter definitivo.

Na ronda que o jornal efectuou constatou-se que o saco de cimento, que antes era vendido a 1.600 kwanzas, está agora a custar 3.100 kwanzas, enquanto uma chapa de zinco subiu de mil para 2.800 kwanzas, facto que preocupa os habitantes.

Os comerciantes afirmaram que a subida dos preços de materiais de construção no município de Caculama



tem a ver com o aumento dos custos no maior mercado nacional, Luanda.

Outro factor está relacionado com as más condições de circulação na Estrada Nacional 230, que liga Luanda à cidade de Malanje e ao município de Caculama, explica a comandante Mahamede Abudule. A vendedora, que adquire os materiais de construção na cidade de Luanda, disse que o mau estado da estrada torna mais difícil a viagem, acrescentando que, para o material chegar ao município, leva cerca de duas semanas, o que encarece o produto.

Isso motivou a que o seu estabelecimento efectue a venda do material aos municípios a um preço mais alto, devido à transportação e outros encargos.

Ana Teixeira, moradora do bairro Cagiza, afirmou que a subida de preços dos materiais de construção faz com que as pessoas recorram às construções precárias, sobretudo no novo bairro Terra Nova, habitado por funcionários, na sua maioria jovens. A moradora acredita que a carência de estabelecimentos de materiais de construção possa estar igualmente entre as causas do aumento dos preços a nível do município de Caculama.

## 6.6 Alunos aprendem sobre urbanização

*Jornal de Angola*

*14 De Outubro de 2017*

"Os planos urbanos visam criar condições técnicas e socio-económica que garantam o desenvolvimento ordenado do território, assim como a construção de infra-estruturas técnicas e equipamentos sociais em benefício das populações", afirmou esta quinta-feira, em Luanda, o chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

O arquitecto Alcibíades Guinhy, que fez essa afirmação durante uma palestra sobre "Planos Urbanos Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano" (INOTU) e sua importância no ordenamento do território", no Instituto Médio Politécnico de Cacucaco, falou

sobre o papel dos planos urbanos, seu estudo, caracterização e infra-estruturas. Alcibíades Guinhy esteve ladeado pelos arquitectos Soares de Brito e Maria de Fátima e pela engenheira civil Ana Buila, técnicos do Departamento de Desenvolvimento Urbano.

A margem da palestra, Ventura José Salvador, director do Instituto Médio Politécnico de Cacucaco, disse que

actividades dessa natureza se vão repetir e estender a outros domínios, tais como estágios profissionais, visitas de estudo, formação continua dos professores e aquisição de meios tecnológicos para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos.

Na quarta - feira foi realizada no mesmo instituto uma jornada de orientação académica e profissional, com a participação de uma equipa da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, chefiada pela docente cubana Rosa Guillot, com o objectivo de ajudar e orientar os alunos da instituição no acesso à continuação dos estudos universitários e na inserção ao mercado de trabalho.

## 6.7 Construção de casas é retomada este ano

*Jornal de Angola*

*14 De Outubro de 2017*

A construção de 15 casas sociais na comuna de Belo Horizonte, município de Cunhinga, 77 quilómetros a norte da cidade do Cuito, paralisadas em 2015 por questões financeiras, é retomada em Novembro. Informou ontem o vice-governador do Bié para o sector técnico e infra-estruturas.

José Fernando Tchatuvela disse estarem em curso negociações entre o Governo e o empreiteiro a fim de dar seguimento às obras. "Já está disponível 80 por cento do valor acordado para a conclusão da empreitada. As residências, de tipo n, são erguidas num perímetro de 300 metros quadrados."

Além da conclusão das obras no Belo Horizonte, as autoridades governamentais pretendem dar o mesmo tratamento aos demais projectos paralisados, no âmbito do subprograma de 200 fogos habitacionais por município, disse José Fernando Tchatuvela.

### Apicultura

A fazenda agropecuária "Vinevala", no município do Chinguar, província do Bié, adoptou, na sua linha de produção, a criação de peixe tilápia (cacusso) e ovinos, o que constitui valências no combate à fome e à pobreza, declarou o proprietário do projecto, Alfeu Vinevala.

Depois de conquistar e consolidar o mercado do tubérculo e cereais, o fazendeiro disse que a aposta no projecto tilápia teve início em 2015, com o processo de criação/reprodução em 12 tanques escavados com dimensões aproximadas de 900 metros cúbicos.

Alfeu Vinevala assegura que a produção é satisfatória, estando já disponíveis cerca de 80 mil peixes, com 450

a 500 gramas de peso cada e, até final de Dezembro ou princípio de Janeiro, a fazenda Vinevala começa a lançar no mercado uma média mensal de 28 mil cacussos. "Estamos a produzir com técnicas modernas, ainda assim, o projecto se depara com alguns constrangimentos na aquisição da ração alimentar", disse

## 6.8 Angola é o terceiro país que mais recebe dinheiro da China

*Jornal O País*

*18 De Outubro de 2017*

Angola é o terceiro maior destino do financiamento da China no estrangeiro' com um montante de USD 16.556 milhões no período entre 2000 e 2014, segundo um estudo da unidade de investigação AidData, da universidade norte-americana de William & Mary.

Em primeiro lugar surge a Rússia, com USD 36.623 milhões' e o Paquistão com USD 24.325 milhões, aparecendo em quarto lugar a Etiópia com USD 14.834 milhões de dólares, ainda de acordo com o mesmo estudo.

Angola surge em quarto lugar no que se refere ao volume de projectos financiados pela China, com 110, sendo ultrapassada pelo Camboja com 168, o Paquistão com 121 e o Zimbabwé com 120 projectos.

Os investigadores da AidData revelaram ainda que a China doou ou emprestou USD 354,4 mil milhões a outros países no período de 15 anos analisado, aproximando-se do montante concedido pelos Estados Unidos da América, que se situou em USD 394,6 mil milhões.

"Pode dizer-se que os EUA e a China são agora rivais no que respeita às suas transferências financeiras para outros países", escreve o director executivo da AidData, Bradley C. Parks.

## 6.9 Imogestim lança alerta contra burlas

*Jornal O País*

*18 De Outubro de 2017*

*Texto: Afrodite Zumba*

A empresa angolana Imogestim, gestora da venda de imóveis nos projectos habitacionais do Estado (PHE), alerta os cidadãos para não se deixarem enganar por "aliciadores", que dizem estar autorizados a comercializar residências em seu nome, revelou

ontem, em Luanda, o porta-voz da instituição, Mário Guerra.

De acordo com o responsável, a medida surge em resposta aos relatos que têm chegado à direcção da empresa de que alguns indivíduos (não identificados) afirmam manter relações privilegiadas com responsáveis da Imogestim e podem facilitar o processo de comercialização das residências.

"Ainda não registamos nenhum caso de forma oficial, mas é melhor prevenir, por isso estamos a alertar os cidadãos", elucidou, tendo acrescentado que se alguém receber tal proposta deve comunicar às autoridades competentes, designadamente a Polícia Nacional e a direcção da Imogestim para que sejam aplicadas as medidas previstas na lei.

Mário Guerra reiterou ainda que a via legal para aquisição de imóveis ao Estado é por intermédio da candidatura no site da instituição (que ao momento encontra-se suspensa) em qual o candidato tomará conhecimento das modalidades de venda disponíveis, designadamente "venda para a Função Pública, venda dirigida para as grandes empresas e a venda ao público livre".

Importa realçar que no passado mês de Agosto a Imogestim procedeu à entrega simbólica de 45 residências na urbanização do Capari, província do Bengo, e mais de 25 na urbanização do Quilómetro 44, em Luanda.

Na ocasião, a instituição esclareceu que os demais cidadãos que submeteram a sua candidatura no pretérito dia 6 de Julho receberão as residências de forma gradual, à medida que as infra-estruturas externas forem concluídas.

## 6.10 Mais habitações para o Bié

*Jornal Economia e Finanças*

*20 De Outubro de 2017*

A construção de 15 casas sociais, na comuna do Belo-Horizonte, município do Cunhinga, 77 quilómetros a Norte da cidade do Cuito, paralisadas em 2015, por questões financeiras, serão retomadas este ano, segundo a Angop.

O vice-governador do Bié para o sector Técnico e Infra-Estruturas, José Fernando Tchatuvela, disse estar em curso negociações entre as partes (Governo e o empreiteiro) a fim de dar seguimento as obras a partir de Novembro.

Disse estarem disponíveis 80 por cento do valor acordado para a conclusão da empreitada. As

residências, com a tipologia T3, estão a ser construídas num perímetro de 300 metros quadrados.

- Afirmou que além da conclusão das obras no Belo-Horizonte, as autoridades governamentais local, pretendem dar o mesmo tratamento dos demais projectos paralisados, no âmbito do subprograma de 200 fogos habitacionais por município.

#### Programa habitacional

Ainda no sector habitacional, um total de 2.784 apartamentos da centralidade "Horizonte do Cuito" já foram entregues, na província do Bié, para os cidadãos que concorreram pelo regime de venda ao público livre.

O projecto habitacional horizonte do Cuito prevê a construção de seis mil residências.

Nesta primeira fase, conta com mil 922 apartamentos, 252 moradias térreas e 611 moradias de dois pisos erguidas, além de registar a construção de 138 lojas, bem como do sistema de abastecimento de água potável e a ligação do sistema eléctrico público e os acessos viários.

## 6.11 Exportações para a China crescem quase 50%

*Jornal O País*

*24 De Outubro de 2017*

As trocas comerciais entre Angola e China retomaram em Agosto, um bom rito depois de retracção na variação mensal no último mês, quando tanto as exportações de Angola para o país do Oriente como as importações que dele faz recuaram face a Junho, de acordo com os dados das alfândegas chinesas divulgados pelo Fórum Macau. Se as trocas comerciais entre os dois países se haviam situado, em Julho, em USD 1,58 mil milhões, em Agosto subiram para USD 1,68 mil milhões. Tanto as exportações de Angola para a China, como as compras efectuadas à potência asiática aumentaram. A balança comercial entre os dois países continua a ser francamente favorável a Angola. Assim, as exportações angolanas para a China totalizaram USD 1,49 mil milhões (USD 1,39 mil milhões em Julho) e as chinesas para Angola subiram de USD 191,4 milhões para USD 195,3 milhões.

Desta forma, em Agosto, as exportações angolanas para a China subiram 7,17% e as importações provenientes daquele país progrediram 2,04% Angola, que é o segundo destino do investimento chinês em África e o segundo fornecedor petrolífero da China, mantém-se também como o seu segundo parceiro

comercial entre os países que integram a comunidade da língua portuguesa (CPLP), seguidamente ao Brasil.

Face ao mesmo período do ano passado e até ao mês de Agosto as trocas comerciais entre Angola e a China aumentaram mais de 47,7% (o maior aumento dentro da CPLP), com as exportações de Luanda para Pequim a subirem mais de 49% e as importações provenientes da potência asiática a ver o respectivo valor aumentado em mais de 36%, confirmando uma balança comercial que é franca mente favorável a Angola.

No período, de Angola vendeu à China bens no valor de USD 15,06 mil milhões e importou do parceiro asiático mercadorias no valor de USD 1,44 mil milhões.

Com o Brasil as trocas comerciais aumentaram, até Agosto, mais de 29%, registando-se um acréscimo significativo tanto nas compras que o Brasil faz do país do Oriente (mais 33,2%) como nas importações que a China faz do país latino-americano, as quais cresceram mais de 27%.

Nos primeiros oito meses do ano as trocas comerciais entre o Brasil e a China ascenderam a USD 5,83 mil milhões.

O valor das trocas comerciais entre a China e o seu parceiro mais importante no contexto da CPLP situa-se à larga distância do envolvido com o Brasil e com Angola. Com efeito, o comércio entre a "" China e Portugal cifrou-se, no período, em USD 3,69 mil milhões, com Lisboa a comprar a Pequim bens no valor de USD 2,39 mil milhões e a vender mercadorias avaliadas em USD 1,29 mil milhões.

Segue-se Moçambique que, até Agosto, importou da China produtos avaliados em USD 848 milhões e vendeu a Pequim mercadorias no valor de USD 354,4 milhões, aumentando 5,18%, comprando embora no período menos bens que nos mesmos meses de 2016. Foram as exportações de Moçambique para a China, garantiram o avanço no comércio bilateral, crescendo 27,6%.

Com excepção de Timor Leste todos os países da CPLP aumentaram, nos primeiros oito meses do ano e em comparação com igual período de 2016, as suas trocas comerciais com Pequim. No seu conjunto, as trocas comerciais entre a China e os países que falam português aumentou, até ao final de Agosto mais de 30%, fixando-se em USD 78,42 mil milhões (mais 30,2%), tendo as compras da China ao grupo de países ~ totalizado USD 55,1 mil milhões (mais 32,2%) e as vendas ascendido a USD 23,3 mil milhões (mais 25,6%). L.F.

## 6.12 Grupo Chinês ajuda o sector de construção civil angolano

*Jornal de Angola*

24 De Outubro de 2017

A Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado (UTAIP) do Ministério da Construção e Obras Públicas e a empresa China Building Technique Group Co. (CBTGC) assinaram em Macau um contrato de um milhão de dólares, para apoiar o sector da construção civil e obras públicas em Angola.

O acordo foi assinado na Feira Internacional de Macau (MIF), que encerrou no domingo, pelo director da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado, Cláudio Rodrigues, e pelo gerente da CBTGC, Lv Jie.

Cláudio Rodrigues disse à Angop que a delegação angolana teve reuniões com as empresas chinesas interessada em investirem em Angola, na qual se abordou questões ligadas à transferência de tecnologia e à formação de técnicos angolanos nas diferentes valências da construção civil e obra pública.

"Queremos atrair investimento privado para continuar desenvolver os projectos em regime de parcerias públicas e privadas, garantido sempre o compromisso de reservar os 35 por cento do valor do investimento para o empresário angolano", referiu o director da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado.

Cláudio Rodrigues informou, durante uma intervenção que fez na MIF, que existem 99 empresas chinesas licenciadas em Angola para apoiar o sector da construção civil e obras públicas.

O director da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado lembrou que os 29 projectos de construções e reabilitações de 1.361 quilómetros de estradas das redes principais em Angola, assim como a construção de edifícios públicos, tem a participação de mão-de-obra chinesa. No âmbito da Linha de Crédito da China (LCC), as empresas chinesas investiram no sector da construção de infra-estruturas de Angola 11,56 mil milhões de dólares.

**Empresas de Jiangsu**

Três empresas da província chinesa de Jiangsu, a norte de Xangai, assinaram, durante a Feira Internacional de Macau, contratos com empresas de Angola e de Macau para intervenções na área de construção civil em Angola e Timor-Leste, anunciou o Fórum de Macau em comunicado.

A companhia Opaia de Angola e a China Jiangsu International Economic-Technical Cooperation Group Co., Ltd., assinaram um acordo de cooperação

estratégica no valor de 360 milhões de dólares e a Companhia Tamar Limitada assinou com a Jiangsu Provincial Construction Group Co., Ltd um contrato estimado em 50 milhões de dólares para construir projectos de habitação na província de Luanda.

Por seu turno, a Macau Jin Shang Holding Company Limited e o LongXin Construction Group Co., Ltd de Jiangsu assinaram um contrato de 80 milhões de dólares, destinados a uma intervenção num projecto em Timor-Leste.

Com o apoio do Fórum de Macau, realizaram-se nos últimos seis anos cimeiras, para o desenvolvimento comercial e industrial da província de Jiangsu, Macau e os países de Língua Portuguesa.

Em Outubro do ano de 2014, foi criado na China o "Conselho da Cimeira para o Desenvolvimento Comercial e Industrial da Província de Jiangsu, Macau e os Países de Língua Portuguesa" e foram estabelecidos grupos de trabalhos para a promoção dos sectores investimento, comércio, educação, agricultura, turismo e pescas.

## 6.13 Casa e terra próprias garantem estabilidade

*Jornal de Angola*

25 De Outubro de 2017

A posse de casa e parcela de terra própria constitui um dos meios que contribui para a estabilidade socioeconómica dos agregados familiares, refere um estudo do Instituto Nacional de Estatística sobre a matéria.

O Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016 revelou que 28 por cento dos homens declararam possuir casa sozinha e uma taxa de 17 por cento possuem casa em conjunto com a mulher. O relatório diz que, em relação à posse de terras, 20 por cento dos homens possuem terras a título individual e 12 por cento têm terras em conjunto com as parceiras.

Os dados do estudo revelaram também que cerca de 24 por cento dos homens, com nível de escolaridade secundário ou superior, possuem casa em nome individual contra uma taxa de 41 por cento dos homens sem escolaridade.

A mostra de dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 diz ainda que a posse de casa em nome individual ou conjunto é menos frequente entre os homens residentes nas áreas urbanas com uma percentagem de 38 por cento em relação aos homens das zonas rurais, com uma taxa de



64 por cento. As províncias do Cunene e Zaire apresentam as percentagens mais elevadas (71 e 69 por cento, respectivamente) de homens que não possuem uma casa própria.

Em Angola, a posse de telemóvel é mais frequente entre os homens, com uma percentagem de 70, enquanto apenas 51 por cento de mulheres possuem um telefone móvel. O inquérito indica que 74 por cento das mulheres da província de Luanda possuem telemóvel, contra 22 por cento das mulheres da região do Bié.

O estudo mostra que 84 por cento dos homens e 78 por cento das mulheres com nível de escolaridade secundário ou superior possuem telemóvel, contra uma taxa 32 por cento dos homens e 19 por cento das mulheres sem escolaridade.

Kilssia Ferreira

## 6.14 Chineses interessados na construção de cidades ecológicas em Angola

*Jornal O País*

*25 De Outubro de 2017*

*Texto: Domingos Bento, enviado à China*

Especialistas chineses do ramo da construção e desenvolvimento de cidades ecológicas, afirmaram que pelo potencial que possui, Angola dispõe de condições para a criação de verdadeiras cidades ecológicas, de forma a assegurar a longevidade dos seus habitantes com uma maior qualidade de vida.

"De acordo com o especialista Lin Xyu, face os desafios do novo tempo e a frenética industrialização que acabam por poluir o meio ambiente, os países que actualmente apostam na qualidade de vida dos seus cidadãos estão a investir na criação e desenvolvimento de cidades ecológicas com estilo e formas de vida bastante ambiental e que não agredem a natureza.

Para o especialista, pronunciando-se ontem a O PAÍS à margem de uma visita efectuada por um grupo de jornalistas a uma extensa reserva ecológica no Norte de Beijing, China, a África em geral, e Angola em particular, devem começar a perspectivar a criação de cidades ecológicas para garantir a estabilidade e a saúde das próximas gerações. Para o efeito, sublinhou Lin Xu, basta haver vontade política do Governo para transformar as cidades em espaços de e para todos, com um conjunto de acessórios e condições que possam coabitar de forma limpa com a natureza.

"Os investimentos financeiros aplicados na construção destas cidades não devem constituir preocupação, porque pode-se buscar sempre de financiamentos externos. O mais importante é pensar na preservação da vida humana em ambiente natural, onde as pessoas aprendam a construir sustentabilidade de forma simples e integrada", apontou.

Segundo o técnico, a China está muito avançada na criação desse modelo de cidades sustentáveis e, tendo em conta as parcerias que criou com a África, pode ajudar os países do continente a avançar nesta direcção, e dispõe de técnicos capacitados que podem emigrar para qualquer ponto, caso sejam chamados a contribuir para a materialização deste desiderato.

"Hoje em dia, África constrói uma grande parceria com a China. E vocês podem aproveitar da nossa experiência para criarem cidades mais sustentáveis onde tudo é concebido para o bem mais comum; a vida. A parceria com a China não pode assentar apenas no dinheiro. Que haja também a movimentação de capital humano", frisou

E sustentou que a criação de cidades ecológicas visa promover relações de vida saudáveis, num ambiente dinâmico e ecologicamente sustentável, com um sistema de produção de água desprovido de químicos e de conservantes, com energia limpa, moradias ecológicas, com sistemas de automação inteligente, redes de informações integradas, rede de veículos eléctricos e uma aposta prioritária nos espaços verdes e aquáticos, como rios, mares e lagos.

Só a China, nos próximos anos, prevê construir 285 cidades sustentáveis para contrariar os altos índices de poluição de que durante algum tempo o país foi alvo. Actualmente, 80% das cidades daquele país possuem algum plano de acção que as tornam mais sustentáveis, e dentro em breve cerca de 50% dos novos planos urbanos serão caracterizados como espaços ecológicos.

### Um problema do continente

Por seu lado, FilipyJimmy, ambientalista, disse já ter visitado vários países de África e lamentou o facto de, em alguns, não haver planos concretos de estruturação ecológica, o que deixa o continente vulnerável a várias situações negativas. De acordo com ele, a grande maioria dos países no continente está interessada somente na construção de grandes edifícios, esquecendo-se de criar ordenamentos ecológicos com sistemas de energias limpas, infra-estruturas verdes, sistema de recolha de resíduos e redes de esgotos inteligentes e outros tipos de estruturação ecológica saudável.



"Por muito tempo, nós também não vivíamos nessas condições.

Depois chegou a hora de discutir sobre o modelo das cidades a construir. Hoje, a China deu um grande passo e África pode servir-se desse modelo para criar cidades com serviços e sistemas urbanos limpos que não poluem a natureza", defendeu.

## 6.15 Falta de cimento inviabiliza projectos

*Jornal de Angola*

*25 De Outubro de 2017*

*Texto: Arão Martins*

O aumento gradual do preço do cimento é indicado pela população como factor estrangulador no curso normal das obras, inseridas sobretudo no programa de auto-construção dirigida.

O Governo Provincial da Huíla criou os grandes centros habitacionais Eiva, com 14 mil hectares, e Quilemba, com cinco mil hectares, disse o vice-governador provincial da Huíla para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala.

O Quilemba, os cinco mil hectares foram subdivididos em 11 unidades de execução e duas foram acauteladas para serem entregues à construção dos projectos de subordinação central e as restantes à autoconstrução dirigida.

É um ganho para a centralidade da Quilemba onde já estão concluídas as obras de oito mil fogos habitacionais, dos 11 mil previstos, para dar apoio ao grande défice habitacional.

Na província da Huíla, com vista a pôr cobro às necessidades habitacionais que a região vive, o Executivo dividiu os programas de construção habitacional em dois subprogramas.

O programa da construção dirigida tem a participação do Governo Provincial e do Executivo. Está ainda em curso o programa de implantação das centralidades, de subordinação central.

A cidade do Lubango continua a ter um défice habitacional muito alto e a preocupação do Governo Provincial é continuar a trabalhar para criar condições condignas às famílias, disse Nuno Mahapi Ndala.

Aumento do preço do cimento

O preço da venda de cimento no Lubango regista desde finais de Setembro um aumento. O saco de 50

quilos de cimento, que custava 1.250 kwanzas, subiu para 2.100 kwanzas.

A indústria cimenteira tem um papel importante no desenvolvimento mundial. Em todas as obras o cimento está presente pela sua resistência, durabilidade, infinitas possibilidades arquitectónicas. O cimento está presente em obras pequenas, médias e grandes e é o produto mais consumido no mundo a seguir à água.

A subida do preço do cimento que se regista na cidade do Lubango está a causar enormes constrangimentos a população.

Nas casas de venda de cimento verifica-se uma diminuição do produto. Há comerciantes que vendem o saco a 2.100 Kwanzas e 2150 kwanzas. O preço varia em função da localização do posto de venda.

José Daniel é fabricante de blocos, no bairro Nambambe, arredores da cidade do Lubango. Com um saco de cimento produz 40 blocos. Ao adquirir o saco de cimento por 2.100 Kwanzas, perde muito.

Além de blocos, José Daniel produz abobadilhas e vigotas, cujo preço varia em função da dimensão. Para a abobadilha, o cliente gasta 100 kwanzas por unidade. Já o metro da vigota custa 1.200 kwanzas.

Com seis trabalhadores, Feliciano Alexandre é uma empreendedora conhecida na produção de materiais de construção, como vigotas, blocos, abobadilhas. Para ela, o preço do cimento já foi mais alto e agora está mais ou menos.

"Quando Q cimento estava barato, o metro da vigota estava entre 1.000 e 1.100 Kwanzas. Com o aumento do cimento para 3.500 kwanzas, o preço subiu para 1400 kwanzas, a abobadilha custava 130 kwanzas.

A empreendedora já forneceu material de construção às várias obras que estão a ser construídas no Lubango.

"É um orgulho ver muitas casas construídas com material adquirido na minha pequena fábrica de material de construção", disse com satisfação.

Luciano André é revendedor local de cimento afirma que a subida do preço do cimento se deveu as dificuldades que os fornecedores encontram para adquirir o produto nas províncias de Benguela e Cuanza - Sul.

"Estamos a fazer muito esforço para ter cimento no Lubango. Os preços sobem e quando assim acontece, temos que ajustar o preço com que é adquirido para termos margem de lucro, o cidadão deve entender esta situação."

João Capuma, outro revendedor de cimento no Nambambe, que tem um contentor para armazenar 800 sacos de cimento, no bairro Nambambe, disse que o saco de 50 quilos estava ser vendido a 2.100 kwanzas. Segundo ele, antes o preço do cimento variava de 1.100 a 1.500 kwanzas.

Adelino Cafivela é outro revendedor de cimento no Lubango. Atribui o aumento dos preços do cimento ao desequilíbrio entre a procura e a oferta depois de os revendedores estarem a adquirir o produto a preço mais elevado.

#### Constrangimentos

Os proprietários de obras no Lubango mostram-se preocupados com a subida gradual do preço do cimento, que é a principal matéria-prima para a construção de uma moradia condigna mas mostram-se confiantes na mudança do panorama actual.

Os agentes económicos contactados pelo Jornal de Angola afirmaram que o aumento do preço de cimento tem os dias contados, em função do repto lançado pelo Presidente da República na mensagem sobre o estado da Nação, feita na abertura da quarta legislatura da Assembleia Nacional.

## 6.16 Indústria cimenteira com capacidade para produzir 8 milhões de toneladas/ano

*Jornal O País*

*26 De Outubro de 2017*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

A Produção do cimento no país conheceu uma evolução quantitativa e qualitativa. Em 2005, existiam no país duas fábricas em funcionamento, nomeadamente, a Secil Lobito (Benguela) e a Nova Cimangola (província de Luanda). De 2005 a 2013 foram construídas mais de três fábricas de cimento como, CIF (província de Luanda), FCKS (província do Cuanza Sul) e a Cimenfort (província de Benguela). No início do ano em curso foi construída e aumentado a capacidade da moagem de cimento na Nova Cimangola.

A capacidade de produção das cinco fábricas de cimento "é suficiente para atender as necessidades do mercado, angolano (se estiverem a funcionar em pleno).

Tendo em atenção a situação difícil que o país de debate, relativamente a indisponibilidade de cambias, assim como da desaceleração da economia para satisfação das necessidades requeridas pelas empresas

de construção civil e não só, a indústria cimenteira poderá contribuir no aumento do produto Interno Bruto (PIB).

A capacidade instalada nas unidades fabril em Luanda nomeadamente, a CIF é de 3.800.000 ton/ano, enquanto a Nova Cimangola tem capacidade para produzir 1.800.000 ton/ano. Na província do Cuanza Sul, a FKCS "produz" 1.350.000 tn/ano (neste momento a fábrica está paralisada). A província de Benguela conta igualmente com duas fábricas. Trata-se da Secil Lobito com uma produção de 300.000tn/ano e a Cimenfort, cuja capacidade instalada é de 750.000 tn/ano, perfazendo um total de 8.000.000 toneladas anuais.

Neste momento, embora paralisada, a maior fábrica com capacidade de produção é a CIF, localizada na comuna de Bom Jesus, município de Icolo e Bengo, província de Luanda. A unidade de produção tem capacidade para produzir 3.800.000 toneladas de cimento por ano.

Dados do Ministério da Indústria indicam que, tendo em conta a evolução do mercado do cimento, o país deverá consumir entre 4.500.000 a 5000.000 toneladas /ano (previsão avançada antes da paralisação de duas fábricas).

"Com o número de fábricas existentes no país, em termos de produção de cimento já atingimos a autosuficiência, sendo que temos excedente que pode ser exportado", admitiu, recentemente, a ministra da Indústria, Bernarda Martins.

Na mesma ocasião, Bernarda Martins dissera que "o mercado africano recebe cimento nacional, não só pelo preço reduzido mas também pela qualidade do produto".

Na actual conjuntura económica que o país vive, economistas defendem que a exportação do excedente da produção de cimento seria uma mais-valia visando melhor a produtividade das fábricas. Do mesmo modo, recomendam um trabalho aturado para se encontrar mais mercados, particularmente a nível regional para que se possa exportar cimento. O contínuo investimento nas infraestruturas logísticas necessárias, assim como aquisição de meios para o transporte adequado aos portos de destinos, são outras da recomendações dos analistas.

#### Constrangimentos

O principal constrangimento existente resulta na escassez de divisas. O clínquer é a principal matéria-prima para a produção de cimento, mas existem outras matérias-primas, nomeadamente, calcário, argila e a

areia, recursos que abundam no país, assim como o gesso utilizado na parte final do processo de moagem.

Porém, o processo para a fabricação do clínquer e o cimento requer equipamentos de grande porte tais como, moinhos de cru, moinhos de cimento, fornos rotativos, ensacadeiras, sacos de papel, big bags, para a expedição do cimento, corpos moentes para os moinhos e tijolos para os fornos.

4500 Milhões

Dados do Ministério da Indústria indicam que, tendo em conta a evolução do mercado do cimento, o país deverá consumir entre 4.500.000 a 5000.000 toneladas/ano (previsão avançada antes da paralisação de duas fábricas.

O clínquer é a principal matéria-prima para a produção de cimento, mas existem outras matérias-primas, nomeadamente, calcário, argila e a areia, recursos que abundam no país, assim como o gesso utilizado na parte final do processo de moagem.

## 6.17 Indústria de material de construção regista avanços

*Jornal O País*

*26 De Outubro de 2017*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

Com um investimento na ordem do USD 5,5 milhões, numa primeira fase a unidade fabril estará virada a produção de caixas para a construção civil e, futuramente dará início a produção de quadros de eléctricos de 4 a 36 moldes diversos para interiores e exteriores.

A produção é muito variável, podemos produzir 100 mil peças por mês. Vamos trabalhar para o stock durante dois meses," referiu.

De acordo com José Serra, nos primeiros meses a unidade industrial vai funcionar apenas um único período, tendo em conta os custos com o combustível para manter o gerador.

"Contactamos o governo provincial da província do Bengo, no sentido de conseguir a linha de energia para que à fábrica funcione com a energia da rede", reiterou.

Com duas linhas de produção, a fábrica vai funcionar com geradores e prevê armazenar em stock 150 mil peças diversas durante 60 dias de trabalho. " Pretendemos apostar no stock inicial porque estamos a começar e queremos atender os clientes com entregas imediatas", referiu.

O grupo empresarial português Serra e Coelho investiu mais de USD 2,5 milhões na compra de equipamentos diversos que foram importados de países como, Alemanha, Itália e Portugal. A principal matéria-prima usada para produzir os quadros eléctricos é o plástico virgem denominado polistireno.

Com capacidade de produzir cem mil quadros eléctricos por mês, o presidente do Conselho de Administração do grupo, José Serra, assegurou que uma parte da produção será exportada para Moçambique, Botswana e Africa do Sul.

"Queremos no futuro apostar na exportação também. Iremos nomear distribuidores em todas as províncias.

Estamos a apostar na exportação para Moçambique e depois entrar no mercado ali à volta, Africa do Sul, Zimbabué e Botswana", informou.

Quanto estiver concluída a fábrica vai dar emprego a 30 funcionários distribuídos em várias áreas. A unidade fabril está localizada em Caxito, capital da província do Bengo.

## 6.18 Os arquitectos serão valorizados no futuro próximo

*Jornal O País*

*26 De Outubro de 2017*

*Texto: Miguel Kitari*

Qual é o nível de participação dos arquitectos nacionais nas obras que se realizam no país?

A participação dos arquitectos, na qualidade de projectistas, é ínfima. Há uma maior participação, mas na qualidade de decisores, integrados nos governos provinciais, central ou através de empresas que prestam consultaria na área da construção civil.

Esta participação nos grandes projectos passariam pelo envolvimento na construção nos grandes fogos habitacionais. No entanto, esses projectos estão a ser construídos par empresas estrangeiras, com realce para as chinesas. E neste caso, os projectos executivos são executados par chineses. Quando há participação de angolanos é mais na área da fiscalização.

Qual é percentagem de técnicos angolanos que participam nas obras em curso no país?

Na concepção, diria que andamos abaixo de 10%. Os técnicos angolanos estão mais virados à construção civil, fiscalização, alguns na execução, mas, repito, temos uma participação abaixo de 10%.

Os técnicos são confiados ou é pelo facto de as empresas trazerem os técnicos?

Não é só por trazerem os técnicos, mas por trazerem já os projectos. Todo modo, os angolanos são sempre os responsáveis pela encomenda. No entanto, quando a encomenda (projecto) chega, caso haja razões para discussão, aí também temos a participação de técnicos angolanos. Os projectos chegam já com um nível de execução muito avançado, significa que, aos nacionais cabe apenas acompanhar a implementação dos projectos. E nesta fase que entraram em acção as empresas de fiscalização.

Com essa fraca participação em projectos, o curso de arquitectura tem interessado aos jovens?

Devo dizer que o futuro está aí. Passa pela arquitectura. Começa-se a definir a problemática do ordenamento do território e a municipalização dos serviços. No futuro os municípios serão responsáveis pela elaboração e pela execução dos projectos.

Está já a pensar nas autarquias?

Sim, é pensando nas autarquias que apresento este quadro. O cenário não é outro senão este. O futuro será encaminhado nesta base. A nível da elaboração dos planos de ordenamento do território nos governos provinciais e municipais, vai obrigar a potenciação destas estruturas com técnicos, pois serão eles responsáveis pelos seus projectos. Estamos a falar de Plano Directório, de Planos Urbanístico, Planos de Pormenor e inclusive Planos de Desenvolvimento Rural, já que uma boa parte dos nossos municípios possuem zonas rurais e que precisam ser ordenadas. Daí que, essa área do urbanismo é o futuro. E nessa óptica, temos um défice muito grande de quadro. Seja qual for o número de técnicos nesta altura, ainda somos poucos para os desafios do presente e do futuro.

Já agora, qual é o número de arquitectos no país?

Temos um défice muito grande. Não temos um número exacto, mas inscritos na ordem ultrapassa os 500. Penso que somos muito mais a exercer essa profissão, admitindo que alguns não estejam inscritos na ordem. No futuro a inscrição na ordem será uma condicionante ao exercício da arquitectura, para assim, credibilizarmos os nossos quadros no mercado.

Existem grandes obras projectadas por angolanos que possam servir de cartão-de-visita e projectá-los no mercado?

Temos algumas, fundamentalmente em edifícios residências, isso nos projectos elaborados no pós-independência. Temos também projectos de

equipamentos, serviços, não à escala dos grandes projectos, mas temos alguns. Na sua maioria são projectos que vieram de fora. Podem ter a participação de angolanos, mas não são projecto genuínos

Arranca hoje, em Luanda, a Projeckta Angola, feira de material de construção civil, arquitectura, designer e outros. No actual contexto, qual é a pertinência deste evento?

A Projeckta é uma feira de matérias de construção, urbanismo e arquitectura, cujo objectivo é mostrar os avanços dos materiais de construção existentes no país. E aqui é preciso fazer um "casamento" entre os materiais produzidos no país e o importado. E igualmente uma feira de incentivo a produção nacional. Neste período de poucos recursos, com a redução das obras públicas, é sempre bom recorrer aos materiais de produção nacional, com custos mais reduzidos comparativamente aos importados. Precisam apenas cumprir com às regras internacionais.

Não coloca de parte, por exemplo, a possibilidade de exportação?

Sim. E já acontecia com o cimento que, hoje tem um preço absurdo se tivermos em linha de conta que a matéria-prima para a sua produção é toda local.

## 6.19 Sector da construção civil no contexto actual

*Jornal O País*

*26 De Outubro de 2017*

*Texto: António Venâncio*

O sector da construção civil e engenharia no país sofreu, tal qual os demais da economia, um forte abalo com a guerra que dilacerou o país durante mais de duas décadas.

Só em 2002 foi possível iniciar um processo de reconstrução que foi imediatamente entendido como uma necessidade essencial para a retoma da normalidade institucional e da vida produtiva nacional em paz.

Após a declaração do fim da guerra, a reparação das estradas, pontes, enfim, a reconstrução dos edifícios públicos absorveram a maior fatia do orçamento do Estado.

Embalados um pouco pelo preço alto do petróleo, fomos tomando decisões que nem sempre foram as mais correctas. Imbuídos de uma empatia exagerada para com as populações o governo poderia ter evitado epítetos desabonatórios como "despesista" ou excessivamente "apressado" sem visão de futuro.



Enveredamos por caminhos mais fáceis e imediatos contratando empresas estrangeiras, sobretudo chinesas, para se ocuparem da realização das empreitadas de obras públicas sem a participação directa de empresários nacionais. Se é bem possível que haja nisso algum mérito, dada a urgência na oferta de habitação, estradas, pontes, caminhos-de-ferro, portos, aeroportos, edifícios administrativos etc, comprometemos também todo desenvolvimento do nosso próprio sector da construção.

A grande diferença que tem de ser vista é que uma coisa é a "construção de obras" e outra coisa é o "sector da construção". No primeiro caso, estamos perante "obras" e noutro caso estamos perante "capacidades" para realizar obras. O governo permitiu que estivermos perante obras. O nosso país não construiu aquela desejável capacidade para realizar obras. Tem obras feitas, mas infelizmente muitas feitas com incorporação quase total de materiais importados e que já antes se produzia no país. A inserção de mão-de-obra nacional qualificada também não se verificou, centenas de engenheiros estagiários não tiveram chances. O emprego gerado foi efémero e desqualificado.

Como se define a capacidade de realizar obras? Em primeiro lugar define-se pela capacidade de elaborar projectos.

Um país só é forte na construção quanto detém uma forte capacidade nacional de elaboração de projectos de qualidade. Tem de haver muitos gabinetes de projectos a funcionar. Os nossos arquitectos têm que estar por dentro e decidir as nossas próprias soluções. Eles têm de ser conhecidos pela população.

Em segundo lugar, a capacidade de realizar obras passa por um parque de indústrias e manufacturas de materiais de construção com recurso às matérias-primas existentes no país. Quando um país não consegue produzir os simples mosaicos para revestir os pavimentos das suas habitações; pode dizer-se que este país está falido em matéria de construção e obras públicas. Se um país compra portas de madeira e janelas de alumínio do estrangeiro em quantidades industriais, como foi e é ainda o nosso caso, não se pode falar de um país com um sector da construção em actividade. No caso de Angola não é um exagero dizer que não existe um sector da construção definido. O que Angola teve foi um campo largo de negócios milionários de obras e de venda de materiais em armazéns de importação distribuídos pelo território onde as empresas e fornecedores estrangeiros se enriqueceram facilmente, sem contrapartidas sérias em matéria de investimentos estruturantes no sector dos materiais de construção, dos equipamentos básicos e das máquinas, o caminho certo para se fazer

construção voltada para a sustentabilidade e o desenvolvimento.

Em terceiro lugar" é preciso transparência no sector para que haja competitividade. Mesmo entre as empresas estrangeiras. Se as empresas estrangeiras não estão sequer capazes de dar cumprimento ao que a lei do fomento empresarial determina, como é o exemplo de cedência de 35% das empreitadas a subempreiteiros angolanos, não se pode esperar delas transparência mesmo entre si. E não havendo competitividade ou concorrência sã e leal entre elas, não haverá melhorias na qualidade técnica das obras e não haverá nunca um abaixamento de preços. Pelo contrário, não havendo autoridade sobre elas, os preços permanecem alterados e não concorrências, a qual dia de tende a piorar para fazerem crescer as margens de lucro.

Em quarto lugar é preciso criar um ambiente de rigor, fiscalização e acompanhamento de obras que seja alinhado ao espírito das leis sobre em vigor. Em Angola existe a lei 9/16 que estabelece o regime de empreitadas de obras públicas desde a formação dos contratos, passando pelo controlo da sua execução mediante fiscalização e o acompanhamento em período de garantia. Pelo que se nota nos dias de hoje, o tecido da elite angolana capaz de realizar fiscalizações foi desprezado e no seu lugar surgiram monopólios, promiscuidades, num clima restrito e minuciosamente seleccionada de empresas privilegiadas, para negócios milionários, facto pouco saudável para a economia nacional. Enquanto os angolanos ficaram pendurados nas prateleiras, os estrangeiros e empresas detidas por pessoas ocultas, estranhas ao sector, prosperaram de forma inaceitável só em facturação na área da fiscalização.

Enquanto os angolanos não assumirem as rédeas da fiscalização das empreitadas de obras públicas, esta actividade não passará de uma "área turística" para fiscais impreparados que nem sequer conhecem a lei dos contratos públicos, a lei que regula a actividade. A meu ver, tudo não passará de uma certa ilusão na procura de qual idade frustrando os melhores anseios das entidades de boa fé e da população. Será dinheiro público desperdiçado.

Por último, precisamos de restabelecer o sector da construção com quadros do sector. Só agora em 2017 foi finalmente reconhecido que o sector da construção deve ser dirigido pelos quadros do sector. Levamos décadas para perceber isso.

Não podemos viver permanentemente dependentes do estrangeiros em matéria de engenharia. Temos que ter a nossa própria engenharia e buscar parceiros em todo o mundo.



O tempo da disponibilização de verbas bilionárias para a construção maciça de "centralidades" absolutamente insustentáveis e perdidas no meio de um urbanismo pobre e desvirtuoso, acabou. As "centralidades" nos faz recordar "mercadoria importada" pagas com divisas que podíamos evitar se tivéssemos investido tais verbas na criação de condições para refundar o grande e pujante sector da construção dos anos 72/80 parte colonial e logo no pós independência. A hora de reconstruir estradas sem levantamentos prévios, sem projectos, sem fiscalização competente, não se deve repetir.

No fundo, temos de criar um sector da construção actuante e forte, devidamente apoiado pelo Estado. Estamos agora no bom caminho com a nova filosofia de governo prevista para o quinquénio em curso.

## 6.20 Venda de moradia no Zango 8 mil arranca próximo ano

*Jornal o País*

*26 De Outubro de 2017*

*Texto: Hélder Caculo*

Durante uma visita de constatação, realizada recentemente, a governante foi informada de que a entrega das moradias está dependente da conclusão de infra-estruturas como acesso rodoviário, valas de drenagem, saneamento básico, redes de água e energia eléctrica. Na ocasião, a ministra apelou aos empreiteiros maior engajamento na finalização das obras.

A ministra explicou que as habitações estão concluídas, mas para serem entregues precisam que todas as infra-estruturas estejam concluídas.

A centralidade do Zango oito mil vai contar com duas estações de tratamento de águas residuais com capacidade para mais de quatro mil metros cúbico por dia.

A construção da infra-estrutura teve início em meados do corrente ano e decorre em simultâneo com a instalação do canal de escoamento de águas pluviais na via principal de acesso à centralidade.

O Zango 8.000 é um projecto habitacional desenvolvido no sudeste da Cidade de Luanda, no município de Viana - Zango 5, tendo sido concebido para albergar uma população estimada em 48.000 habitantes, que vão ocupar os 8 mil fogos, em fase final de conclusão. Desenvolvido numa área total de 416 hectares, está subdividido em 32 sectores urbanos, separados entre si pelas vias primárias da urbanização.

De recordar que várias Centralidades e Urbanizações estão a ser construídas pelo país e até ao momento estão já execução os projectos das províncias de Luanda, Bengo, Cabinda, Lunda Norte, Huíla, Namibe e Benguela, com projecção para 13 províncias.

O projecto possui cerca dois mil 480 moradias, mil 480 isoladas, mil e 300 geminadas e duas mil 597 prédios com tipologia T2, T3 e T4.

## 6.21 Nova Agenda Urbana: Reflexões sobre as cidades de Angola

*Novo Jornal*

*27 De Outubro de 2017*

Estamos no mês internacional do Urbanismo e Habitação definido pela UN-Habitat, Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

Faz um ano em que decorreu em Quito, Equador, a conferência internacional Habitat III (evento que acontece de 20 em 20 anos), onde chefes de Estado, Ministros, Administradores locais, Sociedade Civil, Academias de todo mundo se reúnem para deliberar o futuro das cidades na adopção da Nova Agenda Urbana (NAU), com a Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para todos.

Em face da actual conjuntura económica do país, as alterações climáticas registadas na região Sul e o gritante êxodo rural com a rápida urbanização das cidades litorais (em particular Luanda com quase 1/3 da população), criando as simetrias regionais de proporções alarmantes, urge reflectirmos e debatermos sobre o desenvolvimento sustentável das nossas cidades, atendendo ao trinómio Social, Ambiental e Económico, onde nesta senda esboço 10 recomendações:

Foi feito um louvável esforço pelo executivo na construção de várias "Centralidades" e Urbanizações, estando algumas já habitadas e outras e fase de comercialização. Daí ressalta necessidade de uma Gestão Urbana eficaz de forma garantir a manutenção das infra-estruturas, espaço público e do parque habitacional. Deverá garantir-se que parte das receitas arrecadadas do pagamento da taxa de condomínio, Imposto Predial Urbano tenham aplicação local, no âmbito da descentralização administrativa.

Muitas destas "Centralidades" e Urbanizações localizam-se em áreas muito periféricas ao casco urbano consolidado, criando "cidades-dormitório".

É importante o instrumento do planeamento Urbano com elaboração de planos Directores de

enquadramento de recostura das áreas urbanas consolidadas e as novas, garantindo uma conurbação sustentável, propiciando a mobilidade urbana entre estes dois Pólos e a criação de serviços e emprego, minimizando grandes movimentos pendulares. Nos programas de Requalificação e Reconversão Urbana, deverão identificar-se novas engenharias financeiras de forma não onerar mais.

O Estado, apostando nas Parcerias Público Privadas, onde as receitas fiscais dos futuros grandes investimentos imobiliários ajudarem a financiar estes projectos.

Os investimentos imobiliário localizados nas orlas costeiras deverão ser alvo de estudos profundos de impacte Ambiental e social e de participação/discussão pública, de forma a dirimirem-se os eventuais constrangimentos quer da protecção da biodiversidade existente, quer na coexistência de comunidades piscatórias.

As alterações climáticas vão assolando a região Sul do país. Várias cidades desta região sofrem o fenómeno da desertificação. O Namibe é um bom caso estudo por ser uma cidade bem planificada, que está em franca expansão com a criação de duas novas centralidades, a da Praia Amélia e 5 de Abril. Urge elaborarem-se estudos de reflorestação e da criação de uma rede de Parques urbanos entre estes pólos urbanos que garanta a resiliência ambiental e ao mesmo tempo promova a conurbação destas áreas.

Ainda existem vários aglomerados urbanos em áreas de risco de deslizamento como por exemplo no Lobito e Uíge. Medidas de curto e médio prazos deverão ser urgentemente tomadas, quer na contenção de taludes ou criação de valas de drenagem pluvial, quer criar condições para reassentamento em zonas de autoconstrução dirigida.

Mbanza Kongo é hoje património da Humanidade pela UNESCO. Para além da Sé Vatedral Kulumbimbi e o cemitério dos Ntotela, há toda uma envolvente que merece ter um plano de Salvaguarda, promovendo o Turismo Histórico. A mesma pode ser aplicada na região de Massangano e o perímetro histórico de Luanda. A autoconstrução dirigida ~ assistida em terrenos previamente loteados e de infra-estruturação gradual resulta numa medida pertinente face ao actual contexto económico. Mas deverá evitar-se a dispersão urbana, isto é, vasta extensão de terrenos de construção na horizontal acarretando custos enormes das infra-estruturas e mobilidade urbana. As academias deverão ser convidadas a colaborar com o Estado para garantir a assistência técnica da autoconstrução.

As tipologias das habitações sociais deverão ser repensadas para acolher um vasto estrato social de baixa renda, promovendo-se soluções arquitectónica, económica e socialmente mais consentâneas para a nossa realidade.

Para atenuar as assimetrias regionais, as futuras intervenções urbanas deverão estar em consonância com os planos Integrados de Desenvolvimento na macro escala do País, optimizando os investimentos infra-estruturais dos Pólos Industriais localizados ao longo dos principais corredores de desenvolvimento que são os do Luanda-Malanje e Benguela-Huambo.

Sendo o Huambo uma Cidade académica, a criação de um Pólos Tecnológicos poderá atrair muitos jovens empreendedores para esta região.

O Dondo pela sua localização estratégica, placa giratória de bens e serviços, naturalmente será um espaço para investimentos logísticos e industriais.

## 6.22 Feira “Ajuda a Ajudar” na cidade do Kilamba

*Jornal de Angola*

*28 De Outubro de 2017*

Uma Feira de Prevenção, onde são expostos equipamentos de segurança contra incêndios e prevenção de acidentes em elevadores é realizada este fim-de-semana na Centralidade do Kilamba pelo Comando Provincial de Luanda do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

O porta-voz da corporação, Faustino Minguês, disse ontem à Angop que a Feira “Ajuda a Ajudar” dará ênfase ao encravamento de elevadores nos edifícios da Centralidade do Kilamba, resultantes de cortes na distribuição de electricidade.

Na feira, acentuou Minguês, vão estar expostas viaturas ligeiras e pesadas de combate a incêndios, carros de apoio e primeiros socorros, motas de intervenção e outros equipamentos complementares.

Vai estar exposto' também material didáctico com conselhos úteis sobre prevenção contra incêndios e medidas que devem ser adoptadas na utilização de elevadores e de salvamento em caso de encravamento.

O porta-voz na província de Luanda do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros disse que o principal objectivo da feira é levar a prevenção aos moradores da Centralidade do Kilamba, que passa pelo acatamento de conselhos sempre que houver corte de energia eléctrica e incêndios.

Localizada no município de Belas, a Cidade do Kilamba está localizada a 40 quilómetros do centro de

Luanda e tem uma população de 120 mil habitantes, que vivem em 20.002 apartamentos, distribuídos por 71 O edifícios. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros dispõe, na província de Luanda, de quartéis em todos os municípios, mas o número actual ainda não é o desejável pela direcção central do órgão operativo do Ministério do Interior.

## 7. TERRA

### 7.1 Reservas fundiárias com infra-estruturas

*Jornal de Angola*  
04 De Outubro de 2017

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação vai trabalhar na infra-estruturação das reservas fundiárias e nos planos directores municipais' para facilitar a construção de habitação social e dar melhor aproveitamento aos terrenos.

A informação foi prestada pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação' Ana Paula de Carvalho, que recebeu na segunda-feira as pastas da economista Branca do Espírito Santo, que cessou as funções de ministra do Urbanismo e Habitação.

No seu discurso de investidura, o Presidente da República' João Lourenço, afirmou: "no domínio da habitação, prosseguiremos com a implementação do programa de fomento habitacional e vamos incrementar a aposta na construção dirigida, sobretudo em benefício dos jovens casais e dos jovens quadros".

A criação das reservas fundiárias enquadra - se no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, onde são reservadas áreas propícias para o loteamento de terrenos de auto-construção dirigida e para se desenvolver outros projectos habitacionais.

Dados do primeiro Relatório do Estado do Ordenamento do Território Nacional, publicado em 2015, indicam o registo de 326 reservas fundiárias desde o arranque do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, em 2008.

A ocupação ilegal de terrenos em 'reservas fundiárias do Estado dificulta a execução de projectos enquadrados no Plano Nacional de Desenvolvimento.

O problema coloca-se pela ocupação ilegal destas reservas com a construção de habitações, incluindo burlas sobre a venda de terrenos, mas sem qualquer suporte legal para os negócios. Na sequência, o Governo tinha constituído uma comissão para efectuar um levantamento exaustivo das reservas fundiárias que se encontram em total estado de abandono, do ponto de vista da gestão.

Além de promover um "levantamento exaustivo" destas reservas, para "apurar-se aquelas que devem ser extintas e o tratamento a dar às áreas livres ainda existentes", a comissão tinha ainda a missão de propor

a actualização da legislação sobre o ordenamento do território, terras e urbanismo.

O Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional é apresentado de dois em dois anos à Assembleia Nacional, relatando o balanço das principais opções de ordenamento do território e do urbanismo e análise das causas e graus da sua execução. O documento tem como objectivos apresentar o quadro normativo vigente em matéria de ordenamento do território, bem como propiciar a tomada de decisões para programar acções que visam o desenvolvimento social económico do país.

Entre outros planos de ordenamento territorial de nível provincial, destaca-se o Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo, assim como o Inter-Provincial de Ordenamento do Território das Províncias da Lunda-Norte, Lunda -Sul e Moxico.

Com o advento da paz, em 2002, teve início o processo de reconstrução nacional, que permitiu a reabilitação das infra-estruturas sociais e económicas, estradas, pontes, edifícios públicos e outros

equipamentos. Para facilitar a execução dos programas, o Estado aconselhou igualmente as empresas do sector a procurarem fontes opcionais e inovadoras de financiamento' atendendo às limitações que derivam da sustentabilidade da dívida pública, da estabilidade do sistema bancário e da prevenção do risco sistémico.

#### Trabalho conjunto

Durante a cerimónia de passagem de pasta, Ana Paula de Carvalho afirmou que vai trabalhar com dossiers dos ministérios da Habitação, da Administração do Território e do Plano, na execução de políticas e projectos.

"Vamos poder contar com de planeamento territorial, dossiers que estavam não só no Ministério do Urbanismo e Habitação, mas também no Ministério da Administração do Território, bem como do Plano", explicou a ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Na sua intervenção, Paula de Carvalho disse que vai trabalhar para dignificar o ministério e pediu a colaboração dos funcionários do sector nesta missão. A ministra agradeceu a confiança a si depositada pelo Presidente da República, João Lourenço, para dirigir o sector, antes designado de Ministério do Urbanismo e Habitação.

"Unidos seremos capazes.

É uma equipa que eu conheço muito bem e todos conhecem - me. Espero contar com todos vocês" , frisou a ministra Paula de Carvalho.

À ministra cessante, Paula de Carvalho afirmou que teve um trabalho exitoso dentro do Ministério do Urbanismo e Habitação. Já Branca do Espírito Santo agradeceu aos trabalhadores pela colaboração prestada ao longo do seu mandato, com a duração de um ano e meio, e recomendou aos quadros do sector para apoiarem a nova ministra na implementação dos distintos projectos.

Nomeada no dia 28 de Setembro, Ana Paula de Carvalho tomou posse no cargo de ministra do Ordenamento do Território no sábado.

## 7.2 Huambo prepara 300 hectares para o aproveitamento familiar

*Jornal Economia e Finanças*  
06 De Outubro de 2017

O governador do Huambo, João Baptista Kussumua, disse que este processo terá o acompanhamento dos técnicos das estações de Desenvolvimento Agrário do município e o Governo garante a preparação, até aos próximos dias, de cerca de 300 hectares de superfície para serem entregues a mais de 300 famílias.

Até ao momento, estão preparados 259 hectares, a nossa intenção é atingir até 300 hectares de terras para que o nosso Presidente, ao vir cá, sinta a força da nossa província e, sobretudo. A preocupação que temos para o desenvolvimento da agricultura.

Faremos isso e queremos que este ano seja o marco de criarmos o hábito de trabalharmos em cooperativas e em associações, para alargarmos a superfície agricultável e fazer com que o Huambo corresponda com a grande preocupação da produção de cereais e vários outros produtos agrícolas", adiantou o governador provincial do Huambo. João Baptista Kussumua disse que a escolha do município do Cachiungo para albergar este evento deveu-se, principalmente, à riqueza dos seus solos e às potencialidades agrícolas que possui.

Para esta campanha, grande parte dos inputs agrícolas já se encontram na província e nos próximos dias chega o resto para potenciar o processo. O objectivo é assegurar uma época agrícola diferente das anteriores. "A província tem todas as condições para produzir muitos alimentos.

Temos água e terras

## 7.3 Oficiais da Polícia e da Região Militar invadem terrenos em Luanda

*Jornal Liberdade*  
06 De Outubro de 2017  
Texto: Anabela Ana

Segundo uma ronda efectuada por algumas artérias de Luanda, pelo jornal Liberdade, apurou-se que alguns oficiais do Comando da Região Militar Luanda do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas e a Polícia Nacional fazem parte dos "esquadrões" de invasores de terrenos.

Muitos desses oficiais são comandantes da Polícia Nacional e altos funcionários do Comando da Região Militar Luanda do Estado Maior General das FAA, para além de agentes e soldados.

Quanto ao funcionamento das estratégias dos invasores, este jornal apurou que os líderes desses grupos são "lavados": ou seja, antes de actuarem numa determinada zona ocupada, os mesmos vão às casas de kimbadeiros tratar-se para receber "protecção do demónio": Depois procuram ter acesso aos documentos do dono da terra para apurarem a data da legalização real para, em seguida, irem às respectivas administrações tratar novos documentos, com datas diferentes, como se o espaço pertencesse aos seus antepassados, fazendo-se acompanhar mesmo por idosos, que servem de testemunhas. De seguida dão a conhecer a uma das unidades da polícia mais próxima da localidade a ser invadida e ao Comando da Região Militar Luanda, para a protecção dos mesmos.

Para entrar no espaço, eles começam a fazer o alinhamento dos terrenos na calada da noite. Se o dono for um "peso pesado": os polícias e militares da Região Militar vão ao local fingir que prendem alguns invasores que, na calada da noite, são soltos.

Quando se recorre a quem de direito para confrontar os documentos do real proprietário, este acaba por perder a causa porque os documentos em posse dos invasores atestam que os terrenos pertencem aos seus antepassados.

Quando os invasores conseguem vencer a batalha, repartem o terreno em várias parcelas, que são distribuídas ao pessoal da Polícia Nacional para os da Região Militar. Também os idosos que passam por familiares e testemunhas recebem a sua parte.

Os terrenos assim adquiridos são vendidos a preço baixo e, muitos dos que compram, também os vendem a preços já mais altos. Nesse negócio ilícito, muitos terrenos são vendidos a várias pessoas.



### Tráfico de influência fala mais alto nos conflitos

Os conflitos e interesses a volta de terrenos na cidade de Luanda, estão a ganhar contornos preocupantes. Todos os dias há casos de desentendimento por causa de terrenos que supostamente têm vários donos.

Os municípios de Viana, Cacuaco, Belas e Icolo e Bengo, são os sítios onde todos os dias várias pessoas travam lutas por causa de uma mesma parcela de terrenos. Ali, os conflitos são particularmente violentos, muitas dessas situações, envolvem militares do exército angolano e da polícia nacional.

"Somos muitos que estamos aqui. Estamos há mais de 8, 9 anos, a espera de uma resposta para nos concederem terrenos. Temos documentos aqui na administração e nada!": lamentou um dos oficiais superiores das FAA, em declarações ao Jornal Liberdade.

O oficial do exército disse ainda que supostos militares têm invadido os terrenos e pediu às autoridades competentes para resolverem a situação. "Que levem então estas pessoas às barras do tribunal, o Estado é Estado e tem instrumentos próprios para conter esta situação", apelou. "É preciso que se reponha a legalidade!": frisou.

Entretanto, de um modo geral, os municípios acima citados são aquele que mais registam casos de conflitos a volta de terrenos. Os conflitos são mais latentes nos municípios de Viana, Cacuaco e Belas. Ali, aparecem casos de dupla e até de tripla propriedade sobre um mesmo espaço de terreno que vão parar aos gabinetes das administrações municipais e nos comandos policiais para serem resolvidos. O tráfico de influência, segundo a mesma fonte, acaba por falar mais alto nestes conflitos.

### Invasores assassinam camponeses

Os munícipes da capital do país denunciaram a existência de grupos organizados de pessoas que se dedicam exclusivamente à ocupação ilegal de terrenos para posterior revenda. Revelaram que os "invasores" andam em grupos organizados, intimidam os camponeses, espancam, ocupam as suas lavras e depois fazem o talhonamento das terras para vender aos interessados.

Segundo Marcos Paulo, os invasores são provenientes de diversos pontos da cidade que se instalaram na área visada, sabendo que esta zona ainda tem muitas terras agrícolas, pelo que chegam, ocupam os terrenos, muitas vezes munidos de armas brancas e de fogo. "Eles ameaçam os camponeses detentores dessas terras, batem e tem havido casos de morte todos os anos de camponesas.

Os criminosos nem sempre são presos', referiu. Avançou que nos grupos encontram-se elementos civis e outros trajando uniformes das forças armadas e da polícia.

"Algum esforço está a ser feito pelas autoridades, a Região Militar de Luanda organizou-se e diminuiu-se um pouco a acção e visibilidade desses grupos, mas muitos ainda continuam por aqui, talvez a espera de melhor oportunidade para voltar a agir", enfatizou Fernanda Campos, camponesa.

Luís Paulo, presidente de uma comissão de moradores, considerou que mais de 70 por cento dos terrenos em Luanda, que anteriormente eram lavras, agora são zonas habitadas, maioritariamente decorrentes da ocupação ilegal de terrenos.

Advogou que no fenómeno "invasão de terras"; tanto os vendedores como os compradores, incorrem num crime.

"As pessoas ocupam essas terras e depois vendem-nas a preços baixos, o que leva a que atraiam muitos clientes, na sua maioria cidadãos desejosos de possuírem a casa própria"; afirmou.

De igual modo, disse que os invasores não querem contacto com as autoridades locais, nem com o soba ou mesmo a comissão de moradores.

"Os invasores usam muitas vezes o nome do soba ou do presidente da comissão de moradores para ludibriar os clientes, quando na verdade nem sequer nos conhecem.

Forjam as nossas assinaturas, mas as pessoas têm que saber que nem eu nem o soba temos competência para distribuir ou vender terrenos", esclareceu.

Sebastião Joaquim apelou ao governo de Luanda que aprove e implemente um plano director para a cidade, que permita aos cidadãos o acesso fácil a lotes de terrenos já organizados e estruturados para auto-construção dirigida, evitando-se a continuidade do fenómeno da ocupação ilegal de terrenos.

Na mesma senda, a camponesa Maria [anuário disse que perdeu mais de dois hectares de terra a favor dos invasores, há cerca de três anos, tendo sido na altura ameaçada, pelo que preferiu calar-se.

"Eles vêm em grupo, chegam a ocupar diversos hectares num só dia, ficam aí a comer e a beber, depois fazem o talhonamento, enquanto uns ficam de vigia, e posteriormente acabam por vender esses espaços às pessoas interessadas", concluiu.

## 7.4 PR promete terras aos campos mas oposição desconfia

*Jornal Expansão*

13 De Outubro de 2017

Texto: Félix Abias

A oposição manifesta-se pessimista em relação à concretização das promessas feitas recentemente pelo Presidente da República, no município do Cachiungo, no Huambo, durante a abertura do ano agrícola. João Lourenço garantiu que o País vai deixar de importar produtos agrícolas e que vai retirar as terras a quem não as explore por um longo período.

Na ocasião, o PR falou da necessidade de o País produzir cereais suficientes por constituir a base da alimentação dos angolanos e dos animais. "Podemos importar tudo o resto, como aviões, navios, comboios, porque não temos mesmo capacidade para produzir estas coisas, mas temos de ter capacidade de produzir alimentos", sublinhou. João Lourenço acrescentou que não é apenas o petróleo, diamantes e o ouro que dão divisas. Os produtos agrícolas também são comercializáveis.

Fonte do Expansão recordou que o ex-presidente da República nunca abriu o ano agrícola. O mínimo que fez foi participar em duas colheitas, na província de Malanje, na década de 80, o que traduz a aposta do actual PR neste sector.

Têm direito a terra apenas aqueles que a exploram

O PR referiu-se igualmente aos que detêm grandes terrenos mas que não os exploram. Esses, segundo João Lourenço, poderão ver as terras serem-lhes retiradas e os títulos de propriedade serem dados às famílias que queiram produzir. "Temos um problema: as famílias não são detentoras das terras. Este é um trabalho que vamos realizar no sentido de cadastrar as terras dos camponeses e conseguirmos os títulos de propriedade para que cada um possa dizer: esta é minha terra", prometeu o Chefe de Estado.

Oposição evita optimismo, quer "acções concretas" Contactado pelo Expansão, o vice-presidente da UNITA, Raul Danda, diz que, neste momento, o País precisa de "acções concretas e não de promessas", argumentando que o ex-presidente da República, José Eduardo dos Santos, "vivia a fazer promessas sem que as tivesse cumprido". "E, mais uma vez, tal como admitiu Eduardo dos Santos, o problema nem sequer tem a ver com a concepção dos planos, mas com a concretização desses planos", disse Raul Danda, acrescentando: "Depois de ouvir tantos discursos bonitos ao longo desses anos, precisamos de acções concretas, pois o País necessita de uma agricultura que

funcione, que sirva de alavanca para a diversificação da economia".

Em relação à promessa de retirar terras cedidas e que não estejam a ser exploradas, Raul Danda confirma haver muita gente que, em nome do Estado, expropriou terras e que não fez nada com elas. "Há várias terras ocupadas pelas mesmas pessoas. Eles não produzem e não deixam produzir, por isso, faz sentido que essas terras sejam cedidas a quem queira trabalhá-las", concordou Danda.

O secretário do Executivo Nacional da CASA-CE, Leonel Gomes, defende igualmente que, mais do que prometer, João Lourenço deve partir para acções concretas. "Tenho as minhas dúvidas que João Lourenço venha atingir tal desiderato, mas dou-lhe o benefício da dúvida, porque é ele quem tem de provar", afirmou Leonel Gomes, notando que a maior parte das terras pertence, sobretudo, a membros do partido no poder, do qual João Lourenço faz parte.

"Há dirigentes empresários que não sabem fazer nada, não querem fazer nada, o que eles mais querem é importar, porque o que querem é ganhar dinheiro", denunciou.

Em relação à necessidade de financiamento à banca, entende que há muitos que "saquearam os bancos" e que devem devolver esse dinheiro para que os bancos tenham dinheiro para emprestar aos agricultores, sobretudo aos que se dedicam à agricultura familiar, que é muito importante.

O presidente do PRS, Benedito Daniel, também está pessimista em relação à materialização das promessas de João Lourenço. O responsável justifica o pessimismo com o facto de, nos últimos três anos, a diversificação da economia ser uma das "bandeiras do Executivo", mas não passou disso. "Temos sempre algumas reservas, quanto à possibilidade de se materializar esse desiderato. Tem sido feita muita propaganda à diversificação da economia, mas só agora é que o PR vem dizer que vamos diversificar?", questiona Benedito Daniel.

O líder do PRS, para quem a agricultura familiar também produz excedentes, lembrou que várias vezes alertou as autoridades para o facto de muitos agentes do Estado expropriarem terras dos cidadãos para benefício próprio. "Se o PR diz que vai confiscar aquelas terras cujos responsáveis nada fazem com ela, vai entregá-las, aos proprietários originários ou a outros que vão comprar pela terceira vez?", questiona Benedito, que antecipa conflitos de terras.

Em defesa do PR, o economista Kilamba Van-Dúnern, do MPLA, interpreta a presença de João

Lourenço na abertura do ano agrícola como "início de uma nova era na política de apoio ao campo" e como um "sinal inequívoco do seu compromisso com as políticas sectoriais",

Kilamba, que representou o MPLA na Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional na última legislatura, diz estar "habitado" ao discurso pessimista da oposição. "A verdade é que os angolanos vivem um novo ciclo", defende, acrescentando que "sem agricultura não há produção, pois a nossa riqueza, no futuro, virá do campo".

## 7.5 Casas em construção demolidas em Viana

*Jornal de Angola*

*15 De Outubro de 2017*

As casas em construção e outras obras erguidas sem autorização ou que não obedecem às normas técnicas estão a ser demolidas no distrito urbano do Zango pela administração municipal de Viana.

A informação foi avançada na quinta - feira à agência de notícias Angop pelo administrador municipal adjunto para a Área Técnica, Infraestruturas e Serviços Comunitários, Fernando Binje, que disse terem sido já demolidos quatro muros de vedação e 38 casas em construção nos Zangos I,II e III.

Do levantamento feito no distrito do Zango, são mais de mil casas em construção que vão ser demolidas, por terem sido construídas de forma ilegal e em zonas de risco, como linhas de passagem de águas pluviais acentuou o responsável.

Fernando Binje assegurou que as demolições não vão estar restringidas ao distrito urbano do Zango, devendo ser extensivas a outras áreas do município de Viana, onde há também obras feitas sem autorização.

Em todos os distritos de Viana e na com una de Calumbo temos obras construídas em zonas de risco e sem autorização, daí que vão ser também demolidas informou Fernando Binje.

O administrador adjunto para explicou que a campanha é realizada para repor a legalidade, o que implica demolir todas as obras feitas sem autorização, sem licença de vedação e de construção, e sem obedecer a qualquer norma técnica.

## 7.6 Demolidas as moradias construídas ilegalmente

*Jornal de Angola*

*28 De Outubro de 2017*

A administração do distrito urbano da Ingombota, município de Luanda, está a alertar a população para os riscos resultantes da construção de moradias em zonas de risco e advertiu responsabilizar os infractores.

O chefe da Unidade Técnica da Ingombota, Anacleto Macula, assegurou quinta - feira à Angop que a administração distrital vai responsabilizar os prevaricadores, por intermédio do seu Gabinete Jurídico e do comando de divisão da Polícia Nacional.

Anacleto Macula acentuou que foram demolidas, recentemente, pela Fiscalização e pela Unidade Técnica, dez casas e estabelecimentos comerciais, que estavam a ser construídas ao longo da Avenida Kima Kienda, no sector da Boavista.

O alto funcionário da administração do distrito urbano da Ingombota garantiu que as construções não autorizadas e em zonas consideradas de risco vão continuar a ser demolidas de modo a desencorajar a população.

Trabalho do género tem sido desenvolvido noutras localidades da província de Luanda, onde é uma constante a construção de moradias em áreas consideradas de risco.

O distrito urbano da Ingombota é integrado pelos bairros da Ingombota, Maculusso, Patrice Lumumba e Ilha do cabo e tem mais de 400 mil habitantes' maioritariamente jovens.

## 7.7 Huíla dinamiza processo de delimitação

*Jornal de Angola*

*24 De Outubro de 2017*

*Texto: Arão Martins*

O processo de delimitação de terras culmina com a atribuição de títulos de posse as comunidades rurais e é dinamizado nos próximos dias quando terminar a formação de técnicos das administrações municipais de Caconda, Chicomba, Quilengues, Cacula e Caluquembe. A formação "A metodologia de delimitação participativa de terras comunitárias" decorreu no município de Caluquembe.

A delimitação de terras reveste- e de uma importância particular na planificação do desenvolvimento das comunidades, porque confere maior segurança às comunidades.

O ganho permite também uma melhor interação entre o Governo Provincial e o comité de gestão de recursos natural na abordagem de matéria obre a atribuição de título de uso e aproveitamento de terra e gestão dos recursos naturais.

O vice-governador provincial da Huíla para o Sector Económico, Sérgio da Cunha Velho, explicou à reportagem do Jornal de Angola que, do ponto de vista pratico, a delimitação da terra comunitária é uma preocupação constante do Executivo.

Do ponto de vista práctico, a delimitação da terra comunitária a permite o zoneamento de áreas habitacionais, agrícolas, de extracção de recurso naturais e de expansão.

Para apoiar os mobilizadores de delimitação são constituídas equipa nas quais participam representantes da comunidade. O processo de delimitação de terra deve incluir em particular pessoas que conhecem a zona. Devem ser idóneas, conhecedoras da realidade da comunidade e dispostas a participar em todo o processo.

É neste sentido que decorre durante 21 dias formação sobre "Metodologia de delimitação participativa de terras comunitárias", uma iniciativa do Governo Provincial em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

"A abordagem obre a Lei de Terras", "Lei do Urbanismo e Ordenamento do Território", "Perfil e Código de Conduta da equipa técnica constituída no processo de delimitação de terras", "Os passos para a realização do trabalho de campo; a abordagem inicial, a análise histórica, orientação geográfica, perfil interativo (relações sociais), gestão e utilização dos recursos naturais, georreferenciação, elaboração do esboço e validação" e na orientação Geográfica", são temas em abordagem na formação, que junta 30 técnicos.

A formação permite aos técnicos o uso de equipamentos e tecnologias que facilitem o trabalho no terreno, como tirar a coordenadas geográficas, pontos para poder elaborar os mapas e croquis dos espaços e cálculo de áreas de produção.

#### Legalização da terra

O conselheiro principal do Fundo das ações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), António Querido, disse que a legalização da terra, sobretudo

nas comunidades rurais, tem uma ligação muito estreita com a agricultura familiar, que é o garante da segurança alimentar das comunidades e tem cunho positivo no processo da diversificação económica de forma sustentável.

António Querido esclareceu que a formação visa capacitar mais os quadros dos municípios de Quilengues, Caconda, Caluquembe, Quilengues e Chicomba, numa metodologia de limitação participativa de terras comunitárias. "O objectivo é termo nestes municípios um grupo multidisciplinar que envolve várias valências não só no domínio das lei mas também na area da sensibilização comunitária."

A formação tem como foco a valorização dos recursos naturais e a sensibilização para a obtenção dos títulos de terras que as comunidades utilizam ao longo de vários anos.

O objectivo é capacitar este grupo pluridisciplinar para um processo participativo de delimitação. Este visa, depois, identificar e marcar as áreas que são consideradas terras comunitárias, e num processo participativo de recolha de informação sobre a história do perfil comunitário e submeter este pedido às instâncias competentes.

No mapeamento participativo, esclareceu António Querido, os diferentes grupos produzem uma série de mapas participativos, podendo cada um dele ter opiniões particulares sobre a forma como a comunidade ocupa e utiliza o espaço.

#### Desenvolvimento rural

O processo de delimitação e atribuição de títulos de posse é de grande importância, porque está alinhado com os objectivos de desenvolvimento rural de Angola.

"É um processo de delimitação de terras comunitárias que visa trazer um conjunto de ferramentas a técnicos municipais para apoiarem o processo, que vai culminar com a atribuição de vários títulos de propriedade e devolver a titulação às comunidades", disse António Querido.

O ganho, referiu António Querido, permite, também no desenvolvimento rural, dirimir os conflitos que podem surgir, daí ser um processo de capital importância para o desenvolvimento rural sustentável. "É preciso trabalhar com a comunidade no processo para uma gestão sustentável de recursos a bem do desenvolvimento social, económico e ambiental".



O objectivo da capacitação, disse António Querido, poder ter, como projecto-piloto, seis comunidade com o processo Ia organizado, para a homologação, a nível municipal ou provincial. A temática da delimitação de terras já vem sendo falada desde 1992, disse o administrador municipal de Caluquembe, José Arão Nataniel, que explicou que muitas Organizações Não-Governamentais, nacionais e estrangeiras, e departamentos ministeriais, têm estado a abordar a temática e muitos deram já passo nesta acção, como é o caso da ADRA.

José Arão Nataniel adiantou que o processo ficou paralisado, no seu município, pois a divisão político-administrativa ainda não estava revista. "Tínhamos conflitos em alguns momentos e não tínhamos a certeza da densidade populacional do país, o que foi possível com a realização do Censo Geral da População e Habitação em 2014, bem como a composição geográfica do interior dos municípios", disse.

A nova lei da divisão administrativa de 2016, permitiu a ascensão de alguns municípios que eram então considerados município de facto mas não de jurisdição e agora já há ferramentas suficientes para poder avançar com o processo de delimitação, evitando conflitos de terra.

## 7.8 Um processo antigo

*Jornal de Angola*  
24 De Outubro de 2017

O processo de atribuição de posse de terras na província da Huíla é antigo e beneficia milhares de famílias que vivem no meio rural.

Neste processo de atribuição beneficiaram já de títulos de posse as comunidades que vivem nos municípios da Humpata, Caluquembe, Lubango, Chibia e Cacula.

A comunidade do Capandeio, município da Humpata, também beneficiou de títulos de concessão de parcelas de terra, no âmbito do Programa de Reconhecimento do Domínio Útil Consuetudinário de Terra às Comunidades Rurais. Foram beneficiadas mais de 1.300 famílias, numa área superior a 500 hectares.

Maria Madalena, 40 anos, é natural de Capandeio. Reconhece a importância do título.

Segundo ela, com o título, acabaram os conflitos que antes surgiam por causa da exploração de inertes.

O coordenador da comissão de moradores de Capandeio, Kental Papa, destacou a pertinência do título de concessão de terras. A partir do momento em que recebemos o documento, estamos mais seguros.

"Ocupamos a terra há vários anos. Mais do que um direito que já era reconhecido, a terra passou a ter mais valor com o título de propriedade atribuído", disse.

Seis anos depois de iniciado o processo para conseguir terras comunitárias, a comunidade San, da Hupa, município da Cacula, também tem o título de concessão.

Para o soba Tchilupa, o título é importante porque confere propriedade às pessoas.

Segundo o conselheiro principal da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), António Querido, a posse de terra é importante porque promove também a agricultura familiar.

"A posse da terra é uma componente importante para a promoção da agricultura familiar, quando em Angola se fala da diversificação da economia", disse.

Milhares de hectares

O director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pesca e Ambiente, Lutero Campo, disse que foram já cedidos milhar de hectares para a produção de produtos do campo, com particular realce para os cereais hortícolas.

Foram atribuídas terras as cooperativas nos municípios do Lubango, Humpata, Caconda, Chipindo, Caluquembe, Quipungo, Quilengues, Chibia e Cuvango. Os beneficiários de títulos receberam ainda créditos que permitiram o fomento da actividade.

## 7.9 Casa e terra próprias garantem estabilidade

*Jornal de Angola*  
25 De Outubro de 2017

A posse de casa e parcela de terra própria constitui um dos meios que contribui para a estabilidade socioeconómica dos agregados familiares, refere Um estudo do Instituto Nacional de Estatística sobre a matéria.

O Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016 revelou que 28 por cento dos homens declararam possuir casa sozinha e uma taxa de 17 por cento possuem casa em conjunto com a



mulher. O relatório diz que, em relação à posse de terras, 20 por cento dos homens possuem terras a título individual e 12 por cento têm terras em conjunto com as parceiras.

Os dados do estudo revelaram também que Cerca de 24 por cento dos homens, Com nível de escolaridade secundário ou superior, possuem casa em nome individual contra uma taxa de 41 por cento dos homens sem escolaridade.

A mostra de dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 diz ainda que a posse de casa em nome individual ou conjunto é menos frequente entre os homens residentes nas áreas urbanas com uma percentagem de 38 por cento em relação aos homens das zonas rurais, com uma taxa de 64 por cento. As províncias do Cunene e Zaire apresentam as percentagens mais elevadas (71 e 69 por cento, respectivamente) de homens que não possuem uma casa própria.

Em Angola, a posse de telemóvel é mais frequente entre os homens, com uma percentagem de 70, enquanto apenas 51 por cento de mulheres possuem um telefone móvel. O inquérito indica que 74 por cento das mulheres da província de Luanda possuem telemóvel, contra 22 por cento das mulheres da região do Bié.

O estudo mostra que 84 por cento dos homens e 78 por cento das mulheres com nível de escolaridade secundário ou superior possuem telemóvel, contra uma taxa 32 por cento dos homens e 19 por cento das mulheres sem escolaridade.

Kilssia Ferreira

## 7.10 Lotear e urbanizar

*Jornal de Angola*  
31 De Outubro de 2017

O crescimento desordenado das cidades continua a ser tema de grandes discussões no meio académico e em especial quando se elaboram as políticas públicas de planeamento urbano. Associado a esse processo de urbanização desenfreada, está o crescimento populacional não acompanhado de planeamento, que desde a revolução industrial provocou o fluxo de pessoas para cidades não preparadas, motivando o surgimento de bairros descaracterizados e sujeitos a condições de risco e o pior: o surgimento de epidemias causadas pela falta de saneamento básico e higiene.

Em Angola um dos mais recorrentes impactos negativos, em virtude dessa falta de planeamento, são as inundações que assolam as populações o que

favorece o aumento e a migração de vectores de epidemias por falta de infra-estruturas adequadas, que por sua vez torna a sociedade mais exposta a doenças diversas.

Todos estamos recordados dos episódios tristes e transtornos que sacudiram e sacodem os cidadãos residentes em zonas de risco, em consequência de um passado que nos remete para longe de modelos integradores geográficos, económicos e ambientais que proíbem a construção ilegal, e não autorizada, e também de uma política que procura evitar assimetrias regionais e o abandono do interior.

Em relação a Luanda, os casos mais evidentes estão relacionados com as zonas do Sambizanga, Rangel, Samba, Cazenga, Cacuaco, Viana e Golfe que, nos últimos doze anos cresceram de forma descaracterizada. De igual modo os bairros Chicala, Catinton, Iraque e Nguanha que, timidamente, foram surgindo no calar da noite. E nas demais províncias a fotografia é semelhante, ao ponto de se ouvirem pessoas a lamentar sempre que o INAMET anuncia chuva que, na verdade é uma mera bênção.

Todos esses factores, associados à Declaração de 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro conhecida como, Agenda 21 e que estabeleceu os princípios do "Desenvolvimento Sustentável" pelo Mundo, despertaram o Executivo angolano para redefinir a estratégia e melhorar a coordenação das acções relacionadas com o ordenamento do território de modo geral, bem como aprovar uma série de instrumentos que permitam um crescimento melhor coordenado e sustentável.

O Estado iniciou um trabalho e produziu instrumentos a nível central e nas localidades para a nova era urbanística adaptada às exigências internacionais, aprovou programas de requalificação de algumas localidades como o Cazenga, Sambizanga e Rangel em Luanda e que, gradualmente, se estenderiam para outros pontos do País.

O Governo e os seus parceiros partiram para a acção, investiram em novas centralidades e zonas habitacionais sociais como o Zango e Panguila em Luanda, Chibodo em Cabinda, Horizonte no Huambo, Açucareira em Malanje, e em simultâneo aprovou e pôs em marcha o programa de construção dos duzentos fogos nas dezoito províncias, bem como as casas da Juventude. Apostou-se, também, no loteamento de terrenos na Capital e demais pontos do território nacional a fim de permitir que cada cidadão pudesse construir de acordo com as normas e princípios correctos. Foram sinais evidentes de como o Executivo chamou a si a importância das questões

urbanísticas do País, resultando em avanços significativos que viriam a aliviar a escassez na procura de moradias.

Se um por um lado reconhecemos mérito ao Estado pelos ganhos alcançados neste domínio, deve-se sublinhar que alguns processos podiam ser melhor conduzidos, desde a altura em que o problema referente ao loteamento e urbanização para edificação de moradias passou a constar da agenda do Governo como prioridade.

Porém, continuamos a assistir à proliferação de bairros que nascem no calar da noite e à velocidade da luz agravando a má imagem de uma parte considerável de Luanda e do resto do País.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Cazenga melhora saneamento básico

*Jornal de Angola*  
03 De Outubro de 2017

A Administração Municipal do Cazenga, Luanda, iniciou ontem pequenas acções de saneamento básico com vista a melhorar a circulação rodoviária, informou o administrador adjunto para a área Técnica e Infra-estruturas dessa circunscrição, Olívio Fernandes.

Enquanto se aguarda pelo programa de investimento público do novo governo, disse o administrador, estamos a trabalhar na rua "Santa Clara", distrito urbano 11 de Novembro para repor e melhorar a circulação rodoviária.

Sublinhou que pequenas acções como limpeza das vias, sarjetas e colectores estão a ser desenvolvidas também nas vias, já intervencionadas, assim como na rua "Santa Clara", bairro recentemente adjudicado ao Cazenga com a nova divisão administrativa da cidade de Luanda.

Os trabalhos consistem na retirada de amontoados de solos nas ruas que impedem a circulação rodoviária, Limpeza melhora a imagem do município do Cazenga desassoreamento das valas de drenagem, esgotos e outras acções de pequeno porte sob responsabilidade da administração municipal, através da Elisal, empresa que atende a municipalidade.

"São desencadeadas, numa primeira fase, acções para tomar fluida a livre circulação de automóveis, pessoas e bens em vários pontos intransitáveis", disse.

### 8.2 Falta de pagamento causa prejuízos à ENDE

*Jornal de Angola*  
04 De Outubro de 2017  
Texto: Lourenço Bule

O chefe de departamento comercial da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade no Cuando Cubango, Osvaldo de Lemos, disse que de Janeiro a Agosto do ano em curso, a ENDE arrecadou mais de 32 milhões de kwanzas, provenientes do pagamento de consumo de energia eléctrica.

O maior problema do não pagamento do consumo de energia eléctrica reside na cidade de Menongue, onde a ENDE controla 8.205 clientes registados, que por

falta de contadores pré-pagos se furtam das suas obrigações mensais, que se cinge essencialmente na remuneração do consumo de energia eléctrica.

A par da cidade de Menongue, a ENDE controla actualmente 2.490 clientes no município do Cuito Cuanavale, 246 no Calai, 226 no Cuangar e 98 no Dirico, todos com sistema pré-pago, que permitem arrecadar mensalmente mais de 18 milhões de kwanzas.

Como causas do não pagamento do consumo de energia, constam o atraso de salários, identificação dos clientes por falta de cadastro dos bairros, ruas e residências, mau estado e vandalismo da rede de distribuição, dificuldades de pagamento de facturas por parte de alguns organismos do Estado e a falta de investimentos para a requalificação da rede, o que provoca ligações anárquicas e aumento de perdas comerciais, factores que transtornam o funcionamento da empresa.

O prejuízo que se tem registado mensalmente provoca a falta de arrecadação de receitas para os cofres do Estado, a requalificação e manutenção das redes de baixa e média tensão, bem como a melhoria da prestação de serviço para o benefício dos clientes assíduos.

Os clientes da periferia da cidade de Menongue são os que mais pagam regularmente as suas dívidas, ao contrário dos moradores do casco urbano que na sua maioria não cumprem com este compromisso.

Apesar da situação, o responsável da ENDE elogiou todos os clientes que têm a cultura de pagar regularmente a energia que consomem em suas casas e aos incumpridores pediu para pagarem as suas dívidas, para que a empresa consiga arrecadar mais receitas para os cofres do Estado e melhorar os serviços prestados à população.

"Os clientes com dívidas elevadas podem dirigir -se às nossas instalações e negociar o pagamento da mesma em prestações, ou seja, de acordo com as capacidades financeiras do devedor, porque entendemos que as preocupações são muitas e o dinheiro não cobre todas as necessidades", disse.

O problema da falta de pagamento do consumo de energia eléctrica tem sido uma grande dor de cabeça para a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade no Cuando Cubango, visto que os populares não se importam com as suas obrigações, mesmo quando se efectua um corte.

Dívidas avultadas

Oswaldo de Lemos disse que a ENDE controla no município de Menongue 8.205 clientes, dos quais 60 por cento não pagam o consumo de energia eléctrica, acumulando uma dívida de mais de 248 milhões de kwanzas, que perdura já há 'nove anos.

A maior parte da dívida foi contraída nos anos anteriores, durante a vigência da extinta Empresa Nacional de Electricidade (ENE), até a entrada em funções da ENDE.

Para colmatar esta situação, a sua instituição vai levar a cabo um plano de acção que consiste na realização de campanhas de cobranças das facturas de consumo de energia nos bairros com maiores dívidas, envio de cartas aos grandes clientes e comunicados radiofónicos das facturas em cobranças.

Durante o ano 2016, a ENDE conseguiu arrecadar dos 11.020 clientes, que controlava a nível da província, 265 milhões de kwanzas, um valor que poderia crescer caso todos os consumidores cumprissem com o contrato de adesão, que se subscreve ao pagamento mensal do consumo de energia eléctrica.

#### Contadores pré-pagos

O chefe de departamento comercial da ENDE, Oswaldo de Lemos, disse que o mau estado da rede de distribuição de baixa e média tensão que não sofre manutenção desde 2009, constitui o maior constrangimento para a implementação de contadores pré-pagos na cidade de Menongue.

Os contadores pré - pagos são sensíveis e precisam de ser instalados numa rede de distribuição de energia eléctrica muito estável, ou seja, onde não haja restrições e cortes sistemáticos no fornecimento.

O fornecimento de energia eléctrica na província do Cuando Cubango, e em particular no município de Menongue, ainda deixa muito a desejar, tendo em vista que é preciso um aumento da capacidade para fazer face à solicitação da população.

Neste momento; as zonas mais críticas por falta do fornecimento de energia eléctrica são os bairros Social da juventude de energia eléctrica muito estável, ou seja, onde não haja restrições e cortes sistemáticos no fornecimento.

O fornecimento de energia eléctrica na província do Cuando Cubango, e em particular no município de Menongue, ainda deixa muito a desejar, tendo em vista que é preciso um aumento da capacidade para fazer face à solicitação da população.

Neste momento, as zonas mais críticas por falta do fornecimento de energia eléctrica são os bairros Social

da juventude, construído no quadro do programa Angola Jovem. Tucuve, Cuenha, Macueva, Paz, Novo, Cazenga, Missão Católica. Boa Vida, Boa Esperança e São José.

O fornecimento de corrente eléctrica à cidade de Menongue e arredores é assegurado por uma central térmica com capacidade instalada de dez megawatts, inaugurada no dia 07 de Janeiro de 2013 pelo titular do sector, João Baptista Borges, mas que, nos últimos tempos, se tem revelado incapaz para satisfazer a procura.

### 8.3 Moradores de Cabo Lido sem água potável

*Jornal O País*

*04 De Outubro de 2017*

*Texto: Stela Cambamba*

A 85 quilómetros de distância do rio Longa e a 120 do rio Cuanza, os cerca de 15 mil cidadãos residentes na comuna de Cabo Ledo, município da Quiçama, debatem-se diariamente com falta de água potável.

Para atenuar esta situação, a administração local fornece diariamente duas cisternas de água de 20 mil litros aos habitantes da sede da comuna, mas que têm sido insuficientes para satisfazer a demanda.

"Os camiões só abastecem os moradores na sede da comuna", declarou Edgar Viera, presidente da comissão de moradores do Catambor, pelo que solicita ao Governo Provincial de Luanda que aumente a quantidade de camiões cisterna ou retome o projecto de canalização de água da barra do Cuanza à comuna do Cabo Ledo, que alegou estar em carteira há mais de três anos.

"Nos deram a conhecer sobre este projecto há mais de três anos, mas até a presente data nada foi feito", desabafou.

Maria João Rodrigues, que vive com o esposo e três filhos, declarou que tem sido um sacrifício conseguir água para atender às necessidades básicas, pois os vizinhos que possuem tanques de água deslocam -se ao rio Longa ou à vila da Muxima para conseguir o precioso líquido que vendem em bidons de 20 litros a 50 Kwanzas, "queremos água e luz no Cabo Ledo".

Quem não reúne condições financeiras para adquirir este bem, segundo a cidadã Meury Ferreira, 35 anos, consome água salobra, imprópria para consumo humano, retirada de alguns poços existentes no bairro.

Com os nervos à flor da pele, a jovem, que nasceu e cresceu no bairro, revelou que "quando vamos ao

centro médico temos que ter muito cuidado para não tropeçar, porque o mosaico está a degradar-se".

Referiu que mesmo no centro de saúde local a água fornecida pela Administração torna-se imprópria para o consumo porque o tanque subterrâneo carece de limpeza.

Já a comerciante do mercado local Adriana de Sousa, residente na comuna há II anos, mostrou-se também consternada com a falta de água e de energia eléctrica. Declarou que, por conta disso, não consegue conservar os frescos, tendo muitas colegas suas optado pela venda ambulante na Estrada Nacional 100.

A peixeira Romana Abel, 32 anos, por seu turno, louvou a iniciativa do Governo de construir o novo mercado, proporcionando às kitandeiras a possibilidade de exercerem as suas actividades com mais segurança.

O coordenador da comissão de moradores da zona 10 desta comuna, Sousa Umba, 62 anos, 43 dos quais vividos na referida zona, revelou que para além de aguardar pela disponibilização dos serviços de água potável e de energia eléctrica, a população pretende beneficiar de serviços de saúde e de educação mais eficazes.

Revelou que esta situação tem condicionado o crescimento da comunidade. "Sofremos muito com a falta de água e energia eléctrica. Apesar de aqui ter sido montado um gerador que vai inverter este quadro e ainda não funciona em pleno. Trabalhou apenas dois dias", salientou.

A outra preocupação sua prende-se com o facto de as crianças não beneficiarem de aulas com regularidade. "Acredito que as ausências de professores nas escolas devem-se às distâncias que os mesmos têm que percorrer para chegarem ao local de trabalho. Já que muitos não vivem na comuna de Cabo Ledo, e isto tem sido prejudicial para as crianças".

Técnicos de saúde precisa-se

Engrácia Marques, enfermeira do centro de cirurgia do Cabo Ledo, referiu que na época de Cacimbo as patologias mais frequentes têm sido as diarreicas agudas e a malária, além dos acidentes de viação' que na época chuvosa ganham muita incidência.

Há quatro anos que a enfermeira trabalha nesta instituição cujo bloco operatório nunca funcionou, supostamente por falta de especialista.

Até ao momento que a nossa equipa passou pelo centro, por volta das 12horas, haviam atendido sete pacientes na especialidade de pediatria e seis na de

medicina externa. "Por norma, no tempo chuvoso, temos atendido diariamente 20 pacientes, e no Cacimbo, a cifra sobe para aproximadamente 60 pacientes por dia".

Seguidamente, acrescentou, "acredito que a falta de água potável esteja na base destas enfermidades, bem como a alimentação".

Um ano depois da entrada em funcionamento deste centro, o laboratório deixou de funcionar pelo facto do contrato de trabalho com a especialista em análises clínicas já ter terminado, segundo a nossa interlocutora que é uma das funcionárias mais antigas.

Engrácia Marques confessou que por falta de segurança no centro os funcionários temem pelas suas próprias vidas.

O centro dispõe de duas ambulâncias destinadas a transportar os pacientes transferidos para as outras unidades sanitárias.

Prudência Manuel, parteira do centro materno-infantil, disse que o número de pacientes varia entre sete a 15 por dia, entre as Segundas e Quartas-feiras, sendo que regista-se uma queda na procura pelos seus serviços nos restantes dias da semana, em que ocorrem dois partos por dia. Este trabalho é realizado por quatro parteiras.

A instituição não beneficia de energia eléctrica da rede pública, e o gerador encontra-se avariado há três meses. Por conta disso, só têm realizado partos durante o dia, e quando são solicitados a fazerem-no à noite, encaminham as 'parturientes ao Centro de Saúde do Ramiros.

## 8.4 Impacto de municipalização dos serviços de saúde em Angola

*Jornal Visão*

*06 Outubro de 2017*

*Texto: João Sunga Certeza*

O estudo consta que o desenvolvimento da saúde em Angola depende da articulação de todos os sectores sociais e económicos do Estado, o que implica uma acção articulada do Executivo, desde que se elaborem programas concretos e específicos atinentes ao emprego. Tais como moradias, saneamento, alimentação, educação, lazer entre outras necessidades, que têm a ver com a prevenção epidemio patológica que compreendem vacinações massivas.

A referir ainda a protecção sanitária para o controlo do meio, e também da promoção sanitária associada à educação para recuperação à saúde. A Reforma de



saúde constitui um dos vectores ou génesis essenciais ao processo da municipalização das acções e serviços de saúde. A municipalização dos serviços sanitários surge no sentido de conferir ao domínio da saúde, responsabilidades acrescidas como sector que responda, em primeira instância, aos problemas de saúde da população nos diferentes níveis de actuação.

A interpretação do tema presta-se a várias abordagens, uma vez que Angola aposta na reforma e no processo de descentralização das estruturas básicas de saúde, em que os municípios terão que realizar a gestão das verbas de forma directa, a fim de atender, localmente, às diversas patologias que assolam as suas comunidades.

Outra das interpretações que ainda domina a paixão discursiva tem a ver com a aproximação geográfica dos serviços públicos às populações através da desconcentração administrativa traduzida em boa governação de modo a garantir a celeridade e a adequação das decisões às realidades locais.

O debate sobre o tema torna-se ainda mais relevante por estimular aprofundamento de conhecimentos e pelo facto de estar em curso em Angola, desde 1999, a implementação de um programa de desconcentração administrativa com vista à melhoria do acesso da população aos serviços públicos, e compreender também as mudanças transformacionais no quadro da desconcentração administrativa na área sanitária. E ainda pelas evidências dos pontos fortes e fracos do sector da saúde, os quais devem merecer atenção, e mais também, o desempenho económico, social e cultural da Administração Local do Estado.

A pesquisa apresentada destaca que, o processo de municipalização em curso em Angola se mostra como uma oportunidade soberana para que os municípios assumam, progressivamente, mais competências e recebam recursos suficientes para a gestão das questões sociais nas suas áreas de jurisdição. Neste contexto, a criação do Sistema de Saúde a nível municipal no âmbito da Reforma Sanitária conduzirá à municipalização unificada das acções e serviços de saúde em Angola, com a multiplicação de Unidades Básicas da Saúde (UBS) na periferia urbana e região rural.

A municipalização unificada do sistema de saúde, pelas suas especificidades, segundo o estudo é passível de assimetrias regionais que podem resultar em desigualdade na distribuição de recursos, se não tiver em conta que o município é a unidade fundamental onde deve convergir todo o processo de municipalismo em saúde, que implica desde logo acumulação de saberes. Este factor motivacional conduziu à inclusão nesta análise de um caso

específico que incide sobre os municípios do Quimbele, Província do Uíge e Kilamba-Kiixi, em Luanda.

Mestre em Governação e Gestão Pública- In excerto de dissertação apresentada a Faculdade de Direito-UAN para obtenção do título de mestre.

## 8.5 Produção vai duplicar

*Jornal de Angola*

*07 De Outubro de 2017*

A Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAU vai duplicar. ainda durante este mês. a sua capacidade de, produção ao passar dos 380 mil metros cúbicos/dia.

O presidente do conselho de administração. Leonídio Ceira explicou que a empresa de águas conta agora com dois maiores projectos a nível do país: as centrais do Bita e Kilonga, ambas com capacidade para produzir seis metros cúbicos por segundo, que vão permitir que Luanda tenha água 24 horas/dia.

## 8.6 A água só saiu durante dois dias antes das eleições

*Jornal O País*

*09 De Outubro de 2017*

*Texto: Maria Teixeira*

Os problemas básicos continuam a ser uma das principais preocupações dos moradores do bairro da Paz (Gamek à Direita), em Luanda, que clamam pelo fornecimento de água potável. Os habitantes daquele bairro queixam-se de alguns serviços e dos transtor-

nos que lhes tem causado a falta de água.

Apesar de o bairro ter vindo a registar crescimento em termos de população e infra-estruturas sociais, os moradores enfrentam ainda grandes dificuldades quanto aos serviços de saúde, educação e fornecimento de água potável.

Diariamente debatem-se com a falta de água potável, que tem sido a principal causa de descontentamento de muitos que viram e sentiram o precioso líquido a sair de suas residências, mas só durante dois dias, antes das eleições, o que os deixa revoltados.

O Zango 4, em Viana, e o Bairro Pedalé, na Samba, são alguns dos bairros visitados pelo O PAÍS, onde a água jorra, mas com pouca frequência.

No bairro da Paz, desde que colocaram as torneiras, há mais de três anos, a água não jorra e as torneiras

viraram esculturas e continuam secas. "Aqui não há água, ea pessoa sobrevive por causa da água! Sem água, como vamos fazer?" perguntou um morador.

No Zango 4, por exemplo, os moradores queixam-se da qualidade da água. "Água toda turva, não dá para beber, estamos a beber por desespero", disse um morador.

Com mais de dois mil moradores, a zona da Gamek à Direita, propriamente no bairro da Paz, tem apenas algumas residências que comercializam água de tanques. "Aqui nunca houve água potável, desde a fundação do bairro, dependemos de pessoas que vendem água dos tanques", disse Maria da Conceição, fazendo saber que "nos últimos dias, antes das eleições a água saiu, mas em algumas casas e por dois dias consecutivos", de forma a lhes pressionar a votar.

Falta de água é oportunidade de negócio

A falta de água é oportunidade de negócio para alguns. Na Gamek à Direita, um bidon de 20 litros é vendido a 100 kwanzas e, por ser um bem precioso, algumas pessoas acabam mesmo por facturar.

Por sua vez, João Canzaia, morador deste bairro há mais de 20 anos, conta que a situação já é preocupante. "Desde que me mudei, neste bairro nunca vi sair água na torneira, e, além disso, acho que as pessoas se acostumaram a viver desse jeito. Primeiro debatemo-nos com problemas de energia eléctrica, que também foi uma luta mas que, graças a Deus, está resolvida, agora temos a água que é um problema que aflige todo o pessoal deste bairro".

E prosseguiu: "No mês de Agosto, antes das eleições correu água em algumas residências durante 48 horas, isso foi no dia 19 e 20 e após essa data não sabemos o que se passa e ninguém toca no assunto, coisa que nos preocupa, porque nem a equipa técnica, nem os en-

genheiros' nem acornissão demoradores diz coisa com coisa", conta. Pelo que, pensa ele, foi apenas uma estratégia utilizada pelo Governo Provincial de Luanda para mostrar que estavam a trabalhar, porque depois desses dias a água já não voltou a correr.

Queremos meUtorias com este novo Governo João Canzaia disse ainda que espera melhorias com este novo Governo, porque tem sido um sacrifício conseguir água para atender às necessidades básicas, na medida em que os vizinhos que têm água nem sempre ajudam.

"Nós não precisamos que a água saia todos os dias, apenas duas vezes por semana para que o bairro não fique cheio de lama. Por exemplo, temos o bairro do Benfica onde sai água apenas três vezes por semana e

a população daquela zona tem sabido sobreviver", ilustrou.

Por sua vez, Helena Mateus, que vive ali há mais de 18 anos, partilha da mesma opinião e sente-se usada com a situação. "Minha filha, conforme as coisas correram, todos partilhamos a mesma opinião. Fomos usados apenas para votar, porque se fosse uma fase de experimentação como dizem, que o fizessem muito antes ou depois das eleições", disse.

A água que correu por dois dias (19 e 20) do passado mês de Agosto, até à data presente não voltou e nem sequer pingou de novo, deixa os moradores daquela zona muito desgostosos, uma vez que já estavam habituados ficar sem água das torneiras.

"Estamos a nos sentir mal, é como dizem, a alegria do pobre dura pouco e a nossa durou 48 horas. E o pior é que ninguém voltou a dar alguma informação. É sempre assim, quando foi a vez da energia eléctrica passamos pela mesma situação" desabafou, dona Helena.

Lembra que quando correu água a população toda foi à sua casa e passaram o dia todo a acarretar. A notícia espalhou-se pelo bairro todo e as pessoas estavam contentíssimas, porque era a primeira vez que as torneiras jorravam água desde que elas foram colocadas nas suas residências.

"O nosso bairro sempre ficou no esquecimento e é diferente da Gamek à Direita do lado oposto, em que tudo de bom acontece por lá e os mesmos têm água. Espero é apenas que o novo governador trabalhe bem e supere os problemas de energia e água, porque todo o resto é conversa", declarou.

Os moradores daquele bairro sentem necessidade da água das torneiras. "Há quase um mês que correu água por dois dias e mesmo assim nem todos usufruíram do bem precioso e agora são obrigados a comprar água dos kupapatas que vendem o bidão de 20 litros a 100 kwanzas",

"Agora ninguém sabe se os dois dias de água que deram têm a ver com as eleições, mas se for por causa das eleições, então a água tinha que continuar a sair para nos deixarem um pouco felizes, já que esse lado da Gamek à Direita parece esquecido", disse.

Residente no distrito urbano da Samba, bairro da Paz sector C, em Luanda, Antonica Manuel contou a O PAÍS que, pese embora o bairro parecer que está bem, não é o que parece, dando como pontos de referência a falta de água, asfalto e saneamento básico de que os outros bairros circunvizinhos já usufruem.

## 8.7 Problemas técnicos estão na base da falta de água

*Jornal O País*

*09 De Outubro de 2017*

O Vice-presidente da Comissão de moradores do bairro da Paz, Gamek à Direita, Costa Luís, que falou a OPAÍS, explicou que "a população não deixa de ter razão ao de pensar desse jeito, mas que isso não corresponde à verdade".

"Não é verdade que o Governo de Luanda deu água dois dias antes das eleições no sentido de a população desse bairro votar. Isso é só um mal-entendido.

A falta de água tem a ver com questões técnicas", afirmou. Explicou ainda que o seu bairro da Paz é dividido em cinco sectores e uma semana antes das eleições a água começou a correr no sector B, de forma faseada. Por essa razão, os técnicos já começaram a trabalhar e a superar a avaria, sendo que é apenas uma questão de os moradores esperarem.

Segundo o responsável, quando os chineses fizeram o projecto de canalização, deixaram de lado algumas situações técnicas e quando a água começou a sair apareceram muitas rupturas, por isso os responsáveis das obras voltaram a escavar para a testarem, de forma a concluir o trabalho.

"Quando chegaram ao sector C, a ruptura era maior e por isso saiu apenas por dois dias. Por essa razão, entramos em contacto com o engenheiro da EPAL responsável por esta área para saber o que realmente se passava e foi essa a explicação que nos deram, mas o projecto de rede está ao nível do bairro todo e aqueles sectores onde ainda não saiu também vão ter água", garantiu.

Costa Luís disse ainda que tentou falar com algumas pessoas no sentido de darem a conhecer aos outros o que se passa, mas ainda assim há quem prefira especular.

Aproveitou a ocasião para dizer que o bairro neste período encontra-se calmo, não registando alto nível de delinquência comparando com outros anos e bairros vizinhos.

"Temos aqueles pequenos grupos de miúdos que vão fazendo alguma rixa entre eles e na hora da retaliação afectam os portões de algumas residências.

Mas é uma situação controlada, porque há um tempo atrás tivemos um encontro com os líderes desses grupos no sentido de sensibilizá-los", fez saber.

De acordo com o responsável, os jovens que fazem essas confusões são pessoas conhecidas que vão para a cadeia e saem de seguida, porque os próprios pais pagam as fianças para serem soltos. Mas, ainda assim, continuam a trabalhar com a Polícia no sentido de acabarem com a delinquência naquela zona.

## 8.8 Localidade de Culocayona conta com sistema de água potável

*Jornal O País*

*10 De Outubro de 2017*

Como referido sistema com capacidade para abastecer dois metros cúbicos de água hora, a população vê encurtada a distância de cinco quilómetros que então percorria em busca do precioso líquido.

O acto de entrega desta infraestrutura social, o administrador de Camucuiu, Caita Cavaco, aconselhou a população a cuidar do referido meio para que o mesmo dure mais tempo, "pois custou valores aos cofres do Estado".

O administrador Caita Cavaco informou, ainda, que este projecto "Água para Todos", de subordinação provincial, já permitiu beneficiar mais de dez mil habitantes das localidades do Tchicassimo, de Chingo, de Mamwe, do Muncondo e de Camulovei, desde o princípio do ano em curso.

As áreas onde existem terrenos férteis para a agricultura, o responsável aconselhou a população a abraçar esta actividade de forma racional, tirando aproveitamento do precioso líquido para irrigar várias culturas que têm sido fonte de alimento para as populações.

O soba do Camucuiu, António Muluvango, em declarações à Angop, reconheceu os esforços desenvolvidos pelo Governo na criação de condições sociais para as populações, como a melhoria do sistema de abastecimento e distribuição de água potável.

O município do Camucuiu dista 234 quilómetros ao Norte da cidade. de Moçâmedes e possui mais de cinquenta mil habitantes maioria mente camponeses e criadores de gado.

## 8.9 Habitantes da Barraca clamam por água do comboio

*Jornal O País*

*12 De Outubro de 2017*

*Texto: Alberto Bambi e Virgílio Pinto*

Os moradores da povoação da Barraca, município de Icolo Bengo, em Luanda, manifestaram a O PAÍS o interesse de verem o comboio a transportar água para a população dessa zona situada entre Luanda e Cuanza Norte, para minimizar o sacrifício que vivem para adquirir o líquido precioso.

"Antigamente, o comboio é que nos facilitava essa tarefa, porque trazia nas cisternas, distribuía-se à população toda e estávamos bem. Hoje, temos de percorrer longas distâncias para ter água e isso tem outros custos", desabafou Júlia Agostinho, 50 anos de idade, detalhando que não são poucas as vezes que os residentes apanham um táxi para garantir o transporte até Catete onde enchem recipientes de 20 e 25 litros.

Júlia Agostinho revelou que essa carência extrema dos habitantes da localidade, que há três anos ainda pertencia à província do Bengo, despertou os apetites oportunistas de alguns camionistas que habitualmente percorrem o troço Luanda - Malanje, muitos dos quais chegaram ao ponto de negociar o bidão de 20 ou 25 litros entre 150 e 200 Kwanzas.

"Quando há água para beber, os camionistas acabam sendo a alternativa e gastamos o pouco dinheiro que ganhamos das pequenas vendas de produtos diversos", revelou a Tia Jú, como é carinhosamente tratada entre a vizinhança e familiares, com o dedo em riste apontando para as horticulturas que comercializa, como tomate e cebola.

Quem também se mostrou indignado com o facto de os escassos recursos dos camponeses estarem a ser todos gastos na aquisição de água, é Bernardo António Dumba, 42 anos de idade, metade dos quais vividos nessa região limítrofe.

Segundo ele, o negócio mais rentável na localidade é o carvão, cujo saco de 50 kg é comercializado entre dois mil e 2.500 Kz.

"Mas o pouco dinheiro que seria para comprar sabão, óleo, roupa e material escolar para os filhos, agora temos de gastar na aquisição da água", desabafou esse residente da Barraca; revelando que a Administração do Município de Icolo e Bengo tentou conceber um programa de abastecimento de água através de camiões-cisterna, que redundou em fracasso, pois o projecto mostrou-se bastante dispendioso.

Bernardo Dumba admitiu que os referidos camiões não são de frequência regular, porque aparecem na localidade, mais ou muito menos de uma vez por semana, comercializando a água a 400 Kz pelo tambor de 200 litros junto dos próprios habitantes que, na medida, viam a alternativa acertada, cujo mérito era atribuído ao então administrador de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho (actual governador de Luanda), O PAÍS apurou no entanto haver um clima de descrédito em relação à coordenação local que se revela impotente face à irregularidade e oportunismo dos homens do volante.

Locomotivas ainda transportam água Ramos Manuel Sebastião é um dos funcionários dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL) destacado na Estação da Barraca, região em que reside há algum tempo.

O mesmo confirmou as informações dos seus vizinhos, segundo as quais o comboio trazia água para a comunidade, tendo entretanto revelado que este meio de transporte não deixou de o fazer.

"O comboio continua ainda a trazer água para a região, só que agora faz em poucas quantidades, por isso acompanha optou por fazer uma distribuição limitada aos funcionários da empresa, para não criar outros problemas", adiantou Tio Simão, residente local. O entrevistado assegurou que, por vezes, os funcionários do caminho-de-ferro solidarizam-se com a população e fornecem água aos residentes mais próximos da estação ferroviária.

Por aquilo que sabe, quando os seus vizinhos não encontram alternativas para encontrar água para o consumo diário, recorrem ao líquido das escavações por si feitas em alguns locais arenosos, onde se pode captar água aparentemente salgada. "Embora não sirva para beber, mas há momentos que o povo não tem escolha", lamentou Tio Simão, acrescentando que, quando se apercebe intercede pelos mais necessitados.

Finalistas da 3ª Classe emigram para Cassoneca

O ensino na comunidade clama por mais salas de aulas e professores. A única estrutura escolar que serve a localidade possui apenas uma sala em que se lecciona da 1ª à 3ª classes, classes orientadas por dois professores, incluindo o director do estabelecimento.

Nos últimos dias, o responsável deixou de aparecer na comunidade, alegadamente por doença de natureza mental, enquanto o outro professor faz presenças irregulares (os dois residem em Catete).

Este quadro obriga os familiares a matricular os seus educandos em Cassoneca, onde o ensino primário e secundário do 1º Ciclo apresenta condições mais atractivas.



A frequência das crianças da Barraca é feita em duas modalidades. "Uns vão e voltam quando e como podem, servindo-se da boleia dos camionistas de boa-fé, outros com possibilidades arrendam casas para os seus filhos lá mesmo na povoação de Cassoneca.

É o caso do funcionário dos CFL, Ramos Manuel Sebastião, que entre Segunda e Sexta-feira, os quatro filhos seguem este regime para evitar a distância de mais de 10 quilómetros. "Os meus filhos estão a cuidar-se sozinhos, porque amais velha tem apenas 14 anos", revelou.

## 8.10 «Vala da morte» deixa cidadãos aterrorizados

*Novo Jornal*

*13 De Outubro de 2017*

*Texto: Isabel João e Adjali Paulo*

Os moradores do bairro Augusto Ngangula mostraram-se preocupados com a chegada das chuvas devido à vala que existe no local há já muitos anos. Sempre que chove, a morte paira os habitantes da área, afirma Paula Laurinda, de 46 anos.

"É um medo constante que a senhora jornalista não imagina. É dormir e pensar que podemos não acordar amanhã porque fomos levados pela água das chuvas. Nós sofremos muito, a administração local não quer saber da população do bairro Augusto Ngangula; às vezes penso que a população só é motivo de interesse por parte dos governantes quando chegam as eleições. É muito triste a realidade que nós vivemos", disse a mulher, que vive no bairro há 14 anos.

De acordo com a mesma cidadã, as autoridades não prestam a atenção devida aos moradores daquela zona de Luanda porque, para além da situação da vala, há muitos outros problemas como, a falta de água potável, energia eléctrica, o saneamento básico e a criminalidade. "Como a senhora vê, as crianças estão a brincar na vala que está cheia de água e de lixo. Há muitas crianças aqui a morrerem devido a estes amontoados de lixo".

Paula, que é doméstica, disse não estar satisfeita com algumas decisões tomadas pelo administrador Carlos Kavukila, que em finais de 2015 orientou a polícia a retirar uma esquadra móvel que existia a escassos metros da ponte improvisada. "Quando os polícias estavam aqui e sempre que caísse chuva, eles impediam as pessoas de atravessar a ponte, porque quando chove a água passa por cima da ponte. Com a polícia no local evitavam-se muitas mortes", explicou, tendo acrescentado que a ponte improvisada pela

administração municipal de Cacucaco não tem condições para aguentar a correnteza.

Paula Laurinda recorda que em 2014 a ex-administradora de Cacucaco, Rosa Janota, já tinha em carteira um projecto de construção de uma grande ponte que facilitaria a vida dos moradores do bairro. "Aqueles ferros que estão aí, que se encontram dentro da vala são do tempo da ex-administradora", pormenorizou.

Pelo tamanho dos ferros dá para ver que teríamos aqui uma grande ponte e acabaria com essas mortes que acontecem aqui sempre que há chuvas". Durante a nossa reportagem, foi possível verificar as dificuldades que os automobilistas enfrentam para passar na ponte. Duas viaturas não conseguem passá-la em simultâneo.

Paulino Gaspar, 20 anos, que nasceu e cresceu no bairro Augusto Ngangula, disse-nos que a vala é conhecida como a "vala da morte" porque nela muitos já perderam a vida. E "o assunto é do conhecimento do administrador municipal de Cacucaco", que há dois anos visitou o local. "Vê, ainda não choveu, mas a vala já tem água", apontou.

O jovem, que já perdeu um amigo na vala, é da opinião que a administração de Cacucaco deveria construir uma ponte em melhores condições para acabar com as mortes que vão acontecendo naquele bairro.

### Valas transformadas em grandes lixeiras

As valas de drenagem existentes no bairro Augusto Ngangula viraram grandes depósitos de lixo e com a chegada da época chuvosa os moradores estão alarmados com o risco do aumento de várias doenças, principalmente com as crianças.

Neste momento, os moradores vivem rodeados de longas lixeiras e água suja que corre pelas valas, sendo os mesmos apontados como os principais responsáveis pelo depósito de lixo. No local encontrámos quatro viaturas de uma empresa de saneamento denominada Rota Ambiental a recolher lixo a escassos metros da ponte improvisada.

O lixo, justificam, é depositado na vala porque não há contentores ou recipientes adequados para depositar o lixo, como afirma Catarina Domingos, moradora do bairro há 20 anos.

"Já estou farta de falar com a imprensa. Só depositamos o lixo na vala porque não há outro sítio para o colocar. Este bairro nunca teve contentores para o lixo. Já reclamámos na comissão de moradores, mas estes também nada fazem porque não depende deles, é trabalho da administração. No município de



Cacuaco só existem contentores de lixo na vila", disse a fonte.

Já Gaspar Eugénio, morador do bairro Augusto Ngangula há 10 anos, disse que também nunca viu contentores naquela zona e acredita não ser do interesse do administrador de Cacuaco resolver essa situação. "Espero que com o novo Presidente da República melhorem algumas coisas no país, principalmente no que diz respeito à educação, saúde, saneamento básico, energia e água. Se o Presidente da República resolver essas situações básicas, vai ser muito acarinhado pelo povo porque nós só queremos isso, que é o básico".

Para o morador de 55 anos, as coisas no país só vão melhorar se o PR colocar as pessoas no sítio certo. "Há aqui pessoas que já provaram que não querem resolver os problemas do povo e João Lourenço conhece essas pessoas. Não se justifica até hoje morrerem pessoas aqui nesta vala só por falta de uma ponte".

O Novo Jornal tentou contactar o administrador municipal de Cacuaco, Carlos Kavukila, mas sem sucesso.

Saliente-se que só no município de Cacuaco cerca de 27 mil toneladas de lixo são recolhidas mensalmente, de acordo com as informações do director municipal dos Serviços Comunitários, Martinho Jerónimo.

## 8.11 Governo da Huíla acusado de usurpar fonte de água da missão de santo dos Gambos

*Jornal Folha8*

*14 De Outubro de 2017*

*Texto: Pedrowski Teca*

Através de uma nota de imprensa, associação SOS Habita Acção Solidário denunciou, a 11.10.2017, informações dando conta que o Governo Província da Huíla, liderado por João Marcelino Typingé, usurpou uma fonte de água na área da Missão de Sante dos Gambos, situada na localidade do Tyihepepe Município dos Gambos que beneficia mais de 600 famílias que dela dependem de forma directa, par; consumo humano e animal.

"Tomámos conhecimento de que a equipa do Governador Provincial da Huíla, literalmente invadiu; área da Missão de Sante dos Cambos, ignorando por completo os procedimentos básicos e legais de auscultação, nesse caso a equipa missionária local ao grupo das mulheres da, PROMAICA que utiliza, fonte para rega e à Associação Ovatumbi dos Criadores Tradicionais," lê-se.

A associação visitou a comunidade de Santo António dos Gambos, na localidade do Tyihepepe; 21.07.2017, com o objective de constatar as reclamações da comunidade local e dos eventuais impacto do Projecto de transparência, do Governo Provincial da Huíla, que visa retirar água da fonte da Missão levá-la a 30 quilómetros de distância, com o pretensão objectivo de beneficia: pastores transudastes.

A coordenação da SOS Habitar explicou que a referida fonte, denominada, de Tyihepepe, é aproveitada -pelas comunidades locais há centenas de ano e faz parte do perímetro da Missão de Santo António de Tyihepepe desde 1895 e neste momento, são mais de 600 famílias que dei, dependem de forma directa, para consumo humano e animal.

Segundo a organização não-governamental, equipa do Governo Provincial não explorou outras alternativas para extracção da água par; o referido projecto, em locais não distantes dali e que poderiam ter evitado o actual conflito com a comunidade local, nem sequer foi elaborado um estudo de viabilidade de impacto sócio ambiental do referido projecto.

"Todas as tentativas de negociação com o Governo Provincial, da parte da equipa missionária, dos pastores e das mulheres, para um entendimento mútuo, redundaram em fracasso estando o referido Governo a continuar com o projecto", denunciou.

'Pôr esta razão, a SOS Habitat apelou ao bom senso da equipa do Governador Provincial da Huíla, que está a liderar o Projecto de Transumância, a parar com os trabalhos e, a dialogar com os Missionários e as comunidades, a fim de serem salvaguardados os interesses comuns.

"A terminar, em nome da Comunidade de Santo António dos Gambos, esta remos abertos a todas as soluções que privilegiem o diálogo, preservem os interesses das partes e ajudem a comunidade local a combater a fome e a exclusão social nos termos do nº2 do art,º 92.º da Constituição da República de Angola", rematou.

## 8.12 No encalço do "garimpo" de água

*Jornal de Angola*

*16 De Outubro de 2017*

*Texto: Nilza Massango*

O problema do garimpo de água, nas condutas da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), continua a ser uma realidade e um drama vivenciado em muitos bairros da cidade capital. Feliciano Domingos, uma moradora da zona do Morro da Luz,

Maianga, admitiu, em público, que, em sua casa, passa uma mangueira de água, que abastece o garimpo naquela zona.

"Eu tenho água do garimpo em casa e a condição para tê-la, sem pagar, foi aceitar a passagem do tubo pelo meu quintal. Mas os outros moradores pagam", referiu a senhora.

A administração do Distrito Urbano da Maianga realizou, na quinta-feira, uma operação nos bairros Prenda e Rocha Pinto, por meio da qual fez apenas constatações para, posteriormente, destruir as ligações ilegais ou anárquicas nas condutas da EPAL. Nesta operação, não houve qualquer detenção.

Na zona do Morro da Luz, são visíveis os tubos de água que vão directamente aos quintais. A área nunca beneficiou de água canalizada. O desafio para as autoridades do distrito, nesse caso, a Fiscalização, é descobrir o centro das possíveis ligações ilegais, que distribui para os quintais. A conduta, de onde vem a água, já está identificada.

"Detectamos que, além da possível existência de garimpo de água, há ligações anárquicas nas condutas da EPAL. Vamos proceder a algumas medidas e verificar se há indivíduos envolvidos e, se os houver, levá-los a tribunal", disse o administrador distrital da Maianga para área Técnica, Pedro Calunga. O responsável apelou os cidadãos ao respeito pelo bem público.

No Morro da Luz, os moradores, apesar de sobreviverem da água do garimpo, denunciaram a prática. Manifestaram-se agastados com a situação, por pagarem muito caro pelo líquido. Eles acreditam que, se não denunciarem o "roubo", nunca terão água canalizada.

Num desabafo colectivo, os residentes no Morro da Luz disseram que sempre viveram a acarretar água e pagar 100 Kwanzas por uma banheira. Ao longo de uma vala, no interior do bairro e nos becos, estão muitos tubos que transportam a água até aos tanques de 10,20 e 30 mil litros, construídos nos quintais do "garimpo".

Razões para a falta de água

O administrador para Área Técnica, Pedro Calunga, esclareceu que algumas zonas onde falta água, no distrito da Maianga, constam do programa das "700 mil ligações", previstas para a província de Luanda. O responsável referiu ainda que o distrito que administra está contemplado com 94 mil ligações domiciliárias, das quais 56 estão concluídas.

"Como a zona do sector B do Morro da Luz tem um projecto de requalificação, serão instalados fontenários em 19 pontos já identificados", disse o administrador.

## 8.13 Gestão dos resíduos sólidos

*Jornal Economia e Finanças*  
20 De Outubro de 2017

Reciclagem é o processo de conversão de desperdício em materiais ou produtos de potencial utilidade.

Este processo permite reduzir o consumo de matérias-primas, de utilização de energia e a poluição do ar e da água, ao reduzir também a necessidade de tratamento convencional de lixo e a emissão de gases do efeito estufa.

A reciclagem é um componente essencial da gestão de resíduos moderna e é o terceiro componente da hierarquia dos resíduos "reduzir, reutilizar e reciclar".

Entre os materiais recicláveis estão diversos tipos de vidro, papel, metal, plástico, tecido e componentes electrónicos. A compostagem ou reutilização de detritos biodegradáveis, como lixo de

cozinha ou de jardim, também é considerada reciclagem. Os materiais para serem reciclados são transportados para um centro de reciclagem ou recolhidos porta a porta e depois separados, limpos e reprocessados em novos materiais para produção industrial.

Em sentido estrito, a reciclagem de um material produziria idêntico material em bruto; por exemplo, papel de escritório usado seria convertido em novo papel de escritório, ou espuma de poliestireno em nova poliestireno. No entanto, isto é geralmente complexo ou mais caro quando comparado com a produção de raiz do mesmo material, pelo que a reciclagem de muitos produtos ou materiais implica a sua reutilização na produção de materiais diferentes; por exemplo, o papel pode ser convertido em cartão.

Outra forma de reciclagem é a separação e recolha de materiais a partir de produtos complexos, quer devido ao seu valor monetário (chumbo de baterias automóveis ou ouro de computadores); quer devido à sua natureza nociva (remoção de mercúrio de vários produtos).

Benefícios

Os resultados da reciclagem são expressivos tanto no campo ambiental como no económico e social. No meio ambiente, tanto a reciclagem, como a reutilização podem reduzir a acumulação progressiva de resíduos,

Evitando a produção de novos materiais, como por exemplo o papel, que exigiria o corte de mais árvores, com emissões de gases como metano e gás carbónico, consumo de energia, agressões ao solo, ar e água, entre outros tantos factores negativos.

No aspecto económico a reciclagem contribui para o uso mais racional dos recursos - naturais e a reposição daqueles recursos que são passíveis de reaproveitamento.

No âmbito social, a reciclagem não só proporciona melhor qualidade de vida para as pessoas, através da preservação das condições ambientais, como também tem gerado muitos postos de trabalho e rendimento para pessoas que vivem nas camadas mais pobres.

No Brasil, por exemplo, existem os carroceiros ou catadores de papel, que vivem da venda de sucatas, papéis, alumínio e outros materiais recicláveis deixados no lixo. Eles também trabalham na colecta ou na classificação de materiais para a reciclagem. Como é um serviço penoso, pesado e sujo, não tem grande poder atractivo para as fatias mais qualificadas da população.

Assim, para muitas das pessoas que trabalham na reciclagem (em especial os que têm menos educação formal), a reciclagem é uma das únicas alternativas de ganhar o seu sustento.

O manuseio de resíduos deve ser feito de maneira cuidadosa, para evitar a exposição a agentes causadores de acidentes ou de doenças.

No Brasil, em Setembro de 2007, as prefeituras de sete cidades forneciam serviço de colecta selectiva a 100 por cento das residências. Esses municípios eram: Curitiba (PR), Itabira (MG), Londrina (PR), Santo André (SP), Santos (SP) e Goiânia (GO). [4]

Segundo um levantamento realizado em 2010 pelo CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), naquele ano 443 municípios brasileiros tinham programas de colecta selectiva, o que representava 8 por cento dos municípios, com concentração principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país (86 por cento). Este serviço de colecta atendia 12 por cento da população brasileira.

A regulamentação das actividades de colecta selectiva e reciclagem no Brasil teve um importante avanço no II semestre de 2010, quando foram sancionados a Lei nº 12-305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto nº 77-404, que regulamentou a Lei nº 12.305, criando o Comité da Política Nacional de Resíduos Sólidos

## 8.14 Mulenvos de cima sem água há um mês

*Jornal Visão*

*20 De Outubro de 2017*

*Texto: Emiliano Caxala*

Domingos Jaime, morador do referido bairro disse que estão a viver esta situação a cerca de um mês. Mas para o seu espanto e dos seus vizinhos, no final do mês a cobrança por parte dos agentes ou funcionários da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) não falha.

"Vêm cá com cobranças anárquicas como se tivéssemos consumido o mês completo, enquanto ficamos semanas sem jorrar água nas torneiras", denunciou, apontando que durante este tempo que estão sem água potável nas torneiras a alternativa tem sido o uso de água das cisternas que abastecem os tanques e reservatórios domiciliários, muitos deles sem as mais básicas condições de higiene.

"O que pode nos provocar doenças, principalmente as crianças que são as principais vítimas. Tudo porque muitos destes tanques não são devidamente limpos e a própria água não é bem tratada": explicou, para dizer que as coisas pioram quando se trata da época chuvosa, altura em que as doenças associadas a água, como as diarreias e os vómitos são muito frequente nas crianças e adultos.

Por este facto, pede as autoridades no sentido de reporem o fornecimento normal de água ou, pelo menos, dirijam-se ao bairro dos Mulenvos para constatarem qual é o problema.

### Água muito cara

Teresa Afonso, por sua vez disse que neste bairro não existem fontenários onde os moradores podem recorrer e obter o precioso líquido a um preço mais módico, já que actualmente, gastam quase 100 kwanzas para comprar apenas uma banheira de água.

"O preço aqui varia. Tem casas onde podes pagar a banheira a 70 e noutras pode custar 80": referiu, acrescentando que o bidon custa 50 kwanzas. Mas com estes preços e devido a quantidade de água que se usa por dia as famílias não têm muitas manobras a fazer já que são obrigadas a gastar até o que não têm.

"Temos que nos endividar para podermos ter água em casa, senão morreremos todos"; sustentou, lembrando que a situação é mesmo preocupante e carece de uma intervenção dos organismos do Estado para a sua solução o mais rápido possível.

Hoji-ya-Henda também com o mesmo problema.

No distrito urbano do Hoji-ya-Henda, ali no município do Cazenga, as coisas estão idênticas ao que se passa nos Mulenvos.

Ali, há os moradores estão a caminho da quarta semana que deixaram de ver a água a jorrar das torneiras que têm em casa.

Segundo disseram à nossa reportagem, não fazem ideia do que se passa, "já que a EPAL não presta qualquer informação aos consumidores": disseram, apontando que esta é das empresas públicas que mais viola os direitos dos consumidores.

"Não consumimos água regularmente. Tem casas onde os homens da EPAL passaram e, mesmo não encontrando os proprietários, ou por falta de gasosa, quebraram as torneiras e fecharam a água. Mas ainda assim, estão a trazer facturas com contas superiores a 100 mil kwanzas', denunciaram, apelando aos responsáveis para intervir nesta situação.

### 8.15 Projecto água para todos oferece 'lagoas nas ruas'

*Jornal Visão*

*20 De Outubro de 2017*

*Texto: Domingos Miguel*

As lagoas resultantes das escavações do projecto 'água para todos', demonstram, segundo constatação deste jornal e denunciadas pelos próprios cidadãos, que este projecto que visa a distribuição de água potável de casa a casa, ter 'fracassado',

"porque ao invés de água potável, deram-nos estas lagoas, que também chamamos de 'piscinas verde', impedindo a circulação de pessoas em várias ruas no interior dos bairros': explicou Marcelino Tunga, morador do distrito urbano do Kalawenda.

Segundo disse, graças aos moto-táxis, vulgo, 'kupapatas', a circulação é feita com alguma facilidade, aliviando assim o sofrimento de muitos moradores daquela circunscrição do município do Cazenga.

Tunga, não escondeu a sua insatisfação e afirmou mesmo que as lagoas existentes em muitos bairros do antigo município mais populoso de Luanda é resultado da má fiscalização das obras públicas, "tudo porque todos escavam quando querem e não fazem os acabamentos devidos nas obras': denunciou, garantindo que com o avizinhar da época chuvosa as coisas podem estar feias para os moradores dos bairros em questão.

"A administração local não tem estado a fazer o devido acompanhamento", explicou, apelando a uma maior intervenção dos organismos do estado no sentido de se mudar o actual quadro, "tudo porque sofremos muito. Em questão de óbito, por exemplo, várias vezes fomos obrigados a transportar o caixão nas mãos, em virtude das ruas estarem intransitáveis, devido as escavações para a passagem de tubagens supostamente para a distribuição de água domiciliar", vincou.

Sandra Pedro, outra moradora, disse por seu turno que as dificuldades são tantas, numa altura que a melhoria do saneamento básico parece não ser uma prioridade para o executivo angolano.

"Nós vivemos a disposição da malária e dessa forma não consigo perceber se o governo quer realmente o nosso bem-estar", aventou, sublinhando que na rua onde vive, anteriormente poderia chover torrencialmente e não acumulava água parada, "mais depois das escavações, supostamente para o projecto 'água para todos' foi suficiente as ruas começaram a ficar inundadas provocando inúmeras situações como a existência de mosquitos e doenças aos moradores':

Para Sandra, ela e os vizinhos ainda nutrem alguma esperança de ver a situação resolvida, mas enquanto a administração ou quem de direito não faz nada para solucionar este caso, temem pela vida das crianças, os mais vulneráveis nestas ocasiões; "porque muitos deles fazem disso uma piscina", sustentou, acrescentando que os hospitais e centros de saúde não inspiram confiança.

"Ali a corrupção tem sido o principal causador de perdas de vidas humanas, porque ninguém te atende caso não dares uma 'gasosa", denunciou, apelo a quem de direito no sentido de velar por esta situação, pelo facto de, nos últimos dias, já se estar a registar alguma chuva miúda em Luanda.

### 8.16 Corrigir o que está mal com água

*Jornal de Angola*

*21 De Outubro de 2017*

Nas últimas semanas, não tem passado despercebida a escassez no fornecimento de água potável na cidade de Luanda, realidade que precisa de ser rapidamente equacionada sob pena do retrocesso no que à saúde, à higiene e ao saneamento dizem respeito. Diz-se e muito bem que a vida das famílias, para não falar das empresas que têm o precioso líquido como matéria-prima principal, passa invariavelmente pelo acesso e consumo de água em qualidade e quantidade.

Segundo informações avançadas ontem pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), à emissora



pública provincial da capital do país, duas situações, nomeadamente a avaria no centro de tratamento de água do Quifangondo e falta de pagamento por parte dos consumidores, estão na base da actual escassez. Havia igualmente previsões para o restabelecimento do fornecimento ainda ontem, de acordo com pronunciamentos do porta-voz, mas vale a pena a reflectir sobre as situações por detrás do condicionamento no fornecimento e falta em alguns casos. Tratando-se de uma situação que, volta a meia, pode repetir-se temos sempre que aprender com situações como as avarias nos centros de tratamento de água, bem como ausência de pagamento regular por parte dos consumidores.

Os problemas de natureza técnica que afectam, algumas vezes, alguns centros de tratamento de água podem ser previsíveis e acautelados, por um lado. As fases de manutenção das estações de captação e tratamento de água não se podem transformar em calvário para as famílias que ficam privadas do fornecimento. Nestas circunstâncias, urge avançar para a criação de condições para um fornecimento, ainda que reduzido, alternativo, porque água não deve faltar nunca.

O problema de pagamento regular das contas de água continua como um grande desafio para o Estado, sociedade, famílias e obviamente para a empresa fornecedora. Todos os consumidores precisam de reservar tempo para reflectir sobre uma questão básica, mas que se tem tornado crónica e aparentemente insuperável, a resistência em pagar voluntariamente o consumo de água. Como é que podemos esperar por um fornecimento regular, com quantidade e qualidade que as exigências de consumo hoje requerem, sem pagarmos regularmente as contas?

Segundo o porta-voz da EPAL, aos microfones da Rádio Luanda, nas primeiras horas de ontem, os valores referentes às dívidas para com o fornecimento de água estimam-se em 20 milhões de kwanzas. E se às dívidas de consumo adicionarmos as perdas que resultam do garimpo, não há dúvidas de que tais valores muita falta fazem para que tenhamos um serviço de água na cidade com melhoria e qualidade.

Ainda assim, vale igualmente abordar a questão dos cortes que estão a ser efectuados com justa razão por falta de pagamento na medida em que acabam por afectar inclusive consumidores com facturas em dia. A lógica segundo a qual "por causa de uns, pagam todos" não deve imperar na hora dos cortes efectuados pela empresa pública de água na medida em que os consumidores com facturas pagas não podem ser penalizados.

Esperemos que a empresa pública de água não apenas supere o presente problema com o centro de tratamento de Quifangondo, mas que futuramente acautele o contínuo fornecimento, ainda que alternado ou reduzido, mesmo nas circunstâncias como as vividas recentemente. Os consumidores que resistem a pagar pelo consumo de água, ao lado daqueles que "garimpam" o líquido precioso devem sentir a mão pesada das instituições do Estado. Tudo isso são males a corrigir no sector das Águas em consonância com a estratégia de governação do Presidente João Lourenço.

## 8.17 Candembe beneficia de mais água potável

*Jornal de Angola*

*24 De Outubro de 2017*

*Texto: João Salvo*

A população do bairro Candembe, arredores da cidade de Saurimo, vai beneficiar de água potável, abastecida através do sistema de captação e tratamento do Luavur, que se encontra em reabilitação, a partir do fim de Novembro. A garantia foi dada no sábado pelo responsável da empresa encarregada das obras.

Aníbal Francisco disse que os trabalhos incluem a reabilitação dos tanques-reservatórios, colocação de novos tubos de condução de água, numa extensão de 200 metros, e de novas bombas com maior capacidade e montagem de duas girafas, para garantir o abastecimento aos camiões-cisternas. O encarregado de obras, que falava durante uma visita que o governador provincial da Lunda -Sul, Ernesto Kiteculo, efectuou ao empreendimento, disse que a conclusão dos trabalhos de recuperação vai permitir que o fornecimento da água seja feito através de chafarizes, e uma parte por ligações domiciliárias.

Além do sistema de captação e tratamento de água do Luavur, o governador, que se fazia acompanhar dos vice-governadores, de directores provinciais e do administrador municipal de Saurimo, visitou também o aterro sanitário de Camundambala, que fica a cerca de dez quilómetros de Saurimo.

## 8.18 EPAL suspende fornecimento de água potável em algumas áreas de Luanda

*Jornal O País*

*25 De Outubro de 2017*

A empresa Pública de Aguas (EPAL) informou, esta Terça-feira, em Luanda, aos seus clientes e o público



em geral que, devido a uma ruptura registada na conduta de água DN 800mm, localizada no distrito Urbano da Ingombota, vai proceder à interrupção do fornecimento de água potável nos dias 26 e 27 do corrente mês.

Em nota de imprensa enviada à Angop, a empresa diz que ficarão condicionadas no abastecimento de água a parte baixa da Ingombota, Boavista, Marginal e Ilha do Cabo.

De acordo com o documento, a EPAL apela à compreensão dos seus clientes pelos transtornos causados, comprometendo-se a repor o normal fornecimento de água o mais breve possível.

## 8.19 EPAL distribui água a conta gotas no Cazenga

*Jornal Manchete*

*27 De Outubro de 2017*

*Texto: Mário Cassanda*

Vários bairros dos distritos urbanos do município do Cazenga, em Luanda, que já beneficiam há algum tempo do projecto das 700 mil ligações domiciliares da Empresa Provincial de Águas e Luanda (EPAL), continuam a enfrentar constantes interrupções no abastecimento de água, sem nenhuma explicação plausível.

Segundo apurou o Manchete, o problema perdura na maioria dos bairros, desde que o projecto entrou no seu pleno funcionamento. As zonas dos Kwanzas, no distrito urbano do 11 de Novembro e da Ilha da Madeira, no distrito urbano do Hoji-ya-Henda, são exemplos.

Os moradores das respectivas zonas dizem que a água tem corrido de quando em vez, só em algumas casas, quando noutras, as torneiras há muito deixaram de jorrar o precioso líquido.

Para contornar a falta de água, os moradores não têm outra saída senão comprar a água aos camiões cisternas, apesar de os preços serem exorbitantes.

"Uma cisterna de 10 mil litros chega a custar entre 12 mil kwanzas a 15 mil, enquanto a revenda a retalho nos tanques das casas, uma banheira de 25 litros custa 60 a 70 kwanzas e o bidão de 20 litros custa 50", segundo disseram os moradores do bairro Ilha da Madeira.

Situação semelhante, enfrentam os moradores da zona do Kima-kieza, no distrito com o mesmo nome, onde de acordo com os mesmos, o fornecimento do precioso líquido também é quase inexistente.

No mês passado os funcionários da empresa estatal distribuíram papéis de aviso aos moradores, solicitando-os no sentido de começarem a realizar o contrato de água.

O comunicado diz que o contrato são 5 mil kwanzas e os potenciais clientes devem fazê-lo até ao próximo mês de Dezembro. Quem não fizer dentro do período indicado, estará sujeito a pagar um valor de 15 mil kwanzas compreendido a urna multa.

Um dos moradores ouvidos pelo Manchete não deixou de mostrar o seu descontentamento e questionou a EPAL sobre os motivos que estão na base da ausência prolongada do abastecimento do precioso líquido no seu bairro, criticando ao mesmo tempo, pelo silêncio absoluto da empresa.

Já os moradores da zona da Congeral, na Cuca, questionam o facto de a empresa de águas efectuar cobranças das facturas no final do mês aos clientes, havendo ou não consumo, sob pretexto de cancelamento do referido acordo.

Segundo os moradores, a justificação dada pelos funcionários é que a EPAL não tem ainda implementado o sistema pré-pago, nem procede a leituras aos contadores, razão pela qual, as cobranças têm sido feitas por estimativa.

No entanto, há quem acredita ser este o motivo principal que tem elevado, cada vez mais, o número de devedores à EPAL por parte dos seus clientes. Recorde-se que, o seu presidente do conselho de administração, Leonídio Ceita, certa vez queixou-se que a instituição que dirige chega perder mensalmente cerca de 3 milhões de kwanzas, devido a falta de pagamento, sobretudo de instituições públicas cujo prejuízo interfere na recuperação das receitas face aos avultados investimentos feito pelo Estado.

A EPAL assegura que para a execução do I projecto das 700 mil " ligações domiciliares com conclusão prevista para finais do ano em curso, contratou a empresa chinesa Sinohydro Corporation e a Guangxi Hidroelectric Constrution Bureau, no valor global de 249.595.941 dólares americanos. Os casos de rupturas nas condutas de água têm sido frequentes, um pouco por todos os bairros de Luanda, o que levanta suspeitas dos cidadãos sobre a qualidade dos trabalhos executados até ao momento.

## 8.20 Projecto de Exploração do Aquífero de Tchichepepe opõe comunidade ao Governo Provincial da Huíla

*Jornal O País*

*30 De Outubro de 2017*

*Texto: João Katombela, na Huíla*

Na localidade de Tchichepepe, a 10 Quilómetros da sede comunal da Chibemba do município dos Gambos, província da Huíla, a exploração de um aquífero está a opor os habitantes da comunidade afectada à Missão Católica de Santo António ao Governo Provincial da Huíla.

Em causa estão três furos de água em vias de serem executados pelo Governo provincial e orçados em mais de 318 milhões Kwanzas, que estão implantados num terreno da Missão Católica de Santo António.

O aludido projecto visa beneficiar o processo de transumância que de um tempo a esta parte tem sido praticado pelos criadores de gado naquela região do país, bem como para o abastecimento às populações que habitam na localidade de Tchichepepe.

Segundo apurou OPAÍS, a iniciativa não agrada à população que alega ele ser exclusivamente para benefício de quatro fazendas localizadas na Tunda dos Gambos. João Fernando Tyahatekey, secretário da Associação dos Criadores Tradicionais de Gado, denominada "Ovatumbi", considera que o projecto que está a ser erguido com fundos públicos está eivado de vícios, pelo facto de não terem auscultado previamente os transumantes.

"Este projecto não é bem-vindo, porque o Governo não auscultou previamente o povo que supostamente devia ser o principal beneficiário. Deveria ter-se levado em conta que colocar aqui um tanque de água traria, consequentemente, problemas à afixação das famílias, uma vez que, deste modo, elas ficarão sem o pasto e, naturalmente, terão de ocupar as zonas de pasto", detalhou.

João Tchihatekey esclareceu que a reclamação dos criadores de gado surge em consequência da atitude de alguns fazendeiros particulares da Tunda dos Gambos que não permitirem que o gado dos seus filiados pastoreiem por perto das suas propriedades.

Entretanto, em depoimento a este jornal, o fazendeiro Carlos Damião esclareceu que a referida proibição tem sido implementada por razões sanitárias. "Nós precisamos de cuidar do nosso gado. Precisamos de vaciná-lo de 15 em 15 dias e os nossos criadores de

gado, por razões que todos nós conhecemos, não têm as mesmas condições", assegurou.

Por seu turno, o padre Jacinto Pio Wacussanga, da Comunidade da Missão Católica de Santo António, refere que pela sua dimensão, o projecto não irá beneficiar os cidadãos por muito tempo uma vez que não foram realizados estudos para medir a capacidade do seu lençol freático

O sacerdote defende que, pelas capacidades financeiras e materiais, o Governo pode captar água a partir do rio Caculuar, que passa a cinco quilómetros dos três furos. "Na perspectiva da comunidade, a Chibemba é rodeada de muito boas nascentes e sólidas. Em épocas chuvosas, o rio Caculuar transborda e essa água vai toda para o oceano Atlântico", frisou.

Direcção Provincial de Águas reconhece lacunas no projecto Convidado a comentar o caso, o director provincial da Energia e Água, Abel João da Costa, reconhece que o projecto carrega um erro desde a sua implementação, mas que, entretanto, já foi corrigido. "Estão a ser erguidas várias infra-estruturas, como lavandarias e chafarizes, ao longo da conduta", explicou.

O responsável assegurou que vão continuar a dar seguimento aos trabalhos para 'que brevemente a população usufrua de melhores condições. Abel da Costa afirmou que brevemente será realizado um encontro com a comunidade com vista a resolver o problema pendente.

"Eles concordaram connosco que o projecto tem de ser concluído nos prazos estabelecidos", disse.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Falta de policiamento facilita assaltos em Cacuaco

*Jornal Visão*

*13 De Outubro de 2017*

*Texto: Emiliano Caxala*

Castro Mamengui, morador do referido bairro, disse em exclusivo ao *Jornal Visão* que em função da falta de policiamento e de uma esquadra policial, quando agarram o meliante os moradores são obrigados a fazer justiça por mãos próprias.

"Tudo porque já sabemos que se ele for encaminhado à Polícia não demora muito tempo e acaba logo por ser solto"; explicou, para depois dizer que muitas vezes, este mesmo meliante volta a perturbar as pessoas que possivelmente a tenham denunciado ou entregue as autoridades policiais.

"Por isso, quando a população apanha um deles a roubar, a solução que encontram é queimar o bandido"; sublinhou, acrescentando que para cada tipicidade de crime há um castigo diferente.

"Se for apanhado a violar alguém é queimado na hora com dois pneus e caso for apanhado a roubar o castigo é ser queimado com um pneu"; realçou, para depois dizer que nas vezes anteriores ligaram para a Polícia mas os agentes chegaram muito tarde, tendo o crime já sido consumado.

Kupapatas: OS alvos principais

De acordo com Castro Mamengui, os jovens moto-taxistas têm sido os principais alvos da acção dos marginais, "por isso, quando apanham alguém a roubar também não perdoam"; denunciou, salientando que nessa altura muitos destes jovens ficam 'frustrados' por ser o meio de subsistência da sua família e que muitas vezes, tais meios são alheios, disponibilizados apenas aos jovens para exercerem a actividade de moto-táxi.

Esquadra precisa-se Segundo os moradores do Monte Belo, a construção de uma esquadra policial é uma das soluções apontadas para diminuir o índice de criminalidade que se vive na área.

Por outro lado, solicitam também um patrulhamento efectivo da zona, apelando ao MPLA, partido que governa o país a disponibilizar alguns meios às esquadras para facilitar a acção policial.

"Vimos durante a campanha eleitoral muitos carros que o MPLA adquiriu para a sua campanha em todo o país, enquanto as esquadras, hospitais e outros organismos do estado carecem destes meios para cumprir cabalmente os seus objectivos"; apelaram.

Ao que disseram, por falta das situações apontadas, os bandidos já nem têm medo. "Roubam de tudo um pouco, até os cabos de energia eléctrica roubaram. Neste momento, estamos sem energia por causa disso"; disseram, que ao continuar assim a solução vai ser mesmo queimar os marginais.

António Paulino, outro morador disse, por sua vez que no seu bairro tem grupo marginais só compostos por mulheres.

"A minha mãe, por exemplo, já foi burlada 50 mil kwanzas a pretexto de fazer o contrato de energia. Desde que a senhora recebeu o dinheiro desapareceu e agora voltou a aparecer"; denunciou, para depois dizer que conseguiram, com ajuda dos vizinhos, agarrar a senhora para fazer a devolução dos referidos valores.

Contudo, depois de encontrarem a burladora, não a levaram à uma esquadra policial. "Pomos à nossa casa com ela e, depois de termos ligado ao marido dela, obrigamo-los a pagar o dinheiro com juros, no valor de 150 mil kwanzas, tendo a meliante e o marido desembolsado apenas 100 mil.

"Depois disso, conversamos com ela e o marido e chegamos a consenso que as coisas ficariam assim, desde que ela não volte a cruzar os nossos caminhos"; concluiu, sublinhando que deste aquele dia tudo ficou resolvido.

### 9.2 “Quem manda no Kalawenda são os marginais”

*Jornal O País*

*25 De Outubro de 2017*

*Texto: Romão Brandão e Nilton*

*Monteiro*

Localizado nos confins do município do Cazenga, Kalawenda é dos bairros que nos últimos tempos têm ido, pelas piores razões, motivo de notícia nos meios de comunicação social, por nele se registar crimes desde violações a assassinatos. É um bairro que faz fronteira com os municípios de Cacuaco e Viana, parece calmo no período da tarde, porém, na calada da noite o terror toma conta da localidade.

Parecer calmo não comprova a inexistência de crimes regulares tanto durante o dia como à noite, pois relatos

sobre os mesmos são abundantes, vindos de pessoas que temem pela vida e preferem não ser identificadas pelas fotografias como denunciante.

Quando a equipa de reportagem do Jornal O PAÍS chegou ao Kalawenda, mais propriamente na Zona dos Cabritos, acabava de perder a vida o jovem motoqueiro identificado por Joaquim Nami, vítima de um assalto acontecido no período da manhã, às 9h. Joaquim era mototaxista e reagiu quando o cliente que transportava empunhou a arma para apoderar-se da sua motorizada. Uma bala no peito foi suficiente.

O assalto, e conseqüente assassinato, aconteceu na conhecida "Paragem do The Best", na presença de muita gente, gente esta que não pôde fazer absolutamente nada, uma vez que "quem manda no Kalawenda são os meliantes, apesar de existirem esquadras próximas, e ninguém faz nada", como enfatizou Anacleto Bernardo.

O entrevistado, que controlava a movimentação da nossa equipa, saudou a iniciativa de estarmos a reportar os problemas do seu bairro, acreditando que assim poderão ser ouvidos os clamores daqueles moradores.

Para exemplificar a fraca actuação da Polícia, Anacleto falou do facto de esta não ter comparecido ao óbito do jovem Joaquim, para pelo menos, junto à família mostrar que está a investigar o caso.

João Manuel, outro morador, referenciou que é necessária alguma cooperação com a Polícia da esquadra do mercado das Bananeiras, em Viana, visando o reforço do policiamento no Kalawenda.

Os moradores referem que viveram um período de paz quando o comandante da esquadra próxima vivia no bairro, tinha a paciência de fazer o giro e manter a ordem, porém, desde que faleceu, as coisas vão de mal a pior.

Lutas de grupos acabam em morte Kalawenda é também dos bairros em que as rivalidades entre jovens, muitas delas sem sentido, acabam em "guerra" e, evidentemente, em mortes. Grupos como os Demarca, Equipa Máxima, União Completa e os De Fora, são apontados como os mais temidos do bairro. As desavenças entre si, ninguém sabe as razões, mas por cada luta ganha, ganha-se também em respeitabilidade diante dos outros e em temor dos populares.

Objectos como garrafas, pedras, catanas, blocos, facas, entre outros, são usados não só para causar danos graves ao adversário, mas também para tirar a vida.

Anacleto Bernardo relata que dois jovens foram friamente mortos, há dois meses, numa dessas lutas entre dois grupos rivais, sendo que até hoje a polícia nada fez para responsabilizar os assassinos.

"Espalham o pânico no bairro. Até esses quintais de chapa ficam completamente destruídos", revelou, acrescentado que o seu bairro quando chove é intransitável, facto que para si é indiferente, porque mesmo no tempo seco a polícia não faz ronda. E refere, o "meu ponto de vista, a polícia aqui neste bairro presta mal o seu trabalho", sublinha.

A "Paragem do The Best", também conhecida como paragem das motas, é apontada como o destino de muitas motorizadas roubadas. Os moradores do Kalawenda á alertam à Polícia para que preste atenção neste particular, ao invés de estar mais preocupada em "cobrar dinheiro dos motoqueiros".

Os registos de assaltos à residências não são assustadores, mas quanto aos assaltos na via pública, os moradores já não podem dizer o mesmo. Perto do bairro há uma praça, a também conhecida de Praça dos Cabritos cujas vendedoras sofre em assaltos constantes na hora do regresso à casa.

Um ancião de 56 anos, sapateiro na referida praça, apresentou a mesma reclamação, chegando mesmo a apontar o alpendre do chafariz que funciona como local de concentração dos jovens que aterrorizam o bairro. "Não se pode passear à noite, não se fica à vontade, fazem muita confusão, os grupos", disse Fernando Daniel, não conseguindo, porém, recordar-se dos nomes dos grupos.

Segundo o ancião, a tranquilidade no bairro tem sido ameaçada por jovens que disse ter-lhes visto a crescer e que não mais querem ouvir conselhos de mais velho.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Chuvas desalojam famílias

*Jornal de Angola*

*5 De Outubro de 2017-12*

*Texto: Venâncio Victor e Eduardo Cunha*

Mais de 500 pessoas ficaram sem abrigo na província de Malanje, devido às fortes chuvas que se abateram nos últimos sete dias na região, revelou ontem o porta-voz do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Miguel Bernardo António.

O responsável confirmou a destruição de 17 casas na localidade de Kulamuxito, arredores da cidade de Malanje, ao passo que no município de Kambundi-Katembo, a 185 quilómetros da sede provincial, as enxurradas destruíram 40 casas e uma igreja, tendo desalojado 246 pessoas.

As fortes chuvas destruíram também 15 casas no município de Massango, deixando 90 pessoas sem abrigo, bem como 25 residências no Luquembo.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou ainda a destruição de dez residências' incluindo a do administrador comunal do Bembo, no município de Cangandala, tendo deixado ao relento dez famílias, num total de 60 pessoas desabrigadas.

Durante o período em referência, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros foi chamado também para acudir três ocorrências, sendo um desencarceramento de vítimas, em consequência de um acidente de viação, ocorrido na comuna do Cambaxi, município de Malanje, que resultou na morte de um cidadão, de 32 anos, transportação de um cidadão para o Hospital Regional de Malanje, em consequência do mesmo acidente de viação, e resgate do cadáver de um menor de 7 anos, vítima de afogamento no rio Kandimba, no bairro Carreira de Tiro.

O porta-voz aconselhou as pessoas a evitarem as construções em zonas de risco, nas valas de drenagem de águas pluviais e por cima de cabos eléctricos, para se evitar a perda de vidas humanas.

A Policia Nacional em

Malanje registou, durante os últimos sete dias, 54 crimes de natureza diversa, dos quais 37 foram esclarecidos, tendo sido detidos 40 cidadãos como presumíveis autores, nos municípios de Malanje, Calandula, Cacusso, Kiwaba Nzoji e Mucar. Do

número de crimes registados pela corporação em Malanje, dez foram contra pessoas, 34 contra propriedades e quatro contra a ordem e tranquilidade pública.

No âmbito da sinistralidade rodoviária, registaram-se cinco addentes de viação, que causaram três mortos, 16 feridos e danos materiais avaliados em 7.500.000 kwanzas. O excesso de velocidade, travessia descuidada de peões, ultrapassagens irregulares e falta de prudência são apontados como as presumíveis causas dos sinistros.

Ainda por diversas infracções ao Código de Estrada, foram aplicadas 105 multas, apreendidos documentos e meios, sendo 57 dos motores, 40 motociclos simples, cinco viaturas, 30 cartas de condução, 21 livretes, 17 títulos de registo de propriedade e um verbete.

Das multas aplicadas na província de Malanje, 87 foram pagas no BPC, arrecadando-se para os cofres do Estado 122.076.00 kwanzas.

No âmbito do programa de combate à criminalidade, realizaram-se 12 micro-operações no município de Malanje, que permitiram o cumprimento de cinco mandados de captura, tendo sido detidos 39 cidadãos, presumíveis autores dos crimes, em que se destaca uma burla por defraudação de valores monetários, num total de 2.360.000.00 kwanzas, não recuperados, em que os lesados são cidadãos de 36, 45 e 53 anos, todos professores.

A Policia Nacional refere-se ainda ao furto de 48 tabletes de marca Huawei, quatro computadores portáteis de marca HP e de um projector de imagem, entre outros meios roubados no bairro Vila Matilde, no interior de uma escola do ensino primário.

Por outro lado, a I edição da Feira Académica e Cultural do Turismo da Escola Superior Politécnica de Malanje (ESPM) realizou-se na semana finda, com vista a impulsionar a concepção de novos projectos voltados para o turismo sustentável e servir de plataforma para conciliar os conhecimentos teóricos à prática.

No evento, em que participaram mais de 200 estudantes do 1º Q ao 4º Q ano do curso de Gestão, Hotelaria e Turismo da referida escola, estiveram expostos produtos ligados à gastronomia, moda, artesanato e outras manifestações culturais das províncias de Malanje, Namibe, Cabinda, Huíla, Urge e Huambo, enquanto elementos fulcrais para o desenvolvimento do turismo sustentável. O director interino da escola, Guilherme Pereira Gonçalves, lembrou que a aposta na diversificação da economia exige a necessidade de impulsionar-se outros ramos de



actividade, daí a necessidade de se forjar ia nos estudantes esta perspectiva para o desenvolvimento efectivo de Angola.

## 10.2 Centenas de famílias desalojadas pelas chuvas

*Jornal de Angola*  
11 De Outubro de 2017  
Texto: Joaquim Júnior

Um total de 230 famílias da sede do Uíge ficaram sem abrigo, em consequência das fortes chuvas acompanhadas de ventos que caíram no passado sábado na região, anunciou ontem o porta-voz do comando dos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros.

Isildo Meote Fernando avançou que as chuvas causaram ainda a destruição de 74 casas e deixaram submersas outras tantas, além de destruírem também duas escolas do primeiro ciclo do ensino secundário e um poste de distribuição de electricidade de baixa tensão.

Das 74 residências afectadas, 50 ficaram totalmente destruídas, 24 outras inundadas, deixando muitas famílias ao relento e sem os bens domésticos, disse o porta-voz para avançar que ainda o registo de nove pessoas feridas, todas prontamente socorridas e assistidas no Hospital Geral do Uíge, algumas delas já tiveram alta.

Isildo Meote Fernando esclareceu que, até ontem, a cifra dos danos causados pelas chuvas é provisória, visto que a corpo razão continua com os trabalhos de busca. Depois da conclusão das diligências, vai ser produzido um relatório para determinar os apoios necessários aos sinistrados.

O porta-voz informou ainda que, além do município sede da província, no município do Buengas, as chuvas também causaram a destruição de 96 casas. Fruto disso, 300 pessoas encontram-se desabrigadas.

Nesta localidade, duas escolas e três capelas foram danificadas, no período que vai de final do mês de Agosto até as últimas chuvas de sábado, explicou o responsável, que apelou para o desencorajamento de construções em zonas de risco, sobretudo nas áreas de escoamento das águas fluviais' zonas baixas, junto das valas de drenagem e por baixo das linhas de distribuição de energia eléctrica.

O porta-voz aconselhou a plantação de árvores nos bairros, para travar a força dos ventos, numa altura em

que as previsões do INAMET, para o Uíge, apontam para cargas de chuvas fortes.

## 10.3 Baixo caudal condiciona distribuição em Capanda

*Novo Jornal*  
13 De Outubro de 2017  
Texto: António Paulo

O grau de operacionalidade das barragens de Cambambe e Capanda, localizadas nas províncias de Malanje e Kwanza-Norte respectivamente, também foi testado no último final de semana pelo titular da pasta.

O ministro, que em Cambambe visitou as centrais 1 e 2, recebeu informações dos técnicos do sector de que as actuais restrições de energia que se observam nas províncias de Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e Luanda vão continuar, devido ao baixo caudal do rio Kwanza.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de produção de Electricidade (PRODEL), José António Neto, sublinhou que a falta de chuva, e consequentemente a diminuição do caudal do rio Kwanza, está a obrigar a uma gestão rigorosa das albufeiras.

"Neste momento, o que se está a passar é de facto um problema que tem a ver com a situação hidrológica. Este ano está a ser caracterizado como um ano seco, houve pouca chuva e isto tem grande influência na produção hídrica, o que pressupõe que tenhamos de fazer uma gestão muito séria das albufeiras", disse o presidente da PRODEL.

José Neto defendeu ainda a necessidade de se prestar maior atenção aos equipamentos instalados, com realce para a manutenção dos equipamentos das duas centrais da barragem. "Encontramo-nos em Cambambe precisamente para constatar o nível de operacionalidade dos equipamentos e constatámos de facto que há necessidade de se prestar maior atenção à manutenção dos equipamentos, por forma a dar mais tempo de vida aos mesmos", frisou.

A PRODEL conta com dois mil trabalhadores a nível nacional e o seu responsável assegurou, na ocasião, que uma das prioridades do seu mandato é a capacitação de quadros e a formação de novos técnicos, com vista a reforçar as centrais eléctricas do país e garantir maior funcionalidade da empresa.

Um cenário idêntico vive-se na barragem de Capanda, localizada em Cacusso, província de Malanje, onde a escassez de chuva está a contribuir para a redução da

produção de energia eléctrica, segundo informou à imprensa o director daquele aproveitamento, Manuel Diogo.

A barragem de Capanda, de acordo com a fonte, encontra-se actualmente a produzir 260 megawatts de energia, contra os 390 produzidos anteriormente. Manuel Diogo deu a conhecer que, enquanto houver atraso nas chuvas, a redução no fornecimento vai ser compensada com a entrada em funcionamento da segunda máquina de Laúca, que tem o triplo da capacidade de Capanda. A barragem de Capanda beneficia as províncias de Malanje, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Luanda e Bengo.

#### 10.4 Mais de 400 famílias desabrigadas no Uíge devido a chuva

*Jornal Visão*

*13 De Outubro de 2017*

Este é, de resto, o primeiro teste para Mpinda Simão, o governador provincial que substituiu Paulo Pombolo na governação da província do 'Bago Vermelho'. Segundo Isildo Fernando, a chuva acompanhada de fortes ventos, destruiu 75 residências, duas escolas do I ciclo de ensino secundário com 12 salas de aulas, tendo causado ferimentos a nove pessoas.

Explicou ainda que nos últimos dias a chuva causou igualmente, no município dos Buengas, a destruição de 96 casas, duas escolas do I ciclo, quatro igrejas, tendo deixado ao relento 302 pessoas.

Considerou de preocupante a situação em que se encontram as famílias desabrigadas, referindo que as mesmas carecem de materiais de construção, como chapas de zinco, cimento, pregos, arames, assim como outros haveres: roupa usada, colchões, utensílios de cozinha e instrumentos de trabalho.

"Face ao elevado número de pessoas afectadas, prevendo-se que a cifra venha a aumentar, uma vez que está no início a época chuvosa da qual a província é propensa em receber quantidades enormes, atendendo ao facto do governo local estar com limitação orçamental, que não permite acudir e a realojar as famílias sinistradas" precisou o porta-voz.

ENDE já trabalha

A Empresa de Distribuição de Energia (ENDE) trabalha para repor o fornecimento de energia eléctrica às áreas afectadas (Central Térmica e a área de frigoríficos de peixe), desde sábado, em consequência de um curto-circuito causado pela chuva, situação também confirmada pelo governador Mpinda Simão.

O governante reafirmou estarem "criadas as condições" para o restabelecimento da iluminação às áreas prejudicadas pela chuva, com o acompanhamento da Administração municipal local. Considerou que a visita visou, igualmente a troca de impressões com a população e dirigentes locais, para se encontrar melhores soluções, com vista ao fornecimento da energia eléctrica às comunidades.

O governante reconheceu que a procura de energia eléctrica é maior e, por isso mesmo, o Governo vai continuar a envidar esforços a fim de dar melhores soluções no futuro, abrangendo a iluminação à todas as áreas da cidade.

Mpinda Simão pediu, igualmente, a colaboração dos agentes económicos no melhoramento das condições do local de venda de peixe.

A cooperativa de peixe do bairro Caquiúia tem 65 contentores frigoríficos para conservação de pescado.

Participaram na visita, agentes económicos locais, a administradora municipal do Uíge, Catarina Pedro Domingos, os directores provinciais do Comércio, da Energia e Águas e da ENDE, Bosseke Mansony, Mendes Domingos e Domingos Toco Nimba, respectivamente.

Uma das batatas quentes para o novo 'inquilino' vai ter

A província do Uíge clama pela construção de um hospital psiquiátrico, para assistência aos doentes com perturbações mentais, para a garantia da assistência aos doentes com perturbações mentais, apelou o psicólogo Clínico, João Barros.

Em declarações à AP; a propósito do Dia Mundial da Saúde Mental que se comemorou terça-feira, última, o especialista admitiu que a existência na província de um hospital psiquiátrico pode garantir assistência prolongada aos portadores de transtornos mentais, com vista a promover a sua reinserção na vida comunitária.

Reconheceu que a inexistência na província de um centro especializado faz com que familiares ou doentes com essa patologia recorram à Luanda, para receberem tratamento médico, o que os cria muitos constrangimento.

## 10.5 «Vala da morte» deixa cidadãos aterrorizados

*Novo Jornal*

*13 De Outubro de 2017*

Texto: Isabel João e Adjali Paulo

Os moradores do bairro Augusto Ngangula mostraram-se preocupados com a chegada das chuvas devido à vala que existe no local há já muitos anos. Sempre que chove, a morte paira os habitantes da área, afirma Paula Laurinda, de 46 anos.

"É um medo constante que a senhora jornalista não imagina. É dormir e pensar que podemos não acordar amanhã porque fomos levados pela água das chuvas. Nós sofremos muito, a administração local não quer saber da população do bairro Augusto Ngangula; às vezes penso que a população só é motivo de interesse por parte dos governantes quando chegam as eleições. É muito triste a realidade que nós vivemos", disse a mulher, que vive no bairro há 14 anos.

De acordo com a mesma cidadã, as autoridades não prestam a atenção devida aos moradores daquela zona de Luanda porque, para além da situação da vala, há muitos outros problemas como, a falta de água potável, energia eléctrica, o saneamento básico e a criminalidade. "Como a senhora vê, as crianças estão a brincar na vala que está cheia de água e de lixo. Há muitas crianças aqui a morrerem devido a estes amontoados de lixo".

Paula, que é doméstica, disse não estar satisfeita com algumas decisões tomadas pelo administrador Carlos Kavukila, que em finais de 2015 orientou a polícia a retirar uma esquadra móvel que existia a escassos metros da ponte improvisada. "Quando os polícias estavam aqui e sempre que caísse chuva, eles impediam as pessoas de atravessar a ponte, porque quando chove a água passa por cima da ponte. Com a polícia no local evitavam-se muitas mortes", explicou, tendo acrescentado que a ponte improvisada pela administração municipal de Cacuo não tem condições para aguentar a correnteza.

Paula Laurinda recorda que em 2014 a ex-administradora de Cacuo, Rosa Janota, já tinha em carteira um projecto de construção de uma grande ponte que facilitaria a vida dos moradores do bairro. "Aqueles ferros que estão aí, que se encontram dentro da vala são do tempo da ex-administradora", pormenorizou.

Pelo tamanho dos ferros dá para ver que teríamos aqui uma grande ponte e acabaria com essas mortes que acontecem aqui sempre que há chuvas". Durante a

nossa reportagem, foi possível verificar as dificuldades que os automobilistas enfrentam para passar na

ponte. Duas viaturas não conseguem passá-la em simultâneo.

Paulino Gaspar, 20 anos, que nasceu e cresceu no bairro Augusto Ngangula, disse-nos que a vala é conhecida como a "vala da morte" porque nela muitos já perderam a vida. E "o assunto é do co-

nhecimento do administrador municipal de Cacuo", que há dois anos visitou o local. "Vê, ainda não choveu, mas a valajá tem água", apontou.

O jovem, que já perdeu um amigo na vala, é da opinião que a administração de Cacuo deveria construir uma ponte em melhores condições para acabar com as mortes que vão acontecendo naquele bairro.

### Valas transformadas em grandes lixeiras

As valas de drenagem existentes no bairro Augusto Ngangula viraram grandes depósitos de lixo e com a chegada da época chuvosa os moradores estão alarmados com o risco do aumento de várias doenças, principalmente com as crianças. Neste momento, os moradores vivem rodeados de longas lixeiras e água suja que corre pelas valas, sendo os mesmos apontados como os principais responsáveis pelo depósito de lixo. No local encontramos quatro viaturas de uma empresa de saneamento denominada Rota Ambiental a recolher lixo a escassos metros da ponte improvisada.

O lixo, justificam, é depositado na vala porque não há contentores ou recipientes adequados para depositar o lixo, como afirma Catarina Domingos, moradora do bairro há 20 anos. "Já estou farta de falar com a imprensa. Só depositamos o lixo na vala porque não há outro sítio para o colocar. Este bairro nunca teve contentores para o lixo. Já reclamámos na comissão de moradores, mas estes também nada fazem porque não depende deles, é trabalho da administração. No município de Cacuo só existem contentores de lixo na vila", disse a fonte.

Já Gaspar Eugénio, morador do bairro Augusto Ngangula há 10 anos, disse que também nunca viu contentores naquela zona e acredita não ser do interesse do administrador de Cacuo resolver essa situação. "Espero que com o novo Presidente da República melhorem algumas coisas no país, principalmente no que diz respeito à educação, saúde, saneamento básico, energia e água. Se o Presidente da República resolver essas situações básicas, vai ser muito acarinhado pelo povo porque nós só queremos isso, que é o básico".

Para o morador de 55 anos, as coisas no país só vão melhorar se o PR colocar as pessoas no sítio certo. "Há aqui pessoas que já provaram que não querem resolver os problemas do povo e João Lourenço conhece essas pessoas. Não se justifica até hoje morrerem pessoas aqui nesta vala só por falta de uma ponte".

O Novo Jornal tentou contactar o administrador municipal de Cacucaco, Carlos Kavukila, mas sem sucesso. Saliente-se que só no município de Cacucaco cerca de 27 mil toneladas de lixo são recolhidas mensalmente, de acordo com as informações do director municipal dos Serviços Comunitários.

## 10.6 Governo província do Uíge presta apoio a sinistrados

*Jornal de Angola*

*14 De Outubro de 2017*

*Texto: António Capitão*

As 230 famílias que perderam as suas residências e haveres em consequência das chuvas caíram na tarde de sábado na cidade do Uíge e bairros periféricos receberam ontem, do Governo da Província, apoio em diversos bens. No largo da Administração Municipal do Uíge, o governador provincial, Pinda Simão, entregou aos sinistrados chapas de zinco caneladas e onduladas, bens alimentares, cobertores, roupa, utensílios de cozinha e produtos de higiene.

Além dos bens de primeira necessidade, o governador provincial anunciou a entrega, nos próximos dias, de lotes de terras aos sinistrados, no bairro Quissanga, a cerca de quatro quilómetros da cidade do Uíge.

"Estamos convictos de que a quantidade de bens que vos entregamos não é suficiente para acudir, de forma satisfatória, as vossas necessidades. Procuramos, junto dos nossos parceiros, como empresários e o MPLA, minimizar o vosso sofrimento e mostrar que o Governo e a sociedade estão solidários convosco", disse o governador provincial que aconselhou os sinistrados a não reerguerem, depois de receberem os apoios, as residências em zonas de risco.

Emília Lulendo, moradora no bairro Bem-vindo, perdeu a casa e os pertences, com o desabamento da moradia erguida em terreno inapropriado. Teve de construir naquele local a sua residência por dificuldade em obter terreno em zona própria.

A município Lulendo destacou o apoio do Governo da Província e seus parceiros e disse que vai construir a futura casa no local mencionado pelo governador provincial. Juliana Inácio está desalojada no bairro Catapa e foi acolhida, com a família, por uma vizinha.

Além da casa perdeu a maior parte dos seus bens e acredita que o apoio prestado pelo Governo da província, empresários e o MPLA vai permitir-lhe sobreviver, até se restabelecer na futura residência.

Dados dos estragos O porta-voz do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, subinspector Isildo Fernandes, revelou à imprensa que os resultados finais do levantamento feito sobre os estragos causados pelas chuvas de sábado passado apontam para 98 casas afectadas, das quais 24 ficaram totalmente destruídas.

Ainda em consequência das enxurradas, 582 pessoas ficaram desalojadas, cinco escolas primárias e do primeiro ciclo destruídas, assim como três igrejas e um posto de transformação de energia eléctrica danificado.

O segundo-secretário provincial do MPLA no Uíge, Janota Ginga, disse ser necessário as pessoas evitarem construir em zonas de risco e manifestou total apoio e solidariedade aos sinistrados.

Artes e Ofícios Dois mil e 134 jovens foram formados, de 2005 a 2016, na província do Uíge, em diversas especialidades técnico-profissionais, pelo Centro de Artes e Ofícios P de Maio, sob égide do Instituto de Formação Profissional (INFOP). O dado foi avançado pela directora do centro, Rosa Ginga Pato, durante a visita de um grupo de jovens e membros do Conselho Provincial da Juventude, adiantando que este ano, o centro está a formar 190 jovens nas especialidades de electricidade, canalização, serralharia, economia doméstica e informática.

O centro P de Maio, localizado no Bairro Caquiúia, que fica na periferia da cidade do Uíge, ministra os cursos de electricidade, canalização, serralharia, economia doméstica e corte e costura. Durante a visita, os membros do Conselho Provincial da Juventude receberam explicações detalhadas pela directora da instituição de artes e ofícios, Rosa Ginga Pato agradeceu a iniciativa do secretariado executivo provincial do CPJ, por ter convidado jovens para visitar o centro de formação 1.º de Maio.

O secretário executivo provincial da Juventude no Uíge, Faustino Nguange Simão, ressaltou a importância da visita, porquanto serviu para se inteirar do funcionamento do centro, que forma jovens para o primeiro emprego.

O Governo tem apostado, nos últimos anos, na promoção de cursos de formação profissional, com vista a impulsionar a criação de pequenos empregos entre os jovens. Nesse sentido, as autoridades provinciais têm levado a cabo um conjunto de acções



que visam expandir os centros de artes e ofícios a várias localidades daquela parcela do país, e permitir que centenas de jovens consigam o auto-emprego e sustentar as suas famílias. Os jovens apelam para a facilitação do crédito bancário, para facilitar o crescimento do negócio.

## 10.7 Falta de chuva afecta produção de energia

*Jornal de Angola*

*16 De Outubro de 2017*

*Texto: André da Costa*

Na Central Hidroelétrica de Laúca os jovens constituem uma importante força de trabalho, que permite levar o país rumo ao desenvolvimento. Cada um contribui com o melhor que sabe na sua área de formação.

A engenheira Beatriz João, 25 anos, trabalha no Centro de Controlo Operacional da barragem de Laúca como operadora. Controla o funcionamento das turbinas geradoras de energia eléctrica. Toda a explicação técnica é dada por ela ao ministro da Energia e Águas João Baptista Borges sem gaguejar.

Beatriz João orienta o ministro a seguir as linhas dos comandos electrónicos, para ver a segunda máquina geradora de energia entrar em funcionamento. No meio das explicações técnicas, a Beatriz João pede autorização ao ministro para dar início à entrada em funcionamento da segunda máquina que já manda mais energia para a zona de transporte com 314 megawatts. Em menos de dois minutos é dado o sinal de que a máquina está em funcionamento e o transporte de energia pode chegar a Luanda.

A engenheira controla todo o trabalho técnico através de uma tela com várias linhas indicadoras. Só com formação técnica é possível compreender o funcionamento dos equipamentos electrónicos de última geração da barragem de Laúca.

Beatriz João é formada em engenharia electromecânica pela Universidade Piaget de Angola. Antes da sua inserção em Laúca, recebeu formação técnica especializada de nove meses. Os conhecimentos adquiridos e adicionados à formação académica permitem movimentar os comandos dos aparelhos que produzem energia sem muitas dificuldades.

Hoje é uma mulher feliz pelo trabalho que faz, e mais satisfeita ainda por conseguir o primeiro emprego e contribuir para impulsionar o desenvolvimento do país.

Para chegar até Laúca, Beatriz participou num processo de selecção de técnicos com três meses de duração passando por vários testes de aptidão. O noivo de Beatriz João tem a mesma profissão e o mesmo emprego. Fica 11 dias de trabalho corrido na Central Hidroelétrica de Laúca e dez em Luanda.

Aos 27 anos de idade, Paulo Mulunda tem grandes responsabilidades na instrução dos demais colegas para melhor exercerem a sua actividade na barragem de Laúca. Engenheiro electrotécnico formado pela Universidade Agostinho Neto, Paulo Mulunda tem conhecimentos que lhe permitem manobrar os equipamentos dos laboratórios de pneumática e hidráulica, laboratório de sistema de potência, de electrónica e sala de treino de operação com sistema de vídeo.

Há um ano a trabalhar na barragem de Laúca, Paulo Mulunda tem a missão de formar os jovens recrutados para trabalhar com as máquinas. "Lidar com as novas tecnologias de informação é fácil quando se tem conhecimento", explica com satisfação o jovem engenheiro.

Trabalhar na barragem de Laúca é a concretização de um sonho há muito idealizado com propósito de contribuir para desenvolver o país. "Eu transmito os meus conhecimentos aos jovens com muita responsabilidade porque só desta forma é que posso dar o meu contributo para desenvolver Angola", disse.

O treino é dado em dois laboratórios: virtual e real. No laboratório virtual, os técnicos consolidam os conhecimentos e podem cometer erros. O laboratório real não admite erros sob pena de comprometer o normal funcionamento das máquinas geradoras de corrente eléctrica.

O Centro de Formação, sob comando de Paulo Mulunda, formou recentemente 84 jovens que estão distribuídos por várias áreas da Central de Laúca.

A responsabilidade e especificidade do trabalho que realiza no Laúca, lhe permite ficar dois meses em trabalho intenso e 10 dias em Luanda junto da família. Nas barragens de Laúca, Cambambe e Capanda há presença massiva de jovens que ganham experiência de trabalho com os mais antigos e assim vão dinamizando o trabalho.

No laboratório de sistema eléctrico de potência, os alunos aprendem matérias relacionadas a potência das máquinas, os parâmetros dos geradores, a sincronização manual e automática, manobras de embarque de linhas do sistema. Aulas sobre o sistema de protecção diferencial dos geradores e transformadores e o treino de aterramento,



balanceamento de cargas são matérias ministradas aos técnicos.

Geradores de Capanda Para Manuel Paulo, director da barragem de Capanda, a prioridade passa pela recuperação do nível da água, só possível com chuvas regulares.

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda tem quatro geradores com capacidade para produzir 520 megawatts de energia. Actualmente, três geradores estão a produzir 260 megawatts. Devido à falta de chuva, que provocou o abaixamento do nível da albufeira, a direcção pensa em desligar mais uma máquina, funcionando somente duas.

A barragem de Laúca está a funcionar com duas máquinas com a capacidade para 660 megawatts de energia, sendo cada uma com 330 megawatts, disse o ministro João Baptista Borges.

## 10.8 Ravinas engolem localidades

*Jornal de Angola*

*22 De Outubro de 2017*

*Texto: José Bule*

As ravinas estão a tomar conta de algumas aldeias e bairros da província do Uíge, uma consequência da falta de infra-estruturas de saneamento e dos deficientes sistemas de drenagem, alertou ontem o director local do Urbanismo e Construção, Seluyeki Manuel.

O responsável provincial do sector disse que as ravinas estão a destruir imóveis e vias de comunicação e colocam em perigo a vida de centenas de municípios da região.

Seluyeki Manuel considerou o quadro actual de preocupante, principalmente nesta fase do ano em que as chuvas caem de forma regular 'e intensa sobre a província do Uíge.

O responsável provincial do Urbanismo e Construção explicou que as ravinas, na sua fase avançada, são de complexa intervenção e, por isso, se torna muito onerosa a contratação de empresas para estancar o fenómeno.

O director avançou que, nos últimos anos, o Governo Provincial do Uíge contou com o apoio do Ministério da Construção no estancamento das ravinas de grandes proporções, principalmente a nível dos municípios do Milunga, Negage e de Maquela do Zombo.

Neste momento, Seluyeki Manuel disse que decorrem acções de estancamento de outras localizadas na vila municipal do Quimbele, cujo nível de execução física estima-se em mais de 60 por cento. "A ravina localizada ao longo da via Sanza

Pombo / Quimbele recebe já' o devido tratamento", informou o responsável do Urbanismo e Construção, o director provincial acrescentou que existem outras ravinas identificadas nas localidades de Kambeji, município do Dange-Quitexe, e em Camancoco, na sede provincial do Uíge, que colocam em perigo a circulação automóvel.

### Execução de obras

O director do Urbanismo e Construção do Uíge, Seluyeki Manuel, assinalou que, além da condicionante financeira, o surgimento de ravinas em várias localidades da província tem sido o principal responsável dos atrasos que se verificam na execução dos projectos de construção de estradas e de outras infra-estruturas de carácter económico e social.

Apesar dos transtornos que se verificam na execução de obras, Seluyeki Manuel acrescentou que estão concluídos mais de 800 quilómetros de estradas asfaltadas, que facilitam a ligação entre a sede da província do Uíge e os municípios.

"Podíamos ter feito mais do que isso. Mas, tendo em conta a situação financeira do país, as ravinas e as fortes' chuvas que caem sobre a região provocam sérios embaraços na execução dos vários projectos de construção e reabilitação de estradas", justificou o director do Urbanismo e Construção da província do Uíge.

### Nova centralidade

Com 1.010 apartamentos já concluídos, dos cerca de 4.500 previstos para o município do Uíge, as obras de construção da centralidade do Quilomosso caminham para o final da primeira fase de trabalhos, estando, nesta altura, em execução alguns serviços externos.

Numa altura em que são adquiridos os equipamentos que vão garantir a distribuição da energia eléctrica aos edifícios e a iluminação pública nas ruas da centralidade do Quilomosso, decorrem os trabalhos de ensaios dos sistemas de abastecimento de água potável.

A rua principal de acesso à centralidade está a ser asfaltada e decorrem igualmente as obras de construção da estação de tratamento de águas residuais.

O director provincial do Urbanismo e Construção do Uíge disse que outros serviços necessários para o normal funcionamento do referido projecto habitacional começam a ser instalados.

Sem data de início das inscrições, o responsável provincial do sector do Urbanismo e Construção disse aguardar - se por orientações superiores, para que os futuros inquilinos da centralidade do Quilomosso conheçam os requisitos para o acesso e as modalidades de pagamento dos apartamentos.

Quanto à centralidade do Negage, que vai ter 2.500 apartamentos, Seluyeki Manuel esclareceu que as obras ainda não arrancaram.

Entre as causas do não arranque dos trabalhos, o responsável avançou que estão questões ligadas às condições topográficas constatadas no terreno, situação que obrigou o Governo Provincial do Uíge a indicar outro espaço para a execução do projecto.

O director do Urbanismo e Construção destacou a implementação do projecto de construção de 200 fogos habitacionais em 14 dos 16 municípios da província, com excepção do Uíge e de Negage, por constituir um ganho importante, em termos de acomodação dos funcionários públicos nas sedes municipais.

Até agora, foram construídas e comercializadas 1.047 residências a nível dos 11 dos 14 municípios da província do Huambo, revelou Seluyeki Manuel.

## 10.9 Economia Circular em Angola Estamos preparados?

*Revista Expansão Especial*

*27 De Outubro de 2017*

*Texto Isabel Costa Bordalo*

A ECONOMIA CIRCULAR é um conceito relativamente recente que assenta na manutenção do valor de produtos, seus componentes e de materiais o maior tempo possível dentro do ciclo económico, evitando assim o desperdício e o consumo irresponsável.

Os três princípios orientadores (preservar e melhorar o capital natural; otimizar o rendimento dos recursos; promover a eficácia do sistema) são um enorme desafio tanto para o sector privado como

para o sector público, pois incentivam uma quebra do padrão tradicional de produção linear (produzir, usar, descartar).

Num país que está na senda da diversificação da economia por meio do investimento em várias áreas, onde se incluem a agricultura, as pescas, a indústria, o repensar das práticas económicas e dos ciclos de produção tem de ser transversal ao modelo de desenvolvimento económico, apoiado num modelo sustentável.

A nível político, Angola tem dado os primeiros passos com o objectivo de incentivar a implementação da economia circular, particularmente na gestão dos resíduos, sendo que a sua materialização actualmente é conduzida pela necessidade de se limitar a importação e o dispêndio de divisas.

O Plano Estratégico para a Gestão dos Resíduos Urbanos (PESGRU) estabelece um conjunto de princípios que visam alterar o paradigma normal da gestão de resíduos que terminam num aterro ou numa lixeira para um modelo onde a reciclagem, a reutilização e a produção de energia passam a ter um papel fundamental na economia e na protecção do ambiente.

O objectivo é criar uma abordagem de economia restaurativa e regenerativa onde o que era fim (por exemplo o lixo) passa a ser a matéria-prima para um novo começo.

O PESGRU estabelece bases e metas concretas (e ambiciosas) para a recolha selectiva, incentivo à reciclagem e criação de centros de valorização de resíduos.

Com a valorização dos resíduos associada a um conjunto de acções de educação ambiental espera-se uma redução na produção de resíduos e de gases de efeito de estufa (que pode variar entre 89 e 201 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente).

A implementação faseada do PESGRU e do Regulamento sobre Gestão de Resíduos (Decreto Presidencial n.º 190/12) vai permitir uma valorização e eliminação dos resíduos, inicialmente com maior incidência sobre os resíduos domésticos, mas futuramente incidindo sobre veículos de transportes rodoviários em fim de vida (Decreto Presidencial n.º 165/10), os resíduos de construção e demolição (Decreto Executivo n.º 13/13) e os resíduos hospitalares (Decreto Presidencial n.º 160/14).

O Regulamento de Gestão de Resíduos prevê igualmente a definição de mecanismos que permitam no futuro uma melhor gestão de resíduos especiais onde se incluem, a título de exemplo, os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, sendo no entanto omissos sobre a matéria de logística reversa que

responsabiliza o produtor ou importador em matéria de destinação final dos produtos usados.

Por outro lado, existe o Plano Estratégico das Novas Tecnologias Ambientais (Decreto Presidencial nº 88/13) que pretende promover e implementar novas tecnologias ambientais em Angola que permitam um uso eficiente e sustentável da energia, da água e de outros recursos naturais.

Do ponto de vista de visão da estratégia, este documento apresenta algumas soluções que podem concorrer para o desenvolvimento sustentável e que estão alicerçadas em princípios de sustentabilidade ambiental, económica e social. No entanto, a sua materialização prática não depende apenas de políticas e leis mas assenta em três factores fundamentais: incentivos fiscais por parte do Estado, sensibilidade dos gestores e agentes económicos e visão de sustentabilidade de longo prazo.

Quando estes ingredientes estiverem consolidados e a melhoria de competitividade estiver associada aos aspectos de responsabilidade ambiental e social Angola estará melhor preparada para trilhar os passos da economia circular.

### 10.10 INAMET lança alerta meteorológico no país

*Jornal O País*

*28 De Outubro de 2017*

Instituto Nacional de Meteorologia Geofísica (INAMET) revelou ontem, em Luanda, a forte probabilidade de se registarem chuvas nas províncias da região centro - norte de Angola.

Anota de imprensa aponta que as precipitações poderão ocorrer com mais incidência entre 27 de Outubro e 6 de Novembro deste ano, nas províncias de Cabinda, Uíge, Malanje, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Huambo e Bié, bem como do Moxico, Lunda-Norte e Lunda-Sul.

"Estima-se que a quantidade de precipitação acumulada durante o período em referência poderá estar na ordem de 20 a 40 milímetros", refere o documento.

Recentemente, o INAMEI divulgou a previsão sazonal para o último trimestre do ano em curso, em que previu precipitação "normal com tendência para abaixo da normal" nas províncias de Cabinda, Zaire, Luanda, Bengo, Benguela, litoral do Cuanza-Sul, Namibe, Huíla, Cuando Cubango, Cunene e parte Sul do Huambo, Bié e Moxico.

Ao passo que se prognostica chuvas "abaixo do normal" no Uíge, Malanje, Lunda-Norte e norte da província da Lunda -Sul.

Para Novembro e Dezembro de 2017 e Janeiro de 2018, o INAMEI anuncia precipitações "abaixo do normal e normal, com tendência para abaixo do normal" nas províncias do Namibe, Cunene, Huíla e Cuando Cubango e "normal com tendência para acima do normal", em Luanda, Cabinda, Bengo, Benguela e Cuanza-Norte.

No mesmo período, haverá ocorrência de chuvas "acima do normal" no Zaire, Uíge, Malanje, Cuanza-Sul, Bié, Huambo, Moxico, Lundas Norte e Sul, aponta.

### 10.11 INAMET prevê chuvas acompanhadas de trovoadas na região centro norte do país

*Jornal O País*

*30 De Outubro de 2017*

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMEI) prevê a ocorrência de aguaceiros e chuvas acompanhadas de trovoadas nas províncias de Malanje, Bié e Moxico.

Segundo uma nota de imprensa a que O PAÍS teve acesso, ontem, em Luanda, às precipitações, poderão ser moderadas ou fortes com a probabilidade de atingirem os 25 a 50 mil metros em 24 horas.

Para as províncias do Uíge, Zaire, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Cuanzas Norte e Sul, o INAMEI prevê períodos de ocorrência de chuva fraca a moderada, com menos de 30 milímetros de precipitação em 24 horas.

Entretanto, a instituição alerta que a chuva poderá ocorrer com maior intensidade durante a noite e pela madrugada. Pelo que é necessário a observação de medidas de precaução e segurança, face ao risco de ocorrência de descargas eléctricas e chuva intensa.

Importa realçar que também está prevista a ocorrência de precipitações entre 27 de Outubro e 6 de Novembro deste ano, nas províncias de Cabinda, Uíge, Malanje, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Huambo e Bié, bem como do Moxico, Lunda-Norte e Lunda-Sul.

Estima-se que a quantidade de precipitação acumulada durante o período em referência poderá estar na ordem de 20 a 40 milímetros.

## 10.12 Falta de chuva afecta produção de energia

*Jornal de Angola*

*16 De Outubro de 2017*

*Texto: André da Costa*

Na Central Hidroeléctri de Laúca os jovens constituem uma importante força de trabalho, que permite levar o país rumo ao desenvolvimento. Cada um contribui com o melhor que sabe na sua área de formação.

A engenheira Beatriz João, 25 anos, trabalha no Centro de Controlo Operacional da barragem de Laúca como operadora. Controla o funcionamento das turbinas geradoras de energia eléctrica. Toda a explicação técnica é dada por ela ao ministro da Energia e Águas João Baptista Borges sem gaguejar.

Beatriz João orienta o ministro a seguir as linhas dos comandos electrónicos, para ver a segunda máquina geradora de energia entrar em funcionamento. No meio das explicações técnicas, a Beatriz João pede autorização ao ministro para dar início à entrada em funcionamento da segunda máquina que já manda mais energia para a zona de transporte com 3J4 megawatts. Em menos de dois minutos é dado o sinal de que a máquina está em funcionamento e o transporte de energia pode chegar a Luanda.

A engenheira controla todo o trabalho técnico através de uma tela com várias linhas indicadoras. Só com formação técnica é possível compreender o funcionamento dos equipamentos electrónicos de última geração da barragem de Laúca.

Beatriz João é formada em engenharia electromecânica pela Universidade Piaget de Angola. Antes da sua inserção em Laúca, recebeu formação técnica especializada de nove meses. Os conhecimentos adquiridos e adicionados à formação académica permitem movimentar os comandos dos aparelhos que produzem energia sem muitas dificuldades.

Hoje é uma mulher feliz pelo trabalho que faz, e mais satisfeita ainda por conseguir o primeiro emprego e contribuir para impulsionar o desenvolvimento do país.

Para chegar até Laúca, Beatriz participou num processo de selecção de técnicos com três meses de duração passando por vários testes de aptidão. O noivo de Beatriz João tem a mesma profissão e o mesmo emprego. Fica 11 dias de trabalho corrido na Central Hidroeléctrica de Laúca e dez em Luanda.

Aos 27 anos de idade, Paulo Mulunda tem grandes responsabilidades na instrução dos demais colegas para melhor exercerem a sua actividade na barragem de Laúca. Engenheiro electrotécnico formado pela Universidade Agostinho Neto, Paulo Mulunda tem conhecimentos que lhe permitem manobrar os equipamentos dos laboratórios de pneumática e hidráulica, laboratório de sistema de potência, de electrónica e sala de treino de operação com sistema de vídeo.

Há um ano a trabalhar na barragem de Laúca, Paulo Mulunda tem a missão de formar os jovens recrutados para trabalhar com as máquinas. "Lidar com as novas tecnologias de informação é fácil quando se tem conhecimento", explica com satisfação o jovem engenheiro.

Trabalhar na barragem de Laúca é a concretização de um sonho há muito idealizado com propósito de contribuir para desenvolver o país. "Eu transmito os meus conhecimentos aos jovens com muita responsabilidade porque só desta forma é que posso dar o meu contributo para desenvolver Angola", disse.

O treino é dado em dois laboratórios: virtual e real. No laboratório virtual, os técnicos consolidam os conhecimentos e podem cometer erros. O laboratório real não admite erros sob pena de comprometer o normal funcionamento das máquinas geradoras de corrente eléctrica.

O Centro de Formação, sob comando de Paulo Mulunda, formou recentemente 84 jovens que estão distribuídos por várias áreas da Central de Laúca.

A responsabilidade e especificidade do trabalho que realiza no Laúca, lhe permite ficar dois meses em trabalho intenso e 10 dias em Luanda junto da família. Nas barragens de Laúca, Cambambe e Capanda há presença massiva de jovens que ganham experiência de trabalho com os mais antigos e assim vão dinamizando o trabalho.

No laboratório de sistema eléctrico de potência, os alunos aprendem matérias relacionadas a potência das máquinas, os parâmetros dos geradores, a sincronização manual e automática, manobras de embarque de linhas do sistema. Aulas sobre o sistema de protecção diferencial

dos geradores e transformadores e o treino de aterramento, balanceamento de cargas são matérias ministradas aos técnicos.

Geradores de Capanda Para Manuel Paulo, director da barragem de Capanda, a prioridade passa pela recuperação do nível da água, só possível com chuvas regulares.

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda tem quatro geradores com capacidade para produzir 520 megawatts de energia. Actualmente, três geradores estão a produzir 260 megawatts. Devido à falta de chuva, que provocou o abaixamento do nível da albufeira, a direcção pensa em desligar mais uma máquina, funcionando somente duas.

A barragem de Lauca está a funcionar com duas máquinas com a capacidade para 660 megawatts de energia, sendo cada uma com 330 megawatts, disse o ministro João Baptista Borges.



## II. MIGRAÇÃO

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

